

Sumário

Editorial

EDITORIAL

VIEIRA, Cristina C. 5-6

Dossier: Género e Status em Política Internacional: Dinâmicas de Cooperação, Conflitos e Ativismos

AS MÚLTIPLAS INTER-RELAÇÕES ENTRE QUESTÕES DE GÉNERO E A AQUISIÇÃO DE STATUS NA ARENA INTERNACIONAL

CARVALHO-PINTO, Vânia; FLESCHENBERG, Andrea 9-14

OS ELOS PERDIDOS: a atuação feminina na diplomacia Luso- Brasileira, 1780-1822

FARIAS, Rogério 15-30

GENDER QUOTAS IN INDONESIA: re-examining the role of international NGOs

PRIHATINI, Ella Syafputri; SIREGAR, Wahidah Zein Br 31-47

DRIVING IN THE MIDDLE OF THE ROAD: paradoxes of women's role under the new saudi arabian nationalism

CERIOLI, Luiza 49-64

Estudos e Ensaios

A DISTANT FINISH LINE FOR WOMEN: gender and the sports press in Portugal (1996-2016)

SARAIVA, Pedro; FERREIRA, Virgínia; SILVEIRINHA, Maria João 67-87

DESIDENTIFICAÇÕES DE GÉNERO: performances subversivas

GRAVE, Rita; OLIVEIRA, João Manuel de; NOGUEIRA, Conceição 89-104

THE LOOKISM OF A SENIOR CITIZEN'S AGEING BODY – utopia or reality? The perspective of polish elderly women and elderly men
KRAMKOWSKA, Emilia 105-122

MARÉ DE MULHERES: reflexões sobre a justiça para mulheres em situação de violência numa favela carioca
SANTIAGO, Marisa Antunes; GONÇALVES, Hebe Signorini;
AUGUSTO, Cristiane Brandão 123-140

NECROPOLÍTICA, POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSECCIONAIS E CIDADANIA TRANS
VÁZQUEZ, Claudia Lazcano; TONELI, Maria Juracy Filgueiras;
OLIVEIRA, João Manuel de 141-156

Recensões

VIOLÊNCIAS DE GÉNERO: coordenado por Sofia Neves e Dália Costa. Lisboa: CIEG/ ISCSP-UL. Coleção Estudos de Género, 2017, 337 pp.
PAIS, Elza 159-163

ECOS DE FREIRE E O PENSAMENTO FEMINISTA: Diálogos e Esclarecimentos: coordenado por Eunice Macedo. Porto: IPFP, CRPF e CIIE-FPCEUP, 2017, 239 pp.
CARVALHO, Alexandra 163-167

ARQUITECTAS: Modos de (R)Existir. Reflexões a partir de um ciclo de conversas: editado por Patrícia Santos Pedrosa, Joana Pestana Lages e Lia Antunes. Lisboa: Mulheres na Arquitectura, 2018, 100 pp.
RUSCONI, Isabella Noronha 167-170

WOMEN'S ILO: Transnational networks, global labour standards and gender equity, 1919 to Present: edited by Eileen Boris, Dorothea Hoehtker and Susan Zimmerman. ILO and BRILL, 2018, 412 pp.
JORDÃO, Albertina 171-174

NUEVOS HORIZONTES EN LA LITERATURA LATINA DE ESTADOS UNIDOS: Transnacionalismos, resistencias queer y sus manifestaciones en la web: editado por Macarena García-Avello. Palma: Edicions Universitat de les Illes Balears, 2018,

196 pp.

FERNÁNDEZ-GARCÍA, Andrea

174-176

GENDER - Diversity - Intersectionality (New) Perspectives in Adult Education: edited by Martina Endepohls-Ulpe and Joanna Ostrouch-Kaminska. Munster: Waxmann, 2019, 214 pp.

BIELINIS, Lidia

177-181

O segundo número da *ex æquo*, publicado no ano em que a Revista comemora duas décadas de vida, convida-nos a refletir sobre um tema ainda pouco explorado na Academia e que se prende com o uso do reconhecimento dos direitos das mulheres como «moeda de troca» na conquista de *status* na arena internacional. A visão humanista subjacente ao feminismo, que advoga o respeito integral pelos direitos das mulheres sem possibilidade de negociações ou reservas, surge assim deturpada por uma postura de tipo mercantilista, que autoriza benefícios – inclusive monetários, no âmbito da ajuda de entidades supranacionais – às nações melhor colocadas no «ranking». Contra esta instrumentalização da garantia dos direitos das mulheres, para a obtenção de poder no jogo de forças entre as nações, têm surgido movimentos organizados de mulheres (que também incluem homens), que usam o ativismo como forma de ter voz coletiva. Essas pessoas têm sido no entanto perseguidas, presas e silenciadas de várias outras formas, porque funcionam como contrapoder que perturba os «jogos de bastidores» dos países envolvidos e colocam a nu as evidentes contradições entre a bondade da política externa dos governos e as graves violações dos direitos das mulheres nos países que governam. Na verdade, continua a ser um desafio desvendar a lógica que domina as relações internacionais que empurra os governos para a aceitação de compromissos indesejados, ou, apenas tolerados, e que resistem a respeitar internamente.

Não há pactos possíveis quando estão em causa direitos humanos inalienáveis, nem a autodeterminação das mulheres deve ser ameaçada pelas disputas geopolíticas entre países. Os quatro textos do **Dossier Temático**, organizado por Vânia Carvalho-Pinto e por Andrea Fleschenberg, permitem-nos compreender como em nações tão distintas como o Brasil, a Indonésia e a Arábia Saudita as dinâmicas de cooperação, os conflitos e os ativismos trazem à tona a relação entre a defesa da igualdade de género e a obtenção de *status* por parte de diferentes países no cenário internacional. O texto introdutório das autoras é um excelente ponto de partida para a leitura dos restantes, porque esclarece a complexidade política da temática e, ao mesmo tempo, alerta-nos para a fragilidade e a porosidade das relações internacionais. O Conselho Editorial da *ex æquo* agradece às organizadoras do dossier o facto de terem acolhido desde o início o desafio que lhes foi lançado, e também por terem trazido para a Revista contributos científicos de investigadores/as de nacionalidades nunca antes representadas, nos trinta e nove números anteriores.

Na secção de **Estudos e Ensaios** publicam-se cinco textos, de autores/as da Europa e da América Latina, cuja diversidade de temáticas espelha a indiscutível multidisciplinaridade do campo dos Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas (EMGF). No primeiro artigo, da autoria de Pedro Saraiva, Virgínia Ferreira e Maria João Silveirinha, é analisada a evolução global da cobertura do desporto feminino em Portugal, através da análise dos três jornais diários de desporto publi-

cados no país (*A Bola, O Jogo e Record*), bem como a potencial objetificação sexual de atletas do sexo feminino.

Rita Grave, João Manuel de Oliveira e Conceição Nogueira assinam o segundo artigo, onde discutem os resultados de um estudo qualitativo com pessoas que não se sentem em conformidade com a norma de gênero, as quais trabalham permanentemente com e contra a ideologia dominante, evidenciando uma diversidade de experiências que conflui com os processos de resistência *queer*, propondo a desconstrução do gênero.

O terceiro artigo tem como autora a investigadora polaca Emilia Kramkowska e resulta de um estudo quantitativo alargado, feito com pessoas idosas polacas, acerca das suas perceções sobre o corpo a envelhecer. Os resultados apresentados e discutidos mostram que a discriminação de um corpo envelhecido com base na aparência não é uma utopia.

No quarto artigo desta secção, Marisa Antunes Santiago, Hebe Signorini Gonçalves e Cristiane Brandão Augusto discutem a imbricada problemática da violência sobre as mulheres com base na sua experiência de atendimento a vítimas, no Centro de Referência de Atenção à Mulher no Complexo de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro, Brasil. As autoras defendem o desenvolvimento de estratégias emancipatórias das mulheres que procuram ajuda, que não se traduza numa intervenção vitimizante. Para tal, é fundamental que sejam reconhecidas as suas diferenças individuais e a multiplicidade dos contextos de vida envolvidos, e que se mobilizem recursos locais para a formação de quadros técnicos multidisciplinares, permanentes e qualificados, ao dispor da comunidade.

O quinto e último texto reúne na sua equipa de autores/as Claudia Lazcano Vázquez, Maria Juracy Toneli e João Manuel Oliveira, sendo dedicado à ausência de direitos sociais e cívicos das pessoas trans*, no Brasil. Partindo das elevadas cifras de assassinatos recentes com base em crimes de ódio, discutem a necessidade de considerar a perspetiva interseccional na formulação e implementação das políticas públicas que possam garantir o efetivo exercício da cidadania às pessoas trans*.

As seis **Recensões** que integram a última parte da Revista reportam-se a livros publicados entre 2017 e 2019, voltando a espelhar a diversidade de temáticas e de nacionalidades das pessoas autoras. Todas as obras em análise resultam de trabalhos coletivos que versam sobre temas como: as violências de gênero; o lugar do pensamento feminista em Paulo Freire; a afirmação das mulheres no mundo da Arquitetura; o papel das mulheres na Organização Internacional do Trabalho desde o início do séc. XX; as manifestações na internet da literatura latina que é publicada nos Estados Unidos sobre as pessoas *queer*; e, por fim, a necessidade de uma abordagem interseccional na educação de pessoas adultas, que interligue gênero e diversidade.

Entendemos estarem reunidos argumentos suficientes para uma leitura inspiradora e reflexiva, que permita estimular mais investigação sobre as problemáticas abordadas e também a aplicação do conhecimento científico produzido ao desenvolvimento académico e à prática profissional, seja em que área for.

Dossier

Género e status em política internacional:
Dinâmicas de cooperações, conflitos
e ativismos – Coordenação de Vânia
Carvalho-Pinto e Andrea Fleschenberg

AS MÚLTIPLAS INTER-RELAÇÕES ENTRE QUESTÕES DE GÊNERO E A AQUISIÇÃO DE *STATUS* NA ARENA INTERNACIONAL

Vânia Carvalho-Pinto* e Andrea Fleschenberg**

Este dossier especial aborda um tema em franco desenvolvimento na área de relações internacionais, mas explora-o privilegiando uma vertente que até ao momento tem recebido pouca atenção académica: o da interseção entre busca de *status* na arena internacional e género.

Status é um elemento crucial do relacionamento entre atores internacionais. Trata-se de um conjunto de crenças coletivas e partilhadas acerca da posição de cada um deles, o que determina quem consegue o quê, quando e em que condições. São percepções que clarificam os direitos, obrigações e padrões de deferência que um ator pode antecipar, assim como as expectativas existentes em termos de comportamento para com aqueles em posições dominantes ou subordinadas. A aquisição de *status* é, de facto, altamente desejável, pois engloba um conjunto de benefícios que incluem tratamento favorável em diversas esferas (Weiss e Fershtman 1998, 802), acesso a países e grupos, influência na definição de agenda, benefícios materiais, entre várias outras vantagens (Jakobsen, Ringsmose e Saxi 2018, 2).

As crenças subjacentes à ideia de *status* são baseadas no valor imputado tanto a atributos materiais como imateriais. Entre eles, e de modo não exaustivo, pode referir-se a riqueza, capacidades coercitivas, cultura, posição demográfica, organização sociopolítica e influência diplomática; assim como a capacidade do Estado ou organização de aderir aos padrões civilizacionais da época (Larson, Paul e Wohlforth 2014, 7, 20-21, 25; Neumann 2014, 85-114). Isto significa que o que constitui símbolo de alto *status* e de estigma altera-se consoante a época histórica e a localização geográfica (Zarakol 2014: 319-324; Renshon 2017: 36). Disso é exemplo o apreço atribuído à noção de Império (Ward 2017: 824) antes da Primeira Guerra Mundial, o que contrasta fortemente com o estigma de que é hoje objeto.

* Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Brasília-DF CEP 70.910-900
Endereço eletrónico: vicp@unb.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8323-5435>

** Humboldt-Universität zu Berlin
Institute of Asian and African Studies
Invalidenstrasse 118, Room 105
D-10115 Berlin, Alemanha
Endereço eletrónico: andrea.fleschenberg@hu-berlin.de

Um outro exemplo de como ideias, conceitos e práticas podem oscilar entre alto *status* e estigma é a prática antiga, conhecida como «Pés de Lótus», que foi predominante na China desde aproximadamente o século X até à sua extinção na primeira metade do século XX. Esta consistia em amarrar os pés das mulheres chinesas de modo a impedir o seu crescimento e a mantê-los pequenos, o que era considerado não só atraente como também uma marca de distinção. Em meados do século XIX, a elite chinesa passou a entender esta prática como um símbolo do atraso do país em relação à Europa, o que levou ao seu desaparecimento progressivo (Appiah 2010: 53-100).

Os direitos das mulheres constituíram-se, assim, como barómetros do grau de «avanço», «modernidade», ou «civilização» de um Estado, particularmente em relação a países que se formaram ao longo da segunda metade do século XX na região da Ásia e do Médio Oriente (ver, e.g., Jayawardena 1994; Towns 2007, 2016; Abu-Lughod 2009). Esta associação continuou a vigorar nas relações entre atores internacionais, Estados e organizações, tanto no norte global, como entre o norte e o sul globais. De facto, desde a década de 1990, houve uma série de intervenções – tanto militares como não-militares –, assim como de operações de assistência oficial ao desenvolvimento, em cuja pauta constavam preocupações com os direitos das mulheres e/ou com o *mainstreaming* de género (por exemplo os casos do Afeganistão, Iraque e Balcãs). Estas intervenções foram controversas – considerando contextos preexistentes de legados coloniais e de geopolíticas neoimperiais –, mas também geraram iniciativas, não só por parte de instituições governamentais nas áreas de *policy-making*, mas também pela sociedade civil. Movimentos transnacionais de mulheres, redes e alianças, assim como organizações locais de mulheres e ativistas, desempenharam um papel relevante nestas configurações, frequentemente marcadas por constelações de conflito e rutura aos níveis macro e meso. Destaque para atuações de organizações e movimentos transnacionais como o Women Living under Muslim Laws (WLUML) e a Musawah; regionais como o Women’s Regional Network; ou locais como o Afghan Women’s Network.¹ Mercê destas interações e engajamentos, as normas e questões de género tornaram-se assim:

¹ Women’s Regional Network é uma rede de mulheres líderes da sociedade civil que trabalha para o avanço dos direitos das mulheres e da paz regional no Afeganistão, Paquistão e Índia (<https://www.womensregionalnetwork.org>). Afghan Women’s Network é uma organização não governamental criada em 1996, por mulheres afegãs após a Conferência Mundial sobre as Mulheres em Pequim, que trabalha para capacitar as mulheres e garantir a sua participação igualitária na sociedade afegã (<http://www.awn-af.net>). Musawah é um movimento global pela igualdade e justiça na família muçulmana, liderado por feministas (<http://www.musawah.org>). WLUML é uma rede internacional de solidariedade que oferece informação, apoio e um espaço coletivo para mulheres cujas vidas são determinadas, condicionadas ou governadas por leis e costumes supostamente derivados do Islão (<http://www.wluml.org>).

1. uma ficha de barganha em conflitos transnacionais particulares, assim como um instrumento para gestão de dissidências políticas (e.g., no Afeganistão e no Paquistão);
2. um instrumento importante para as(os) defensoras(es) de direitos das mulheres em termos de estratégia, advocacia, *lobbying*, formação de alianças e recolha de fundos tanto no nível transnacional como internacional (e.g., como evidenciado pelo trabalho da Musawah e da Afghan Women's Network).

Entre os vários efeitos, destaque para programas de apoio a organizações de mulheres, à advocacia de ONG, assim como na prestação de serviços – incluindo a educação de meninas, e construção de abrigos para mulheres – as quotas de género, leis de estatuto pessoal ou a proibição da violência com base no género, entre vários outros. Estas iniciativas foram recebidas com apreço por alguns atores, mas fortemente criticadas por outros. Relativamente aos últimos, se, por um lado, atores conservadores, pertencentes tanto ao governo quanto à sociedade civil, denominaram estas ações como práticas de *Westoxification*,² por outro, formou-se uma crítica a partir de uma perspectiva pós-colonial em que estas iniciativas, entendidas como intervenções, foram atribuídas a uma estratégia neoimperial civilizatória que seria parte de uma lógica de globalização neoliberal. Para tal contribuiu a relação de poder assimétrica entre os países intervenientes e os sob intervenção, pertencentes ao norte e ao sul globais, respetivamente.

Neste sentido, emergiram contestações não só a feminismos ocidentais por parte de movimentos de mulheres (Roces e Edwards 2010), como também a outros feminismos (como os religiosos ou os liberais) dentro dos movimentos de mulheres, tanto locais como transnacionais. Estes são manifestamente heterogêneos e multivocais relativamente a interpretações acerca de questões sobre mulheres e seus direitos, como também no que diz respeito aonexo entre religião e género (Ahmed-Gosh 2015). Emergiram também contramovimentos, muitas vezes religiosos e conservadores, e por vezes transnacionais.³

No norte global, apesar dos termos do debate serem colocados de modo distinto, mercê de diferentes configurações histórico-sociais, económicas e políticas, o género continua a figurar de modo central em debates nacionais e internacionais, servindo também como indicativo da natureza mais ou menos progressista dos Estados. A União Europeia, por exemplo, entende as relações de género como uma componente importante tanto das suas políticas de alargamento ao leste europeu

² O termo descreve um fascínio com e dependência do Ocidente em detrimento de ligações culturais, tradicionais e históricas com o Islão e o mundo Islâmico. Baseado na imitação indiscriminada do ocidente, denota um sentido de intoxicação que leva à alienação cultural. Ver: <http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t125/e2501>

³ Sobre casos no Sudeste asiático e na região MENA, ver Derichs e Fennert (2014).

(Pető e Manners 2006, 97-111), como de vizinhança no Mediterrâneo e na Eurásia (Gündüz 2015; Kunz e Maisenbacher 2017). As relações de gênero têm servido também como foco para estratégias de diferenciação internacional por parte de países tão diversos como a Suécia e os Emirados Árabes Unidos. Enquanto a primeira proclamou em 2015 uma política externa feminista que continua em vigor no momento da escrita deste artigo (ver Aggestam e Bergman-Rosamond 2016), os Emirados estão ativamente engajados numa campanha internacional para serem considerados um modelo para os direitos das mulheres no Médio Oriente (Carvalho-Pinto 2019).

Torna-se, portanto, evidente que a construção de *status* com base nos direitos das mulheres tem sido um *componente importante* importante da interação entre atores internacionais, regionais e transnacionais, que atuam tanto intra como inter-regiões. Contudo, como foi dito acima, apesar da sua saliência empírica, o tema está ainda ausente da literatura sobre *status*. Visando contribuir para o preenchimento desta lacuna, este dossiê especial apresenta três contribuições originais, que enfocam modos distintos de interação entre gênero e *status* em locais geográficos e períodos históricos distintos. O primeiro, de Rogério Farias, incide sobre as formas de influência exercidas por mulheres – esposas e filhas de diplomatas portugueses – no ambiente de corte e de relações exteriores do século XVIII ao início do século XIX. Tema ainda pouco estudado, Farias oferece um panorama dos caminhos possíveis a serem explorados nesta linha analítica. Avançando no tempo, o texto de Ella Prihatini e Wahidah Siregar é sobre a política de quotas de gênero na Indonésia. O texto das autoras debruça-se sobre a influência significativa, mas indireta, exercida por ONG internacionais no processo de revisão legislativa indonésio, num projeto mais amplo de promoção de igualdade de gênero. O último artigo, de Luiza Cerioli, refere-se à Arábia Saudita e ao papel desempenhado pelos direitos das mulheres na construção de um novo nacionalismo, dissociado da religião e centrado na figura do Príncipe herdeiro Mohammed Bin Salman.

Esperamos que esta edição especial contribua para iluminar este tema de crescente importância empírica, mas também que inspire outros a prosseguir esta agenda de pesquisa em diferentes épocas históricas e áreas do globo.

Referências bibliográficas

- Abu-Lughod, Lila. 2009. «Dialects of Women's Empowerment: The International Circuitry of The Arab Human Development Report 2005.» *International Journal of Middle East Studies* 41 (1): 83-103. JSTOR: <https://www.jstor.org/stable/40206060>.
- Aggestam, Karin, e Annika Bergman-Rosamond. 2016. «Swedish Feminist Foreign Policy in the Making: Ethics, Politics, and Gender.» *Ethics and International Affairs*, 30 (3): 323-334. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0892679416000241>.
- Ahmed-Gosh, Huma. 2015. *Contesting Feminisms – Gender and Islam in Asia*. Albany: SUNY Press.

- Appiah, Kwame A. 2010. *The Honor Code. How Moral Revolutions Happened*. New York, London: W.W. Norton&Company.
- Carvalho-Pinto, Vânia. 2019. «Signaling for status: UAE and women's rights.» *Contexto internacional* 41 (2): 345-363. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-8529.2019410200006>.
- Derichs, Claudia (in cooperation with) Dana Fennert. 2014. *Women's Movements and Counter-movements. The Quest for Gender Equality in Southeast Asia and the Middle East*. Cambridge: Cambridge Scholars Press.
- Gündüz, Z. Y. 2015. «Gendering the neighbors: The European Union's policies on gender and equality on Saharan Africa and Central Asia.» In *The European Union's Broader Neighborhood: Challenges and opportunities for cooperation beyond the European Neighborhood Policy*, organizado por S. Gstöhl e E. Lannon, 162-186. Abingdon: Routledge.
- Jakobsen, Peter Viggo, Jens Ringsmose, e Håkon Lunde Saxi. 2018. «Prestige-seeking small states: Danish and Norwegian military contributions to US-led operations.» *European Journal of International Security* 3 (2): 256-277. DOI: <https://doi.org/10.1017/eis.2017.20>.
- Jayawardena, Kumari. 1994. *Feminism and Nationalism in the Third World*, London; New Jersey: Atlantic Highlands; Zed Books.
- Kunz, Rahel, e Julia Maisenbacher. 2017. «Women in the neighbourhood: Reinstating the European Union's civilising mission on the back of gender equality promotion?» *European Journal of International Relations*, 23 (1): 122-144. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354066115621120>.
- Larson, Deborah Welch, T. V. Paul, e William C. Wohlforth. 2014. «Status and World Order.» In *Status in World Politics*, organizado por T. V. Paul, Deborah Welch Larson e William C. Wohlforth, 3-32. Cambridge: Cambridge University Press.
- Neumann, Iver. 2014. «Status Is Cultural: Durkheimian Poles and Weberian Russians Seek Great-Power Status.» In *Status in World Politics*, organizado por T.V. Paul, Deborah Welch Larson e William C. Wohlforth, 85-114. Cambridge: Cambridge University Press.
- Petó, Andrea, e Ian Manners. 2006. «The European Union and the Value of Gender Equality.» In *Values and Principles in European Union Foreign Policy*, organizado por Sonia Lucarelli e Ian Manners, 97-113. London: Routledge.
- Renshon, Jonathan. 2017. *Fighting for status. Hierarchy and conflict in world politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Roces, Mina, e Louise Edwards. 2010. *Women's Movements in Asia: Feminisms and Transnational Activisms in Asia*. London: Routledge.
- Towns, Ann. 2007. «The Status of Women and the Ordering of Human Societies along the Stages of Civilization.» In *Civilizational Identity: The Production and Reproduction of «Civilizations» in International Relations*, organizado por Martin Hall e Patrick Thaddeus Jackson, 167-179. Basingstoke: Palgrave.
- Towns, Ann. 2016. «Civilization.» In *Oxford Handbook on Feminist Theory*, organizado por Lisa Disch e Mary Hawkesworth, 79-99. Oxford: Oxford University Press.
- Ward, Steven. 2017. «Lost in Translation: Social Identity Theory and the Study of Status in World Politics.» *International Studies Quarterly* 61 (4): 821-834. DOI: <https://doi.org/10.1093/isq/sqx042>.
- Weiss, Yoram, e Chaim Fershtman. 1998. «Social status and economic performance: A survey.» *European Economic Review* 42 (3-5): 801- 820. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0014-2921\(97\)00137-2](https://doi.org/10.1016/S0014-2921(97)00137-2).

Zarakol, Ayşe. 2014. «What made the modern world hang together: socialisation or stigmatisation?» *International Theory* 6 (2): 311-332. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1752971914000141>.

Vânia Carvalho-Pinto é Professora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, e Bolsista de Produtividade nível 2 do Cnpq. É autora de vários artigos e capítulos de livros incidindo sobre questões de gênero e de política externa nos países do Golfo Árabe.

Interesses atuais de pesquisa incidem sobre a busca de status por parte de pequenos países; e nas interações entre gênero, status e política externa de forma ampla.

Endereço eletrônico: vicp@unb.br

Andrea Fleschenberg é Professora Associada do Instituto de Estudos Asiáticos e Africanos da Humboldt-Universität em Berlin, na Alemanha.

Interesses de pesquisa: construção de instituições políticas, processos de construção de nações, processos de cidadania e governança (com foco em contextos de intervenção e transformação); participação e representação política; ativismos da sociedade civil e movimentos sociais; desigualdades sociopolíticas e desafios subsequentes à governança por meio de diversas formas de deslocamento e migração; desafios para as ciências sociais qualitativas (críticas) e suas metodologias. Focos regionais: sul e sudeste da Ásia em perspectiva transregional.

Endereço eletrônico: andrea.fleschenberg@hu-berlin.de

Dossier

Género e status em política internacional:
Dinâmicas de cooperações, conflitos
e ativismos – Coordenação de Vânia
Carvalho-Pinto e Andrea Fleschenberg

OS ELLOS PERDIDOS: A ATUAÇÃO FEMININA NA DIPLOMACIA LUSO-BRASILEIRA, 1780-1822

Rogério Farias*

Resumo

Os estudos diplomáticos nas últimas décadas passaram por uma evolução significativa. Parte desse ajuste veio por intermédio dos estudos de gênero, que romperam com a análise formalista que vigorava até então. Este artigo é um primeiro passo para estudar um grupo específico de mulheres associadas à diplomacia em Portugal e no Brasil. Apesar de serem formalmente excluídas do mundo formal da profissão diplomática, elas exerceram papel de relevo no início do século XIX. Argumentar-se-á que isso foi realizado por intermédio do papel que exerciam nas cortes e em decorrência da escassa divisão de gênero no espaço entre trabalho e lar na área diplomática.

Palavras-chave: Diplomacia, Mulheres, Portugal e Brasil, Gênero, 1780-1822.

Abstract

Missed links: feminine activities in luso-brazilian diplomacy, 1780-1822

In the last decades, the field of diplomatic studies went through a meaningful transformation. Part of this change results from the impact of gender studies, which disrupted traditional formalist analysis. This article is a first step towards the study of a specific group of women associated with diplomatic activities in Portugal and Brazil. Despite formally excluded from diplomacy, they performed important roles at the beginning of the 19th century. I will argue that this success was a result of the role they played in royal courts and the lack of a gendered division between work and home environments in the diplomatic arena.

Keywords: Diplomacy, women, Portugal and Brazil, Gender, 1780-1822.

Resumen

Enlaces perdidos: actividades femeninas en la diplomacia luso-brasileña, 1780-1822

En las últimas décadas el campo de los estudios diplomáticos pasó por una transformación significativa. Parte de este cambio se debe al impacto de los estudios de género, que sobrepasarán el análisis formalista tradicional. Este artículo es un primer paso hacia el estudio de un grupo específico de mujeres asociadas a actividades diplomáticas en Portugal y Brasil. A pesar de su exclusión formal de la diplomacia, ellas desempeñaron importantes funciones a principios del siglo XIX. Argumentaré que este éxito fue el resultado del papel

* Pesquisador associado do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Brasília-DF, 70904-970. Brasil.

Endereço postal: Instituto de Relações Internacionais. Campus Universitário Darcy Ribeiro Prédio do Ipol/Irel s/n — Asa Norte, Brasília-DF, 70904-970. Brasil.

Endereço eletrônico: rofarias@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6678-0984>

que tuvieron en las cortes reales y de la falta de una división de género de la segregación espacial entre el trabajo y lo ámbito doméstico en la diplomacia.

Palabras-clave: Diplomacia, mujer, Portugal y Brasil, Género, 1780-1822.

Introdução

Desde a década de 1990, a área de relações internacionais tem apresentado enfoques com inovadores olhares para o estudo do sistema internacional. A abordagem de gênero é um dos mais importantes, particularmente na discussão do tema estatuto e hierarquia (Denéchère 2004; James 2015; Garner 2018, 251-267). Isso resulta de uma preocupação que busca, entre outros objetivos, questionar quem são e onde estão as mulheres, e como as estruturas masculinas hegemônicas conformam a reprodução das práticas sociais da política internacional (Zalewski 2010, 31-32).

Contribuindo para essa literatura, neste artigo argumenta-se que um grupo específico de mulheres em Portugal e no Brasil, a despeito de ser formalmente excluído das atividades diplomáticas, exerceu papel de relevo nesse domínio por múltiplas vias. Desse modo, as relações internacionais não podem ser compreendidas em seu aspecto estritamente político e socioespacial sem o recurso ao estudo do papel feminino. O objetivo nesse texto é focar no que se pode considerar como espaço feminino de exercício informal de poder diplomático – a sociedade de corte e o ambiente dos salões e do lar (McCarthy 2015, 167).

Este artigo, assim, dá um primeiro passo para que seja possível examinar, no futuro, no mundo diplomático português e brasileiro, o processo em que as atitudes com relação às mulheres na elite se vincularam ao mecanismo social de hierarquização da sociedade internacional (Towns 2010, 4-7). A adesão à prática diplomática em voga constituía uma sinalização de *status* de civilização. Dessa forma, o espaço concedido às (e conquistado pelas) mulheres nesse âmbito buscava reposicionar duas sociedades periféricas (brasileira e portuguesa) no sistema internacional. A mulher ligada à diplomacia tornou-se, nesse contexto, um estandarte da projeção de uma sociabilidade refinada, instrumental para a sinalização de superação de atraso e de conquista de uma igualdade simbólica em um mundo estatal hierárquico – algo distinto do movimento mais generalizado no século XIX que legava *status* simbólico civilizado à marginalização feminina (Towns 2009).

Dessa maneira, era esperado das mulheres associadas aos diplomatas o aprendizado das regras informais que permeavam a sociabilidade cotidiana das cortes e lhes legava um papel relativamente proativo. Essa educação servia de capital para melhor se posicionarem socialmente e de canal de transmissão das práticas cotidianas da elite das grandes capitais europeias para a periferia do sistema internacional. As redes de relacionamentos e as práticas sociais vinculadas à criação e à manutenção de salões literários e à casa do diplomata constituíram, assim, via de aproximação junto às rotinas sociais cosmopolitas. Nesses ambien-

tes, elas exerciam relativo poder de agência e influência, algo permitido segundo as práticas consideradas mais avançadas no estertor do Antigo Regime. Por outro lado, ao usarem esse capital simbólico como forma de manutenção de *status* no plano doméstico, ajudavam a reproduzir a hierarquização estrutural do sistema internacional em suas próprias sociedades.¹

A mulher na diplomacia do Antigo Regime

Qual era o papel da mulher na diplomacia europeia do Antigo Regime? Havia diversas situações que as habilitaram a ter influência nas relações internacionais. A primeira tem que ver com a posição que algumas tiveram como princesas, regentes e rainhas. No caso de Portugal e do Brasil, a literatura explora o papel de princesas e rainhas, ainda que sem inserir essas figuras na literatura sobre estudos diplomáticos. A segunda, pouco explorada, refere-se ao papel de mulheres que adquiriram seu *status* em decorrência de sua vinculação com a «casa do embaixador» e o ambiente da corte, uma dimensão redescoberta nas últimas décadas na área de estudos diplomáticos, sendo o foco de nossa análise.

Até o século XVII, era pouco comum que embaixadores e ministros plenipotenciários fossem acompanhados pelos seus familiares em missões no exterior (Allen 2019). Há variação com relação a países e a períodos, sem contar a própria definição do que pode ser caracterizado como participação feminina, mas no século XVIII elas já integravam o mundo diplomático das cortes europeias. Destaca-se, em especial, nesse período de transição, o papel das embaixatrizes. Uma prova desse avanço são os numerosos guias de recomendação cerimonial da época, recheados de instruções sobre como se portar em eventos sociais (Dumont e Rousset 1739, 50-59). Moser, ao apresentar o caráter essencial da atividade da embaixatriz para o sucesso de uma missão diplomática, recomendava ao diplomata que confidenciasse informações para sua esposa, de maneira que ela pudesse assessorá-lo (Moser 1752, 159-167).

Portugal era um dos países com menor número de representantes diplomáticos no exterior – 2% das missões permanentes ou temporárias totais da Europa (Roosen 1978, 3, 6). Como a maioria eram embaixadores extraordinários, com missões mais curtas e temporárias, seria natural que os chefes de missão levassem somente secretários. A presença de membros de ordens religiosas como membros de missão reduzia ainda mais a possibilidade de deslocamento feminino, pois como não tinham esposas nem filhas, nesses casos não existiam canais para mulheres exercerem papéis proativos no domínio diplomático (Monteiro, Cardim, e Felismino 2005). O diplomata português Francisco de Sousa Coutinho, atuando

¹ Sobre os rituais da corte no Brasil e a busca por um padrão de civilização, ver Malerba (2000, 82-89).

na Holanda em 1643, talvez tenha sido o primeiro após a Restauração a observar a mudança do padrão internacional. Ele relatou que a elite local duvidou de seu caráter permanente de representante da coroa portuguesa por não estar com sua esposa – os diplomatas no país estavam acompanhados de cônjuges e perguntavam repetidamente onde estava a sua. Pediu, então, autorização ao rei em Lisboa para sua esposa ir para a Holanda (Prestage e Azevedo 1920, 11, 13). No século XVIII, as embaixatrizes já eram elemento importante das estratégias de ascensão profissional de diplomatas portugueses ambiciosos. Um caso relevante é Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, que casou em Viena com uma condessa austríaca dama da corte e parente do célebre marechal conde Leopoldo José von Daun, com o beneplácito da imperatriz Maria Tereza (Conde da Carnota e Fonseca e Castro 1872, 23, 25).

Não há estudo prosopográfico do grupo de esposas de diplomatas em Portugal e, depois, no Brasil, mas a evidência disponível indica que eram nobres portuguesas ou estrangeiras. No primeiro caso, estar associada à vida diplomática foi certamente uma fonte de libertação. A visão tradicional é que as mulheres, mesmo da elite, eram pouco educadas, pouco circulavam fora de casa, ocupando seu tempo com atividades domésticas, lidando com a supervisão da educação dos filhos e das atividades do lar e, quando eram alfabetizadas, limitando-se à leitura de textos de natureza religiosa (Bernardino 1986, 113-124).

Hoje, a tese de que eram reclusas, analfabetas, religiosas e sedentárias não é abrangente. Após décadas de pesquisas, há indicação de que ocorreu, a partir da segunda metade do século XVIII, lenta transição do papel da mulher, especialmente na elite portuguesa (Anastácio 2010, 97-98). Sinais dessa mudança são encontrados na redução do fluxo das mulheres da elite para clausuras religiosas e no aumento da interação com homens em ambientes controlados.² O resultado foi «maior exposição em público, maiores oportunidades para socializar tanto dentro do grupo como com membros do sexo oposto, maior oportunidade para gratificação pessoal e até maiores oportunidades de educação» (Esdaile 2014, 41-42).

No Brasil, a evolução também foi sensível. Capistrano de Abreu apontou, ao analisar a colônia, a segregação espacial por gênero no cotidiano (Capistrano de Abreu 1954, 355). No período joanino, essa foi também a interpretação de muitos viajantes.³ Ocorreu, contudo, uma evolução da historiografia. Hoje, é possível identificar que mulheres do estrato popular, incluindo escravas, tinham grande papel na circulação econômica, e mesmo mulheres da elite interagiam socialmente

² Margarida Sobral Neto indicou a dificuldade ainda existente de «construir a síntese fundamentada sobre a sua [das mulheres] participação nos diversos níveis da realidade social» (Sobral Neto 2001, 41). Mesmo no ambiente monástico, muitas mulheres mantiveram ativa vida intelectual (Bellini 2007).

³ Exemplo em Walsh (1831, 100) e Luccock (1820, 111). Viajando pelo interior, Langsdorff encontrou a mesma situação (1997, 184, 204).

no âmbito religioso, cívico e até comercial, principalmente quando viúvas (M. B. N. Silva 1993, 13, 273; Cavalcanti 2004, 81, 172, 223; Kraay 2006, 320).⁴

A diplomacia inscreve-se de forma diferenciada nessa narrativa. As esposas e filhas de diplomatas viviam no contexto da sociedade de corte, e a evidência disponível demonstra que estavam longe de serem ignorantes e atavicamente religiosas. Há indicação de que provinham, em geral, de famílias que valorizavam o conhecimento, inclusive feminino. Sabiam ler e escrever, além de executar várias tarefas para assistir a missão de seus maridos.⁵

Talvez o caso mais emblemático que ilustra a associação feminina ao contexto diplomático seja o de Leonor de Almeida e Portugal, a marquesa de Alorna (1750-1839). Como bem demonstra Vanda Anastácio, ela lia em sete línguas – inclusive o latim –, o que lhe possibilitou acompanhar de perto as novidades literárias de sua época (Anastácio 2011). Sua trajetória biográfica demonstra seu poder de agência na consolidação de redes sociais próprias, através das quais se posicionou e manobrou politicamente. Primeiro, casou-se com o nobre alemão Karl-August von Oeyenhausen-Gravenburg contra a vontade de seu pai – mas com o apoio da rainha Maria I. Segundo, conseguiu que seu marido fosse designado ministro para um posto diplomático em Viena. Sua própria narrativa sobre como conseguiu este feito é relevante para identificar o exercício do poder feminino no momento crucial da vida diplomática de então – a nomeação para um posto no exterior. A condessa informou que, em 1780, se deslocou ao Paço Real de Salvaterra dos Magos. Lá, utilizou os contatos com as princesas, damas e camareira-mor para aproximar-se da rainha e solicitar o favor. Recebeu uma resposta seca e evasiva. Permaneceu, contudo, nesse ambiente de corte durante um tempo, tomando «conhecimento daquele terreno, da linguagem necessária nele e dos indivíduos que compunha a casa de sua majestade». Sua principal conclusão nesse processo de observação era que «na nossa corte é preciso pedir e que de pouco ou nada serve merecer». Partiu, então, para a batalha. Isso envolveu atuar na rede de intrigas do paço e ser extremamente obstinada – «me propus não sair sem arrancar meu marido à situação penosa em que se achava». O interessante desse processo é que a coalizão de forças a favor de sua pretensão era predominantemente feminina, enquanto seus inimigos, particularmente o visconde e o marquês de Angeja e o arcebispo de Tesalônica, eram homens (Cidade 1941, 60-68). Ela acabou obtendo sucesso.

Leonor de Almeida e Portugal acompanhou seu marido na missão em Viena, que durou cinco anos (1780-1785), residindo depois na França. Em uma carta escrita no início de sua vida diplomática, compartilhou: «As diversas gentes, os

⁴ Ainda há, no entanto, muitos que indicam a predominância da reclusão. Ver, por exemplo, Tostes (2008).

⁵ Inexistem estudos prosopográficos específicos sobre esse período, especialmente no período do Antigo Regime. Vários trabalhos, no entanto, apresentam essas características em casos específicos. Ver, por exemplo, Allen (2019) e James e Sluga (2015).

costumes diversos, tudo tem aumentado consideravelmente o número de minhas ideias» (*apud* Anastácio 2017, 135-136). Ao retornar a Portugal com essas novas ideias, reproduziu em sua residência os salões que frequentava em Viena. Nesse contexto, tornou-se um elo entre a sociedade ilustrada portuguesa e as práticas sociodiplomáticas de Viena, reunindo ao seu redor romancistas e poetas, trazendo e debatendo as últimas novidades literárias das capitais europeias (Carvalho 1898, 68-69; Anastácio 2010, 93; Andrade 2011, 212-213). Seu perfil aristocrático, sua experiência em Viena, sua extensa rede de contatos e a habilidade política levou à sua nomeação para dama de honra de Carlota Joaquina. Ela inundava a elite política de correspondência, redigindo até uma memória «sobre a situação internacional de Portugal», com «sugestões sobre os seus remédios», ao príncipe regente D. João VI (Cidade 1941, 127). Não é possível saber como foram recebidas suas sugestões neste caso, mas sabe-se de pelo menos um caso em que incomodou os homens de sua época. Quando residiu em Londres, durante as guerras napoleônicas, Lord Strangford reclamou ao ministro português da incômoda situação: ela «apanhou um jeito terrível de me escrever longas cartas, e eu julgo que pensa que eu não tenho mais que fazer do que responder-lhe» (*apud* Pereira 1956, 57). Esse tipo de reclamação não era pontual nas cortes europeias. Charles J. Esdaile relata que, na Espanha, o *Diario Mercantil de Cádiz* informou seus leitores do facto de os ambientes de exercício do poder político estarem inundados de mulheres que se tornaram intermediárias profissionais na atividade de buscar favores (Esdaile 2014, 143).

As filhas de diplomatas estavam no centro das estratégias de ascensão social da nobreza no Antigo Regime. As questões, muitas vezes, tinham desdobramentos cruéis. Na época pombalina, Izabel Juliana de Souza Coutinho, filha de Vicente de Souza Coutinho, representante português em Paris e chefe de uma das casas mais ricas do reino, foi designada pela família para casar com o filho do Marquês de Pombal, mas logo rebelou-se. Por três anos batalhou contra o matrimônio. O primeiro-ministro aquiesceu ao divórcio, mas obrigou sua ex-nora a entrar para um convento. Viveu enclausurada por oito anos, até a morte do rei D. José (Carvalho 1898, 13-21). Casou-se, posteriormente, com um diplomata – Alexandre de Sousa e Holstein, primeiro representante português na Prússia.

O caso de Izabel Juliana é atípico, mas longe de ser único. Luísa Margarida Portugal de Barros (1816-1891), filha de Domingos Borges de Barros, o visconde da Pedra Branca, um dos mais relevantes diplomatas brasileiros do Império, foi criada e educada em Paris. Fluente em várias línguas e tendo conhecido vários países, seu pai desejava casá-la com Miguel Calmon du Pin e Almeida, o futuro marquês de Abranches. Ele queixou-se a um colega que Luísa rejeitara o noivado porque vivia desde criança na França e não desejava sair do país. «Seus hábitos, suas relações e afeições são da pátria de educação, e que do Brasil mui fracas são as memórias». Seu pai estava devastado: «Sofri muito e sofro ainda. [...] Se V. E. tiver filha, não a eduque fora da pátria», afirmou (*apud* Meneses 1917, 481-482).

A ponderação indica que a formação no exterior de sua filha deu-lhe inde-sejada independência, aos olhos de seu pai. Mas Luísa soube definir sua própria estratégia matrimonial e, acima de tudo, posicionar-se na corte imperial brasileira ao casar-se com o conde francês Eugênio de Barral. Quando a princesa de Joinville, irmã de D. Pedro II, se mudou para a França, precisava da competência técnica de uma pessoa que conhecesse a corte francesa e Luísa foi escolhida para a tarefa, sendo nomeada dama do Paço pelo rei da França.

Foi em decorrência de seu elo com a princesa de Joinville que retornou ao Brasil em colocação de destaque. Após negociar arduamente sua remuneração e cargo, deixou seu marido temporariamente na Europa e retornou ao Brasil em 1847 para ocupar-se da supervisão da educação de Isabel Cristina e Leopoldina Teresa, filhas de D. Pedro II. Sua função, no entanto, extrapolava essas atividades, pois seu conhecimento e rede de contatos com nobres e intelectuais europeus foi colocada ao serviço do rei, uma personalidade com muito interesse em ser visto como monarca ilustrado, na vanguarda de um processo civilizatório, seguindo os padrões europeus em voga então (Priori 2008a). Percebe-se, assim, que tanto na França como no Brasil ela desempenhou um nicho de atividades voltadas para inserir seus empregadores de forma menos subalterna na hierarquia do sistema simbólico das cortes.

Depreende-se desses relatos que é impossível compreender o papel da mulher na diplomacia sem considerar as redes familiares em que estavam inseridas. Era por intermédio delas que adquiriam o aprendizado aristocrático, batalhavam por posição social e mantinham e expandiam seu capital político para avançar os interesses de suas famílias. Diante das demandas que tal posição social exigia, foi natural que muitos diplomatas casassem entre si, criando verdadeiramente uma rede paralela de informações.

A ação obscura

Até aqui indicamos o papel de mães e filhas de diplomatas. Não adentramos no tópico de outras personalidades e até a influência propriamente dita das mulheres na diplomacia. Sobre o primeiro aspecto, convém examinar a figura misteriosa de Suzanne Célie Cappadoce-Pereira. Sabe-se que nasceu em Paris, era poliglota e grande intelectual. Casada com um financista e cônsul português na Dinamarca nascido em Amsterdão, serviu a Antônio de Araújo e Azevedo, futuro conde da Barca, como tradutora na Holanda. Segundo Jean de Pins, tornou-se amante de Araújo (e de seu sucessor), abrindo as portas da elite política e financeira de Paris para os portugueses, atuando inclusive para aproximar-se do conde de Ega como forma de obter informação sobre a movimentação militar dos espanhóis e afastar Napoleão de uma aliança com Madrid (Pins 1976, 123).

Essa atuação tão ostensiva talvez tenha sido minoritária. A presença feminina na diplomacia desenrolava-se principalmente no âmbito da residência do diplomata. Hoje, há grande distância social e espacial entre o mundo do trabalho e o mundo da família. No passado, porém, o domicílio do diplomata era espaço preferencial de exercício diplomático. Isso envolvia eventos – recepções, jantares e encontros – e, naturalmente, a própria secretaria da missão. É nesse contexto que se observa a ação cotidiana da mulher na diplomacia luso-brasileira.

De facto, a análise desse ambiente ajuda a desmistificar a suposta opulência do cotidiano social da profissão no período. Tanto pelas condições resultantes das guerras napoleônicas como pela fragilidade fiscal de Portugal e Brasil, nas décadas de 1820 e 1830, eram elevadas as dificuldades cotidianas no exterior. Isso, em pelo menos um caso, elevou a relevância da atuação feminina. Em 1825, Domingos Borges de Barros relatou que, em decorrência da exiguidade de recursos e do volume de trabalho, teria adotado «a economia a ponto de ser minha mulher [Maria do Carmo] o Secretário da Legação por muito tempo, como aí se verá dos papeis e contas, por ela escritas». Ela havia se despedido «de seus enfeites e joias para memozear pessoas que convém aliciar em bem do Império», correndo toda a cidade de Paris em busca de produtos mais baratos e, mesmo assim, a família sofria grandes prejuízos financeiros – sua esposa também cuidava minuciosamente da contabilidade (*apud* Ministério das Relações Exteriores 1972 [1922], 260; Priori 2008b, 152). O peculiar do caso é que a descrição das atividades de sua mulher aponta que atuou fora do ambiente doméstico para resolver problemas financeiros, o que desafia a tese mais generalizada sobre gênero e diplomacia de que a mulher exercia influência, mas limitada ao lar (Kühnel 2017, 131).

O exame da vida de Gabriela Asinari di San Marsan, esposa de D. Rodrigo de Souza Coutinho, talvez ofereça a contribuição analítica mais relevante nesse conturbado período por transitar de uma vida em um posto diplomático (Legação em Turim) para Lisboa e, depois, para o Brasil. O primeiro aspecto a ser notado é o facto de ser estrangeira – muitos diplomatas portugueses casavam com mulheres ligadas às cortes em que atuavam, a maioria oriunda da nobreza. Isso possibilitou integrar tais representantes em uma rede de relacionamentos transnacionais e ajudava tanto suas missões no exterior como elevava o respectivo *status* em Lisboa. A segunda questão que merece nota é o facto de ter deixado amplo acervo de correspondência, o que permite estudar seu cotidiano (Araújo 2018). Como se observará, esse material é essencial para compreender a inserção de Portugal na complexa ordem política internacional do período joanino.

A primeira atuação de Gabriela foi em sua terra natal, na facilitação dos contatos de seu marido na corte local. Essa atuação durou de 1789 a 1897, quando D. Rodrigo foi chamado a Lisboa para ocupar o cargo de presidente do Real Erário. Ele partiu sozinho, deixando sua família em Turim. Gabriela, nessa circunstância, exerceu o crucial papel de manter as relações sociais e de coletar informações políticas. Ela organizava sua secretaria pessoal, inclusive seus documentos con-

fidenciais, e manteve-o a par dos desenvolvimentos políticos e militares do norte da Itália (Araújo 2018, 284-286). Isso se estende até para as que permaneciam em Lisboa (e posteriormente no Rio de Janeiro), enquanto seus maridos ocupavam postos no exterior. Eugénia da Gama, futura duquesa de Palmela, em certa oportunidade relatou a seu marido a pesada rotina social que tinha na cidade: «Todos os dias comem cá em casa mais de trinta pessoas» (Carvalho 1898, 390). Essas ocasiões permitiam realizar a defesa constante das atividades diplomáticas de seu marido junto à elite local e coletar informações políticas cruciais sobre a instável situação portuguesa no contexto das guerras napoleônicas – algo essencial para o desempenho das atividades diplomáticas de seu marido, então residindo em Londres.⁶

O estudo da ação de Gabriela San Marsan é oportuno por ela ter deixado grande volume de correspondência, tanto para familiares de seu marido como para diplomatas portugueses. Após 1807, essas fontes constituem uma janela para compreender o papel da mulher no cotidiano da secretaria de Negócios Estrangeiros no Brasil. Um de seus primeiros relatos de interesse é a travessia de 77 dias pelo Atlântico a bordo do navio *Príncipe do Brasil* (A. M.-D. Silva 2006, 578-595). Após a chegada ao Rio de Janeiro, seu marido, D. Rodrigo da Souza Coutinho, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Gabriela participou da montagem da repartição em sua própria residência, perto do Passeio Público e da Glória. O regime de trabalho era pesado para a época. As poucas pausas eram para audiências. Gabriela, testemunha e participante desses eventos, provavelmente pelo protocolo mais informal da corte no Rio de Janeiro e pelos distúrbios causados pelos conflitos napoleônicos, acreditava que havia maiores facilidades para a solicitação de despachos junto ao ministro (A. M.-D. Silva 2006, 213, 585). A escassez de pessoal de apoio e o volume de trabalho acabou levando à sua atuação na manutenção de contatos com diplomatas portugueses no exterior.

Um dos principais interlocutores de Gabriela foi João Paulo Bezerra de Seixas, diplomata português com passagens pelos Estados Unidos da América, pela Holanda e pela Rússia. É impressionante o volume de informações diplomáticas que trafega no diálogo epistolar entre ambos. Em francês, ele relata questões financeiras e políticas delicadas, inclusive a sutil tentativa de subornar Hipólito da Costa, o autor do *Correio Braziliense*.⁷ O tom das confidências, sentimental e voltado muitas vezes para o desabafo, denota a construção de uma imagem de sua interlocutora muito comum na época – a de receptáculo terapêutico de frustrações e fonte de suporte emocional. A atuação da condessa, contudo, demonstra como

⁶ A documentação epistolar está disponível para consulta, em microfilme, predominantemente no fundo PT/TT/CPLM/B. O volume de Carvalho (1898) conta com várias transcrições úteis para compreender suas atividades no contexto da diplomacia portuguesa.

⁷ De Bezerra de Seixas para Gabriella de Souza Coutinho. Londres, 7 de março de 1810. PT/TT/CLNH/0086/02.

fazia uso estratégico do estereótipo de gênero para avançar seus objetivos pessoais (James e Sluga 2015, 5). O mais importante para nossos propósitos são os insistentes pedidos de notícias por parte de Bezerra sobre a política de bastidores de intrigas da realeza no Brasil e as insistentes solicitações por favores («*mes petits intérêts personnels*», nas próprias palavras de Bezerra).⁸ Isso demonstra como a condessa adquiriu *status* privilegiado por seus canais de acesso junto ao príncipe regente e sua esposa.

Mesmo com a morte de Souza Coutinho e com a vinda de Bezerra para o Rio de Janeiro, em 1812, este continuou a manter o mesmo relacionamento com Gabriela San Marsan. A razão decorre dos relacionamentos que a condessa tinha na corte. Já com o título de condessa de Linhares, foi nomeada camareira-mor no paço imperial, o que lhe deu acesso ao centro do poder.⁹ A condessa de Linhares correspondia-se cotidianamente com Carlota Joaquina, com o tempo tornando-se uma confidente. Sabia, por esse canal, de várias questões que se passavam na corte e em Madrid. Em fevereiro de 1821, a rainha fez o assentamento da carta régia para nomeá-la camareira-mor da princesa real – garantido, assim, sua influência sobre a próxima geração.

Era esse acesso privilegiado que tanto interessava Bezerra, que buscava melhor posicionar sua esposa, Isabel Sill Bezerra, nos círculos íntimos da família real. Isabel e Gabriella criaram canal próprio de comunicação em inglês e em francês. Por essa correspondência sabe-se que Isabel era instada por seu marido a manter comunicação informal com João de Souza Coutinho, 2.º conde de Linhares, diplomata português e filho de Gabriella, então na Sardenha.¹⁰ Após a morte de seu marido, em 1817, Isabel tornou-se figura central na corte e continuou mantendo a correspondência. Ela foi agraciada após a morte de seu marido com o título de viscondessa de Itaguaí e nomeada dama efetiva da princesa Leopoldina (a viscondessa de Santos seria primeira dama).

A condessa de Linhares também foi habilidosa em fomentar laços com a elite brasileira. Uma das amigas mais próximas foi Felisberto Caldeira Brant, futuro marquês de Barbacena, o diplomata que negociou a Independência do Brasil em Londres. Brant tornou-se um guia para os filhos da condessa.¹¹ Esse aspecto é importante para iluminar uma das teses mais centrais da historiografia do período: a da interiorização da metrópole, sintetizando o enraizamento dos interesses portugueses transmigrados no Brasil (Dias 1986, 165). A relação entre Brant e Gabriella indica que, além das alianças matrimoniais, as mulheres ligadas

⁸ De Bezerra de Seixas para Gabriella de Souza Coutinho. Haia, 27 de março de 1809. PT/TT/CLNH/0086/02.

⁹ Sua documentação passiva e ativa está disponível predominantemente no fundo PT/TT/CLNH.

¹⁰ De Isabel Bezerra para condessa de Linhares. 1.º de maio de 1817. PT/TT/CLNH/0086/10.

¹¹ Há várias cartas trocadas entre os dois. Ver, por exemplo, PT/TT/CLNH/0064/06 e PT/TT/CLNH/0066/07.

à diplomacia foram essenciais na construção de elos entre a elite portuguesa emigrada e a brasileira.

Conclusão

Neste artigo, buscou apresentar-se o papel da mulher na diplomacia luso-brasileira. O deslocamento e instalação em cortes estrangeiras levou à aproximação de mulheres que conhecessem os códigos sociais em que estavam inseridas. As vinculadas às casas diplomáticas (esposas e filhas) estavam bem posicionadas para ocupar tal espaço. Elas cruzavam as fronteiras entre Estados, mantinham contato cotidiano com as sociedades de corte e adquiriam o conhecimento de suas regras formais e informais. Isso abriu campo amplo de canais de influência. Pode-se dizer até que a vida diplomática exigia delas a capacidade de ler, escrever, analisar movimentações políticas e atuar para assistir a missão de seus maridos e/ou pais.

O marco temporal deste estudo coincidiu com a ascensão e o declínio dos salões europeus. As mulheres, nesses ambientes, exerciam papel fundamental na transmissão de ideias e práticas sociais (McMillan 2000, 8-13). Tanto em Lisboa como no Rio de Janeiro, há indicações de que serviam de intermediárias de uma rede transnacional que influenciou a constituição social das mulheres da elite – algo não distinto do que ocorria em Viena e Paris.¹² Desse modo, a *salonnière* vinculada à diplomacia convertia espaços privados em esfera pública e aproveitava sua rede de contatos e conhecimento sobre as novidades das capitais cosmopolitas como ativo junto à sociedade local, influenciando costumes e ideias, como seria o caso da condessa de Barral acima mencionada, no Segundo Reinado (Priori 2008a).

O caso de Leonor de Almeida e Portugal, a marquesa de Alorna, demonstra como foi o aprendizado da sociedade de corte e como foi amplamente ativa na constituição de sua própria posição social de embaixatriz, ao batalhar para a nomeação de seu marido. O conhecimento da corte austríaca e a construção de laços sociais transnacionais foi, por sua vez, essencial para ser nomeada dama de honra de Carlota Joaquina. Sua biografia também demonstra a importância que as mulheres inseridas na diplomacia tiveram na intermediação das práticas de sociabilidade ao fim do Antigo Regime. Outro exemplo é Luísa Margarida Portugal de Barros. Pelo conhecimento que tinha do funcionamento da corte francesa, foi nomeada para ser dama do paço, ajudando a princesa de Joinville a aclimatar-se no novo ambiente social. Com a vivência na corte francesa, portadora dos modos e práticas de um centro civilizacional, gabaritou-se para exercer o papel de for-

¹² Sobre a atuação de *salonnières* no âmbito diplomático, ver Ferraguto (2016) e Mori (2015). No caso português, ver os casos de Marie-Urbano de Lima Barreto, Suzanne Cappadoce-Peireira e Marianne da Silva em Pins (1984), 79-190.

madora da realeza brasileira em uma tentativa de elevar o perfil da corte imperial sediada no Rio de Janeiro.

O ambiente de corte deve ser examinado em paralelo com a «casa» do embaixador. Neste artigo, mostrou-se que, assim como em outros países, a mulher desempenhou papel de grande relevância no cotidiano da diplomacia em decorrência do papel doméstico que exercia. Esse é um elemento importante, pois não havia uma segmentação espacial de gênero entre a casa e o trabalho naquela época, como ocorreu posteriormente. As crises fiscais e o grande volume de trabalho sobre o aparelho diplomático português e brasileiro, contudo, criaram um conjunto de condições particulares para o exercício da ação feminina provavelmente inexistentes em outros locais. Domingos Borges de Barros teve de utilizar sua própria esposa como secretária de legação, tendo ela minutado muitos dos documentos de sua missão. No Rio de Janeiro, a condessa de Linhares, acompanhando o funcionamento da repartição dos Negócios Estrangeiro e da Guerra em seu próprio lar, atuou para manter canais informais de comunicação com diplomatas portugueses na Europa em decorrência da pesada agenda de seu marido.

O *status* que exerciam na sociedade de corte as tornaram especialmente relevantes para as estratégias de ascensão familiares por intermédio da política de matrimônios. Mostrou-se aqui que as experiências de vida singular de algumas dessas mulheres tornaram-nas resistentes a seguir o curso das estratégias matrimoniais de suas casas, demonstrando grande desejo de independência. Algumas dessas decisões foram positivas. O cálculo político, contudo, não foi sempre certo. Juliana Maria de Oyenhausen e seu marido apostaram em Napoleão e acabaram afastados da corte portuguesa.

Neste artigo, argumentou-se que, mesmo na hipótese de não terem exercido influência significativa, o estudo das mulheres ligadas à diplomacia é importante, pois as fontes epistolares deixadas por elas são essenciais para compreender as motivações dos principais decisores e o cotidiano do poder. A extensa documentação deixada pela primeira condessa de Linhares é um claro exemplo nesse sentido.

Considerando que esta contribuição foi só uma abordagem preliminar de uma agenda de pesquisa muito ampla e ainda pouco explorada, quais são os próximos passos? O primeiro é certamente empírico. O grupo das mulheres e filhas de diplomatas não foi delimitado, de maneira que não é possível saber se os exemplos encontrados fazem parte de um padrão geral ou são exceções. Como Nuno Gonçalo Monteiro afirmou, a nobreza em Portugal era peculiar no âmbito europeu pela elevada proporção de mulheres da elite destinadas às ordens religiosas e pelo papel subalterno que tinham nas estratégias de engrandecimento de suas respectivas famílias até ao final do século XVIII (Monteiro 2003). Seriam as mulheres ligadas à diplomacia um grupo diferenciado dentro da elite portuguesa? Seriam elas distintas de suas congêneres em outros países? O segundo passo é examinar o efeito das mudanças do Congresso de Viena e das restaurações monárquicas

do período pós-napoleônico em Portugal e, posteriormente, no Brasil. Na literatura, há indicação de que teria ocorrido significativo declínio do salão – e o papel feminino da *salonnière* (Sluga 2014, 2015, 122). Será que essa tendência atingiu a mulher luso-brasileira em espaços fora da Europa? Terceiro, deve-se aprofundar o exame do papel particular de Portugal e do Brasil dentro da hierarquia simbólica de gênero do sistema internacional e como isso afetou as práticas cotidianas das mulheres envolvidas, ainda que indiretamente, em atividades diplomáticas.

Referências bibliográficas

- Allen, Gemma. 2019. «The Rise of the Ambassadors: English Ambassadorial Wives and Early Modern Diplomatic Culture». *The Historical Journal* 62 (3): 617-638. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0018246X1800016X>
- Anastácio, Vanda. 2010. «Women and literary sociability in eighteenth-century Lisbon». In *Women writing back/writing women back: transnational perspectives from the late Middle Ages to the dawn of the modern era*, organizado por Anke Gilleir, Alicia Montoya and Suzanna van Dijk, 93-114. Leiden: Brill.
- Anastácio, Vanda. 2011. «Alcipe e o Brasil: notas para uma investigação». In D. João VI e o oitocentismo, organizado por Tânia Maria Bessone, Gilda Santos, Ida Alves, Madalena Vaz Pinto e Sheila Hue, 259-268. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj.
- Anastácio, Vanda. 2017. «Women writers in an international context: was the marchioness of Alorna (1750-1839) cosmopolitan?». In *Cosmopolitanism in the Portuguese-Speaking World*, organizado por Francisco Bethencourt, 132-143. Leiden: Brill.
- Andrade, Maria Ivone de Ornellas de. 2011. «Um salão oitocentista». *Cultura* 28: 203-216. DOI: <https://doi.org/10.4000/cultura.265>
- Araújo, Ana Cristina. 2018. «Narrar e silenciar o cotidiano. A correspondência de Gabriella Asinari di San Marzano Sousa Coutinho (1789-1821)». *Revista Portuguesa de História* 47: 269-291. DOI: https://doi.org/10.14195/0870-4147_47_14
- Bellini, Ligia. 2007. «Vida monástica e práticas da escrita entre as mulheres em Portugal no Antigo Regime». *Campus Social-Revista Lusófona de Ciências Sociais* 3-4: 209-218. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/campusocial/article/view/233>
- Bernardino, Teresa. 1986. *Sociedade e atitudes mentais em Portugal, 1777-1810*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Capistrano de Abreu, João. 1954. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet.
- Carvalho, Maria Amália Vaz. 1898. *Vida do duque de Palmella, D. Pedro de Souza Holstein*. Volume 1. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Cavalcanti, Nireu Oliveira. 2004. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Cidade, Hernani, ed. 1941. *Marquesa de Alorna. Inéditos. Cartas e outros escritos*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Conde da Carnota, e J. M. da Fonseca e Castro. 1872. *Memorias do marquez de Pombal, contendo extractos dos seus escriptos e da correspondencia diplomatica inedita existente em diferentes secretarias d'estado, por John Smith... traduzidas por J. M. Fonseca e Castro*. Lisboa: A. M. Pereira.

- Denéchère, Yves, ed. 2004. *Femmes et diplomatie. France – XX^e siècle*. Bruxelles: Peter Lang.
- Dias, Maria Odila Leite da Silva. 1986. «A interiorização da metrópole (1808-1853)». In 1822: dimensões, organizado por Carlos Guilherme Mota, 160-186. São Paulo: Perspectiva.
- Dumont, Jean, e Jean Rousset. 1739. *Le Ceremonial Diplomatique des cours de l'Europe ou collection des actes, memoires et relations qui concernent les dignitez, titulatures, leurs sacres, couronnemens, mariages, batêmes, & enterremens; les investitures des grands fiefs; les entrées publiques, audiences, fonctions, immunitéz & franchifés des ambassadeurs & autres ministres publics; leurs disputes & démêlez de préféance; et en général tout ce qui a rapport au cérémonial & à l'etiquette*. Vol. 2. Amsterdam: Chez les Janssons à Waesberge, Wetstein & Smith, & Z. Chatelain.
- Esdaille, Charles J. 2014. *Women in the Peninsular War*. Norman, OK: University of Oklahoma Press.
- Ferraguto, Mark. 2016. «Representing Russia: luxury and diplomacy at the Razumovsky Palace in Vienna, 1803-1815». *Music and Letters* 97 (3): 383-408. DOI: <https://doi.org/10.1093/ml/gcw050>
- Garner, Karen. 2018. *Women and gender in international history: theory and practice*. London: Bloomsbury Academic.
- James, Carolyn. 2015. «Women and diplomacy in Renaissance Italy». In *Women, diplomacy and international politics since 1500*, organizado por Glenda Sluga e Carolyn James, 13-29. New York: Routledge.
- James, Carolyn, and Glenda Sluga. 2015. «The long international history of women and diplomacy». In *Women, diplomacy and international politics since 1500*, organizado por Glenda Sluga e Carolyn James, 1-12. New York: Routledge.
- Kraay, Hendrik. 2006. «Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25)». In *A independência brasileira: novas dimensões*, organizado por Jurandir Malerba, 303-342. Rio de Janeiro: FGV.
- Kühnel, Florian. 2017. «“Minister-like Cleverness, Understanding and Influence on Affairs”: Ambassadors in Everyday Business and Courtly Ceremonies at the Turn of the Eighteenth Century.» In *Practices of diplomacy in the early modern world c. 1410-1800*, organizado por Tracey Amanda Sowerby e Jan Hennings, 130-146. London: Routledge.
- Langsdorff, George H. von. 1997. *Os diários de Langsdorff*. 3 vols. Campinas; Rio de Janeiro: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Casa de Oswaldo Cruz; Editora Fiocruz.
- Luccock, John. 1820. *Notes on Rio de Janeiro, and the southern parts of Brazil; taken during a residence of ten years in that country, from 1808 to 1818*. London: S. Leigh.
- Malerba, Jurandir. 2000. *A corte no exílio. Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- McCarthy, Helen. 2015. «Gendering diplomatic history: women in the British diplomatic service, circa 1919-1972». In *Women, diplomacy and international politics since 1500*, organizado por Glenda Sluga e Carolyn James, 167-181. New York: Routledge.
- McMillan, James F. 2000. *France and women, 1789-1914: gender, society and politics*. London: Routledge.
- Meneses, Antônio Teles da Silva Caminha. 1917. «Correspondência do Marquez de Resende». *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 80 (1): 155-525.
- Ministério das Relações Exteriores. 1972 [1922]. *Arquivo diplomático da Independência. Volume IV. Áustria – Estados da Alemanha*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores.

- Monteiro, Nuno Gonçalo. 2003. «17th and 18th century Portuguese Nobilities in the European Context: A historiographical overview». *E-Journal of Portuguese History* 1 (1). Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/en/node/84951>
- Monteiro, Nuno Gonçalo, Pedro Cardim e David Felismino. 2005. «A diplomacia portuguesa no Antigo Regime. Perfil sociológico e trajetórias.» In *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*, organizado por Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha, 277-337. Lisboa: ICS.
- Mori, Jennifer. 2015. «How Women Make Diplomacy: The British Embassy in Paris, 1815-1841». *Journal of Women's History* 27 (4): 137-159. DOI: <https://doi.org/10.1353/jowh.2015.0042>
- Moser, Friedrich Carl. 1752. *L'ambassadrice et ses droits*. Berlin: É. de Bourdeaux.
- Pereira, Angelo. 1956. *D. João VI príncipe e rei. A Independência do Brasil*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Pins, Jean de. 1976. «Un grand ministre Portugais au temps de Napoleon: le Comte de Barca (1754-1817)». *Revue de l'Institut Napoléon* 132 (1): 103-140.
- Pins, Jean de. 1984. *Sentiment et diplomatie d'après des correspondances franco-portugaises: contribution a l'histoire des mentalités au début du XIXe siècle*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian.
- Prestage, Edgar, e Edgar Azevedo, orgs. 1920. *Correspondência diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante sua embaixada em Holanda. Volume 1 – 1643-1646*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Disponível em <https://archive.org/details/correspondencia00sousuoft/page/n7>
- Priori, Mary del. 2008a. *Condessa de barral: a paixão do Imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Priori, Mary del. 2008b. «Um poeta no tempo de D. João VI». *Revista Brasileira* 54: 125-162. Disponível em <http://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/revista-brasileira-54.pdf>
- Roosen, William. 1978. «A new way of looking at early modern diplomacy: quantification.» *Proceedings of the Western Society for French History* 5: 1-16.
- Silva, André Mansuy-Diniz. 2006. *Portrait d'un homme d'Etat, D Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. II. 2 vols*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centre culturel Calouste Gulbenkian.
- Silva, Maria Beatriz Nizza. 1993. *Vida privada e quotidiano no Brasil. Na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Sluga, Glenda. 2014. «On the Historical Significance of the Presence, and Absence, of Women at the Congress of Vienna, 1814-1815». *L'Homme* 25 (2): 49-62. DOI: <https://doi.org/10.7788/figurationen-2014-0205>
- Sluga, Glenda. 2015. «Women, diplomacy and international politics, before and after the Congress of Vienna». In *Women, diplomacy and international politics since 1500*, organizado por Glenda Sluga e Carolyn James, 120-136. New York: Routledge.
- Sobral Neto, Margarida. 2001. «O papel da mulher na sociedade portuguesa setecentista». In *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*, organizado por Júnia Ferreira Furtado, 25-44. Belo Horizonte: UFMG.
- Tostes, Vera Lúcia Bottrel. 2008. «O Rio de Janeiro no tempo de D. João VI.» *Revista Brasileira* 54: 263-276. Disponível em <http://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/revista-brasileira-54.pdf>
- Towns, Ann E. 2010. *Women and states: norms and hierarchies in international society*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Walsh, R. 1831. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. 2 vols. Boston; New York: Richardson G. & C. & H. Carvill.
- Zalewski, Marysia. 2010. «Feminist international relations: making sense...» In *Gender matters in global politics: a feminist introduction to international relations*, organizado por Laura J. Shepherd, 28-43. London: Routledge.

Rogério de Souza Farias. Doutor pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Como Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), atuou no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Ganhou o Concurso de Teses da Associação Brasileira de Relações Internacionais em 2013. Foi visiting scholar do Lemann Institute for Brazilian Studies (2013-2017) e associate do Center for Latin American Studies da Universidade de Chicago (2014-2017).

Endereço eletrônico: rofarias@gmail.com

Artigo recebido a 29 de junho e aceite para publicação a 14 de setembro de 2019.

Dossier

Género e status em política internacional:
Dinâmicas de cooperações, conflitos
e ativismos – Coordenação de Vânia
Carvalho-Pinto e Andrea Fleschenberg

GENDER QUOTAS IN INDONESIA: RE-EXAMINING THE ROLE OF INTERNATIONAL NGOs

Ella Syafputri Prihatini and Wahidah Zein Br Siregar***

Abstract

Women's political representation in Indonesia has been rather limited and has fluctuated since independence in 1945. In a hope to improve this situation, a legislated gender quota of 30 percent for candidates in Indonesia was first implemented in the 2004 elections. In this paper, we strive to answer the question of what is the role of international NGOs in helping the process of the provision of candidate gender quotas in Indonesia. By analysing literature on the importance of gender quotas from theoretical perspectives, examples on the implementation of quotas of other countries, role of NGO in democracy as well as in women political representation, and interviews with six participants from two Indonesian NGOs and two International NGOs, who were directly involved in the process of endorsing gender quotas, we found that the influence of international NGOs has been significant and yet indirect as the pursuit of affirmative action policy is only part of the bigger project in promoting gender equality.

Keywords: gender quotas, Indonesia, international NGOs, women's representation.

Resumo

Quotas de género na Indonésia: reexame do papel das ONG internacionais

A representação política das mulheres na Indonésia tem sido bastante limitada e oscilou desde a independência em 1945. Na esperança de melhorar essa situação, uma quota de género de 30% dos candidatos foi implementada pela primeira vez nas eleições de 2004 na Indonésia. Neste artigo, esforçamo-nos para responder à pergunta sobre qual o papel das ONG internacionais no apoio ao processo de estabelecimento de quotas de género nas candidaturas eleitorais na Indonésia. Ao analisar a literatura sobre a importância das quotas de género a partir de perspetivas teóricas, de exemplos sobre a implementação de quotas noutros países, do papel das ONG na democracia e na representação política das mulheres, e de entrevistas com seis participantes de duas ONG indonésias e duas ONG internacionais que estiveram diretamente envolvidas no processo de estabelecimento de quotas de género, verificámos que a influência das ONG internacionais tem sido significativa, ainda que indireta, uma vez que a procura de políticas de ação afirmativa é apenas uma parte do projeto mais amplo de promoção da igualdade de género.

Palavras-chave: quotas de género, Indonésia, ONG internacionais, representação de mulheres.

* PhD in Political Science and International Relations, University of Western Australia, Perth, Australia.

Postal Address: 35 Stirling Hwy, Nedlands, 6009 Perth, Australia.

Email address: ella2syafputri@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6710-1250>

** PhD in Political Science and International Relations, UIN Sunan Ampel Surabaya, Indonesia.

Postal address: Jalan A. Yani 117, Surabaya, 60237 Jawa Timur, Indonesia.

Email address: adek.azsiregar.siregar@gmail.com

Résumé

Les quotas de genre en Indonésie : réexaminer le rôle des ONG internationales

La représentation politique des femmes en Indonésie a été plutôt limitée et a fluctué depuis l'indépendance de 1945. Avec l'espoir d'améliorer cette situation, un quota de 30% de femmes, prévu par la loi, a été mis en place lors des élections de 2004. Dans cet article, nous nous efforçons de répondre à la question de savoir quel est le rôle des ONG internationales dans le processus de mise en place de quotas de candidats par sexe en Indonésie. En analysant la littérature sur l'importance des quotas de genre du point de vue théorique, des exemples sur la mise en œuvre de quotas d'autres pays, le rôle des ONG dans la démocratie ainsi que dans la représentation politique des femmes, et des entretiens avec six participants de deux ONG indonésiennes et deux internationales, qui ont participé directement au processus d'approbation des quotas de genre, nous avons constaté que l'influence des ONG internationales était importante et indirecte, la poursuite de la politique de discrimination positive n'étant qu'une partie du plus grand projet de promotion de l'égalité des sexes.

Mots-clés: quotas de genre, Indonésie, ONG internationales, représentation des femmes.

Introduction

The provision of gender quotas in Indonesia –the world's third-largest democracy– is in line with the global trend in adopting this affirmative action policy. The end of Suharto's New Order regime and the start of *Reformasi* in 1998 offered a huge window of opportunity for activists to pursue advocacy in women's rights, including in political representation (Bessell 2010). After a series of debates and negotiations, both inside and outside of parliamentary chambers, a 30 percent legislated candidate quota was introduced in 2003 and implemented for the first time in the 2004 elections.

While many studies have observed the progress of women's share in Indonesia's national Lower House (*Dewan Perwakilan Rakyat/DPR*) (Shair-Rosenfield 2012; Hillman 2017; Prihatini 2019a) and the process of introducing gender quotas (Siregar 2005; Soetjpto 2005), observations specifically related to the role of international actors remain limited. How have NGOs that are funded by international donors supported the process of the provision of legislated gender quotas? Is it pertinent to suggest that the introduction of gender quotas in Indonesia is a result of the diffusion of international norms related to gender equality? This paper aims to unravel these questions by re-examining the role of international NGOs in helping the promotion of gender quotas in the legislation process in Indonesia.

The data presented in this paper is a combination of a literature review and interviews which involved women's rights activists, former MPs and international NGO representatives. In total six participants have been interviewed (see Table 1). Four of them are from Indonesian NGOs: two from KPI (Koalisi Perempuan Indonesia – Indonesian Women Coalition) and two from CETRO (Center for Electoral Reform). The other two are from International NGOs: one from IRI (Inter-

national Republican Institute) and one from Partnership. We chose these NGOs because of their involvement in the effort to increase women's political representation (see Siregar 2010). KPI and CETRO, even though they are national NGOs, have good relations with International NGOs or donor agencies. They have received some funds from these institutions to run their programs.

Table 1.
List of respondents and their affiliations

No.	Name	Organization
1	Nursyahbani Katjasungkana	Koalisi Perempuan Indonesia (KPI)
2	Dian Kartikasari	Koalisi Perempuan Indonesia (KPI)
3	Ani Soetjipto	Center for Electoral Reform/Cetro (Pusat Reformasi Pemilu)
4	FSS Ery Seda	Center for Electoral Reform/Cetro (Pusat Reformasi Pemilu)
5	Delima Saragih	International Republican Institute (IRI)
6	Wahidah Suaib	Kemitraan

The rest of this paper is structured as follows: a theoretical framework on the role of NGOs in democracy and in increasing representation of women in politics is in the first section; an overview of women's parliamentary representation in Indonesia, which elaborates on trends in nomination as well as in women's electability over the years; a section discussing findings from the literature review and interviews with respondents which are comprised of female activists, former MPs, and international NGO representatives; another section presents the remaining challenges in promoting women's political representation in a post-gender quotas environment, highlighting the enduring gaps in enhancing women's share in parliament. Conclusions and suggestions are discussed in the final section.

NGOs, Democracy, and Political Representation of Women

NGOs play an important role in democracy (Byers 2007; Suleiman 2013). Even in countries where democracy is missing, such as in China, NGOs try to find ways to practice democracy (Jacka 2010). Suleiman summarizes three typologies of relations between NGOs and democracy or good governance. In Europe, they work hand in hand with governments to formulate policies. Governments adopt a view that good cooperation among stakeholders of the country, the state apparatus, the market, and civil society can produce qualified and creative policies so that people can adapt well to the changes they face. In America, NGOs are viewed as independent organizations that help society come under less government control and that monitor government policies to ensure accountability. In developing

countries, NGOs help governments to enact reform processes to strengthen democracy (Suleiman 2013, 245-246).

Obviously, not every effort made by NGOs can be successful. Some studies have provided evidence of the failure of NGOs—either local, but supported by international agencies, or purely international—in strengthening democracy in the countries where they work (Rahman 2006; Jacka 2010; Cumming 2011). Nevertheless, NGOs' role in democratization is pivotal as they are working in all its phases (Herrold 2016). Firstly, during the pre-transition period, NGOs serve as spaces of mobilization where opposition groups develop their platforms and recruit supporters. In the following phase, NGOs continue to act as mobilizing structures that also pressure and advise transitional government institutions to be more transparent and accountable to citizens. Lastly, in the democratic consolidation phase, NGOs pressure the state for further democratic reforms but also enter into the business of inculcating democratic values. Herrold (2016) further argues that NGOs are thought to voice various groups and interests in public, including women and other minority groups.

In her seminal work, Roces (2010) argues that the global expansion of civil society in the last 30 years has been exemplified by the proliferation of NGOs; for example, women's NGOs were prime actors in women's movements in many Asian countries. During the authoritarian government under Suharto's presidency, freedom of expression was extremely limited. However, international agreements strongly related to women's issues—such as the 1979 Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW) and the 1995 Beijing Platform for Action—helped NGOs in pursuing women's agendas. Blackburn (2010) suggests that feminist NGOs began to form under the leadership of well-educated young women who pursued various aspects of women's rights. Her chapter highlights the importance of foreign funding for a number of Indonesian NGOs, reflecting the women's movement on the international stage. With the ratification of The CEDAW through Law Number 7 of 1984, various gender mainstreaming laws were passed. Throughout this article, we aim to unpack the role of NGOs in pursuing gender quotas in Indonesia.

Women's Parliamentary Representation in Indonesia

Indonesia, the largest Muslim-majority country in the world, is often considered to have achieved a successful transition from authoritarian to democratic governance. Despite some limitations, this transition has been shaping and influencing the socio-political representation of women at both national and local levels. Indonesian women comprise half of the national population and were granted universal suffrage at the time of Independence, in 1945. Yet their presence in poli-

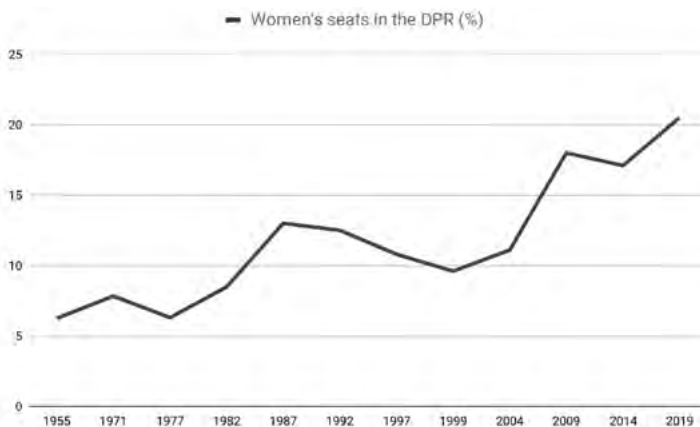
tics remains insignificant. Women's share in the national assembly (*Dewan Perwakilan Rakyat/DPR*) in the post-Suharto era has always been lower than 25 percent.

The struggle to improve women's role and status in Indonesia began long before the country's independence in 1945 (Prihatini 2019b). Along with men, Indonesian women also fought fiercely against colonial rule by the Netherlands and for the establishment of the modern Indonesian state (Oey-Gardiner and Bianpoen 2000). They also fought for the betterment of women's welfare by providing education for girls, refusing polygamy, and ending restrictions on women's active engagement in the public domain. Hence, the 1945 Constitution stipulates universal suffrage, which enabled women to vote and to stand in elections (Oey-Gardiner and Bianpoen 2000).

Like many other countries in the global South, women's parliamentary representation in Indonesia has been rather limited and irregular. In the first election in 1955, there were only 17 female MPs out of 272 elected lawmakers (6.25%). Progress was made during Suharto's authoritarian New Order regime (1966-1998) when in 1987 a peak of 13 percent was reached (see Figure 1). In the hope of improving this situation, a legislated gender quota of 30 percent for candidates in Indonesia was first implemented in the 2004 elections. Following this positive discrimination, women's share in the DPR rose significantly in 2009, with 18 percent of elected MPs being women. The next general election in 2014 showed a small setback as, instead of continuing the momentum of growth, the gender ratio was reduced slightly by one percentage point. The results in 2014 are considered as a paradox as the implementation of gender quotas was strengthened with the Electoral Commission's (*Komisi Pemilihan Umum/KPU*) regulation that imposed disqualification for parties who did not comply with 30 percent of candidates being women (Prihatini 2019a).

Figure 1.

Women's seats in the DPR (%) in 1955-2019. Source: KPU (2014, 2019).



In the latest elections in 2019, parties promoted female candidates on an average of 41.2 percent, and women's share in the DPR reached a new record high at 20.5 percent (Perdana 2019). However, interestingly, women's winning rate (the number of women elected divided by the number of female candidates) was slightly reduced (see Table 2). And the fact that the winning rate for male candidates in the same year was 9.55 percent or 2.6 times higher than women begs the question as to why women's electability is so poor in Indonesia. Studies have shown that women's electoral performances in Indonesian elections continue to be influenced by an incumbency effect (Shair-Rosenfield 2012; Dettman, Pepinsky, and Pierskalla 2017), parties' nomination, including list position (Hillman 2017; Prihatini 2019a, 2019c), and cultural barriers (Simandjuntak 2012; Prihatini 2018a, 2019d).

Table 2.
Women's electoral performance in legislative elections since 2004

Elections	Female candidates (%)	Winning rates (%)
2004	32.32	2.43
2009	34.59	2.58
2014	37.34	3.93
2019	41.16	3.69

Source: Prihatini (2019e).

As part of efforts to improve women's presence in parliament, gender quotas were advocated by activists, NGOs, and female lawmakers (Siregar 2010). Generally, quotas can be divided into three types: reserved seats, legislated (candidate) quotas, and voluntary party quotas (Norris 2004; Krook 2009; Bush 2011). The first type is the fixed number of seats set aside for women. The second type requires parties to nominate a certain percentage of candidates being women. These two modes are legal quotas which can be applied at the local or national level, and often are adopted in developing countries where equal access to political resources is limited for women (Chen 2010). Lastly, party quotas refer to internal party voluntary quotas such as applied by the People's Action Party (PAP) in Singapore (Tan 2016).

In order to re-examine the role of international NGOs in the implementation of gender quotas in Indonesia, this paper has located three key publications that are strongly relevant and comprehensive in explaining the dynamics surrounding legislation processes. The first is a book written by Ani Soetjipto (2005), a prominent women's rights advocate who is also an academic at the University of Indonesia (UI). Her compilation of essays provides a vivid account of women's political representation and the challenges in promoting gender quotas in the earlier years

of *Reformasi*. The second (Siregar 2010) and third (Supriyanto 2013) books were both derived from PhD dissertations which investigate the political struggles related to the introduction of gender quotas. In addition to these materials, interview transcripts were also used to elaborate on the experiences of key actors involved.

International NGOs and Gender Quotas in Indonesia

Relationships between Indonesian women activists and their international counterparts started long before the country's independence and continue up to the present time. These networks can be traced back to as early as Kartini, who some consider to be Indonesia's first feminist. She developed a strong friendship with a Dutch activist, Stella Zeehandelaar (Ridjal, Margiyani, and Husein 1993). Kartini and Stella never met, but through their letters of correspondence, they shared their views on the importance of women having an education and being aware of social issues.

At the time of the authoritarian government under Suharto's presidency, it was difficult for Indonesian people, including women, to have the freedom to express their opinions and to be active in social and political organizations. But networks formed with overseas partners on international agreements, such as the 1979 Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW) and the 1995 Beijing Platform for Action, helped them to run their programs.

Sadli's (2002) essay on the founding of the Women's Studies department at the University of Indonesia is a prime example of this. The Memorial University of Newfoundland, Canada, assisted the Pusat Studi Wanita/PSW (Women's Studies Center) of the University of Indonesia to establish a Master degree program in Women's Studies back in 1990, particularly in designing its curriculum. Suharto's government opened more opportunities for women to become civil servants, whilst allowing state-run universities to establish Women's Studies Centers as a response to the Beijing Platform for Action (Davies 2005). These developments have become invaluable instruments for Indonesian women activists to pursue their agendas (Robinson 1998).

Support from international counterparts is also present in the Reformasi era, particularly in the phase of promoting democracy. International organizations, both government and non-government entities, have assisted Indonesia in the transition from an authoritarian to a democratic state (Siregar 2010). Numerous foreign observer units took part in the 1999 first free and fair general election, including the International Foundation for Electoral Systems (IFES), the National Democratic Institute (NDI), the International Institute for Democratic and Electoral Assistance (International IDEA), the International Republican Institute (IRI), the Carter Center, and the Asian Network For Free Elections (ANFREL) (Teguh

2019). Soetjipto argues that back in the early *Reformasi* era, various issues became the focus of international NGOs, including free and fair elections, voters' education, electoral and capacity building for candidates for parliaments. And, thus, gender-sensitive program components were not present as the core interest of these organizations was solely to achieve peaceful, free and fair elections.

Soetjipto (2005) notes that in the 1999 election, women comprised merely 13 percent of candidates, only 4 out of 48 parties were led by a female (MKGR, PDI-P, PNI Soepeni, and PKNI), and women won 45 out of 500 seats (9%). The vast majority of parties in parliament (1999-2004) refused the notion of gender quotas (75%), and only 6.3 percent of parties –these were small and new parties– agreed that Indonesia required positive discrimination in the form of gender quotas in order to elect more women as lawmakers (Soetjipto 2005, 69). This condition was closely reflected in a survey conducted by CETRO in early 2000 which involved sitting parliamentarians. The study discovered 63.5 percent of lawmakers considered women's share in the current parliament as being far too low; however, 69.4 percent of respondents considered gender quotas as unnecessary (Soetjipto 2005, 35). The question then is who was among the first to promote gender quotas in Indonesia?

In his PhD thesis, which investigates the politics of women's movements in pursuing affirmative action policy in legislative elections in the post-Suharto era, Didik Supriyanto (2013) argues that the idea first formally emerged during the Indonesian Women's Congress (*Kongres Perempuan Indonesia*) held between 14-17 December 1998 in Yogyakarta (Supriyanto 2013, 33). The small number of women who became legislators (at national and local levels) forced female activists to revisit their political agenda. Thus, the congress mandated the Yogyakarta Declaration of 18 December 1998. The declaration emphasized that the *Koalisi Perempuan Indonesia* (KPI/Indonesian Women's Coalition for Justice and Democracy) should improve women's political awareness and increase women's participation as well as representation at all levels in decision-making processes to achieve gender parity.

In line with this mandate, Nursyahbani Katjasungkana, as the then KPI Secretary-General, announced the organization's political statement on 22 December 1998. One of the points raised was «demanding the opening of access to women's national leadership and the granting of a 50% quota in each of the legislative, executive and judicative institutions» (Supriyanto 2013, 106). Didik Supriyanto cites Katjasungkana, suggesting that the demand to improve women's political representation had already been discussed in the 5th Indonesian Women's Congress held in Bandung in July 1938. And yet, Indonesian leaders have ignored the reality in society of women encountering discrimination when it comes to power relations between men and women. Despite equal rights and universal suffrage being regulated in the 1945 Constitution, gender equality remains an unsolved problem in Indonesia (Prihatini 2019b). Various aspects are contributing to this develop-

ment, including cultural and institutional barriers, which continue to hold women back from winning a seat in the DPR (Prihatini 2019a).

Nursyahbani Katjasungkana, a prominent women's rights activist who served as a legislator in 2004-2009, claims the initial advocacy for gender quotas in Indonesia was raised by KPI as it was indeed the mandate of the 1998 Indonesian Women's Congress held in Yogyakarta.

The idea certainly did not just come in an instant. Previously, I was the Convention Watch Advocacy Coordinator. Although the focus was on CEDAW socialization, especially in universities formed by the CEDAW Teaching Association (or Gender and Law), at that time we were having discussions with Nuri Suseno, a UI lecturer who resides in Sweden. She gave us so much information about affirmative action in Scandinavian countries. Then, in the KPI Congress, I expressed the need to review the Indonesian women's movement from Kartini up to 1928 and subsequent congresses, and found that in 1935 there was a struggle for the political rights of Indonesian women to be elected. Since then, several women have been elected members of the Volksraad and as mayors, especially in Bandung and surrounding areas. (Katjasungkana, personal interview 2 July 2, 2019)

Similar narratives were given by Dian Kartikasari, the current Secretary-General of KPI. She explains that at an early stage of the advocacy for gender quotas in Indonesia no international NGO was directly involved. The 30 percent quota has been proposed by the KPI since 1999, taking into account the potential and opportunities for political support for women in parliament. The 30 percent was considered a safe minimum threshold for political influence that women could achieve.

International NGOs, such as The Asia Foundation (TAF), did not have a special fund allocation to support the issue of quotas. It was all a joint venture between KPI and NGOs. When conducting seminars at LIPI (Indonesian Institute of Sciences), for example, TAF contributed in paying consumption, the CIDA (Canadian International Development Agency) paid the honorarium for speakers, the KPI provided printed materials, and the PDPol (*Pusat Pemberdayaan Perempuan dalam Politik Indonesia* / Center for Women in Politics) bought the banners. That was in 1999-2002. (Kartikasari, personal interview, July 3, 2019)

She further suggests that from 2003 onwards, The Asia Foundation (TAF), CETRO (Center of Electoral Reform/*Pusat Reformasi Pemilu*), *Kemitraan* (Partnerships) –an NGO sponsored by various bilateral/multilateral donor agencies and private sectors– and other organizations, such as the Balcony Faction (*Fraksi Balkon*), started to support the campaign for gender quotas. The latter refers to women's rights activists who attended the plenary session to enact the Law on

Elections in the national parliament on 18 February 2003 (Siregar 2010). They sat in the balcony of the session room, waiting patiently until the end to find out whether the words «30 per cent quota for women» would be mentioned. The legislators in the parliament called these activists the «*Fraksi Balkon*» (Balcony Faction), implying that they had a role like one of the parliamentary factions who participated in enacting the Election Law, in which the quota for women was instituted. Kartikasari asserts that initially very few international NGOs were keen on supporting the campaign for gender quotas in Indonesia, including activities such as «1,000 Umbrellas» and the «Vote for Women» pin.

During the hearings for the draft of the Electoral Bill in 2003, there were only TAF, Kemitraan, CETRO, and electoral monitoring groups like Ansipol (*Aliansi Masyarakat Sipil untuk Perempuan & Politik*/Civil Society Alliance for Women & Politics), JAMPPI (*Jaringan Masyarakat Pemantau Pemilu Indonesia*/Indonesian Election Monitoring Community Network), and JPPR (*Jaringan Pendidikan Pemilih Untuk Rakyat*/People's Voter Education Network) involved. Hence, during the revision of the Electoral Law in 2008, more NGOs participated in the process. (Kartikasari, personal interview, July 3, 2019)

Another key activist in the advocacy of gender quotas in Indonesia is Ani Soetjipto of the University of Indonesia (UI). Soetjipto has been promoting gender equality through her academic career and social activism. As one of the founders of CETRO, she argues CETRO and other NGOs worked together with KPI to increase women's parliamentary representation.

There are at least four factors that influenced their strong intention to support the campaign for gender quotas as an institutional tool to elect more women to parliament. The first was the encouragement from President Habibie, who suggested that Indonesia needed to hold free and fair elections in order to elect legitimate leaders. And thus, various International NGOs came to Indonesia to provide assistance in establishing democratic elections. Some NGOs have a gender dimension, and part of this is ensuring better representation of women as political leaders. The second factor was that with a newly elected democratic government, Indonesia offers more space for women to be active in politics. The third aspect relates to the nature of *Reformasi*. Suharto's government strengthened the domestication of women. With *Reformasi*, we want women to go into the public sphere. Lastly, after being too long disconnected from politics, we cannot use ordinary or incremental ways to ask women to enter politics. We needed quotas. Even though at that time we were still not sure what kind of quota we wanted to use. (Soetjipto, personal interview, July 11, 2019)

Soetjipto further rejects the idea that the struggle for a quota is only an imitation of foreign ideas, particularly those of Western feminists. When questioned on this, she responded strongly:

No, I don't think so. At that time, we did not have any experience with quotas. Friends from International NGOs helped us to understand what they are. Some of them, for instance, shared with us the experience of the Philippines and other countries in the implementation of gender quotas. We then decided which type of quota would be suitable for us in Indonesia. (Soetjipto, personal interview, July 11, 2019)

Her statement reflects the common position that although support from women activists from other countries and International organizations is important in their struggle, Indonesian women activists try to find their own strategies that match the Indonesian situation.

The proposal for quotas for women was fiercely challenged by both male and female politicians. One monumental rejection came from the country's first female president, Megawati Sukarnoputri. She stated that a quota would only show illusory progress on the part of women (Siregar 2010). In her perception, implementation of a quota would weaken institutions such as the parliament. She even stated that «enacting the quota means creating new discrimination against men» (*Swara Androgini* 2003, 11).

Figure 1.

Wahidah Suaib wearing a hat with «30% quota» to express the demand to have the quota stated in the Law on Elections.



Source: *Yayasan Jurnal Perempuan*, 2003.

Reflecting on her personal experience during the hearings of the Electoral Law draft in 2003, Wahidah Suaib of *Kemitraan* explains that the NGO supported the advocacy for gender quotas in 2002-2003 by establishing a working group dedicated to ensure better political representation for women in politics. In Figure 2, Suaib takes part in the *Fraksi Balkon*, listening to the hearings in the DPR. Activists like Yuda Irlang, Masruchah, Nia Sjarifuddin, Eko Subiantoro, Smita Notosusanto, Sri Wardani, and Ery Seda continued the campaign in 2006-2008.

For the advocacy in 2002-2003, I think it is best to consult with KPI as the crux of the movement since 1999. Chusnul Mar'iyah (an academic at the University of Indonesia) and Nursyahbani Katjasungkana both represent KPI. CETRO as the center, or some sort of base camp, for NGOs promoting electoral reforms is also a key player, hence Ani Soetjipto, Ery Seda, and Sri Budi Eko Wardani should be excellent in outlining the campaign for gender quotas. (Suaib, personal interview, July 3, 2019)

Ani Soetjipto claims there were four main international NGOs that helped women activists in promoting gender quotas in Indonesia, especially after the 2004 elections, when a quota of 30 percent female candidates was implemented. These NGOs are IFES (The International Foundation for Electoral Systems), the NDI (the National Democratic Institute), International IDEA, and the UNDP (United Nations Development Programme). IRI was also involved but not so much, as the US at that time was dominated by the Democrats.

The international NGOs with a women's division, such as International IDEA, helped by explaining multiple types of quota models and giving examples of countries implementing them. They let Indonesian activists choose the model suitable for Indonesia in the hope of increasing women's representation. The main forms of their help were funding and technical assistance. (Soetjipto, personal interview, July 11, 2019)

Delima Saragih, IRI's Regional Program Manager, echoes this information as she describes programs which are in line with the campaign for increasing women's political representation in Indonesia. These include last year's training for women who are running for office in four provinces. «We also did training for female candidates towards the 2009 and 2014 elections. The 2004 and 2009 elections were mixed training, including for both male and female candidates,» said Saragih. She asserts that supporting gender quotas was part of the bigger electoral reform campaign and transition to democracy programs. Similarly, Nursyahbani Katjasungkana highlights the fact that the provision of gender quotas was not a foreign concept that was imposed on the Indonesian political institutional system.

Remaining Challenges

Gender norms' diffusion in the form of the implementation of gender quotas in Indonesia has displayed one of the best examples of how women's rights activists are pursuing their agendas in improving women's political representation. Ery Seda of the University of Indonesia argues that the affirmative action policy in the form of legislated gender quotas was organized and fully supported by networks of NGOs, political parties, the Women's National Commission (*Komisi Nasional Perempuan*), and parliamentary bodies like the Parliamentary Women's Caucus (*Kaukus Perempuan Parlemen*) and the Indonesian Women's Political Caucus (*Kaukus Politik Perempuan Indonesia*).

The role of international NGOs or donors here was to strengthen the institutional capacity of these networks. Meanwhile, the diffusion of norms or values on gender equality from the global North did only occur in Indonesia to some extent through the gender quotas policy. This is partly due to the considerable resistance to the values of gender equality, both in the form of ideas and counter-movements. For example, conservative parties are misusing religious values to counter any form of gender equality campaigns. (Seda, personal interview, July 10, 2019)

Ery Seda's assertions provide a clear idea as to what challenges remain in Indonesia today when it comes to the promotion of gender equality in the country. The legislated 30 percent gender quotas policy was considered to be an important milestone in women's representation in Indonesian politics. This part-success story was possible because the momentum to create such a reform was made available at the start of *Reformasi* in 1998. This key factor enabled the Electoral Law and the Political Parties Law to be reformed. And with strong advocacy by networks of NGOs, affirmative action was finally introduced in Indonesia.

Seda claims that today the quota policy has been relatively successful in increasing women's share in the Indonesian parliament. But this growth is solely a descriptive or numeric representation and not yet a quality substantive representation of female MPs in the DPR. Various factors contribute to the limitations of this achievement, including loopholes in the implementation of gender quotas, the lack of caderization by political parties, and the practices of a political dynasty that is so rampant that it only strengthens the political oligarchy.

Conclusions

This paper has demonstrated that the relationships between Indonesian women activists and their international counterparts have been very fruitful in promoting women's political representation. These networks have helped women

to introduce the provision of gender quotas in Indonesia, despite political rejections on numerous occasions throughout legislation processes.

The current paper also identifies the key participants behind the campaign for a 30 percent gender quota for legislative candidates. The findings suggest that only a limited number of international NGOs –sponsored by the global North, including the US, Australia, and Canada– took part in the initial stages of the campaign before 2004. More support was given following the 2004 elections, and the vast majority of this assistance was in the form of strengthening the institutional capacity of local NGOs and women activists' networks. This experience suggests the nexus of gender and international relations is a growing field in which the global North continues to influence the process of improving women's political representation in countries in the global South. This network is an excellent showcase of how women activists' networks can be an excellent medium to grow support to achieve higher political status for women.

We found that the influence of international NGOs has been significant and yet indirect. We also found that the affirmative action policy was only part of bigger projects that promote gender equality and a transition to democracy. Also, as women's share in parliament has been limited and has fluctuated, it is apposite to suggest that remaining challenges persist in increasing women's success rate. We argue that while quotas do not solve gender disparity in Indonesia and in many other Asian parliaments (Prihatini 2018b), the collaboration between local and international NGOs should be extended to improve women's electoral performance by maximizing the strategies relevant to increasing electability. Various training programs on how to present women as aspiring candidates are greatly needed.

References

- Bessell, S. 2010. «Increasing the Proportion of Women in the National Parliament: Opportunities, Barriers and Challenges». In *Problems of Democratisation in Indonesia: Elections, Institutions and Society*, edited by Edward Aspinall and Marcus Mietzner, 219-42. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies.
- Blackburn, Susan. 2010. «Feminism and the Women's Movement in the World's Largest Islamic Nation». In *Women's Movements in Asia*, edited by Mina Roces and Louise Edwards, 21-33. London: Routledge.
- Bush, Sarah. 2011. «International Politics and the Spread of Quotas for Women in Legislatures». *International Organization* 65 (1): 103-137. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0020818310000287>.
- Byers, Alton C. 2007. «NGO Service Delivery and Promotion of Democracy: Two TMI Initiatives in Nepal and Peru». *Mountain Research and Development* 27 (2): 180-181. DOI: <https://doi.org/10.1659/mrd.0910>.
- Chen, Li-Ju. 2010. «Do Gender Quotas Influence Women's Representation and Policies?». *The European Journal of Comparative Economics* 7 (1): 13-60. DOI: <http://eaces.liuc.it/1824297201001/18242972010070102.pdf>.

- Cumming, Gordon D. 2011. «Good Intentions Are Not Enough: French NGO Efforts at Democracy Building in Cameroon.» *Development in Practice* 21 (2): 218-231. DOI: <https://doi.org/10.1080/09614524.2011.543275>.
- Davies, Sharyn G. 2005. «Women in Politics in Indonesia in the Decade Post-Beijing.» *International Social Science Journal* 57(184): 231-42. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2451.2005.00547.x>.
- Dettman, Sebastian, Thomas B. Pepinsky, and Jan H. Pierskalla. 2017. «Incumbency Advantage and Candidate Characteristics in Open-List Proportional Representation Systems: Evidence from Indonesia.» *Electoral Studies* 48 (August): 111-20. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2017.06.002>.
- Herrold, Catherine E. 2016. «NGO Policy in Pre- and Post-Mubarak Egypt: Effects on NGOs' Roles in Democracy Promotion.» *Nonprofit Policy Forum* 7 (2): 189-212. DOI: <https://doi.org/10.1515/npf-2014-0034>.
- Hillman, Ben. 2017. «The Limits of Gender Quotas: Women's Parliamentary Representation in Indonesia.» *Journal of Contemporary Asia*, August, 1-17. DOI: <https://doi.org/10.1080/00472336.2017.1368092>.
- Jacka, Tamara. 2010. «Women's Activism, Overseas Funded Participatory Development, and Governance: A Case Study from China.» *Women's Studies International Forum* 33 (2): 99-112. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2009.11.002>.
- KPU. 2014. «Buku Data Dan Infografik Pemilu Anggota DPR RI & DPD RI 2014 [Book of Data and Infographic General Election of DPR RI & DPD RI 2014]». Komisi Pemilihan Umum/KPU [General Elections Commission].
- KPU. 2019. «Hasil Pemilu 2019 [2019 Elections Results]» Komisi Pemilihan Umum/KPU [General Elections Commission]. September 2, 2019. <https://www.kpu.go.id/index.php/pages/detail/2019/1099>.
- Krook, Mona Lena. 2009. *Quotas for Women in Politics: Gender and Candidate Selection Reform Worldwide*. New York: Oxford University Press.
- Norris, Pippa. 2004. «Women's Representation.» In *Electoral Engineering: Voting Rules and Political Behavior*, 179-208. Cambridge: Cambridge University Press.
- Oey-Gardiner, Mayling, and Carla Bianpoen, eds. 2000. *Indonesian Women: The Journey Continues*. Canberra: RSPAS Publishing, ANU.
- Perdana, Aditya. 2019. «Analisa Perolehan Kursi Pemilu DPR Dan DPD RI Tahun 2019: Kekerabatan Dan Klientalisme Dan Keterwakilan Politik [Analysis of the Seats in the DPR and DPD RI Election in 2019: Kinship and Clientelism and Political Representation]». Puskapol FISIP UI. May 26, 2019. <https://www.puskapol.ui.ac.id/wp-content/uploads/2019/05/Rilis-Media-Analisa-Perolehan-Kursi-Pemilu-2019.pdf>.
- Prihatini, Ella S. 2018a. «Indonesian Young Voters: Political Knowledge and Electing Women into Parliament.» *Women's Studies International Forum* 70 (September): 46-52. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2018.07.015>.
- Prihatini, Ella S. 2018b. «Women's Representation in Asian Parliaments: A QCA Approach.» *Contemporary Politics* 25 (2): 213-235. DOI: <https://doi.org/10.1080/13569775.2018.1520057>.
- Prihatini, Ella S. 2019a. «Women Who Win in Indonesia: The Impact of Age, Experience, and List Position.» *Women's Studies International Forum* 72 (January): 40-46. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2018.10.003>.
- Prihatini, Ella S. 2019b. «Political Parties and Participation: Indonesia.» In *Encyclopedia of Women & Islamic Cultures*, edited by Suad Joseph. Leiden: Brill.
- Prihatini, Ella S. 2019c. «Islam, Parties, and Women's Political Nomination in Indonesia.» *Politics & Gender*, 1-23. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1743923X19000321>.

- Prihatini, Ella S. 2019d. «Women's Views and Experiences of Accessing National Parliament: Evidence from Indonesia». *Women's Studies International Forum* 74 (May): 84-90. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2019.03.001>.
- Prihatini, Ella S. 2019e. «Electoral (in)equity.» *Inside Indonesia*, March 8, 2019. Retrieved from <https://www.insideindonesia.org/electoral-in-equity>.
- Rahman, Sabeel. 2006. «Development, Democracy and the NGO Sector: Theory and Evidence from Bangladesh». *Journal of Developing Societies* 22 (4): 451-473. DOI: <https://doi.org/10.1177/0169796X06072650>.
- Ridjal, Fauzie, Lusi Margiyani, and Agus Fahri Husein, eds. 1993. *Dinamika Gerakan Perempuan Di Indonesia [The Dynamics of the Women's Movement in Indonesia]*. Yogyakarta: Tiara Wacana.
- Roces, Mina. 2010. «Asian Feminisms: Women's Movements from the Asian Perspective.» In *Women's Movements in Asia: Feminism and Transnational Activism*, edited by Mina Roces and Louise P. Edwards, 1-20. London: Routledge.
- Robinson, Kathryn. 1998. «Indonesian Women's Rights, International Feminism and Democratic Change». *Communal/Plural* 6 (2): 205-23.
- Sadli, Saparinah. 2002. «Feminism in Indonesia in an International Context». In *Women in Indonesia: Gender, Equity and Development*, edited by Kathryn Robinson and Sharon Bessell, 80-91. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies.
- Shair-Rosenfield, Sarah. 2012. «The Alternative Incumbency Effect: Electing Women Legislators in Indonesia.» *Electoral Studies* 31 (3): 576-87. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2012.05.002>.
- Simandjuntak, D. 2012. «Gifts and Promises: Patronage Democracy in a Decentralised Indonesia». *European Journal of East Asian Studies* 11 (1): 99-126. DOI: <https://doi.org/10.1163/15700615-20120008>.
- Siregar, Wahidah. 2005. «Parliamentary Representation of Women in Indonesia: The Struggle for a Quota.» *Asian Journal of Women's Studies* 11 (3): 36-72. DOI: <https://doi.org/10.1080/12259276.2005.11665993>.
- Siregar, Wahidah. 2010. *Gaining Representation in Parliament: A Study of the Struggle of Indonesian Women to Increase Their Numbers in Parliaments in the 2004 Elections*. Saarbrücken: LAP Lambert.
- Soetjipto, Ani Widyani. 2005. *Politik Perempuan Bukan Gerhana [Women Politicians Are Not Eclipsed]*. Jakarta: Kompas.
- Suleiman, Lina. 2013. «The NGOs and the Grand Illusions of Development and Democracy». *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations* 24 (1): 241-261. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11266-012-9337-2>.
- Supriyanto, Didik. 2013. *Politik Perempuan Pasca-Orde Baru [Women's Politics in Post-New Order]*. Jakarta: Rumah Pemilu.
- Swara Androgini*. 2003. «Advokasi Jaminan Keterwakilan Perempuan Dalam Undang-Undang Politik [Advocacy to Guarantee Women's Representation in the Law of Political Party]». *Swara Androgini* II (5): 10-18.
- Tan, Netina. 2016. «Why Are Gender Reforms Adopted in Singapore? Party Pragmatism and Electoral Incentives». *Pacific Affairs* 89 (2): 369-393. DOI: <https://doi.org/10.5509/2016892369>.
- Teguh, Irfan. 2019. «Sejarah Pemantau Asing Di Indonesia: Bermula Pada Pemilu 1999 [History of Foreign Observers in Indonesia: Starting in the 1999 Election]». Tirtto. Tirtto.id. March 27, 2019. Retrieved from <https://tirtto.id/sejarah-pemantau-asing-di-indonesia-bermula-pada-pemilu-1999-dkmU>.

Ella Syafputri Prihatini. Recently graduated from UWA with PhD thesis which investigates women's parliamentary representation in Indonesia. Her research interests focus on women's political participation, gender studies of Asia, and electoral politics in Indonesia.

Email address: ella2syafputri@gmail.com

Wahidah Zein Br Siregar. Vice Chancellor for Academic and Institutional Affairs at UIN Sunan Ampel (UINSA) Surabaya, Indonesia. Published in Asian Journal of Women's Studies about women's political representation in Indonesia.

Email address: adek.azsiregar.siregar@gmail.com

Article received on the 18th of July and accepted for publication on the 14th of November 2019.

Dossier

Género e status em política internacional:
Dinâmicas de cooperações, conflitos
e ativismos – Coordenação de Vânia
Carvalho-Pinto e Andrea Fleschenberg

DRIVING IN THE MIDDLE OF THE ROAD: PARADOXES OF WOMEN'S ROLE UNDER THE NEW SAUDI ARABIAN NATIONALISM

Luiza Cerioli*

Abstract

King Salman and prince Mohammad bin Salman yearn to shift Saudi Arabia away from oil dependency via the project Vision 2030, which includes a set of liberalisations for women, such as legalisation of driving and economic empowerment. Topics related to women have been a taboo to Saudi society; thus, it is interesting to understand their role in these reforms and their negotiation of rights within the state. I argue that these reforms are not politically liberalising, as they do not rearrange the patriarchal structure. Moreover, they walk in line with a top-down nationalist project that excludes and arrests, among others, female activists that previously fought for the right to drive, stressing the limitations on women's freedom under Salman's rule.

Keywords: Saudi Arabia, international status, Vision 2030, nationalism, autocratic liberalization.

Resumo

Conduzir dentro dos limites: contradições no papel das mulheres no contexto do novo nacionalismo saudita

O rei Salman e o príncipe Mohammad bin Salman ambicionam modernizar a Arábia Saudita, tornando-a menos dependente do petróleo através do projeto Saudi Vision 2030, que inclui um conjunto de liberalizações para as mulheres, como o direito de conduzir e a promoção da participação econômica. O direito das mulheres é tabu na sociedade saudita, por isso, é interessante entender o seu papel nas reformas e a forma como negociam direitos. Argumento que as reformas não são liberalizadoras uma vez que não abordam a estrutura patriarcal do Estado. Além disso, estão em linha com um projeto nacionalista do governo que exclui e aprisiona, entre outros, as mulheres ativistas que antes lutaram pelo direito de conduzir, destacando, assim, as barreiras que as mulheres enfrentam sob o governo dos Salman no que tange à sua liberdade.

Palavras-chave: Arábia Saudita, estatuto internacional, Vision 2030, nacionalismo, liberalismo autocrático.

* DH Center for Near and Middle Eastern Studies (CNMS) at the University of Marburg, 35037 Marburg — Hessen, Germany.
Address: Deutschhausstraße 12, 35037 Marburg — Hessen, Germany.
Electronic address: luizacerioli@gmail.com
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3650-8378>

Resumen

Conduciendo dentro de los límites: contradicciones del rol de las mujeres en el contexto del nuevo nacionalismo saudí

El rey Salman y el príncipe Mohammad bin Salman ambicionan alejar Arabia Saudita de la dependencia del petróleo a través del *Vision 2030*, un proyecto que tiene un conjunto de reformas liberalizaciones, incluso para las mujeres, permitiéndoles conducir y promoviendo su participación económica. El derecho de las mujeres ha sido un tabú para la sociedad saudita; por lo tanto, es fundamental comprender su papel en las reformas y su negociación de derechos con el Estado. Argumento que las reformas no son políticamente liberalizadas pues no abordan la estructura patriarcal del Estado y se alinean con el proyecto nacionalista, que excluye y aprisiona, entre otros, las mujeres activistas que lucharon antes por el derecho a conducir, enfatizando así las limitaciones a la libertad de las mujeres bajo el gobierno de los Salman.

Palabras-clave: Arabia Saudita, estatuto internacional, Vision 2030, nacionalismo, liberalismo autocrático.

Introduction

King Salman's transformation plan Vision 2030 seeks to reframe Saudi Arabia as an emboldened, modern nation, preparing the country to a post-oil future. His son, Crown Prince Mohammad bin Salman (also known as MBS) is the plan's mastermind and chief spokesperson, promoting, both domestic and internationally, a new country, which is to be more attractive to foreign capital and visitors, and closer to western patterns of modernity and development (AlRasheed 2018a, 251; Krane 2019, 121). Under their watch, the religious police lost authority, cinema and gender-mix concerts were legalised, and women were allowed to drive. These produced encouraging responses from mainstream media, especially the last one, as women liberalisation measures are associated with a global standard of civilisation. On the international community, expectations about proper relations between women and state institutions are used as markers to distinguish so-called «civilised» and «western» societies from others (Townes 2009, 682). Taking stock of these several changes, I focus on the interface between women's long-awaited authorisation to drive and Saudi Vision 2030.

I argue that Saudi Vision 2030 works not only as a tool to consolidate the prince's hold on power but also as a top-down social engineering policy to reorient state-society relations. Since the death of its founder, Abdul-Aziz, the kingdom has always been under the rule of his sons. The ascension of MBS to power is, hence, the first generational change since 1953 and that has created many expectations, hopes and anxieties over the future of the regime (AlRasheed 2018a). He corresponds to a new generation of rulers, and he aspires to change Saudi Arabia by promoting entrepreneurship, modernisation, foreign investment and privatisation (Krane 2019, 122).

MBS is also the promoter of a new nationalism that is disconnected from the unified religious ethos and based on a tale of a nation destined to play a grandiose role (AlRasheed 2018a, 11; Doaiji 2018, 131; Alhussein 2019). Reasserting the centrality of the state via a new sense of pride of belonging, it calls for people to participate in social-economic changes altering the traditional rentier social contract that had, for decades, guaranteed regime legitimacy (Niblock 2006; Ennis 2019; Jones 2019). I reason that the liberalisations for women must be understood in this context and that, despite improving Saudi's global status, they are under the wings of this new nationalism that, due to its exclusionary features, can actually damage the kingdom's international image in the long run.

Saudi women are submitted to a male guardianship system (*wali*), which deprives them of autonomy: they depend on men to access services, undergo medical procedures, open bank accounts, among others (AlRasheed 2013; Doaiji 2018). Therefore, the overall positive reaction to the lifting of the ban, from Saudis and western media, is understandable. Saudi activist Manal al-Sharif (2019), co-founder of the Woman2Drive movement, said that everyone was «so hopeful with the lifting of the ban. It was a huge step for us». International news vehicles, such as *The Guardian*, *Arab News* and *The Independent*, reported on MBS with an enthusiastic tone, endorsing him as a reformer and moderniser.¹ *The New York Times* even praised MBS for leading a «top-down Arab Spring» (Friedman 2017). However, liberalising policies by autocratic regimes do not tend towards democratisation (Brumberg 2002; Levitsky and Way 2010; Jones 2015). The imprisonment of well-known Saudi female activists, the increasing number of women runaways and the general crackdown on dissent since 2018 put into question the progressiveness of the Salmans' agenda.

I suggest that the liberalisation measures are progressive only if in tandem with this new nationalism. Saudi women can now link their cause to citizenship whereas before most demands for progressive policies were perceived as confrontation. However, that does not mean that the reforms promote empowerment beyond the patriarchal delimitations of the authoritarian state. They can actually limit ambitions for global status. To support this account, I first work on the interaction between autocratic liberalisation and status-seeking behaviour; second, I explain elements of Saudi Vision 2030 crucial for the analysis; third, I describe the efforts of female driving activists; fourth, I explore the relationship between

¹ «This is a revolution: Saudis absorb crown prince's rush to reform», Martin Chulov, *The Guardian*, November 7, 2017. Available at: <<https://www.theguardian.com/world/2017/nov/07/this-is-a-revolution-saudis-absorb-crown-princes-rush-to-reform>>; «Saudi women take the wheel, test-driving a new freedom», Deema AlKhudair, *Arab News*, March 7, 2018. Available at: <<https://www.arabnews.com/node/1261366/saudi-arabia>>; «Saudi Arabia has lifted the ban on women driving – this is what it means for women's rights», Najah Al Otaibi, *The Independent*, June 24, 2018. Available at: <<https://www.independent.co.uk/voices/saudi-arabia-women-driving-ban-lifted-female-rights-riyadh-middle-east-a8414281.html>>.

women and the Vision 2030; and, finally, I display the growing authoritarianism in Saudi Arabia, concluding with the adverse effects of nationalism over the sought for status. I draw from a range of specialised authors, several online reports and news of the recent events; however, it is crucial to recognise my limitations on accessing information on this topic.

Autocratic liberalisation and the pursuit for status

The lift of the ban in September 2017 was a manifestation of autocratic liberalisation, meaning a tactical political opening corresponding to liberal ideas (Brumberg 2002, 56). Rationalist understandings of autocratic liberalisation argue that their goal is to sustain, rather than transform, the regime, representing controlled moves that serve self-interests (Brumberg 2002, 54; Levitsky and Way 2010). Hence, states reduce pressure and alter dynamics of their social contract, re-establishing legitimacy without changing order (Levitsky and Way 2010). Such liberalisations can contain personal motivations, alluding to a ruler's experiences or emotional investment in favour of liberalisation (Jones 2015, 25). Moreover, they can also reproduce a country's ideational motivation to be associated with a set of global standards that confer status or prestige, such as most developed countries, top environment-friendly economies, among others (Meyer et al. 1997, 145; Jones 2015, 26).

For Calvert Jones, these moves are social engineering policies or «efforts by state elites to mold the culture of the societies they rule» (2015, 27). Investigating this phenomenon in the United Arab Emirates, she claimed that the rulers aim to project a more modern country and reduce pressures on the state while corresponding to their personal positive western experiences. Carvalho Pinto (2019, 6) argued that Emirati rulers use women's rights deliberately to seek higher status vis-à-vis other Arab states, improving their position on western perception on topics such as gender and human rights. AlRasheed (2013, 21) also stressed this connection between women's emancipation and international standards, illustrating how the 9/11 attacks pressured Saudis for more inclusive policies tackling radicalism within the society.

Thus, liberalising measures in autocratic states are connected with the quest for status. Larson, Paul and Wohlforth (2014, 7) defined status as collective beliefs about global ranking on valued attributes. Status is positional, as it refers to standing in a given area; it is social, as it depends on the recognition of others; and it is subjective, as there is no time-variant formula for what qualifies or which attributes confer status (Renshon 2017, 4). A state's estimative of its status is based on the interpretation and acceptance of others, a judgement that may leave it either satisfied or dissatisfied with what has been ascribed (Larson, Paul, and Wohlforth 2014, 8).

A country dissatisfied with its ascribed status develops policies to alter it and boost its position (Larson, Paul, and Wohlforth 2014; Renshon 2017). Status is a significant source of soft power: the better the ranking, the broader the opportunities for expanding interests and influencing others (Renshon 2017, 2). Thus, an increased status results in access to resources that were not available before. Status-seeking behaviour, hence, means that a country is attempting to inform others about its ambitions to gain a better international position. It does that via diplomatic activity, global platforms and meetings, repeated statements and speeches, acquisition of symbols, among others (Larson, Paul, and Wohlforth 2014, 22; Carvalho Pinto 2019, 4).

In this point, it should be clear the interconnection between status and liberal autocratic moves. Personal and ideational motivations of autocracies to push for liberalisation reflect the wish to belong to a selective grouping or to correspond to global norms of society, reducing pressure over the regime (Jones 2015, 24). As nowadays the international standard for more «advanced civilisations» includes women empowerment (Towns 2009), top-down policies oriented to provide more freedom to women reflect manners in which autocratic regimes seek for higher global ranking. The next session explores how Saudi Vision 2030 contemplates both phenomena to different audiences.

The Salmans' vision

Saudi Arabia is a leading energy producer and has overall positive relations with regional and global actors (Hertog 2018; Partrick 2018). However, it ranks low in many issues valued by the international community, such as social-political freedom, democracy and human rights (Niblock 2006). It is a dynastical monarchy built on conservative Wahhabi values and with a weak civil society in terms of political participation (Niblock 2006; AlRasheed 2013). The religious constituency has far-reaching control over social norms and costumes, giving the Saudis an international image of a conservative society that does not welcome foreign innovations (AlRasheed 2013).

The kingdom is a prime example of a rentier system as its economy depends significantly on the rents of energy resources, incorporating only a fraction of the society on the production of revenues. The state, as the primary recipient of the wealth, redistributes it via a heavily subsidised welfare-state (Gause 2018, Krane 2019). This system produces a social contract where the population yields political participation in return for public goods (Ennis 2019). However, while the rentier social contract has worked for decades in Saudi Arabia, it is today more and more associated with bureaucracies that are often corrupt, mounting state's debt, growing unemployment and a small, inefficient private sector (Hertog 2018, 7380).

The growing insufficiency of the rentier social contract became more urgent with the drop in oil prices after 2014, the leading cause of Saudis mounting budget deficits (Hertog 2018; Krane 2019, 124). Simultaneously, the country has one of the highest birth rates in the world, and there is a growing dissonance between the tech-savvy youth, the ageing ruling elites and the conservative religious establishment (Alhussein 2019, 6). In sum, the economy is not growing on the same pace as the population, which is increasingly less willing to accept the traditional institutions of rule and perceiving the regime as «slow to react and resistant to change» (Gause 2018, 36).

Vision 2030 aims to deal with these economic constraints by transforming the country into a regional financial hub, a giant of the downstream petrochemicals, and a more capital-attractive economy (Hertog 2018; Grand 2019). MBS is promoting it in meetings in Asia, Europe and the US and consulting presidents and CEOs of global companies. To reach this pursued status of a most exceptional Middle Eastern economy, Riyadh must attract foreign investment, tourism, international capital and global companies, improving, thus, the country's overall international position.

The plan also aims to confront the traditional civil-state relations by linking economic participation with a social duty towards the «new nation» (Doaiji 2017; Alhussein 2019). MBS is nurturing a nationalism (frequently called *Hazm*, decisive) defined by a sense of pride to be Saudi and to be part of the change, always underlining the importance of the youth on the construction of the upcoming country. Vision 2030 calls for «taking pride in our national identity», (Kingdom of Saudi Arabia 2017, 17) «strengthening the sense of national belonging and fostering the values of tolerance, moderation, perseverance and determination» via «values of entrepreneurship, generosity, volunteering, excellence, hard work, ambition and optimism» (Kingdom of Saudi Arabia, n.d.).

A crucial point about this *Hazm* nationalism is its detachment from the traditional religious nationalism (Doaiji 2018, 130). For decades, the clerics had assisted state stability by providing an identitarian narrative of union (AlRasheed 2013; Darwish 2014). However, the young population, the world's top per-capita consumer of Youtube videos and vastly present in social media, is growing disconnected from this constituency (Alhussein 2019, Krane 2019, 123). The crown prince seems to impersonate this disconnection, representing a fast-pace Millennium generation, talking about *al-saoudiyya al uthma* (Great Saudi Arabia), criticising Islamic hardliners and comfortable using western suits and shaking women hands (Krane 2019, 122).

Thus, I argue that Vision 2030 is a social-engineering manoeuvre tackling tensions on the rentier social contract to recalibrate the regime's legitimacy. It is in this context that Saudi women scored their most significant victory yet, which is the right to drive, discussed in the next sections. I argue that this event is a compelling case study of the symbiotic relationship between autocratic liberal-

isation and status-seeking behaviour. While the lift of the ban corresponded to international standards of modernisation, it also relates heavily with the nationalist rhetoric.

Saudi women and the right to drive

Saudi women have been submitted to a harsh regulation system that controls their bodies and freedom, not enjoying the full benefits of citizenship or legal adulthood (AlRasheed 2013). The male guardianship system has institutionalised gender discrimination on every social interaction under the belief that men are physiological and emotionally superior (Aldosari 2016). There is no law prescribing this system, which is based on customary practices and *fatwas* curtailing their freedom of movement and choice (Duomato 2005; Poméon 2018, 9). There is also no definition of legal majority, and they remain minors for life, reliant on their family to enrol at university, access justice department, divorce and others.

Saudi women's exclusion is associated with the country's political history. The 1979 Iranian Islamic Revolution and the 1980 Siege of Mecca increased the regime's threat perception, as they challenged the monarchical rule, domestic and internationally (Darwish 2014). As a response, Saudi Arabia enhanced the authority of the Islamic establishment, and, in this process, women became the focus of the religious police (Mutawa): protecting them from «vice» and «immorality» meant more prohibitions (Niblock 2006, 66). Saying that women were «privileged queens» and «unwrapped candies that must remain covered» or else «chaos would be upon the society», the state increased the control over women's bodies (Doajji 2017).

The ban on driving represents an epitome of this gendered regime. While there are plenty of other limitations over their bodies, the majority of women's complaints has been associated with driving (Poméon 2018, 12). The country's geography imposes obstacles to movement due to the desert climate and long distances. Thus, the ban reduced women's mobility and work possibilities. It also affected men, as they are socially compelled to drive their wives, mothers or sisters to appointments (Doumato 2005). Many families employ foreigners as chauffeurs, which increases household expenses. The driving ban, thus, hampers Saudi economy in three different lines: restricts women access to jobs, reduces men productivity and frustrates measures of nationalising the working force.

In 1990, forty-seven women drove around Riyadh in protest after seeing American female soldiers driving. They suffered backlash immediately, were forced to sign a document that they would never drive again, had their passports confiscated, and a list with their names was published for shaming. Immediately, the Grand Mufti declared a *fatwa* against woman driving, stating that it would expose them to «temptation» (Aldosari 2016). For more than a decade, women felt

frightened to protest as the Mutawa was now institutionally supported (Doaiji 2018: 120).

In 2011, an emerging group of women activists campaigned on social media for driving, using hashtags that allowed women from all the country and expats to participate in debates on the guardianship system (Doaiji 2018: 121). Activist Manal al-Sharif was one of the launchers of #Woman2Drive campaign, and, to encourage others, she released a video of herself driving. She was arrested, lost her job and the custody of her son, finally self-exiling for fear of further prosecution. Around 60 women drove and posted videos to support al-Sharif. Daring to drive thus became a symbol of change for many women (AlRasheed 2013, 291; Alhussein and Al-Sudairi 2019).

Names such as Wajeha al-Huwaider, Loujain al-Hathloul and Fawzia al-Oyouni went viral as they disobeyed the rules, filming themselves driving, funding illegal NGOs or submitting petitions for ending the guardianship system. Since then, acts of female defiance turned more frequent (Aldosari 2016). Women were involved in general discussions over democracy, adopting a broader political project concerning their status and relationship with the public sphere (Doaiji 2018, 123). They staged marches demanding the release of political prisoners (AlRasheed 2013, 287), increased online targeting of the guardianship system and demanded greater freedom of choice (Alhussein and AlSudairi 2019).

In July 2016, Human Rights Watch released the report 'Boxed In' about the guardianship system, which provided the ignition of another wave of hashtags protests such as #IamMyOwnGuardian. Saudi female activists used social media to increase demands and target the guardianship system, arguing that the gendered regime restricted their freedom and public role (Alhussein and AlSudairi 2019). Quickly, the campaign surpassed the control of the known feminist activists and morphed into a much broader movement (Doaiji 2018). It multiplied and dispersed the set of concerns, consequently challenging the ownership of the campaign and further dividing women (Doaiji 2017).

Historically, women had bargained with the state for their benefit by blaming it for their difficulties or the restrictiveness of Wahhabism (in the case of liberal women) or the spiritual corruption of tribal roots (in the case of Islamist women) (AlRasheed 2013, 30-33). In other words, both liberal and Islamist women did not challenge the state, as they found the source of their problems within the structure of society. What Aldosari (2017) and Doaiji (2018, 121) argued was that the 2011-2014 activists rejected the patriarchal bargain as their grievances shifted from society to the state. These women were directly confronting the regime by breaching the law, posting against the government and directly criticising state-led oppression.

However, the rise of *Hazm* nationalism opened space for another type of negotiation, in which women used the idea of social responsibility to question how they could contribute to the upcoming modern Saudi Arabia. *Hazm* women

asserted themselves as «true Saudi citizens», evoking a womanhood backed by notions of patriotism and loyalty (Doaiji 2018, 140-141). Eventually, they distinguished themselves from the other campaigners from 2011-2014, again refusing to blame the state, and became key to Vision 2030, as explained in the next session.

Hazm Women and Saudi Vision 2030

AlRasheed reasoned that oil wealth has allowed the Saudi state to exclude women from the workforce and that «real change will come only when the economy cannot function without them» (2013, 24, 292). The redistribution of oil revenues both permitted and maintained a system where men were the sole breadwinners and women just recipients of financial support (Al Rasheed 2013: 23). Now, with the constrained economy, it is getting harder for families to have only one source of income (Krane 2019, 124). The liberalisation measures, thus, including the right to drive, should be understood as corresponding to rentier social-contract limitations, reimagining it on a post-oil society (Ennis 2019, 61).

Saudi Vision 2030 reflected the prescriptions of a government-ordered McKinsey's report on the country's economy. This consulting firm concluded, among other things, that a crucial factor for reaching the post-oil objective was to include women in the workforce, countering the inescapable reduction in household income (AlKibsi et al. 2015). Hence, diversifying the economy depends on women becoming consumers and workers (Ennis 2019, 60). It also recommended removing restrictions on driving as it identified transportation as a critical impediment for female labour (Aldosari 2016; AlKibsi et al. 2015). Vision 2030 plans to «increase women's participation in the labor market» from 17% in 2017 to 25% in 2020 (Kingdom of Saudi Arabia 2018, 82).

Gulf women are seen as an «untapped resource» for economic growth (Ennis 2019, 61). To Aldosari (2016), challenges to economic participation are embedded in political rather than cultural restrictions, as recent efforts to feminise particular job areas (such as retail), led to a remarkable increase in employment without societal resistance. In Saudi Arabia, female university graduates outnumber men, but only 18% of women at working-age are employed (Aldosari 2016). Jobs are concentrated in gender-segregated areas, such as public education and healthcare. MBS said that «a large portion of my productive factors are unutilized», referring to «women in the workforce». ² On the Vision 2030 documents, the words «women» and «womanhood» are all related to economy; for instance, «with over 50 per cent of our university graduates being female, we will continue to develop their talents, invest in their productive capabilities» (Kingdom of Saudi Arabia 2017, 37).

² «Transcript: Interview with Muhammad bin Salman», *The Economist*, January 6, 2016. Available at: <<https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2016/01/06/transcript-interview-with-muhammad-bin-salman>>.

Here is where the *Hazm* womanhood comes in handy for MBS' ambitions. By evoking concepts of citizenship, these women labelled themselves as «patriotic feminists», refusing to be used against the state while bargaining for rights (Doaiji 2018, 142-143). Women discussed on Twitter about their role in Saudi's economic development, praising the King and MBS and their achievements (Fareed 2018). Haifa al-Zahrani, a female war journalist, stated that «women can reach anywhere, as long as they do not challenge the state and its laws» (Doaiji 2018, 132). Journalist Aisha Fareed (2018) proudly said that: «We are not late. We are not early. We are very much on time», concluding with «dear world, please fasten your seatbelts and take the back seat while we drive the wheel of change our own way».

This way, the regime co-opts women into modernisation via a sense of pride, which, in turn, helps the implementation of the needed reforms. In other words, by involving women in the modernisation project via nationalism, MBS taps on their economic potential without empowering them politically. The male-dominated structure is far from being challenged, as there is no holistic reform seeking to reduce the drastic gap between men and women (Aldosari 2017). Despite what AlRasheed predicted, the recognition of woman labour's importance has not, so far, redirected «real change». Autocratic liberalisation does not represent democratisation, but accommodation of the social contract for rule continuity (Brumberg 2002). The liberalisations are a marriage of convenience between rentierism and autocratic liberalisation, using both women economic enablement to promote private sector growth, diversification and development without making the state less sexist (Ennis 2019, 62).

Authoritarianism and the limitations of status-seeking

Status has a double-edged characteristic: it can improve a country's position, but it can also put a spotlight on other matters that were once concealed, producing unexpected side effects that can eventually harm status-seeking policies (Larson, Paul, and Wohlforth 2014). Thus, even though the prohibition of driving was a well-known fact, Saudi women were never in the media's spotlight as they have been since the end of the ban. This final section argues that liberalisations through exclusionary social engineering can negatively impact status ambitions as all nationalist collective projects are by nature sectarian. While international and local media, without exception, praised the empowerment of women, many of them had also stressed the limitations of the nationalist project to which these liberalisations belong to.

MBS' project comprises political personalisation, meaning the concentration of power on his hands, reduction of the authority of other political elites and heavy use of propaganda and cult of image (Diwan 2018; Gause 2018). In this move, he is excluding dissidents and critics of the narratives of belonging by fram-

ing them as traitors of the nation (AlRasheed 2018a). He is also increasing surveillance apparatus and social media spies (Poméon 2018, 29). Arrests, indefinite detentions, delayed court appearances, death penalties and public beheadings have escalated. Only between September and October 2017, more than seventy people were arrested, most of them preachers, activists, bloggers, intellectuals and journalists that accused authorities of violating human rights (Poméon 2018, 6). Torture, elimination and violence are normalised in the name of a collective will (Al Rasheed 2018b).

This is where *Hazm* womanhood enters the picture. By promoting a «right kind' of women rights» activists, both patriotic and collaborative, these women became complicit of a political crackdown against others that blame the state for their exclusion. *Hazm* feminism calls other feminists «radical», even compare them with ISIS, saying that they are «the second face of the devilish currency, no less dangerous» that promotes «hostile political movements» in which freedom is to do «what she [women] wants without teaching her to preserve her dignity» (Muzafar 2019). They also reject foreigners, expatriates, LGBTQ+, or atheists as defectors and turncoats, not corresponding to the majority of Saudi woman (Doaiji 2018, 143).

Many activists who campaigned against the driving ban are now in prison or under threat of prosecution because they have asked for more substantive reforms (AlRasheed 2019). Loujain AlHathloul, a known activist that filmed herself driving, was arrested for a second time in May 2018 under dubious charges of spying and has been reportedly tortured and harassed (Jamal 2019). Another driver and anti-guardianship activist, Samar Badawi, is imprisoned since July 2018 with no trial in sight. Runaways are also a target, being arrested and returned to their families when attempting to flee (Poémon 2018, 41). Anti-guardianship activist Alaa AlAnayzi was detained at the airport waiting for Dina Ali Lasloom's forced return after she was caught escaping. Twitter activist Marian Al Otaibi was arrested on April 2017 under the charges of disobedience and «breach of the peace». Also, those that left the country and became voices against the regime, such as Manal al-Sharif, are disqualified by the *Hazm* women as «just women tweeting from outside the country, cursing the government» (Doaiji 2018, 142).³

These stories have been harming Saudi's image internationally and hampering the goals for higher status. Increasing discussion on violations of human rights has embarrassed some countries with links to Saudi Arabia, especially after the October 2018 assassination of journalist Jamal Khashoggi. For example, in November 2018, after rumours that Samar Badawi would be sentenced to the death penalty, the Canadian Foreign Affairs Ministry tweeted that it was «gravely concerned about additional arrests of civil society and women's rights

³ On her article, Doaiji (2018) presented the results of many interviews and analysis of Twitter feeds from women that self-identified themselves as *Hazm* feminists.

activists» (Coletta and Fahim 2018). Riyadh responded suspending diplomatic ties. The tension increased again in January 2019, when Canada granted asylum to Saudi teenager Rahaf al-Qunun, who was caught in Bangkok while escaping her guardian. Spain, Iceland, Sweden, Slovenia, Switzerland, and New Zealand also issued recommendations to abolish male guardianship, starkly criticising the regime's repression.

My main argument is that social engineering measures with excluding nationalist narratives will, in one way or another, limit the possibilities for higher international status as the standard of civilisation referring to women is inclusive – it does not specify which women should or should not be empowered (Towns 2009). International actors are hearing the voices (or the silence) of these dissident women. In 2019, Loujain AlHathloul was named *Time* magazine's 100 most influential people. Amnesty International called 2018-2019 the 'year of shame for Saudi Arabia', and the stories of these women are becoming viral, pressuring the international community for reactions.⁴

Names of Saudi arrested activists are now widely known, and the majority of news on any reform published since 2018 has at least a line remembering the readers that these women are still in jail. Projecting women entrepreneurship and economic empowerment is a way of gaining more international status, which is crucial for the long-term success of Vision 2030. Nevertheless, the growing distinction between the right and the wrong kind of women activism will just hamper this endeavour. In sum, the regime's growing authoritarianism and *Hazm* nationalism low tolerance for criticism obstruct the pursuit for international status.

Final remarks

Saudi Arabia has, undoubtedly, transformed since the rise of King Salman and his son to power. The Crown Prince seems to be in a rush to rebuild his country into a modernised nation, as a way to consolidate his hold on power and improve Riyadh's international position. I argued in this paper that his broad reform project, Vision 2030, is a social engineering program that aims to alter the contract that rules the relation between state and society and that women are a crucial factor in this equation. Vision 2030 responds to two audiences, the domestic and the international one: in the local level, it is an autocratic liberation move to guarantee regime legitimacy; for the global eyes, it is a status-seeking behaviour. I used the liberalisations for women, focusing on driving, to show the limitations between these two ambitions, without ignoring the roles that women can play while bargaining with the state.

⁴ Available at: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/05/saudi-arabias-year-of-shame-crackdown-on-critics-and-rights-activists-continues>>.

The concept of *Hazm* nationalism is crucial for my argument. While the development of this nationalism, somewhat dissociated from the religious constituencies, mobilises society in favour of the reforms and provides a new source of legitimacy for the authoritarian regime, its incapability to deal with dissent inevitably damages the pursuit for greater international status. MBS' popularity is high, especially among the youth (Grand 2019); however, his international image is tarnished, mainly due to Khashoggi's assassination and the growing arrests of women activists. If, by 2017, many were enthusiastic with his views on modernisation, now he is frequently regarded as a 'reckless' and 'impulsive' leader (AlRasheed 2018b; Gause 2018).

The Saudi case is thought-provoking because many of the women that had been for a long time fighting for the right to drive are not the primary beneficiaries of the decree and they were stripped of ownership of the changes, at least on the official nationalist narrative. That is not necessarily an exception, as, in authoritarian regimes, women liberalisation movements tend to be understood in the limits of the state, with the government initiating and driving the reforms that may improve their lives, but that do not provide political empowerment. Nevertheless, as long as these women are not integrated into society as legit citizens with political representation and recognition, Saudi Arabia's aspiration to receive a higher international status is bound to fall short.

References

- Aldosari, Hala. 2016. «The Saudi National Transformation Program: what's in it for women?», *The Arab Gulf States Institute in Washington*, February 2. Available at: <https://agsiw.org/the-saudi-national-transformation-program-whats-in-it-for-women/> [access 06.06.2019]
- Aldosari, Hala. 2017. «All the King's women: new Shura Council members stir gender debate», *The Arab Gulf States Institute in Washington*, May 11. Available at: <https://agsiw.org/kings-women-new-shura-council-members-stir-gender-debate/> [access 06.05.2019]
- Alhussein, Eman. 2019. «Saudi First: how hyper-nationalism is transforming Saudi Arabia», *European Council on Foreign Relations (ECFR): Policy Brief*, 1-19.
- Alhussein, Eman; Mohammed Al-Sudairi. 2019. «Parallels between feminist movements in Saudi Arabia and China», *Arab Gulf States Institute in Washington*, July 30. Available at: <https://agsiw.org/parallels-between-feminist-movements-in-saudi-arabia-and-china/> [access 29.09.2019]
- Al-Kibsi, Fassan et al. 2015. «Moving Saudi Arabia's economy beyond oil», McKinsey Global Institute. December. Available at: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/employment-and-growth/moving-saudi-arabias-economy-beyond-oil> [access 06.05.2019]
- Al-Rasheed, Madawi. 2013. *A Most Masculine State*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Al-Rasheed, Madawi. 2018a. «Mystique of monarchy: the magic of royal succession in Saudi Arabia» In AlRasheed, Madawi (eds): *Salman's Legacy: the dilemmas of a new era in Saudi Arabia*, London: Hurst & Company, 45-73.
- Al-Rasheed, Madawi. 2018b. «After Khashoggi, the myth of the benign Arab monarchy is dead», *Middle East Eye*, 31 October. Available at: <https://www.middleeasteye.net/opinion/after-khashoggi-myth-benign-arab-monarchy-dead> [Access 10.05.2019].
- Al-Rasheed, Madawi. 2019. «Saudi men and women are now equal – when it comes to prison torture», *Middle East Eye*, 8 March. Available at: <https://www.middleeasteye.net/opinion/saudi-men-and-women-are-now-equal-when-it-comes-prison-torture> [Access 10.05.2019]
- Al-Sharif, Manal. 2019. «We finally won the Right to Drive in Saudi Arabia. But the Kingdom's war on women is only getting worse». *Time*, April 10. Available at: <http://time.com/5567330/saudi-arabia-women-rights-drive> [access 04.05.2019]
- Brumberg, Daniel. 2002. «Democratization in the Arab World? The Trap of Liberalized Autocracy». *Journal of Democracy* 13 (4): 56-68. DOI: <https://doi.org/10.1353/jod.2002.0064>
- Carvalho Pinto, Vânia. 2019, «Signalling for status: UAE and women's rights». *Contexto Internacional* 41 (2): 345-357. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-8529.2019410200006>
- Coletta, Amanda, and Kareem Fahim. 2018. «Saudi Arabia expels Canadian ambassador after Ottawa criticizes arrests of Saudi activists», *Washington Post*, August 6. Available at: https://www.washingtonpost.com/world/middle_east/saudi-arabia-expels-canadian-ambassador-after-ottawa-criticizes-arrests-of-saudi-activists/2018/08/06/99df2714-9945-11e8-8d5e-c6c594024954_story.html [Access 12.04.2019].
- Darwish, May. 2014. «The ontological (in)security of similarity: Wahhabism versus Islamism in Saudi Foreign Policy». *GIGA Policy Papers* 263: 1-26. Retrieved from <https://www.giga-hamburg.de/en/system/files/publications/wp-263-online.pdf>
- Diwan, Kristen. 2018. «Saudi nationalism raises hope of greater Shia inclusion», *Arab Gulf States Institute in Washington*, May 3. Available at: <https://agsiw.org/saudi-nationalism-raises-hopes-greater-inclusion-shias> [access 11.04.2019]
- Doaiji, Nora. 2017. «Saudi Women's online activism: one year of the 'I am my own guardian' campaign», *The Arab Gulf States Institute in Washington*, Issue Paper 11.
- Doaiji, Nora. 2018. «From Hasmi to Hazmi: Saudi feminism beyond Patriarchal bargaining», In AlRasheed, Madawi (eds): *Salman's Legacy: the dilemmas of a new era in Saudi Arabia*, London: Hurst & Company, 117-147.
- Doumato, Eleanor. 2005. *Women's Rights in the Middle East and North Africa – Saudi Arabia*, *FreedomHouse*, October 14. Available at: <https://www.refworld.org/docid/47387b6f2f.html> [access 6.06.2019]
- Ennis, Crystal. 2019. «Rentier-preneurship: dependence and autonomy in women's entrepreneurship in the Gulf», *The Politics of Rentier States in the Gulf*, PMES Studies, 33, 60-67.
- Fareed, Aisha. 2018. «Woman driving in KSA: a huge milestone not a baby step», *Arab News*, July 2. Available at: <https://www.arabnews.com/node/1332226/saudi-arabia> [Access 29.09.2019].
- Friedman, Thomas. 2017. «Saudi Arabia's Arab Spring, at last», *The New York Times*, November 23. Available at: <https://www.nytimes.com/2017/11/23/opinion/saudi-prince-mbs-arab-spring.html> [access 05.06.2019]

- Grand, Stephen. 2019. 'The Khashoggi Killing through Saudi Eyes'. *Atlantic Council*, March 21. Available at: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/the-khashoggi-killing-through-saudi-eyes> [access 12.02.2019]
- Gause, Gregory. 2018. «Saudi regime stability and challenges». In: AlRasheed, Madawi (eds): *Salman's Legacy: the dilemmas of a new era in Saudi Arabia*, London: Hurst & Company, 31-45.
- Hertog, Steffen. 2018. «Challenges to the Saudi Distributions State in the age of austerity». In: AlRasheed, Madawi (eds): *Salman's Legacy: the dilemmas of a new era in Saudi Arabia*, London: Hurst & Company, 73-97.
- Jamal, Urooba. 2019. 'One year later, justice for my friend Loujain al-Hatholoul means a full pardon from Saudi authorities', *Independent*, April 20. Available at: <https://www.independent.co.uk/voices/loujain-al-hatholoul-saudi-arabia-prison-charges-nobel-prize-campaign-a8879421.html> [access on 06.06.2019]
- Jones, Calvert. 2015. «Seeing like an autocrat: liberal social engineering in an illiberal state», *Perspectives on Politics*, 24-40. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/276705171_Seeing_Like_an_Autocrat_Liberal_Social_Engineering_in_an_Illiberal_State
- Jones, Calvert. 2019. «Social engineering in rentier states», *The Politics of Rentier States in the Gulf*, PMES Studies, 33, 67-72.
- Kingdom of Saudi Arabia. n.d. National Character Enrichment Program. Available at <https://vision2030.gov.sa/en/programs/NCEP>
- Kingdom of Saudi Arabia. 2017. *Saudi Vision 2030*. N.p: Kingdom of Saudi Arabia. Available at https://vision2030.gov.sa/sites/default/files/report/Saudi_Vision2030_EN_2017.pdf
- Kingdom of Saudi Arabia. 2018. *National Transformation Program. Delivery Plan 2018-2020*. N.p.: Kingdom of Saudi Arabia. Available at https://vision2030.gov.sa/sites/default/files/attachments/NTP%20English%20Public%20Document_2810.pdf
- Krane, Jim. 2019. *Energy Kingdoms*. New York: Columbia University Press.
- Larson, Deborah Welch, T. V. Paul, William C. Wohlforth. 2014. *Status in World Politics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Levitsky, Steven; Lucan Way. 2010. *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes after the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Meyer, John W; John Boli; George Thomas; Francisco Ramirez. 1997. «World Society and the Nation-State», *American Journal of Sociology* 103 (1): 144-181. DOI: <https://doi.org/10.1086/231174>
- Muzafar, Halima. 2019. «Al-Nasaweya Al-mutatarefa (تقارط مآل ءيوسنآ)», *Almadina*, January 20. Available at: <https://www.al-madina.com/article/610193> [Access on 27.09.2019]
- Niblock, Tim. 2006. *Saudi Arabia: power legitimacy and survival*. NY: Routledge.
- Partrick, Neil. 2018. *Saudi Arabian Foreign Policy*. New York: I.B. Tauris.
- Poméon, Alexandra. 2018. «Saudi Arabia: condemned to silence the situation of women human rights defenders», *The Observatory for the Protection of Human Rights Defenders*.
- Renshon, Jonathan. 2017. *Fighting for status. Hierarchy and conflict in world politics*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Towns, Ann. 2009. «The status of women as a standard of "civilisation"», *European Journal of International Relations* 15(4):681-706. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354066109345053>

Luíza Cerioli. Doctoral Researcher at the Centre for Near and Middle Eastern Studies (CNMS) at the University of Marburg, Germany. She holds a Master in International Relations from the University of Brasília. Her PhD focuses on the triangular relations between Iran, Saudi Arabia and the United States. Her main fields of research are the Persian Gulf, with a focus on Iran and Saudi Arabia, regional powers and US' Middle Eastern foreign policy.

Electronic address: luizacerioli@gmail.com

Article received on the 23rd of June and accepted for publication on the 30th of September 2019.

Estudos e Ensaaios

A DISTANT FINISH LINE FOR WOMEN: GENDER AND THE SPORTS PRESS IN PORTUGAL (1996-2016)

Pedro Saraiva*, Virgínia Ferreira**, Maria João Silveirinha***

Abstract

In this paper we examine the overall evolution of the coverage of women's sports by the three Portuguese daily sports newspapers (*A Bola*, *O Jogo* and *Record*), as well as the potential sexual objectification of female athletes. To this end, we conducted an analysis of the news and photographs published by these three daily newspapers over a period of 20 years (1996-2016), based on a random sample. A total of 2,414 news items, including 1,207 articles and 1,207 photographs, were collected from 186 different newspaper editions. The results do not show significant changes in the coverage of women's sports nor a significant decrease in the sexualization of athletes, as signs of sexual objectification remain. The research suggests that policy makers should take active measures to promote equality between women and men in sports journalism.

Keywords: Gender; daily sports newspapers; sexual objectification; content analysis; Portugal.

Resumo

Uma meta distante para as mulheres: Género e Imprensa Desportiva em Portugal (1996-2016)

Neste artigo analisamos a evolução global da cobertura do desporto feminino pelos três jornais diários portugueses de desporto (*A Bola*, *O Jogo* e *Record*), bem como a potencial objectificação sexual de atletas do sexo feminino. Para o efeito, procedemos à análise das notícias e fotografias publicadas por estes três jornais diários durante um período de 20 anos (1996-2016), com base numa amostra aleatória. Um *corpus* de 2.414 notícias, incluindo 1.207 artigos e 1.207 fotografias, foi constituído a partir de 186 edições de jornais. Os resultados não mostram mudanças significativas na cobertura de desportos femininos nem uma diminuição significativa na sexualização de atletas, uma vez que os sinais de objetificação

* Faculty of Economics (FEUC), University of Coimbra, 3004-512 Coimbra, Portugal.

Electronic address: pdgs@outlook.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0249-2646>

** Centre for Social Sciences (CES), Faculty of Economics (FEUC), University of Coimbra, 3004-512 Coimbra, Portugal.

Postal address: Faculdade de Economia, Av. Dias da Silva, 165, 3004-512 Coimbra, Portugal.

Electronic address: virginia@fe.uc.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3838-054X>

*** Department of Philosophy, Communication and Information, Faculty of Arts and Humanities, University of Coimbra, 3004-530 Coimbra.

ICNOVA - Institute of Communication of NOVA, Lisbon, Portugal.

Electronic address: mjsilveirinha@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0702-3366>

sexual permanecem. A pesquisa sugere que os decisores políticos devem tomar medidas ativas para promover a igualdade entre mulheres e homens no jornalismo desportivo.

Palavras-chave: Género; jornais diários desportivos; objectificação sexual; análise de conteúdos; Portugal.

Resumen

Una meta distante para las mujeres: Género y la prensa deportiva en Portugal (1996-2016)

En este artículo analizamos la evolución global de la cobertura del deporte femenino en los tres diarios deportivos portugueses (*A Bola*, *O Jogo* y *Record*), así como la potencial objetificación sexual de las atletas femeninas. Con este fin, analizamos las noticias y fotografías publicadas por estos tres diarios por un período de 20 años (1996-2016), en base a una muestra aleatoria. Un corpus de 2.414 noticias, incluyendo 1.207 artículos y 1.207 fotografías, estaba compuesto por 186 ediciones de periódicos. Los resultados no muestran cambios significativos en la cobertura del deporte femenino ni una disminución significativa en la sexualización de las atletas, ya que los signos de objetificación sexual permanecen. La investigación sugiere que los responsables políticos deberían tomar medidas activas para promover la igualdad entre mujeres y hombres en el periodismo deportivo.

Palabras clave: Género; periódicos deportivos diarios; objetificación sexual; análisis de contenido; Portugal.

Introduction

Ever since Classical Greece, sport has been perceived as a means of glorifying the male body. The exclusion of women represents a logical consequence of this perspective (Gomes *et al.* 2000). Only from the late 19th century onwards did women begin having the opportunity to practice sports (Borish 1996; Cruz 2001). Female sporting has advanced very slowly, only intensifying in the final quarter of the 20th century. Only at the 2012 Olympic Games did women get to compete in all the sports on the Olympic program. In the case of Portugal, women first had the opportunity to enter the sporting world following the end of the dictatorship, in 1974, as reflected in the numbers: female participants in federated sporting activities practically tripled from 10,867 in 1974 to 30,162 in 1979 (Almeida and Cruz 2010).¹ The female proportion in federated sports has however remained fairly low, even while progressing from 12.7% in 1979 to 28.5% in 2016 (with 168,622 registered female athletes) (IPDJ 2018).

¹ The figures presented only include individuals practicing a sport that are registered in the respective sports federation (proven by compulsory sports insurance). Sports federations have the status of sport utility (as entities that promote, regulate and direct, at national level, the practice of the various sports) that applied for public funding during the year. The Federations submit annually their activity plan (including statistical tables) to the Institute of Sports and Youth (Instituto Português do Desporto e da Juventude) for public funding purposes. Federated athletes can be professionals or amateurs.

From the very beginning, the exclusion or conditional integration of women into the different sports, professional or amateur, was socially defined and supervised (LaVoi 2013), in keeping with how sports «help construct ideologies of gender, affect gender relations, and social class hierarchies» (Anderson 2008 *apud* Eckstein *et al.* 2010).

Hence the interest in monitoring how the scope of media discourses depicts such sports. Such interest reflects in the vast literature focusing on media coverage of female sports produced over recent decades. The analyses span diverse academic fields and stem from a great variety of approaches and methodologies (Eckstein *et al.* 2010). In the case of Portugal, although there are some partial studies, with analysis spanning over short periods and specific research questions (Pinheiro 1996; Marivoet 2003; Coimbra 2008; Araújo 2017; Bueno 2017), there has hitherto been no study based on any extensive and longitudinal approach able to characterise the ways in which media coverage has accompanied the growing involvement of women in sport. Our study, therefore, seeks to overcome that shortcoming by covering a sufficiently long period to enable the detection of trends on a random sample of Portuguese most relevant sports journalism.

Women's sport and the media: literature review

Media outlets, especially in the sports sector, have already been identified as influential in terms of the participation of women in sport in accordance with how the media contribute towards our construction and understanding of the world and the definition of what is considered normal by each culture (Bruce 2013).

Given the decidedly masculine nature of the sporting world, the media, following the traditional perception that men are more active and athletic, cover male sports more than they do to their female counterparts (Centre for Gender Equality 2006). Indeed, the media present men as the lead and most relevant sporting actors (Trigueros 2001 *apud* Marques 2002), especially as regards those sports deemed as masculine, and the high media profile sports (Louveau 2001). Furthermore, male sports are associated with competition; this being 'frequently justified by the aggressive nature of boys and because this is the quintessential feature of sport' (Gomes *et al.* 2000). Competition thus becomes an especially male field (Mariovet 2003), which influences the news coverage of sport.

In the case of female sports, we find the opposite features of visibility and ideas of gender. Firstly, countless studies have clearly identified the lack of news coverage of female sports (Pinheiro 1996; Mariovet 2003; Messner 2002; Rawjee *et al.* 2011; Trolan 2013; Centre for Gender Equality 2016). Despite this, and given the fact that media have recently undergone a significant level of expansion, an increasing level of coverage would be expected. This research thus sought to analyse this rise in visibility through a content analysis of the three daily Portuguese sports newspapers.

Various studies encapsulate the most recurrent expressions for depicting athletes in media discourses, in particular as «excessive sweat, physical efforts, strong emotions, competitions, mutual rivalries, muscular definition, daringness of character, danger of injuries, [...] emerge as incompatible with the standardised representations of femininity» (Fernandes *et al.* 2014). This invisibility and the standardisation of a certain ideal of femininity interlinks with other aspects of news coverage. Firstly, women are frequently portrayed as sexual objects and in submissive roles (Waters and Ellis 1996), with the photographs accompanying the texts reinforcing this sexual objectification (Rawjee *et al.* 2011). This prompts «a seductive woman who is first and foremost reserved for a 'decorative' purpose and that of sexual object» (Louveau 2001). Furthermore, according to Cooky *et al.* (2010), the media represent women as «Others», frequently comparing them with their male peers, sending the message that sports remains a masculine domain even when the focus falls on women's sport. This adds to how, when female athletes are indeed covered by the media, their sporting performance is trivialised alongside the reproduction of stereotypes regarding their performance and looks (Cooky *et al.*, 2010; Rawjee *et al.* 2011).

As with the news texts, the accompanying photographs display similar characteristics and, even when they do not take on an explicitly sexual character, whenever athletes specifically pose for the camera, the contrasting idea of man/individual, woman/object is reinforced (Gomes *et al.* 2000; Pedersen 2002). This produces a ritualization of subordination in the words of Goffman (1976). In economic terms, this is a profitable contrast both for the media and for their advertisers/sponsors (Fink 2015: 338).

These are some of the core issues identified by international research and these findings press for the questioning of the (in)visibility of female athletes in national media, especially against the background of a significant rise in the number of women engaging in federated sports in Portugal and the diversification of media coverage of sporting activities as seen in the vitality of various daily sports newspapers. Furthermore, we seek to understand whether the media coverage of women sports has increased and whether their media representations has undergone any changes in terms of the values attributed to female sporting participation and achievements.

Materials and Methods

Our longitudinal study is designed to ascertain whether there has been any rise in the number of news items covering female sports alongside any possible changes in the coverage on female athletes and also any significant diversification in the type of sports covered by the media. The hypotheses guiding this research are:

- H1.** *The coverage by the written sports press perpetuates the stereotypes contained in the distinction between male and female sports through an emphasis on male athletes in certain sports and female athletes in others.*
- H2.** *The news coverage of female sports in sport newspapers has not increased in the same proportion as female participation in federated sports.*
- H3.** *In the daily coverage of sports press, female athletes are photographed in ways that emphasise their femininity.*
- H4.** *Given the rising criticism of the sexualisation of female athletes in media coverage, it has decreased in the period under analysis.*

In order to test these hypotheses, we combined traditional content analysis (Weber 1990; Neuendorf 2001) with contextual content analysis (McTavish and Pirro 1990). Content analysis aims to determine who says what, to whom, why, to what extent and with what effect, and has the key advantage of both enabling the organisation of large quantities of text into a small number of content categories and ascertaining their internal and external validity (Weber 1990; Neuendorf 2001). In this framework, codebooks were built for this research. Its main disadvantage stems from the risk of decontextualization and producing reductionist outcomes. We therefore added an exploratory contextual content analytical approach (McTavish and Pirro 1990), aiming to interpret the contextual meaning of the texts and/or pictures. Finally, we explored the semiotic construction of meaning of a small sample of news photos.

The analytical corpus consisted of the three exclusively sports newspapers published daily in Portugal: *A Bola*, *Record* and *O Jogo*. These newspapers cover a large historical period and their target audience is composed mostly of male readers (Lima 2011; Cardoso *et al.* 2014, 2016; Santos 2006).

The study covers a 20-year period. Given that these newspapers only became daily in 1995 and on different dates over that year, the analytical period begins on the 1st of January 1996 and ends on the 31st December 2015. Within this twenty-year timeframe, we analysed the editions dated 1 January 1996 and 31 December 2015, and randomly selected one week from each year as well as three days of each selected week. The total analytical corpus amounted to 186 newspaper editions.

We focused our analysis on the articles in the sample which included photographs corresponding to previously selected sports. Due to the large number of federated sports in Portugal, we selected a sample of ten sports. For this purpose, we took the data from the Portuguese Institute of Sport and Youth (IPDJ 2015, 2018), which identifies the ten sports federations (excluding football²) with the

² The football federation has the most athletes but given the fact that the majority of the contents of these newspapers is on this particular sport (IPDJ 2018), football was excluded as its inclusion would distort the study results.

largest number of participants in 2014 as: Handball, Volleyball, Basketball, Hiking and Mountaineering (Climbing, Abseiling, and Skyrunning, among others), Swimming, Tennis, Athletics, Karate, Golf and Gymnastics.

Table 1.
Athletes in national Sports Federations in Portugal (1996-2014)

	1996				2014			
	Women	Men	Total	% of Women	Women	Men	Total	% of Women
Handball	4,418	12,968	17,386	25.4	19,828	30,286	50,114	39.6
Volleyball	3,193	3,006	6,199	51.5	23,137	19,939	43,076	53.7
Basketball	5,654	12,396	18,050	31.3	14,262	21,328	35,590	40.1
Hiking and Mountaineering	n.d.*	n.d.	n.d.		10,047	22,538	32,585	30.8
Swimming	1,729	2,588	4,317	40.1	10,597	11,098	21,695	48.8
Tennis	1,572	6,385	7,957	19.8	6,220	13,056	19,276	32.3
Athletics	3,503	7,604	11,107	31.5	5,677	9,158	14,835	38.3
Karate	n.d.	n.d.	n.d.		3,824	10,910	14,734	26.0
Golf	921	3,599	4,520	20.4	2,863	11,231	14,094	20.3
Gymnastics	n.d.	n.d.	n.d.		11,532	2,208	13,740	83.9
Total	20,990	48,546	69,536	30.2	107,987	151,752	259,739	41.6

n.d. = no data. Source: IPDJ (2018).

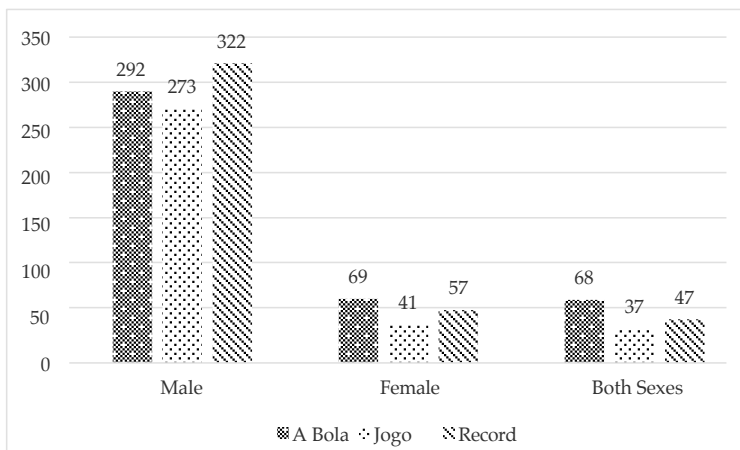
Having identified and digitalised the articles, we analysed each sample unit according to the drafted guides (with one code book for written texts and another for photographs). In the case of the written articles, we sought to analyse questions such as: the inclusion of female athletes, references to their femininity, their body or any comparison of their results with men. In photos, we took into account how these reflect the nature of our societies and social relationships (Knoblauch *et al.* 2008, Paul and Sheets 2012) and aimed to identify the key features of the photograph itself in order to evaluate the qualitative portrayal of their subjects, namely in terms of the possible sexual objectification of female athletes through details such as the focus on specific parts of the athletes' bodies, their heterosexuality or other aspects complying with ideals of female beauty. To this end, the contextual content analysis was followed by a pictorial analysis of the photographs, based on Susan Bordo's (2003) ideas of idealised femininity as text, where the researchers analysed, described and interpreted the portraying of female athletes through the focus on key signs such as poses, clothes or accessories, or camera angles. The dramaturgical perspective of Goffman was also an inspiration for understanding the diversity of bodily practices performed by female athletes in order to fulfil per-

ceived social expectations about their roles as sportswomen and women (Goffman 1959, 1976). According to Goffman, photographs serve as evidence of the ways individuals present themselves to others (1976, 10). Our attention here focuses on the overall figuration and not on the space occupied on the page by the photo.

Results

The analysis spanned a total of 1,207 articles and 1,207 photographs. The most relevant results are demonstrated below.

Figure 1.
Social actors most referred to by their sex and newspaper



The newspaper *A Bola* published the largest number of articles on female sport, whether approached exclusively or jointly with male sport (accounting for 31.9% of the articles, followed by *Record* with 24.4% and *O Jogo* with 22.2%). When taking into account only those articles exclusively dedicated to female sports, comparing them with those dedicated to male sports, the newspaper ranking remains the same – *A Bola* leads with 23.6%, *Record* with 17.7% and *O Jogo* with 15%. Out of the sample of 1,206 articles, only 167 (13.8%) exclusively refer to female sport. When taking into consideration that the rate of female members across the ten sports included for analysis was 44% in 2016, we clearly see how all newspapers display a deficit in their coverage of female sports and to a very exaggerated extent in the case of the two sports dailies that displayed an equivalence of around a third of the weight that females actually hold in sporting reality. We may interpret these results as a consequence of the newsworthy criteria adopted by the editorial teams, which, in turn, stem from the interests of the respective business groups

that quite commonly coincide in their ownership of newspapers and sponsorship of sporting teams. Some explain this asymmetric pattern given the professionalization of the respective sports in their male formats, as is the case of Basketball or Handball, and the lacking of such status in female competitions (Coimbra 2008, 7). Deriving from this professionalisation of male sports, there is increased attention in relation to the professional competitions held in these sports, the loci for the cross-referencing of a series of interests of a varying order across the fields of sport, the economy and journalism. We can also add that other male sports are professionalised, such as athletics, tennis or volleyball. In the case of female athletes, this professionalisation is restricted to tennis and athletics only. This will be another potential reason for this disparity between men and women.

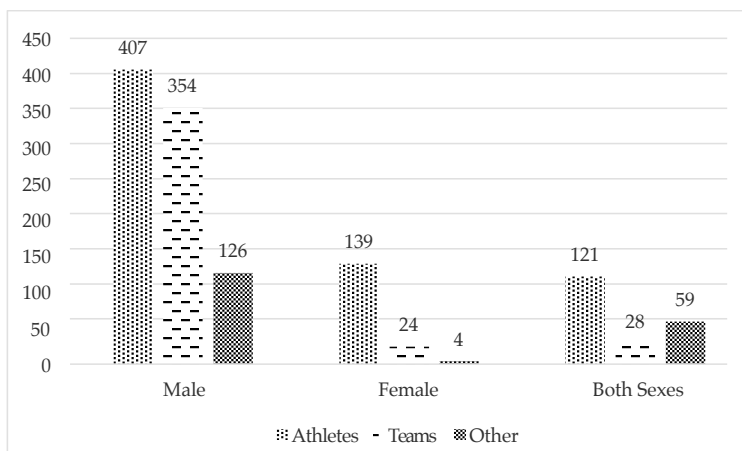
Another important dimension of this research involved grasping the trend in female sports coverage over the period under analysis. We found no defined trend upwards or downwards in the number of published news items, which merely vary slightly over the years analysed.

These results are somewhat surprising. Given the rise in the number of female athletes, we would expect an increase in the coverage of female sports, which did not actually take place. The key explanation for the variations verified across our timeframe stems from the international competitions of the analysed sports. Over this two-decade period, the largest number of articles on female sports reflects the World Athletics Championship in 2005, held between 6 and 14 August 2005. However, Mansfield and Curtis (2009) warn that at this type of events athletes may be accompanied by certain gender media stereotypes, especially the idea that, before being athletes, they are first and foremost women.

In addition to the deficit in coverage of female sports in the newspapers, we also saw that women are essentially present in their role as athletes (83.2% of the total), and practically absent as trainers, organisers or administrators («Other» in Figure 2). Although we do not have detailed information on how this may reflect the field of sports, we estimate that this lack of coverage probably does not deviate greatly from the actual female participation in sports management and organisation.

To put this into perspective, we can only rely on partial information derived from a diversity of sources. In a 2000 survey, only 1% of female members of a sports club declared an active participation in the organisation's management (Marivoet 2001). The European Institute of Gender Equality states that 'on average, in 2015, only 14% of all top decision-making positions in sports federations in Member States were occupied by women, ranging from 3% in Poland to 43% in Sweden' (EIGE 2015, 2). In Portugal, the percentage was slightly below the European average. Furthermore, it is estimated that there are only 20% to 30% female trainers and managers highly concentrated into certain sports – (e.g., dancing, gymnastics, figure skating and equestrianism) and they predominantly work with women, adolescents or children who compete at local and regional levels (EIGE 2015: 2). This still remains well above their level of inclusion in the analysed articles.

Figure 2.
Role of social actors most commonly mentioned by sex



Furthermore, this focus on female sportswomen as individual athletes arises out of how some sports are inherently deemed not also as female, such as gymnastics or ice-skating, for example (Louveau 2001; Appleby *et al.* 2013), but also as individual. Additionally, the emphasis on one or several particular athletes enables their praising or criticising or even the focus on aspects that enable their sexual objectification (Waters and Ellis 1996; Rawjee *et al.* 2011; Cooky *et al.* 2013).

Para muitos dos amantes do ténis ela é uma das maiores belezas do circuito feminino. Chama-se Maria Antónia Sánchez Lorenzo, tem 23 anos, mede 1,71 m e pesa 59 kg, nasceu em Salamanca e reside em Barcelona. Os portugueses ficaram a conhecê-la melhor quando venceu o Porto Ladies Open, no ano passado.

Há quem a considere bem mais sensual do que a russa Anna Kournikova, e a sua pele bronzada e o cabelo castanho com madeixas loiras dá-lhe uma imagem algo diferente das novas «barbies» do circuito. Numa altura em que

Figure 3.

Reference to a female athlete's body in a story.³

Source: «A tímida Maria Antónia torce o nariz à 'Playboy'», *O Jogo*, page 42, April 6, 2001.⁴

Já a bela russa, Maria Sharapova, deu por terminada a sua campanha, ao perder com a «veterana» francesa Mary Pierce (29 anos).

Figure 4.

Reference to a female athlete's body.

Source: «Pequeno Rochus bate 'gigante' Carlos Moya», *Record*, page 35, September 5, 2004.⁵

³ It should be noted that when we talk about «women's circuit», we talk about the group of athletes participating in the women's professional tennis calendar organized by the WTA (Women's Tennis Association).

⁴ Translation of the text (Figure 3): «For many tennis lovers it is one of the greatest beauties of the women's circuit. Her name is Maria Antónia Sánchez Lorenzo [...]. There are those who consider her much sexier than the Russian Anna Kournikova, and her tanned skin and brown hair with blond tresses gives her a somewhat different image of the new «barbies» on the circuit».

⁵ Translation of the text (Figure 4): «The beautiful Russian, Maria Sharapova, ended her campaign by losing with French veteran Mary Pierce (29 years old)».

We also found some examples of infantilization of female athletes by using their first names as seen in these examples of news headlines:

Figure 5.

Using a female athlete's first name in a news headline.



Source: «Susana tenta esquecer assalto» (Susana tries to forget assault), *Record*, page 47, April 14, 2007.

Figure 6.

Using a female athlete's first name in a news headline.



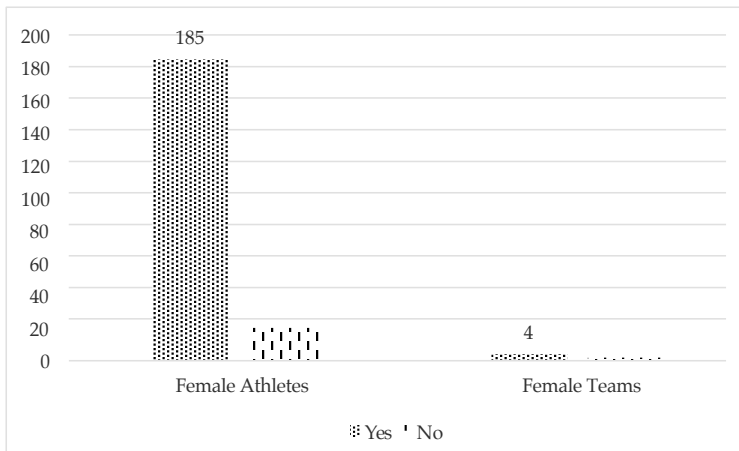
Source: «Serena... mas muito chorosa!» (Serena ... but very tearful!), *A Bola*, page 30, June 22, 2011.

In the case of sports associated with masculine and feminine traits, we encounter clear and important differences. There are two sports especially associated with female sport: tennis – accounting for around 45.5% of the total coverage of female sport – and athletics, representing 25.7%. Comparing with «masculine» sports, basketball leads with 32.2% of the total articles, followed by handball (20.7%). One would expect, for example, a larger number of news on gymnastics, a sport considered predominantly feminine (Louveau 2001; Appleby *et al.* 2013), but these results become less surprising when taking into consideration that female athletes are mostly represented in photographs on athletics and tennis, in addition to volleyball (Coimbra 2008). Hence, we confirm that the sports deemed most feminine simply do not get news coverage.

The photographs demonstrate a lack of significant variation in the size of photographs. We also measured the letter font size of the articles and accounted for a total of 657 headlines relating to male sports in large fonts and with their highlights in bold against only 114 for female sports.

Moving onto analysis of the photographs, we evaluated photos for their representation of sexualized subjects through signifier conventions for standardised femininity, focusing on a particular body parts or accessories (backs, legs, breasts, nails, earrings or make up for example), or on whether women's pictures followed standardised patterns of idealised femininity, their bodies as «texts of femininity» (Bordo 2003). At stake is the fact that these photographs do not depict female athletes according to their sporting abilities, but as women and as feminine (Louveau 2001).

Figure 7.
Femininity



The overwhelming majority of photographs of female athletes feature idealised aspects of femininity (90.2%). We took into account how sports such as tennis and athletics have their own clothing for women but some sports allow female accessories such as earrings or even painted fingernails, which draw attention to the athlete's femininity (Louveau 2001; Theberge 2008).

Figure 8.

Femininity of a female athlete (through the use of earrings).



Source: «Confiante num bom resultado», *A Bola*, page 40, January 18, 2010.

Figure 9.

Femininity of a female athlete (through nails painted in red in the right hand«).



Source: «Amarelo, o sorriso...», *A Bola*, page 45, January 18, 2010.

Despite the «utility» of these female bodies to sporting practices, they are still «intelligible» bodies, a Foucaultian distinction that Bordo returns to highlighting how the two versions of the female body are two sides of the same coin: «they often mirror and support each other» (Bordo 2003: 181). As athletes, they break with the social norm of their exclusion or segregation from sports, but they simultaneously become symbols of the rejection of masculinisation. Indeed, the sports integration of women has always taken place against the backdrop of warnings about the effects on their body and their sexuality. This is exemplified by the words of one of the organisers of a national sailing club: «They are champions, they're girls with good school records and success in sports and they are, in fact, very attractive and elegant women. The idea that sports make them muscular and a bit masculine is wrong» (Dias 2018, 19).

In terms of clothing, the leading category is 'short and tight-fitting' (41.2%), corresponding all clothing (sporting or not) clearly highlighting certain parts of the body, producing a sexual objectification of female athletes. Indeed, this focus on clothing is framed by specific parts of the body – breasts, legs and sometimes the buttocks of athletes (Hargreaves 1994 *apud* Whannel 2008; Khomutova *et al.* 2015).

Figure 10.

Female athletes in short and tight clothing, which draws attention to their buttocks and legs.



Source: «A glória no Castelo», *A Bola*, page 33, March 22, 1997.

Figure 11.

Female athlete wearing tight clothing, pointing at her chest. In addition, she is photographed in pose and not in the proper movement of the sport that she practices.



Source: «Nnenna Lynch», *A Bola*, page 44, April 4, 2008.

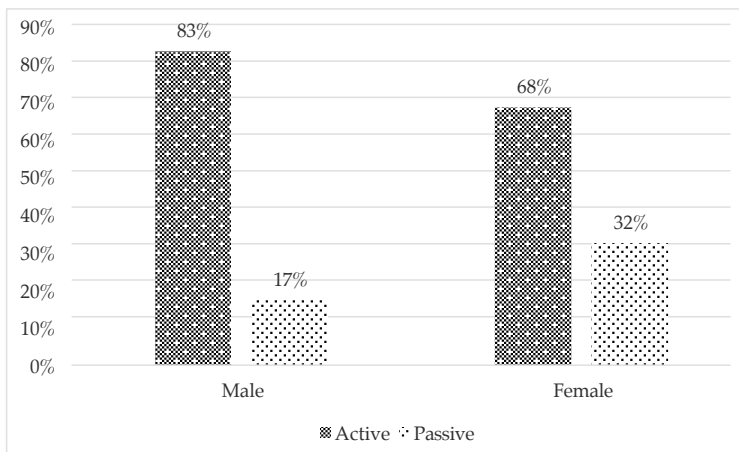
Figure 12.

Female athlete photographed not only at the chest and face level, but also showing a part of the legs, wearing a bikini and in a passive position and sexual availability.



Source: «Ivanovic alerta para perigos da Internet», *Record*, page 37, February 13, 2015.

Another pictorial strategy conveying femininity rather than sporting performance are the athletes' poses portrayed on camera. This is observed when they are in competition or preparing to compete, or when adopting a passive pose (celebrating a victory, receiving a medal, posing for the camera) (Jones 2006).

Figure 13.

Pose in which portrayed subjects appear in the photographs

Our results show that women appear in passive positions in about 32% of photographs while male athletes portraying passivity falls back to 17%.

Figure 14:
Female athlete, portrayed as
a «passive subject».



Source: 'Riad no Benfica, Mónica no Maratona', *Record*, page 38, October 1, 1998.

Figure 15:
Female athlete, portrayed as a «passive
subject».



Source: «Serena cada vez mais indomável», *O Jogo*, page 34, April 1, 2013.

Discussion

We now seek to evaluate our hypotheses.

H1. *The coverage by the written sports press perpetuates the stereotypes contained in the distinction between male and female sports through an emphasis on male athletes in certain sports and female athletes in others.*

Our results show the coverage of female sports has focused primarily on individual and non-physical contact sports (tennis and athletics), as opposed to male sports coverage that places the emphasis on basketball and handball, team sports with physical contact. Hence, we confirm this hypothesis through the persistence of the stereotype that identifies sports for men as those that imply physical contact, aggressiveness and competitiveness. The assumption conveys a universalisation of the masculine worldview and a corresponding naturalisation of the relative inferiority of women who, in addition to broadly being excluded from contact sports, also face «adaptations» to some such sports (Jay 1997).

H2. *The news coverage of female sports in sport newspapers has not increased in the same proportion as female participation in federated sports.*

In the analysed corpus, men have higher representation (around 61% of the articles on athletes). Female athletes, are only present in a small percentage of articles (around 20.8%). This confirm our hypothesis.

H3. *In the daily coverage of sports press, female athletes are photographed in ways that emphasise their femininity.*

This hypothesis holds partially. In around 16 articles we identified expressions drawing attention to the bodies of athletes, pointing to an idealised feminine body. While few, these articles are relevant as there was no such reference to male athlete bodies. Therefore, we also confirm this hypothesis.

H4. *Given the rising criticism of the sexualisation of female athletes in media coverage, it has decreased in the period under analysis.*

The analysed corpus contains photographs of an implicitly sexual character of female athletes, namely through the focus on tight fitting and short clothing (41.2% of female athlete photographs). The ideal femininity of athletes is pictorially highlighted by portraying them firstly as women and only secondly as sportspersons (in 90.2% of the female athlete photographs). This also contributes towards their sexual objectification.

Over the period under analysis, we see how the percentage of news items on female sports undergoes small variations over the years, although there is no actual significant increase in annual totals. The articles and their accompanying photographs mostly focus female athletes in individual terms (excluding female teams).

In terms of the sexual objectification of athletes, we saw that it remained constant throughout the period of analysis, without any major changes. This, as seen above, includes the focus on short and tight-fitting clothing as well as the construction of an idealized femininity. Clearly, the usage of short and tight-fitting clothing for sporting practices does not arise from the options of either the athletes or the photographers, apart from when the athletes are photographed in their daily clothes and away from that worn on the field of competition. The usage of special equipment was from the outset and continues to be one of the criteria deployed for the segregation of female sports. Sports federations penalise any displays of disrespect of clothing rules. The study by Jay (1997) on the regulations in effect from the end of the 19th century onwards demonstrates that the fundamental justification for determining the clothing worn by sportswomen was based on the purpose of displaying their legs while also conveying the image that this relates to female sports, played in non-aggressive styles in order to show grace, lightness and beauty. It is equally demonstrated how various sports federations have imposed such equipment with the deliberate intent of attracting the sexualised male gaze and thereby boosting the audiences for their competitions. Some athletes have expressed their displeasure at such impositions. This is the recent case of the Portuguese handball athlete who submitted a complaint to the Citizenship and Gender Equality Commission for 'having imposed on her

clothing that sexualised the body' (Henriques 2018). This perspective ends up being assumed by the athletes themselves even when, but not necessarily, faked, and thereby reproducing this duality as regards their bodies (useful versus intelligible) and their dual identity in response to the social pressures and expectations that they face in attempts to present themselves as very feminine (skirts and long, loose hair) when they deal with the media (Goffman 1959, 1976; Cox and Thompson 2000). In a recent study about the ways in which they would like to be represented, female athletes' opinions divided over a competitive image that fosters respect for their sporting performance and a sexualised image that boosts interest given the prevailing belief that «sex sells» (Kane *et al.* 2013). Through the heterosexual hyper-sexualisation that they display away from competition, athletes also seek to stave off the homophobia stemming from their stereotyping as lesbians that their competitive aggressiveness and muscular appearance might otherwise trigger.

Conclusions

Our research produced the expected results alongside others that were not initially predicted.

One of the expected results, coinciding with the existing literature, relates to the level of news coverage. As identified elsewhere, there is a very low level of coverage of female sports in comparison with their male counterparts in Portugal. This appears to be more harmful given the fact that the increase in female participants in the analysed sports has not resulted in a corresponding increase of women's news coverage, perpetuating male hegemony in the news.

Also keeping with literature, the sports press in Portugal equally displays a trend towards the sexual objectification of female athletes. This clearly reflects in the news coverage of female athletes which is produced according to the normative patterns of idealised femininity, namely in terms of their poses, clothing and fashion accessories. While forecasting a reduction in the prevalence of articles and/or photographs that convey the sexual objectification of female athletes, results show a lack of clear trends, with mere slight variations over time.

Two recent studies – one on the three newspapers studied here but restricted to an analysis of a single month in 2016 (Bueno 2017) and the other focused on one newspaper in a more recent timeframe (Araújo 2017) – had similar conclusions. These trends show the lack of impact of two decades promoting gender equality among women and men (CE 2015). The continuity of sexual objectification by the media derives from a set of factors including the belief that sexualised images of women generate sales, regardless of whether these images are congruent with the actual expectations of their readers. We are also reminded that sport is an activity like any other and their participants are 'normal girls' who pursue normative

ideals of femininity. These discursive practices, both written and visual, constitute evidence of the role played by sports in the reproduction of the prevailing gender matrix, with the likely compliance of female athletes.

This longitudinal comparative study on the journalistic coverage of female and male sports in Portugal paves the way for other studies on other types of printed media as well as analysis of television, for example, and the coverage of other sports. Football is a sport that would justify such attention given both its popularity and the victories of the national women's team. The comparison with the trends registered by Bruce (2016) and Sherwood *et al.* (2016) for the cases of Australia and New Zealand, respectively, would be of great interest.

Other types of printed media might adopt different coverage in terms of invisibility, trivialisation and sexualisation and should also therefore be researched. For example, Kaiser (2017) suggests that the local press, in this case the generalist newspapers with sports sections, are better focused on local or regional events and maintain a logic of proximity to local female sports and are thus able to produce a discourse freer of sexist bias and thus contributing to strengthening female sports. Testing out this hypothesis of a more positive profile in the local press and studying to what extent the looser connections in Portugal with the termed athletic-industrial complex (Zirin 2007 *apud* Eckstein *et al.* 2010: 501) would foster such an outcome. In that complex, there is a convergence of the media and the financial-economic interests that support and are supported by sport as a mass performance event. According to Pinheiro (1996), there is, in Portugal, a rising corporate dimension to the sports business and the media that promotes a mutually complicit relationship. This issue should also be researched.

More research may help to produce change, but in practical terms we should be reminded that the increasing presence of women on editorial boards potentially brings in more equalitarian visions to the task of reporting sporting activities.

References

- Almeida, Cristina Matos, and Isabel Cruz. 2010. *Treinadoras: Dirigir outros desafios: Situação das Treinadoras em Portugal*. Oeiras: Associação Portuguesa Mulheres e Desporto.
- Appleby, Karen M., and Elaine Foster. 2013. «Gender and Sport Participation». In *Gender Relations in Sport*, edited by Emily A. Roper, 1-20. Rotterdam: Sense Publishers. DOI: https://doi.org/10.1007/978-94-6209-455-0_1
- Araújo, José Pedro Almeida (2017). *Olhares sobre as mulheres no jornalismo desportivo: o caso do jornal Record*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa. Retrieved from: <http://hdl.handle.net/10400.21/8082>
- Borish, Linda J. 1996. «Women at the Modern Olympic Games: An interdisciplinary look at American culture». *Quest*, 48, 43-56.
- Bordo, Susan. 2003. *Unbearable Weight: Feminism, Western Culture and the Body*. (10th anniversary edition). Berkeley, CA: University of California Press.

- Bruce, Toni. 2013. «Reflections on Communication and Sport on Women and Femininities». *Communication & Sport* 1 (1/2): 125-137. DOI: <https://doi.org/10.1177/2167479512472883>
- Bruce, Toni. 2016. «New rules for new times: Sportswomen and media representation in the third wave». *Sex Roles* 74 (7-8): 361-376. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11199-015-0497-6>
- Bueno, Noemí Correa. 2017. *Mulheres nos media desportivos: representações sobre o desporto feminino e as atletas nos jornais A Bola, Record e O Jogo*. Seminar at Universidade Lusófona, Lisbon, July 11. Retrieved from <http://cpes.ulusofona.pt/pt/noticias/mulheres-pouco-representadas-nos-media-desportivos>
- Cardoso, Gustavo, Sandro Mendonça, Miguel Paisana, e Tiago Lima. 2014. *Anuário da Comunicação 2013-2014*. Lisbon: Observatório da Comunicação. Retrieved from <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2016/06/Anu%C3%A1rio-da-Comunica%C3%A7%C3%A3o-2013-2014.pdf>
- Cardoso, Gustavo, Sandro Mendonça, Miguel Paisana, e Tiago Lima. 2016. *Perfil Sociodemográfico do consumo de notícias em Portugal*. Lisbon: Observatório da Comunicação. Retrieved from <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2016/06/Perfil-sociodemogr%C3%A1fico-do-consumo-de-Not%C3%ADcias-em-Portugal-%E2%80%93-93-Mar2016.pdf>
- CE – Council of Europe. 2015. *Recommendation CM/Rec(2015)2 of the Committee of Ministers to member States on gender mainstreaming in sport*. Retrieved from https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectID=09000016805c4721
- Centre for Gender Equality. 2006. *Sports, Media and Stereotypes: Women and Men in Sports and Media* [report]. Akureyri, Iceland: Centre for Gender Equality. Retrieved from http://www.mujurydeporte.org/documentos/docs/sms_summary_report.pdf
- Coimbra, Marta I. N. G. 2008. «A imprensa escrita e o desporto: o género em questão». *Lecturas: Educación Física y Deportes* 122. Retrieved from <http://www.efdeportes.com/efd122/a-imprensa-escrita-e-o-desporto-o-genero-em-questao.htm>
- Cooky, Cheryl, Faye L. Wachs, Michael A. Messner, and Shari Dworkin. 2010. «It's not about the game: Don Imus, Race, Class, Gender and Sexuality in Contemporary Media». *Sociology of Sport Journal* 27 (2): 139-159. DOI: <https://doi.org/10.1123/ssj.27.2.139>
- Cooky, Cheryl, Michael A. Messner, and Robin H. Hextrum. 2013. «Women Play Sport, But Not on TV: A Longitudinal Study of Televised News Media». *Communication & Sport* 1 (3): 203-230. DOI: <https://doi.org/10.1177/2167479513476947>
- Cox, Barbara, and Shona Thompson. 2000. «Multiple Bodies: Sportswomen, Soccer and Sexuality». *International Review for the Sociology of Sport* 35 (1): 5-20. DOI: <https://doi.org/10.1177/101269000035001001>
- Cruz, Isabel. 2001. «Afinal, o que comemoramos?» *ex æquo*, 4: 7-11. Retrieved from <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/afinal-o-que-comemoramos>
- Dias, Tiago Mendes. 2018. «O desporto sobre as águas do Lima e do Atlântico (também) é para mulheres». *Público*, February 14, p. 19. Retrieved from: <https://www.publico.pt/2018/02/14/local/noticia/-o-desporto-sobre-as-aguas-do-lima-e-do-atlantico-tambem-e-para-mulheres-1802554>
- Eckstein, Rick, Dana M. Moss, and Kevin J. Delaney. 2010. «Sports Sociology's Still Untapped Potential». *Sociological Forum* 25 (3): 500-518. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1573-7861.2010.01193.x>
- EIGE – European Institute of Gender Equality. 2015. *Gender equality in sport* [fact sheet]. Vilnius: EIGE. Retrieved from <https://eige.europa.eu/rdc/eige-publications/gender-equality-sport>

- Fernandes, Vera F., Marcelo L. R. S. Tavares, Ayra Oliveira, and Ludmila N. Mourão. 2014. «A produção de feminilidades de atletas na Luta Olímpica». *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto* 14 (S1.A): 411-420. DOI: <https://doi.org/10.5628/rpcd.14.S1A.411>
- Fink, Janet S. 2015. «Female athletes, women's sport and the sport media commercial complex: Have we really 'come a long way, baby'?» *Sport Management Review* 18 (3): 331-342. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.smr.2014.05.001>
- Goffman, Erving. 1959. *The Presentation of Self in Everyday Life*. New York: Penguin Books.
- Goffman, Erving. 1976. *Gender Advertisements*. New York: Harper Torchbooks.
- Gomes, Paula, Paula Silva, and Paula Queirós. 2000. *Equidade na Educação: Educação Física e Desporto na Escola*. Oeiras: Associação Portuguesa Mulher e Desporto.
- Henriques, Joana Gorjão. 2018. «Homens foram os que mais se queixaram de discriminação.» *Público*, August 28. Retrieved from <https://www.publico.pt/2018/08/28/sociedade/noticia/homens-foram-os-que-mais-se-queixaram-de-discriminacao-de-genero-1841869>
- IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude. 2018. *Praticantes desportivos federados: total e algumas federações desportivas*. Retrieved from <https://www.pordata.pt/Portugal/Praticantes+desportivos+federados+total+e+por+algumas+federa%C3%A7%C3%B5es+desportivas-2226>
- Jay, Jessica. 1997. «Women's Participation in Sports: Four Feminist Perspectives». *Texas Journal of Women and the Law* 7 (1): 19-54. Retrieved from https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2128140
- Jones, Dianne. 2006. «The representation of female athletes in online images of successive Olympic Games». *Pacific Journalism Review* 12 (1): 108-129. Retrieved from https://eprints.usq.edu.au/1054/2/Jones_PJR_2006_PV.pdf
- Kaiser, Kent. 2017. «Women's and Men's Prominence in Sports Coverage and Changes in Large-, Medium-, and Small-City Newspapers, Pre-and Post-Title IX: A Local Play for Equality?» *Communication & Sport* 6 (6): 762-787. DOI: <https://doi.org/10.1177/2167479517734852>
- Kane, Mary Jo, Nicole LaVoi, and Janet S. Fink. 2013. «Exploring Elite Female Athletes' Interpretations of Sport Media Images: A Window into the Construction of Social Identity and 'Selling Sex' in Women's Sports». *Communication & Sport* 1 (3): 269-298. DOI: <https://doi.org/10.1177/2167479512473585>
- Khomutova, Anastasiya, and Alex Channon. 2015. «'Legends' in 'Lingerie': Sexuality and Athleticism in the 2013 Legends Football League US Season». *Sociology of Sport Journal* 32 (2): 161-182. DOI: <https://doi.org/10.1123/ssj.2014-0054>
- Knoblauch, Hubert, Alejandro Baer, Eric Laurier, Sabine Petschke, and Bernt Schenttler. 2008. «Visual Analysis. New Developments in the Interpretative Analysis of Video and Photography». *Forum: Qualitative Social Research*, 9 (3): 1-14. Retrieved from <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1170/2593>
- LaVoi, Nicole M. 2013. «Gender and Sport Media». In *Gender Relations in Sport*, edited by Emily A. Roper, pp. 39-52. Rotterdam/Boston/Taipei: Sense Publishers.
- Lima, Tiago. 2011. *A Imprensa na Sociedade em Rede*. Lisbon: Observatório da Comunicação. Retrieved from <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2016/06/A-Sociedade-em-Rede-Portugal-2010-A-Imprensa-na-Sociedade-em-Rede-Jul2011.pdf>
- Louveau, Catherine. 2001. «Desporto, Mulheres, *Média*: O corpo desejável das desportistas». *ex æquo*, 4: 57-74. Retrieved from <https://exaequo.apem-estudos.org/files/2017-11/artigo-no-5-catherine-louveau.pdf>

- Mansfield, Louise, and Helen Curtis. 2009. «Competing Women: Media representations of Femininity and National Identification at the Olympic Games in Athens 2004». *Esporte e Sociedade*, 12: 1-26.
- Marivoet, Salomé. 2001. «O género e o Desporto: Hábitos e tendências». *ex æquo*, 4: 115-132. Retrieved from <https://exaequo.apem-estudos.org/files/2017-11/artigo-no-9-salome-marivoet.pdf>
- Mariovet, Salomé. 2003. «Assimetrias na participação desportiva: os casos de Portugal e Espanha no contexto europeu». *Movimento* 9 (2): 53-70. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.2809>
- Marques, Helena I. O. 2002. *A Coeducação no Ensino Secundário-Estudo sobre a Actividade Física em Alunas do 12.º Ano da Escola Secundária de Pombal*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10216/9734>
- McTavish, Donald G., and Ellen B. Pirro. 1990. Contextual content analysis. *Quality and Quantity* 24 (3): 245-265. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00139259>
- Messner, Michael. 2002. *Taking the field: Women, Men and Sports*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Neuendorf, Kimberly. 2001. *The Content Analysis Guidebook*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Paul, John; Sheets, Eric. 2012. «Adapting Erving Goffman's 'Gender Advertisements' to Interpret Popular Sport Depictions of American Indians». *International Journal of Humanities and Social Science*, 2 (24): 71-83. Retrieved from http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_2_No_24_Special_Issue_December_2012/10.pdf
- Pedersen, Paul M. 2002. Examining Equity in Newspaper Photographs. *International Review for the Sociology of Sport* 37 (3-4): 303-318. DOI: <https://doi.org/10.1177/1012690202037004895>
- Pinheiro, Maria Cláudia Brandão. 1996. «Os media e o desporto: Análise dos Géneros Masculino e Feminino nos Jornais Desportivos». In *Actas do III Congresso Português de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora. Retrieved from https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR492edd6946cdd_1.pdf
- Rawjee, Veena P., Nisha Ramluctman, and Nereshnee Govender. 2011. «Missing in Action: The Portrayal of Women in Sport in the Print Media». *Loyola Journal of Social Sciences*, 25 (2): 176-190.
- Santos, Susana. 2006. *Dietas de Media em Portugal: televisão, imprensa, rádio e internet*. Lisbon: Observatório da Comunicação. Retrieved from <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2016/06/Dietas-de-Media-em-Portugal-televis%C3%A3o-imprensa-r%C3%A1dio-e-internet-%E2%80%93-Nov2006.pdf>
- Sherwood, Merryn, Angela Osborne, Mathew Nicholson, and Emma Sherry. 2016. «Newswork, News Values, and Audience Considerations: Factors That Facilitate Media Coverage of Women's Sports». *Communication & Sport* 5 (6): 647-668. DOI: <https://doi.org/10.1177/2167479516645535>
- Theberge, Nancy. 2008. «Gender and Sport». In *Handbook of Sport Studies*, edited by Jay Coakley and Eric Durning, 322-333. Los Angeles, CA: Sage.
- Trolan, Eoin J. 2013. «The impact of the media on gender inequality within sport». *Procedia-Social and Behavioral Sciences* 91: 215-227. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.08.420>
- Waters, Judith, and George Ellis. 1996. «The Selling of Gender Identity». In *Advertising and Culture. Theoretical perspectives*, edited by Mary Cross, 1-10. Westport, CN: Praeger. Retrieved from <http://ruby.fgcu.edu/courses/tdugas/ids3301/acrobat/gender.pdf>
- Weber, Robert. 1990. *Basic content analysis*. 2nd ed. Newbury Park, CA: Sage.

Whannel, Garry. 2008. «Sport and the Media». In *Handbook of Sport Studies*, edited by Jay Coakley and Eric Dunning, 291-308. Los Angeles, CA: Sage.

Pedro Saraiva. PhD student of Sociology, Faculty of Economics, University of Coimbra

Electronic address: pdgs@outlook.pt

Virgínia Ferreira. Sociologist. Assistant Professor, Faculty of Economics, University of Coimbra, Portugal. Using both qualitative and quantitative methods, her research has focused on the feminization of occupations, the changing patterns of sexual segregation of labour market and employment, and to the evolution of equality public policies. Since 2004, she is member of the European Commission Expert Group on Gender and Employment. She has led and participated in several national and international research projects.

Electronic address: virginia@fe.uc.pt

Maria João Silveirinha. Associate Professor, Department of Philosophy, Communication and Information of the Faculty of Arts and Humanities, University of Coimbra. Head of the Doctoral Programme in Communication Sciences. Her research interests are on feminist media studies, media representations and political and social aspects of the media public sphere. She is the author of several books and articles in this field. She has led and participated in national and international research projects on Communication and the Media.

Electronic address: mjsilveirinha@gmail.com

Article received on the 31st of May and accepted for publication on the 23rd of October 2019.

Estudos e Ensaaios

DESIDENTIFICAÇÕES DE GÉNERO: PERFORMANCES SUBVERSIVAS

Rita Grave*, João Manuel de Oliveira** e Conceição Nogueira***

Resumo

Com o objetivo de compreender o modo como as pessoas com expressões de género não normativas vivem, sentem e experienciam os seus géneros, foram realizadas entrevistas a oito pessoas com expressões de género não normativas, recorrendo ao método narrativo interpretativo biográfico. Das principais conclusões, destaca-se a forma como a diversidade de experiências conflui com os processos de resistência *queer*, propondo a desconstrução do género. As desidentificações de género são as estratégias que permitem fazer os géneros diversos, em não conformidade com a norma, trabalhando em, com e contra a ideologia dominante no limbo da normatividade, isto é, o não lugar social pela inconformidade de género.

Palavras-chave: Desidentificação, género, performatividade, *queer*.

Abstract

Gender Disidentifications: Subversive performances

In order to understand how people with non-normative gender expressions live, feel and experience their genders, eight interviews were carried out with people who attempt non-normative gender expressions, using the biographic-narrative interpretive method. The main conclusions are the way the diversity of experiences converges with queer resistance processes, proposing the deconstruction of gender. Gender disidentifications are the strategies that make it possible to do the diversity of genders, in a non-compliance with the norm, working in, with and against the dominant ideology, in the limbo of normativity, that is, the social non-place due to gender nonconformity.

Keywords: disidentification, gender, performativity, *queer*.

* Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, 4200-135 Porto, Portugal.

Endereço Postal: FPCE.UP, Rua Alfredo Allen, Porto, 4200-135 Porto, Portugal.

Correio eletrónico: aritagrave@gmail.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5659-9556>

** Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil/Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

Endereço postal: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Campus Universitário — Trindade, CEP 88.040-970 — Florianópolis, Santa Catarina — Brasil.

Correio electrónico: joao.m.oliveira@gmail.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2793-2946>

*** Grupo de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, 4200-135 Porto, Portugal.

Endereço Postal: FPCE.UP, Rua Alfredo Allen, Porto, 4200-135 Porto, Portugal.

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-9152-754X>

Résumé

Désidentifications de genre: performances subversives

Afin de comprendre comment les personnes ayant des expressions de genre non normatives vivent, sentent et expérimentent leurs genres, huit personnes qui ont des expressions de genre non normatives ont été interviewés, en utilisant la méthode d'interprétation narrative biographique. Les principales conclusions sont la manière dont la diversité des expériences converge avec les processus de résistance *queer*, proposant la déconstruction du genre. Les désidentifications de genre sont les stratégies qui permettent faire la diversité des genres, en non-respect de la norme, travaillant en, avec et contre l'idéologie dominante, dans les limbes de la normativité, c'est-à-dire, le non-lieu social de la non-conformité entre les genres.

Mots-Clés : Désidentification, genre, performativité, *queer*.

Introdução

O género é um rizoma cujas genealogias contam um percurso de experiências atribuladas (Oliveira 2012). Uma das suas possíveis origens implica o inerente paradoxo da «correção» dos corpos considerados ambivalentes (Butler 2004), em alguns casos intersexo e trans* (Fausto-Sterling 2000; Platero 2014), em compromisso com a institucionalização da ordem de género (Oliveira, Costa e Carneiro 2014). O género é um conceito que também passou pelas explorações feministas que implicaram mudanças na representação do que conta como género (Nogueira 2017). Teresa De Lauretis (1987) apresenta uma conceção do género como uma tecnologia política que, através de vários desdobramentos, produz determinados efeitos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais.

Judith Butler (2017) introduz a performatividade como a modalidade discursiva que constrói os sujeitos. Tal *performatividade* implica a repetição de atos de *performance*, individuais e/ou coletivos, em resposta a um modelo dominante, o heteronormativo, ou seja, a experiência discursiva social que (nos) regula e que é orientada por uma inteligibilidade hegemónica no plano do reconhecimento, baseada nas estruturas polarizadas que pressupõem o sexo binário e a heteronormatividade¹ (Butler 2004, 2017). Esta repetição produz determinados efeitos, incluindo uma ilusão de substância e de interioridade do género (Butler 2017).

As expressões normativas de género compreendem os mecanismos através dos quais as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, a par das formas intersticiais, hormonais, cromossómicas, físicas e performativas que as normas de género querem ler como naturais (Butler 2004). No entanto, até

¹ O termo *heteronormatividade* foi proposto por Warner (1991). Trata-se de um conjunto de prescrições de regulação e controlo inscritas nos processos sociais, o fundamento social contemporâneo, a norma das relações humanas, ou seja, a ordem que exige a coerência total entre um sexo, um género e um desejo/prática apresentados como exclusivamente heterossexuais (Butler 1999; Spargo 1999; Berlant e Warner 2002).

performances subversivas de género não se posicionam fora da norma. Não existe um *fora da norma*, existem possibilidades de ressignificação e subversão, estratégias paródicas da naturalidade da natureza do género, mas elas não se situam fora da matriz de inteligibilidade do mesmo (Butler 2017). Neste trabalho, acompanhámos algumas dessas *performances* que parodiam a norma de género. Assim, perspetivam-se expressões de género que desafiam as suas normas, pela paródia que oferecem dessa cópia sem original que o género constitui.

As masculinidades femininas e as feminilidades masculinas

A hegemonia masculina concretiza, sobre as pessoas cujo sexo atribuído à nascerença foi o masculino (pelas normas de género, também elas estéticas), o controlo através da socialização pela imposição de uma agência que implica o afastamento daquilo que é considerado feminino (Marques 2011). Assim, «na socialização masculina, para ser homem, é necessário não ser associado a uma mulher» (Welzer-Lang 2001, 465), enquanto na socialização feminina parece existir uma maior permeabilidade nas fronteiras dos comportamentos e expressões de género (Amâncio 1994). No binarismo de género, que constitui uma parte fundamental das normas de género, as subversões no género feminino tendem a ser mais facilmente toleradas do que as subversões no género masculino, por não existirem normas tão rígidas nas feminilidades como nas masculinidades (Halberstam 1998). Tal organização social acontece pois a categoria expectável para o universo das masculinidades é hegemónica e «dominante» (Connell 1987). Desta forma, a *masculinidade hegemónica* assemelha-se a um «olhar avaliativo de feminilidade, mas igualmente vigilante de expressões da masculinidade, um verdadeiro *big brother* orwelliano da ordem social de género» (Amâncio 2004, 23). Na feminilidade, é a subordinação ao grupo masculino o pilar essencial de diferenciação, com conformidade, orientação e acomodação da ordem de género (Amâncio 2004). Este feminino foi denominado por Connell (1987) como *feminilidade enfatizada*.

Contudo, outras formas ganham força, definidas pelas estratégias de resistência, são as formas da não conformidade, assim como da não subordinação (Connell e Messerschmidt 2005). No entanto, quando as normas de género são ressignificadas e exibidas masculinidades femininas, assim como feminilidades masculinas, será grande a probabilidade de as pessoas com expressões de género não normativas se tornarem alvo de estigma e sanção social (Schippers 2007). Não obstante, as masculinidades e as feminilidades não são atributos rígidos dos corpos masculinos e femininos (Carneiro 2009), pelo que existem múltiplas possibilidades para fazer as diversas expressões de género, dependentes de contextos, histórias, culturas e respetiva fluidez (Oliveira *et al.* 2014). Desta forma, deslocamo-nos para um posicionamento teórico que pretende pensar os processos de normalização dos corpos (Louro 2001). E um desses lugares é a teoria *queer*.

Queer pode funcionar como substantivo, adjetivo ou verbo, contudo, em todos os casos, define-se como uma crítica ao normativo. O conceito descreve a diversidade de práticas e de prioridades críticas (Spargo 1999), compreendendo que as operações políticas desse género-tecnologia se consubstanciam através de «identidades sexuais» e de categorias, pelo que desconstruir e recusar qualidades identitárias é a chave para a resistência (Louro 2001). A política *queer* recusa a «identidade natural» (homem/mulher) e rejeita as definições pelas práticas (heterossexual/homossexual), pelo que se fundamenta na multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que constroem os «normais» e os «anormais» (Preciado 2011).

Embora o termo *queer* contenha, nas suas origens, conceptualizações insultuosas que remetiam à noção de estranheza (Butler 1993), a sua evolução permitiu atribuir novos significados ao conceito (Louro 2001). Desde as críticas desconstrutivas sobre as categorias «mulher» e «homem» como políticas do patriarcado (De Lauretis 1987; Wittig 2006), *queer* pode ser visto como uma leitura sobre a crítica das identidades essencialistas, fixas e inflexíveis, antes de mais, uma recusa dos modelos identitários como modo único de pensar os géneros, as sexualidades e os desejos, recusando o binarismo institucionalizado (Sedgwick 1990). Assim, um dos modos de produzir uma crítica *queer* poderá ser um exercício de pensar o inverso das identidades – a resistência ao identitário.

José Esteban Muñoz (1999) fala do processo de desidentificação, ou seja, as estratégias de resistência e de sobrevivência dos sujeitos que, por serem minoritários na cultura hegemónica, sentem as hostilidades da esfera pública. Trata-se do processo de identificação subversiva, reproduzida por performances culturais que produzem a conjugação entre o modelo de identificação da hegemonia, aquele que sanciona, e a sua atualização reconstruída como prática da ironia e da crítica. Muñoz (1999) refere-se a pessoas e grupos minoritários com experiências identitárias fraturadas, que, em vez de assimilar a ideologia dominante ou de simplesmente fugir e se revoltar contra a mesma, desidentificam-se num «trabalhar com e contra», uma estratégia que tenta transformar uma lógica cultural a partir de dentro, trabalhando arduamente no sentido de promulgar alterações, mudanças estruturais e, ao mesmo tempo, valorizando a importância das lutas constantes da resistência. Assim, as desidentificações oferecem um prisma simbólico que exhibe múltiplos níveis de desempenho das fronteiras identitárias e que tanto trabalham com como contra as construções normativas (Eguchi e Asante 2016), pelo que permitem que os sujeitos minoritários utilizem o código da maioria para fortalecer uma posição marginalizada, que foi historicamente construída como impensável ou impossível (Muñoz 1999).

O pensamento *queer* convida a embarcar na jornada das investigações expandidas sobre interseccionalidades e antinormalização (Crenshaw 1989; Eng, Halberstam, e Muñoz 2005). *Queer*, como multiplicidade, inclui existências sexuais, de género, sociais e culturais que se localizam fora do sistema heteronormativo (Halberstam 2005).

Metodologia

Participantes

Os/as participantes deste estudo são pessoas com expressões de género não normativas. O recrutamento aconteceu por conveniência, em grupos sociais *online* associados com expressões de género não normativas e recorrendo ao método *snowball*, técnica através da qual as pessoas participantes iniciais de um estudo indicam novas pessoas participantes, que, por sua vez, indicam novas pessoas participantes e assim sucessivamente (Goodman 1961).

Foram entrevistadas oito pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos, com estilos de género não normativos e que afirmam desafiar o conceito *género binário*. Foi entregue e assinada, reciprocamente, uma declaração de consentimento informado, pelo que todas as pessoas foram devidamente esclarecidas sobre a investigação e os seus propósitos, assim como consentiram participar na mesma. Todos/as os/as entrevistados/as vivem em Portugal desde a primeira infância² nos grandes centros urbanos das Regiões Norte e Centro. Após as entrevistas, cada pessoa preencheu um registo pessoal sociodemográfico contendo, entre outras, a solicitação para a descrição da sua experiência de género. A autoidentificação e/ou autodesidentificação de género de cada participante foi transcrita na íntegra para a Tabela 1, que sistematiza as suas caracterizações. Note-se que se trata de nomes fictícios.

O recrutamento findou por saturação teórica, momento em que as entrevistas e respetivos dados de investigação atingem um nível que, na perspetiva dos/as investigadores/as, não acrescenta informação relevante, tendo em conta os objetivos e a questão de investigação (Fontanella, Ricas, e Turato 2008).

Tabela 1.
Caracterização das pessoas participantes

Participante	Idade	Autoidentificação e/ou Autodesidentificação de género
Adriel	20	Gender non-conforming = queer
Blaine	25	Masculino / feminino
Camil	26	Feminino
Dallas	27	Não binário
Estel	29	Masculino / feminino = gender fluid
Fabi	36	Masculino
Glen	44	Não binário
Halmir	45	Fluid@ de géneros

² Seis pessoas têm nacionalidade portuguesa e duas apresentam dupla nacionalidade, cujas especificidades não serão reveladas no sentido de preservar o sigilo e o anonimato dos/as participantes. Apesar de dois registos civis apresentarem dupla nacionalidade, todas as pessoas vivem em Portugal desde a primeira infância.

Procedimentos

O método interpretativo narrativo biográfico ou Biographic-Narrative Interpretive Method (BNIM) (Wengraf 2004, 2015) afigurou-se como o procedimento de recolha de dados mais indicado para este estudo, pois permite aceder a narrativas que expressam tanto questões individuais, como culturais, sociais, históricas e contextuais dos sujeitos (Wengraf 2015). É uma entrevista próxima do tipo não estruturada, sendo sobretudo a/o participante quem domina a condução da mesma. A partir da questão inicial, foram os/as participantes a selecionar os assuntos que desejaram abordar e na ordem que entenderam, tal como está previsto pela metodologia de entrevista BNIM (Wengraf 2004, 2015), pelo que possibilitou partir de um espaço o mais *queer* possível para alcançar o *queer* tanto quanto possível. Depois, avançou-se para a subsessão seguinte e, através de um *follow-up* narrativo, foram detalhadamente reevocados acontecimentos, experiências, sentimentos e vivências previamente enunciados pelas pessoas participantes. A segunda entrevista, de carácter opcional, não foi realizada. As entrevistas tiveram uma duração média de duas horas, todas foram gravadas em formato áudio e posteriormente realizada a transcrição *verbatim*.

Estratégia analítica

Os dados da investigação suportaram a análise temática de dados qualitativos, com o objetivo de identificar, analisar e relatar padrões nos dados de investigação, potenciando a compreensão dos significados explícitos ou implícitos nos discursos dos/as participantes (Braun e Clarke 2006, 2013). A escolha do método de análise prende-se com o posicionamento epistemológico transversal ao presente estudo. Parte-se de uma perspetiva construcionista social (Gergen 1994; Burr 1995), não essencialista e não positivista (Braun e Clarke 2006), que destaca a importância da interação social e da linguagem, pela consideração dos significados vividos, produzidos e reproduzidos socialmente (Burr 1995).

Análise e Discussão dos Resultados

No processo analítico, foi possível identificar três temas principais, a saber, o *contexto social*, as *resistências* e os *limbos da normatividade*, sendo que o conteúdo temático converge para o organizador central, as *desidentificações de género*. É importante reter que a leitura do processo analítico só faz sentido se considerada a sua múltipla interligação, pelo que todos os elementos da análise se relacionam entre si numa rede temática.

Contexto social

Partindo do dimorfismo essencialista que organiza a ordem de gênero no social ocidental contemporâneo (Segal 1999), quando o gênero é feito segundo a ordem bipolar que organiza a masculinidade em oposição à feminilidade (Amâncio 1994), está a acontecer a produção e institucionalização de desigualdades (West e Zimmerman 1987). Por conseguinte, quando há vidas que escapam ao processo de produção e normalização dos gêneros, os seus corpos colocam-se em risco por desobedecerem à orientação normativa, aumentam a probabilidade da ininteligibilidade das suas experiências, mas também revelam possibilidades de transformação das normas (Bento 2011). É esta a assunção transmitida nos discursos das pessoas participantes.

O contexto social surge como o lugar onde acontecem as reações e os constrangimentos, às vezes até maus-tratos sociais:

Falo de perseguições, de... pois, injúrias e maus-tratos quotidianos, dia a dia e, às vezes, mais do que uma vez por dia. [...] hum... sermos diariamente perseguidos com pedras. Da outra vez foi uma tentativa de... era uma espécie de um... Atiraram-nos uma espécie de um produto para os olhos que podia ter dado cegueira. (Halmir)

Destaca-se, também, como o contexto onde acontecem relações com pessoas cooperantes, ou não, com a subversão de gênero, por conseguinte, o espaço onde podem ocorrer as adaptações dos comportamentos subversivos de gênero:

de vez em quando não pintava propriamente os olhos de uma forma carregada, mas sujava-os... e ninguém percebia muito bem se eu estava com os olhos pintados ou se estava só com uma noite mal dormida. (Fabi)

É no espaço público que a relação com o mundo social se concretiza, o contexto onde acontecem as consequências sociais, perante as desobediências às normas de gênero, que os/as participantes experienciam (Oliveira 2017). Os constrangimentos, as reações e os maus-tratos sociais são relatados pelos/as entrevistados/as tendo em conta as agências subordinadas, dominadas e legitimadas que as suas experiências tomam, pois acontecem em relação e oposição a modalidades que fazem parte de um sistema hegemónico (Connell e Messerschmidt 2005). As vivências dos/as participantes espelham a forma como as normas regulatórias de gênero são capazes de oprimir (A. L. Santos 2013), uma vez que retiram poder a qualquer corpo que não as assuma (Oliveira *et al.* 2014):

eu sei que mesmo que eu esteja com uma roupa mais normativa [...] eu sei que ainda assim vai haver aspetos da minha imagem que vão ser chamativos no sentido mais negativo, no sentido de... haver gente a comentar, a rir, a insultar etc. (Adriel)

Os constrangimentos sociais são difundidos, nas palavras dos/as entrevistados/as, como normas de género que balizam comportamentos, gestos, apresentações, vestuário, entre outras formas de experienciar o corpo (Butler 1999, 2004). As/os participantes afirmam sentir, no espaço público, não só os constrangimentos, mas também as reações diretas perante as transgressões de género. Os maus-tratos sociais são relatados como formas de violência social, insultos, injúrias, exclusões, *bullying*, entre outras formas de agredir o agente social que não faz parte da norma. São as formas de estigmatização e discriminação experienciadas pelas pessoas com expressões de género não normativas (Elze 2006; Gallo 2016):

a sociedade é que faz aquela pressão, a sociedade é que faz *bullying*, a sociedade é que cria aquelas pressões sociais e uma pessoa sente-se superdesconfortável quando não encaixa na sociedade, porque a sociedade não aceita e [...] podes sofrer *bullying* no emprego, podes sofrer *bullying* na escola, na faculdade, só porque tens uma expressão de género diferente. (Dallas)

A referência a uma sociedade opressora remete para aquilo a que Muñoz (1999) chama de *ficção da identidade*, à qual a maioria dos sujeitos dos grupos dominantes tem fácil acesso, enquanto os sujeitos dos grupos minoritários precisam de estabelecer a relação com diferentes campos subculturais para ativar os seus próprios sentidos de si. Assim, percebe-se que é reduzido o espaço social para experienciar, com liberdade, as expressões de género não normativas, pois, nas questões do género, existe um pensamento social essencialista sobre as identidades do binarismo masculino/feminino que delimita a identificação com base em comportamentos, gestos, atitudes e vestuários polarizados em termos de género e, não só mas também, essencialmente heterossexual (Muñoz 1999).

Resistência

As pessoas participantes expõem a reação à normalização do que é considerado masculino e feminino, resistem aos determinismos que constituem o género (Butler 2004), recusam as suas normas e propõem a desconstrução dos géneros, com a heteronormatividade em questão.

As referências dos/as participantes são relativas à luta no combate à ordem de género na diversidade, na crítica, na oposição a tudo o que é normativo (Spargo 1999). As pessoas participantes resistem a um sistema que produz os «normais» e os «anormais», assim como recusam a «identidade natural» (homem/mulher) e as definições de práticas (heterossexual/homossexual) (Preciado 2011). Assim, apresentam as suas críticas face às identidades, fixas e inflexíveis (Clarke e Peel 2009), apresentam as suas narrativas *queer*, numa luta constante:

eu vejo isto de facto mais como quase uma obrigação que eu tenho perante a vida, perante as pessoas, perante aquilo que me rodeia de demonstrar que, quer dizer, que as pessoas são simplesmente seres humanos e que as coisas não se... não se esgotam no género [...]. E eu encaro a luta política no sentido em que eu verdadeiramente dou à palavra política, ou seja, no sentido público. (Glen)

Retomando Muñoz (1999), a desidentificação é uma estratégia de resistência para os sujeitos dos grupos minoritários. Tal como ficou explícito no discurso dos/as participantes, em alguns momentos a resistência precisa de ser direta e pronunciada. Noutras alturas, as/os protagonistas da resistência precisam de seguir um caminho no qual o foco é sobreviver ao mundo hostil da esfera pública. Mas, na maioria das circunstâncias, a desidentificação é uma estratégia de sobrevivência que opera simultaneamente dentro e fora da esfera pública dominante, pelo que são as desidentificações face aos estereótipos desorganizadores, desestabilizadores e mutilantes que os tornam passíveis de serem reciclados como poderosos e impulsionadores para a criação de um *self* empoderado pela apropriação dos mesmos estereótipos agora ressignificados (Muñoz 1999).

As/os participantes questionam a ordem social heteronormativa (Butler 1999; Spargo 1999), em referência à resistência face à *straight mind*, conceito proposto por Wittig (1990), e que diz respeito ao pensamento social heterossexual que desenvolve uma interpretação totalizante da história, da realidade, da cultura, da linguagem e, simultaneamente, de todos os fenómenos subjetivos com base na heteronormatividade:

é a leitura confusa do social sobre a orientação sexual, as famosas correspondências tidas como inequívocas e estabelecimentos de determinados tipos de linearidades entre a orientação sexual, o desejo, a prática, o sexo, etc. (Halmir)

As pessoas participantes propõem desconstruir e problematizar categorias e classificações identitárias binárias (Souza e Carrieri 2010), pelo que sugerem fazer feminilidades masculinas e masculinidades femininas (Halberstam 1998). Nos discursos dos/as entrevistados/as, propõe-se a desconstrução do género binário, organizado em dois polos distintos, através da fluidez e/ou da fusão do que é socialmente considerado masculino e feminino (Butler 1993, 2004), ilustrando a desidentificação como um processo de produção, um modo de performance, protagonizado por alguém que está em constante movimento «identitário» (Muñoz 1999).

A minha expressão de género é meio ambígua, eu flutuo bastante e jogo muito com esta desconstrução do que é o masculino e o feminino. (Adriel)

Ando pelos dois géneros, vou passando de um para o outro. É, sem dúvida, tenho um bocadinho dos dois géneros. (Blaine)

A proposta que sobressai nos discursos das pessoas participantes é a da importância em desconstruir a permanente oposição binária masculino-feminino, que sustenta as diferenças entre homens e mulheres, alicerçadas na lógica da dominação-submissão (Scott 1988). A par dos contributos de Foucault (1994) para a teoria da desidentificação, as narrativas participantes sustentam que a desidentificação negocia estratégias de resistência dentro do fluxo do discurso do poder (Muñoz 1999). O próximo excerto ilustra a desconstrução de género e a resistência à conceção de poder proposta pelos/as participantes, num horizonte de resistências *queer*:

eu gosto da ideia de um mundo em que esse género não é necessário e eu posso ser todos os géneros até ao ponto em que deixa de haver género, deixa de haver necessidade de distinguir ou de dizer é mulher, é homem... Não! É criatura humana! É um ser sensível, com emoções e coração. (Fabi)

Limbo da normatividade

Resultado do processo de normalização (Butler 2004), o discurso social tende a considerar as pessoas com expressões em não conformidade com as normas como «fora do lugar» (Bento 2011). Nos discursos dos/participantes, são destacados os limbos da normatividade (Grave, Oliveira, e Nogueira 2017), um não lugar social, ocupado pelos «géneros ininteligíveis», aqueles que fraturam a cadeia das normatividades e que passam a ser considerados na abjeção social (Junior 2012), sendo que, conseqüentemente, podem sentir o sofrimento inerente num risco que apresentam como constante:

Eu sei que vou usar a maquilhagem, eu sei que vou-me sentir super, superbem, mas eu sei que eu vou sair à rua e alguma coisa vai acontecer, tipo, no mínimo, a cada esquina que eu virar. (Adriel)

Pessoas com expressões de género não normativas, por viverem em conflito com as normas, tendem a desenvolver sensações de não pertença, perceções pessoais como impossibilidades de existência numa organização social de géneros binários (Bento 2011), sendo posicionadas no limite da inteligibilidade da humanidade (Butler 2004).

No sofrimento das subjetividades, os limbos da normatividade (Grave, Oliveira, e Nogueira 2017) são destacados pelos/as participantes como o não lugar de existência das suas expressões. Por serem não normativas, as expressões de género das pessoas participantes correm o risco de ser mal interpretadas, como questões de adaptação social ou questões de identidade mal resolvidas (Halberstam 1998) e, desta forma, perdem lugar social de existência e de expressão. Muñoz (1999)

acrescenta a carga emocional de intensa incorporação, sensação de diminuição, ameaça, perda, reparação e repúdio que adensam as sensações como as relatadas no seguinte excerto:

uma não aceitação de mim mesmo, e uma espécie de... ódio a mim mesmo... A depressão vinha muito ligada à falta de autoestima e a falta de autoestima tem muito que ver com uma espécie de não cumprimento ou de expectativas onde tu não consegues superar, não te consegues enquadrar, hum... sob uma série de parâmetros dos quais tu achas que são os ideais e que, por isso... Não sei, basicamente isto tinha muito que ver com uma total não aceitação de mim mesmo e, obviamente, não me aceitarem a mim também. [...] Depois, com essa depressão, também vinha uma espécie de estranha adição por esse sentido de tristeza, porque é quase uma espécie de lugar. (Estel)

Os limbos da normatividade convidam à intersecção com as performances desidentificatórias que acontecem nos circuitos subculturais dos grupos minoritários e que ambicionam ativar novas relações sociais que serão as impressões dos mesmos. Nas desidentificações, os sujeitos minoritários procuram trabalhar com/resistir perante as condições da (im)possibilidade que a cultura dominante produz. Ou seja, trata-se de uma negociação entre as disposições fixas da identidade e os códigos sociais disponíveis para estes sujeitos (Muñoz 1999).

Desidentificações de género

Os elementos da investigação convergem na proposta de desidentificação de género, na qual o sujeito não assimila a norma, mas também não se limita a rejeitar o sistema normativo (Eguchi e Asante 2016). Em referência às barreiras ideológicas que, pelo processo de difusão das normas, restringe os sujeitos (Crenshaw 1989), a desidentificação é apresentada como uma estratégia de sobrevivência empregada pelos sujeitos minoritários para resistir e confundir os padrões sociais dominantes da identificação (Muñoz 1999).

Essa subversão acontece porque eu... eu só lhe chamo subversão ou não norma porque de facto eu nunca consegui entender o porquê dessa norma. [...] E, portanto, era impossível não fazer isso, era uma coisa... A sensação que eu tinha era: se eu não fizer isso eu deixo de respirar, se eu não quebrar as normas eu deixo de respirar. (Halmir).

A desidentificação é o processo que vai além das resistências, vai além da inconformidade com as normas, vai além da rejeição do sistema. A desidentificação é a forma de taticamente e simultaneamente trabalhar com e contra a normatividade, é também uma forma de sobrevivência (Muñoz 1999). Deste modo, as/

os participantes do estudo apresentam propostas de desidentificação do género, propondo desconstruir o conceito, propondo a transformação, a construção de um novo lugar, o (re)trabalhar das energias de revolta e luta contra o sistema dominante, uma forma de aceitação da necessária interjeição que ocorreu nas situações de resistência. (Muñoz 1999):

então se há realmente um problema com eu apresentar-me desta forma, então eu vou realmente apresentar-me desta forma o máximo que eu conseguir [...] e ao pegar nisso sinto-me superbem, sinto-me superpoderoso, porque sinto que estou a fazer para mim e para os outros. (Adriel)

No limbo da normatividade (Grave, Oliveira, e Nogueira 2017), as desidentificações de género ilustram a complexa e dinâmica (des)identificação interseccional, oferecendo um prisma simbólico de leitura e ação, num contexto social de normas de género binárias, rígidas e opressoras das experiências *queer* da diversidade. Assim, um prisma de resistências, de inconformidades com as normas, de propostas de desconstrução do género. Um processo que destaca a ideologia dominante, desconstrói e reconstrói a mensagem normativa, mais ainda, descodifica a mensagem encriptada culturalmente e atribui-lhe um novo código, um novo significado, no sentido de empoderar experiências minoritárias, não normativas, culturalmente compreendidas como difusas e que encontram o seu lugar com e na desidentificação (Muñoz 1999; Eguchi e Asante 2016; A. C. Santos, 2018).

Conclusão

Com a presente investigação propusemos explorar as vivências, as perspetivas e as experiências de pessoas com expressões de género não normativas, com o objetivo de compreender o modo como as pessoas com expressões de género não normativas vivem, sentem e experienciam os seus géneros.

Do processo analítico resultou uma rede temática que se organiza, essencialmente, em torno do *contexto social*, das *resistências* e dos *limbos da normatividade*, em convergência com as *desidentificações de género*.

As experiências dos/as participantes permitiram perceber que a diversidade dos géneros em reflexão se afasta de uma conceção identitária sobre o género (Lev 2004). São relatadas experiências de despolarização de géneros, ou seja, subversões de géneros que recusam as normas binárias (A. L. Santos, 2013). A proposta é a da alteração da ordem social heteronormativa (Spargo 1999), a fluidez de existências num horizonte de possibilidades *queer* (Butler 1993). As narrativas *queer*, expressas neste estudo, revelam as circulações de poder hegemónicas e sugerem formas de resistência, apelando à eliminação de categorias fixas de pertença (Muñoz 1999; Eguchi e Asante 2016).

Num contexto social, espaço de restrições e opressões de género, sugerem-se resistências ao sistema normativo que enviam as pessoas participantes para um outro lugar convergente com o processo de desidentificação (Muñoz 1999).

Das principais conclusões, destaca-se o complexo processo de desidentificação (Muñoz 1999) face às relações de poder, opressão e privilégio hegemónicas (Eguchi e Asante 2016), estratégias de resistência e sobrevivência, recusas do género normativo (Butler 1999), ações que atuam dentro e fora da esfera pública dominante e que provocam a sensação de estar fora do lugar (Muñoz 1999).

São também avançadas as subversões de género que sugerem a fluidez ou fusão daquilo que é socialmente considerado feminino ou masculino. Perante uma organização social de normas de género que geram constrangimentos e reações, as subjetividades das pessoas participantes mostram ocupar o limbo da normatividade (Grave, Oliveira, e Nogueira 2017), o não lugar social, pelo facto de se expressarem em inconformidade com o sistema normativo. Um lugar de sofrimentos que salientam as dissemelhanças que o impulso da normalização circunscreve nos corpos designados à nascença femininos ou masculinos (Connell 1987; Amâncio 2004; A. L. Santos 2013). As resistências *queer* das vidas participantes são a luta perante o sistema de normas de género, são a proposta de desidentificação de género.

Referências bibliográficas

- Amâncio, Lígia. 1994. *Masculino e feminino: A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amâncio, Lígia. 2004. «A(s) masculinidade(s) em que-estão». In *Aprender a ser homem: construindo masculinidades*, organizado por Lígia Amâncio, 13-27. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bento, Berenice. 2011. «Na escola se aprende que a diferença faz a diferença». *Estudos Feministas* 19 (2), 549-559. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>.
- Berlant, Laura, e Michael Warner. 2002. Sexo en Público. In *Sexualidades transgresoras: Una antología de estudios queer*, organizado por Rafael M. Mérida Jiménez, 229-257. Barcelona: Icaria.
- Braun, Virginia, e Victoria Clarke. 2006. «Using thematic analysis in psychology». *Qualitative Research in Psychology* 3: 77-101. DOI: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>.
- Braun, Virginia, e Victoria Clarke. 2013. *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. Los Angeles: Sage.
- Burr, Vivien. 1995. *An introduction to social constructionism*. London: Routledge.
- Butler, Judith. 1993. *Bodies that matter: On the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge.
- Butler, Judith. 1999. *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. Ed. rev. New York: Routledge.
- Butler, Judith. 2004. *Undoing gender*. New York: Routledge.
- Butler, Judith. (1990) 2017. *Problemas de género*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Carneiro, Nuno Santos. 2009. «Homossexualidades» *uma psicologia entre ser pertencer e participar*. Porto: Livpsic.

- Clarke, Victoria, e Elizabeth Peel. 2009. «From here to queer? Pitfalls and possibilities». *ex aequo*, 20: 41-53.
- Connell, Raewyn. 1987. *Gender and power: Society, the person, and sexual politics*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, Raewyn, e James Messerschmidt. 2005. «Hegemonic masculinity: Rethinking the concept». *Gender & Society* 19 (6): 829-859. DOI: <https://doi.org/10.1177/0891243205278639>.
- Crenshaw, Kimberlé. 1989. «Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics». *University of Chicago Legal Forum* 1989 (1): 139-167. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>.
- De Lauretis, Teresa. 1987. *Technologies of gender: Essays on theory, film and fiction*. Bloomington, IN: Indiana University Press.
- Eguchi, Shinsuke, e Godfried Asante. 2016. «Disidentifications Revisited: Queer(y)ing Intercultural Communication Theory». *Communication Theory* 26 (2): 171-189. DOI: <https://doi.org/10.1111/comt.12086>
- Elze, Diane. 2006. Oppression, prejudice, and discrimination. In *Sexual orientation e gender expression in social work practice: Working with gay, lesbian, bisexual e transgender people*, organizado por Deana Morrow e Lori Messinger, 129-149. New York: Columbia University Press.
- Eng, David, Judith Halberstam, e José Esteban Muñoz. 2005. «What's queer about queer studies now?» *Social Text* 23 (3-4): 1-17.
- Fausto-Sterling, Anne. 2000. *Sexing the Body: Gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic Books.
- Fontanella, Bruno José Barcellos, Janete Ricas, e Egberto Ribeiro Turato. 2008. «Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: Contribuições teóricas». *Cadernos de Saúde Pública* 24 (1): 17-27. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X200800100003>.
- Foucault, Michel. (1976) 1994. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Traduzido por Pedro Tamen. Lisboa: Relógio D'Água.
- Gallo, Mona. 2016. «A case study of cross-dressing: Using a strategic therapy Lens in couple's counselling». *The Family Journal: Counselling and therapy for Couples and Families* 24 (1): 77-84. DOI: <https://doi.org/10.1177/1066480715615630>.
- Gergen, Kenneth (1994). «Exploring the postmodern. Perils or potentials?» *American Psychologist* 49 (5): 412-416. DOI: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.49.5.412>.
- Goodman, Leo A. 1961. «Snowball sampling». *The Annals of Mathematical Statistics* 32 (1): 148-170. DOI: <https://doi.org/10.1214/aoms/1177705148>.
- Grave, Rita, João Manuel Oliveira, e Conceição Nogueira. 2017. «Limbo da normatividade: reflexões sobre o género humano nas experiências de cross-dressing». In *Gêneros e Sexualidades: Intercções e Tangentes*, organizado por João Manuel de Oliveira e Lígia Amâncio, 141-156. Lisboa: Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-IUL).
- Halberstam, Judith. 1998. *Female masculinity*. Durham, NC: Duke University Press.
- Halberstam, Judith. 2005. *In a queer time and place – transgender bodies, subcultural lives*. New York: New York University Press.
- Junior, Jorge Leite. 2012. «Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in) segurança social e identidades transgéneras». *Estudos Feministas* 20 (2): 559-568. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200016>.
- Lev, Arlene Istar. 2004. *Transgender emergence: Therapeutic guidelines for working with gender-variant people and their families*. Binghamton, NY: Haworth Press.

- Louro, Guacira Lopes. 2001. «Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação». *Estudos Feministas* 2:541-553. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>.
- Marques, António Manuel. 2011. *Masculinidade e profissões: discursos e resistências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Muñoz, José Esteban. 1999. *Disidentifications: queers of color and the performance of politics*. London: University of Minnesota Press.
- Nogueira, Conceição. 2017. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires.
- Oliveira, João Manuel. 2012. «O rizoma ‘gênero’: cartografia de três genealogias». *e-cadernos CES* 15: 33-54. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.962>.
- Oliveira, João Manuel. 2017. *Desobediências de gênero*. Salvador: Devires.
- Oliveira, João Manuel, Carlos Gonçalves Costa, e Nuno Santos Carneiro. 2014. «Problematizando a Humanidade: Para uma psicologia crítica feminista queer». *Annual Review of Critical Psychology* 11: 59-77.
- Platero, Lucas. 2014. *Trans*sexualidades: Acompañamiento, factores de salud y recursos educativos*. Barcelona: Bellaterra.
- Preciado, Beatriz. 2011. «Multidões queer: notas para uma política dos ‘anormais’». *Estudos Feministas* 19 (1): 11-20. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002>.
- Santos, Ana Cristina. 2018. «Heróis no armário: homens trans* e pessoas não binárias prestadoras de cuidado. *ex aequo* 38: 33-47. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.38.03>
- Santos, Ana Lúcia. 2013. «Para lá do binarismo? O intersexo como desafio epistemológico e político». *Revista Crítica de Ciências Sociais* 102: 3-20. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.5421>.
- Schippers, Mimi. 2007. «Recovering the feminine other: masculinity, femininity, and gender hegemony». *Theory and Society* 36: 85-103. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11186-007-9022-4>.
- Scott, Joan. 1988. «Deconstructing equality-versus-difference: Or, the uses of poststructuralist theory for feminism». *Feminist Studies* 14 (1): 32-50. DOI: <https://doi.org/10.2307/3177997>.
- Sedgwick, Eve. 1990. *Epistemologies of the closet*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Segal, Lynne. 1999. *Why feminism? Gender, psychology, politics*. Cambridge: Polity.
- Souza, Eloisio Moulin, e Alexandre de Pádua Carrieri. 2010. «A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero». *Mackenzie* 11 (3): 46-70. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-69712010000300005>.
- Spargo, Tamsin. 1999. *Foucault y la teoria queer*. Barcelona: Gedisa.
- Warner, Michael. 1991. «Introduction: fear of queer planet». *Social Text* 29: 3-17.
- Welzer-Lang, Daniel. 2001. «The construction of the masculine: Women’s domination and homophobia». *Estudos Feministas* 9 (2): 460-482. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>.
- West, Candace, e Don H. Zimmerman. 1987. «Doing gender». *Gender and Society* 1 (2): 125-151. DOI: <https://doi.org/10.1177/0891243287001002002>.
- Wengraf, Tom. 2004. *The biographic-narrative interpretive method (BNIM) – Shortguide*. Manuscrito não publicado. Disponível através de tom@tomwengraf.com.
- Wengraf, Tom. 2015. *Quick outline sketch of BNIM*. Manuscrito não publicado. Disponível através de tom@tomwengraf.com.
- Wittig, Monique. 1990. The straight mind. In *Out there: Marginalization and contemporary cultures*, organizado por Russell Ferguson, Martha Gever, Trinh T. Minh-ha, e Cornel West, 51-57. New York: The MIT Press.

Wittig, Monique. 2006. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Egales.

Rita Grave. Mestre em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, bolsreira de investigação na mesma instituição com bolsa de Doutoramento em Psicologia pela FCT. Licenciada em Ensino Básico – 1.º Ciclo pelo Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
Correio eletrónico: aritagrave@gmail.com

João Manuel de Oliveira. Professor Visitante Associado na Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil. Trabalha no campo de Estudos de Género, Estudos Críticos de Sexualidade, Teoria Feminista e Teoria Queer. Doutor em Psicologia Social. Investigador do Centro de Investigação e Intervenção Social do Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.
Correo electrónico: joao.m.oliveira@gmail.com

Conceição Nogueira. Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Minho. Professora Associada com Agregação na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Atua na área de Ciências Sociais com ênfase em Psicologia Social e nesta no domínio dos Estudos de Género e Sexualidades.
Correio eletrónico: cnogueira@fpce.up.pt

Artigo recebido a 11 de abril de 2018 e aprovado para publicação a 7 de janeiro de 2019.

Estudos e Ensaaios

THE LOOKISM OF A SENIOR CITIZEN'S AGEING BODY – UTOPIA OR REALITY? THE PERSPECTIVE OF POLISH ELDERLY WOMEN AND ELDERLY MEN

*Emilia Kramkowska**

Abstract

Widespread worship of the human body as well as new opportunities to preserve its attractiveness, shape social expectations about human corporality regardless of age. Individuals whose appearance meets these socially promoted expectations gain social approval unlike those whose body is far from the ideal. These second group might experience discrimination on the grounds of their looks (lookism). Seniors might be an example of such people.

Based on a research project conducted in Poland among elderly people it might be said that, in the opinion of the respondents, lookism of an ageing body is not a utopia. Seniors notice the risk of the worse treatment of elderly people only because their body is different from the socially promoted model.

Keywords: Attractiveness; discrimination, body image; ageing body, elderly people

Resumo

Discriminação das pessoas idosas com base na aparência – utopia ou realidade? A perspectiva de mulheres e de homens idosos polacos

O culto contemporâneo ao corpo e as novas possibilidades de preservar a sua atratividade moldam as expectativas sociais em relação à corporeidade humana, independentemente da idade. Os indivíduos cuja aparência é um reflexo de padrões socialmente promovidos ganham aceitação social em contraste com aqueles cujo corpo está longe do corpo ideal. Estes últimos podem sofrer discriminação com base na sua aparência.

Com base numa investigação realizada na Polónia junto de pessoas idosas, pode dizer-se que, na opinião das pessoas inquiridas, a discriminação de um corpo envelhecido com base na aparência não é uma utopia. As pessoas inquiridas percebem o risco de um pior tratamento dos idosos apenas porque o seu corpo difere do modelo socialmente provido.

Palavras-chave: Atratividade, discriminação, aparência, envelhecimento do corpo, pessoas idosas

* Department of Sociology of Knowledge and Education, Institute of Sociology, University of Białystok, 15-420 Białystok, Poland.
Postal address: Plac NZS 1, 15-420 Białystok, Poland.
E-mail: emilka.kramkowska@wp.pl
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6420-7014>

Résumé

Lookisme du corps vieillissant des personnes âgées – utopie ou réalité ? La perspective des femmes âgées et des hommes âgés en Pologne

Lookisme, c'est-à-dire la discrimination en raison de l'apparence extérieure, pourrait être une expérience pour ceux dont l'apparence n'est pas le reflet de modèles promus par la société qui glorifient le corps attrayant, jeune et beau.

Sur la base d'une recherche menée en Pologne auprès de personnes âgées, on peut dire que, selon les répondants, lookisme d'un corps vieillissant n'est pas une utopie. Les répondants s'aperçoivent que les personnes âgées risquent d'être moins bien traitées simplement parce que leur corps diffère du modèle préconisé par la société.

Mots-clés : Attractivité, discrimination, l'apparence d'un corps, vieillissement du corps, personnes âgées

Introduction

There are different ways of defining the beauty of the human body. It might be the mathematically determined proportions of the body – attractiveness was defined in such a way by ancient philosophers and sculptors (e.g. Polykleitos). It might also be anything considered attractive by fashion designers, the media or plastic surgeons (Pawłowski 2009, 2). Regardless of the way that physical attractiveness is defined, it is one of the most important qualities that determines people's social status (Nęcki 1996; Kramkowska 2018). It is also a quality that passes with time.

Widespread worship of the human body, as well as the new opportunities to preserve its attractiveness, shape social expectations about human corporality regardless of age. A beautiful, slim body which is also fit and well-dressed is currently promoted. Individuals whose appearance meets these socially promoted expectations gain approval in society unlike those whose body is far from the ideal. Whilst others might experience discrimination on the grounds of their looks. This can be called lookism (Rhode 2010, 24). Lookism is proof that beauty is, nowadays, an aspect by which an individual might be discriminated against in our politically correct world. Contrary to common beliefs, Deborah L. Rhode explained that it is not only a matter of taste:

appearance discrimination offends against principles of equal opportunities and individual dignity. As with other forms of prejudice, bias based on appearance often rests on inaccurate stereotypes. Assumptions that overweight individuals are lazy, undisciplined, or unfit are a case in point. Appearance-related discrimination also may stigmatize individuals based on factors at least partly beyond their control. (Rhode 2010, 11-12)

Seniors are an example of such people.

The latest analysis of the Central Statistical Office (GUS) in Poland states that at the end of 2017,

the population of Poland was 38.4 million, out of which 9 million were people aged 60 or over (above 24%). The share of people aged at least 60 in the total population increased by 10%, that is, from 14.7% in 1989 to 24.2% in 2017. In the subpopulation of old people, the largest group (almost $\frac{1}{3}$) consists of people aged 60-66. (GUS 2018, 4)

This largest group of senior citizens are usually people born during the post-war baby boom in the years 1946-1964. Since 2006, they have been gradually entering retirement age, thus deepening the demographic ageing of the Polish population. The statistics also show that almost 18% of old people are aged 80 or over, which means that it is the generation of people born in the Interwar period or during the Second World War (GUS 2018, 40). Hence, it is clear that a double ageing process is occurring in Poland. On the one hand, there is a continual increase in the proportion of people aged 60 and over. On the other hand, there is an increase in the proportion of people aged 80 and over that is faster than the whole population of old people (Błędowski 2012, 12). This has led to considerable heterogeneity of modern senior citizens, not only when it comes to the number of cohorts of old people, but also in terms of socio-demographic features. Moreover, 'with every passing year, modern senior citizens have spent more time in the new conditions initiated by the transformation of 1989, which are based on more democratic social relations and on the market economy principles' (Błędowski 2012, 19). This certainly affects their beliefs and attitude to current social problems. One of them is the notion of the social perception of the senior citizen's ageing body.

Even though ageing of the body is a multifaceted process, that is, occurring on biological, psychological and social levels (Mann 2014; Katz and Gish 2015), it is the biological changes that people mostly pay attention to as they betray their age and classify people as senior citizens (Panek, Hayslip and Pruett 2014). This is not new given that humanity has been always searching for an anti-ageing antidote. It seems though that modern times are characterised by an exceptionally strong focus on hiding old age and its signs. There are also plenty of possibilities to do so. In the context of various behaviours that make up the phenomenon called cultural juvenilisation (rejuvenation), practices concerning the rejuvenation of old age are becoming more and more common. As a result, modern old people look considerably younger than their peers from previous decades (Konieczna-Woźniak 2012). Their faces seem to be less wrinkled and hairstyles more varied (Ward and Holland 2010; Twigg and Majima 2014). It is rare to see an old woman with a headscarf in the street. Modern senior citizens wear clothes that are more fashionable, colourful, or elegant (Twigg 2013). One question, however, remains. Does today's focus on youth and attractiveness of the body put pressure on elderly people? Are they the victims of lookism, that is, discrimination on the grounds of their appearance?

Are the actions taken to improve their appearance and attractiveness of an ageing body natural and independent of social conditions? The aim of this article is to find answers to such questions based on the results of my own research, as well as referring to the primary sources. The issue of the attractiveness of an ageing body was analysed, *inter alia*, by Susan Sontag (1972, 1979); Laura Hurd Clarke (2001, 2007); Abigail Brooks (2004), Julia Twigg (2007, 2013); Richard Ferraro with his team (2008), Patrycja Woszczyk (2009); Dorota Niewiedział (2014), Julia Twigg and Shinobu Majima (2014), Paul Panek with his team (2014), Ewa Malinowska with her team (2017); Emilia Kramkowska (2018), etc.

Material and methods

In order to find out what elderly people think about current trends concerning the human ageing body and its attractiveness, and whether the ageing body is discriminated against, I conducted a research among old people from January to June 2018. The research was carried out using quantitative methods via a diagnostic survey, with the use of a questionnaire (to be filled in individually) consisting of 42 questions.

The respondents were chosen in a purposeful manner. People aged 60 and over were asked to take part in the study, that was carried out in accordance with the principles of anonymity and confidentiality. Each of the respondents voluntarily (informed consent) took part in the research. Some were residents of nursing homes (NH) in Białystok and others were members of the University of the Third Age (U3A). Therefore, two completely different groups of seniors were chosen.

The residents of nursing homes tend to be ill and inactive, they live far away from their families, in a «total institution» that has its rights (Goffman 1961). Their health condition as well as problems with eyesight lead to the situation that they needed help filling in the questionnaire. I helped some of the residents by reading the questions and ticking the answers given by them. Others filled in the questionnaire on their own. It took from 30 to 40 minutes.

Members of U3A are usually active and in good health. They received the questionnaires at one of the systematically organized lectures. Some of them filled it in at the same lecture, others brought it back for the next one.

In total, 118 questionnaires were collected from NH and 120 from members of U3A. The majority were aged 60-69 (54.2%), 37% were aged 70-79, and people aged 80 and over constituted 8.8% of the respondents. The interviewees were mainly women, who constituted 63.5% of all respondents. According to the statistics at the end of 2017, the percentage of women among Polish seniors was 58%. In the studied population, the proportion of female respondents was very similar.

The aim of the work

In the context of the issue analysed in this article, it has been assumed that the variable gender might differentiate senior citizens' perception of the human's ageing body as well as their opinions on the possibility of discrimination against seniors on the grounds of appearance. Taking into consideration the patriarchal definitions of femininity and masculinity, it is assumed that women, as the experts in the terms of determinants of beauty and attractiveness, are more likely than men to perceive negatively the ageing body, including their own ageing corporality. It is also assumed that the opinions of elderly women more often than the opinions of elderly men indicate the possibility of the occurrence of lookism towards the elderly in their social environment. Verification of such hypotheses is the aim of this text. The empirical data presented in this article are preliminary studies, undertaken to initially recognize the issue of the social perception of the ageing body.

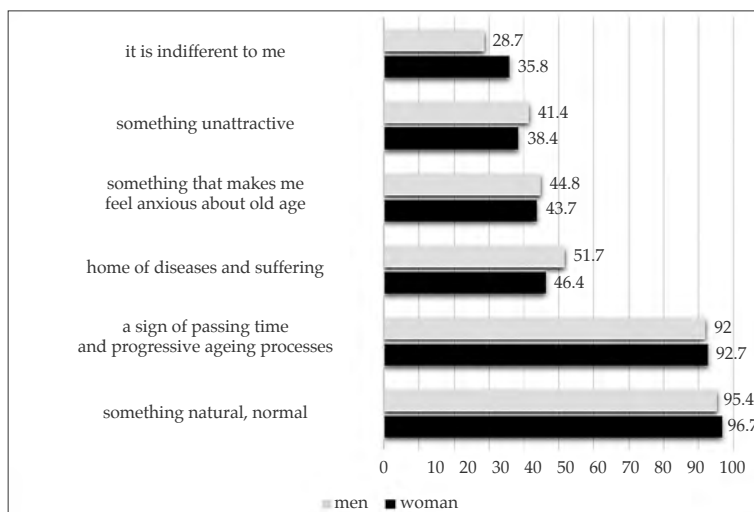
Ageing body – what is it?

In the primary sources we can read about the so-called double standard of ageing – being different for men and women. In the 1970s it was described by S. Sontag and to this day we can observe the validity of the theory of the researcher. According to Sontag, the essence of femininity is the notion of beauty (Sontag 1972). A woman should delight others with her appearance, posture, or image. Let's make it more precise – her body should delight. A woman is judged by her appearance and her ageing does not change anything in this matter (Sontag 1979; Niewiedział 2014). Yet, 'changes in one's appearance with increased age are more salient for women than for men' (Panek et al. 2014, 166). What is more, 'women in Western cultures normally gain status and value through their appearance. Thus, the perceived loss of beauty through the normal ageing processes could increase older women's susceptibility to body image disturbance' (Ferraro et al. 2008, 380). On the other hand, an elderly man is judged by his achievements and the amount of money he had earned. According to Sontag, masculinity means strength, independence, being active, self-confidence, leadership and reliability. The issues connected with the appearance and physical attractiveness slightly affect the social position of a man. Hence, they are of secondary importance for an elderly man (Pliner, Chaiken and Flett 1990; Lamb et al. 1993; Homan and Boyatzis 2009). If men took into consideration their corporality, it would be tied to the functionality of their bodies, that should be fit and efficient so as to meet the expectations traditionally set for male, regardless of their age (Sontag 1972, Kaminski and Hayslip 2006; Kluczyńska 2008).

Susan Sontag's theory reflects the patriarchal definitions of femininity and masculinity, which indicate that the social position of a man practically does not depend on his appearance, but on other features, because a man is dominant in patriarchal concepts. On the other hand, the social position of a woman – who is dominated – largely depends on her appearance (Malinowska et al. 2017). To what extent is the patriarchal concept of gender or S. Sontag's concept valid? How could it be related to the lookism?

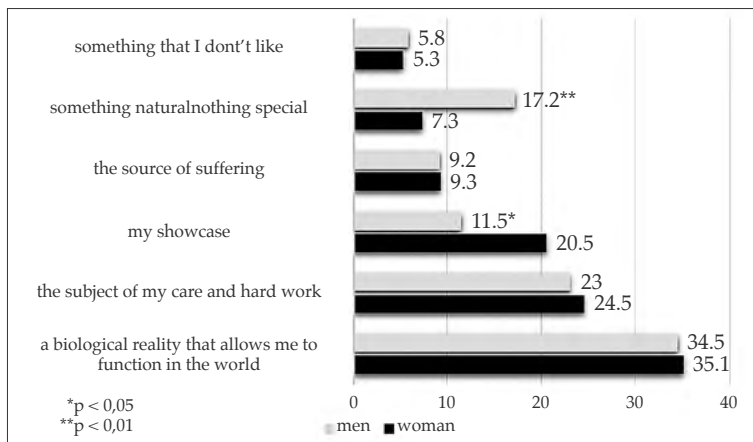
While analysing the subject of this article it is worth to start by discussing the answers of the respondents to two basic questions: What does the senior citizen's ageing body mean to you? (Figure 1) and What does your body mean for you? (Figure 2)

Figure 1.
What does the senior citizen's ageing body mean to you? (%)



On the basis of this question, it might be said that the respondents' gender did not differentiate (was not statistically significant) their perception of the senior citizen's ageing body. Both women and men most often indicated that the ageing body is something normal/natural for them and it is also a sign of passing time as well as the progressive ageing processes. On the other hand, men (51.7%) slightly more often than women (46.4%) indicated that the ageing human body is the home of diseases and suffering. The answer «the human ageing body is something unattractive» was indicated by slightly more than $\frac{1}{3}$ of the respondents from both groups, and slightly more men (41.4%) than women (38.4%) answered in such a way. It is surprising that the answer «the ageing body is something indifferent to me» was more often given by women (35.8%) than men (28.7%). These results are complemented by the data provided by Figure 2.

Figure 2.
What does your body mean to you? (%)



More than $\frac{1}{3}$ of the women and men indicated that their body is a biological reality allowing them to function in the world. More than one fifth of men and women said that their body is an object of care and hard work for them. Women (20.5%) answered a lot more often than men (11.5%) that they treated their body as their showcase ($p < 0.05$), but men (17.2%) more than twice as often as women (7.3%) showed indifferent attitudes to their body and said that it is something normal for them, nothing special ($p < 0.01$). Identical percentage of women (9.3%) and men (9.2%) indicated that their body is the source of suffering and something they dislike.

The general association of seniors with the ageing body is quite compatible with how they perceive their own body. Most often they said that they treat their body as a biological reality allowing them to function in the world, what seems to be related to the fact that corporality is something normal and body ageing is a natural process (Figure 1). Nevertheless, respondents' answers confirm the deeply-rooted assumption in women's minds that they are representatives of the fair sex. Women almost twice as often as men answered that they treat their body as a showcase. «Attention to appearance and the pursuit of physical attractiveness are key aspects of the feminine gender role and identity» (Hurd Clarke 2001, 441). Similar results were obtained by Richard Ferraro with his team, who conducted research among 25 old men and 27 old women aged 70 and over. They conclude: «the older women scored as significantly more concerned with their bodies than did the older men. In addition, older women, relative to older men, reported spending significantly more time in thinking about their body shape» (Ferraro et al. 2008, 387). As was mentioned above, men slightly more often than women indicated that an ageing body is something unattractive. Maybe it is an evidence that they also pay attention to the appearance of the body in old age. Perhaps they

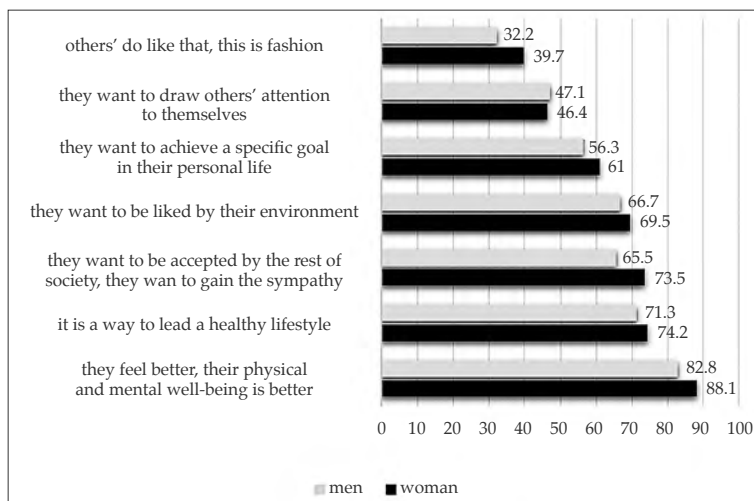
had in mind the appearance of women's bodies because, when asked about their own body, they more than twice as often as women pointed to a rather indifferent attitude towards their own corporality and answered that it is something normal for them. Will it be too far-reaching to conclude that it is easier for men than for women to behave in a manner which betrays discrimination on the grounds of looks? Perhaps they do it unconsciously, guided by the convictions gained in the process of socialization that a woman is a representative of the fine sex and her body should reflect this truth? Perhaps it is an evidence that the patriarchal concept of gender is still valid.

Is an ageing body attractive?

Taking into consideration the modern focus on the attractiveness of the human corporality, it seemed interesting to ask whether senior citizens follow the current trends. Hence, the respondents were asked how, in their opinion, modern senior citizens care about their appearance. The research indicates that male and female senior citizens' opinions about this issue are quite similar. The answer most often given by both women (50.3%) and men (41.4%) was moderate agreement that modern seniors care about their appearance. Summing up strong and moderate support of the discussed opinion shows that women more often than men notice the behaviour of their peers, which confirms they care about their appearance. Men (39.1%) more often than women (31.3%) had doubts about this issue and answered, «It's difficult to say». It appears that women more often than men notice the will of modern senior citizens to meet the demands of contemporary times, *inter alia*, concerning care about appearance. The subject matter of this article requires that we pose the question about the reasons why modern senior citizens care about their appearance. What are their motives? (Figure 3)

It was assumed that there would be strong support for the opinion that old people take care of their appearance to be accepted by society and to be liked by their environment. Since so much is being said about rejuvenating in old age, in order to fit the surrounding 'youthing' reality (Brooks 2004; Hurd Clarke, Repta and Griffin 2007), it was assumed that senior citizens might point to those issues. And yes, they did but it was not the most frequently given reason. Respondents believe that the modern senior citizens take care of their appearance because they want to be accepted by society – women (73.5%) more often than men (65.5%) gave this answer – and because they want to be liked by their environment (69.5% of women and 66.7% of men). When looking at the results, one could conclude that modern senior citizens cannot be indifferent to lookism, that is, discrimination on the grounds of appearance. Women seem to be more aware of this than men. However, the physical and mental well-being of old people was the most frequently given reason, by both women (88.1%) and men (82.8%), regarding why

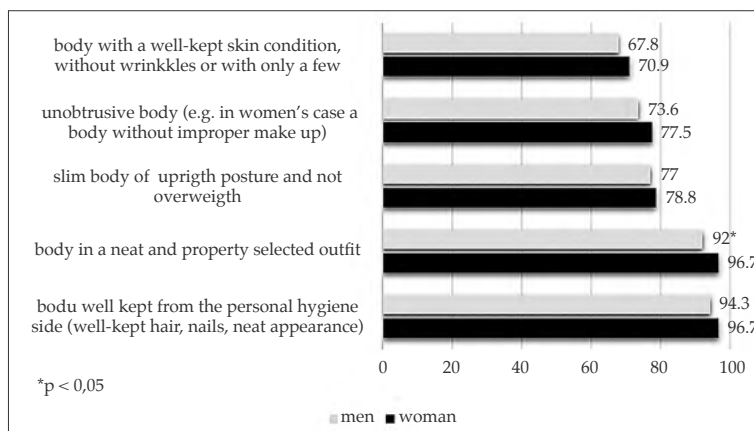
Figure 3.
In your opinion, why do modern seniors care about their appearance? (%)



senior citizens care about their appearance. The next reason, given by 74.2% of female and 71.3% of male respondents, was that caring about their appearance was a way to lead a healthy lifestyle. Therefore, in the view of senior citizens, they and their peers do it for themselves.

The next important issue connected with the analysed problem is the question: what are the determinants of attractiveness of an ageing body? According to the respondents, seniors take care of their appearance. Hence, they were asked what the body of a senior should look like to be called attractive? (Figure 4)

Figure 4.
In your opinion, what should the senior's body be like to be called attractive?



Looking at the answers shown in Figure 4, one might think that an attractive body is a kind of universal. It does not matter whether it is a young or old body that is being discussed, the characteristics defining the body as attractive seem to be the same. We could apply it to the patriarchal model of gender in which the attractive body is connected with youth, that is attractive in itself. Identical conclusions come from the research conducted by P. Woszczyk. Based on interviews with 24 women aged 65-89, Woszczyk concludes: «the respondents while pointing out the features of an attractive elderly woman refer to the aesthetic canon of woman's body beauty, which is typical for modern societies» (Woszczyk 2009, 197-198). This means that the common society's paradigms are confirmed irrespective of the respondents' age.

The senior citizens in Białystok focused, above all, on hygiene – well-kept hair, nails and neat appearance –, which, in their opinion, is the indicator of a senior's attractive body. It was mentioned by more than 94% of the respondents (men and women). The second most popular answer stated that a senior's attractive body means a body in a neat and properly selected outfit. Women (96.7%) more often than men (92%) selected this answer ($p < 0.05$). J. Twigg explains that in every society there is a dress code, which should be followed. It also determines which clothes seniors should wear. Elderly people should not wear eccentric, too colourful or brave clothes. Hence, they usually have clothes in muted colours, or even sad – grey, black or white. Twigg believes that the accepted dress code guarantees seniors' invisibility and is a proof of their marginalization (Twigg 2007). Was this what the respondents meant by pointing to properly selected outfit? Perhaps. But the seniors' dress code is changing. Seniors are more interested in fashion, want to look young and are free to wear fashionable clothes, which is seen as empowerment and rejection of the traditional invisibility of the oldest members of societies (Twigg 2013). This is also observed in Poland.

More than $\frac{3}{4}$ of women and men claimed that a senior's attractive body should be slim, of upright posture and not overweight. Body shape is a very important indicator of body attractiveness. More and more elderly people go to fitness clubs, research suggests (Chomiuk and Bernatek 2018). It is also a sign that the healthy lifestyle is spreading in Poland, which brings a lot of benefits to senior citizens, such as being more healthy and fit. However, the ongoing ageing processes change the human body and the efforts taken to keep a young-looking body at all costs might backfire. The respondents notice such risky behaviour amongst their peers. This will be mentioned below.

The least frequently given answer (70.9% of women and 67.8% of men) was that the attractiveness of senior's body is determined by its skin condition, without wrinkles or with only a few. The 1990s and the beginning of the 21st century saw the pharmaceutical and beauty industries widely spread the belief that old age is a problem, but there are possibilities to fight it. As a result, the beauty industry has focused on advertising anti-ageing cosmetics, which were to be an antidote

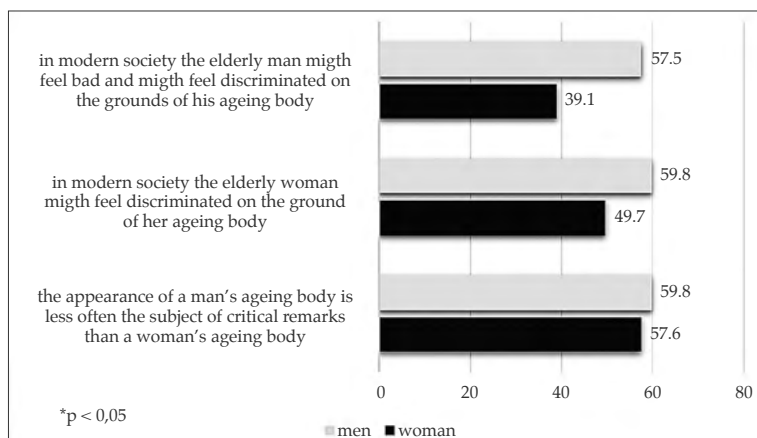
for old age portrayed as embarrassing and disgraceful. This conviction is still true nowadays, and seniors, especially elderly women, undergo various cosmetic procedures and even cosmetic surgeries. All of this is done to hide the disgraceful problem of old age (Twigg and Majima 2014). It seems that the respondents are aware that old age has its rights and wrinkles are a sign of their activity. That is why this determinant of the attractiveness of a senior's body was the least popular amongst the respondents.

A natural consequence of the question about the determinants of the attractiveness of the senior citizen's body is the question whether, according to the respondents, the ageing body of modern seniors is physically attractive. Opinions are divided in this respect. Women (42.4%) more often than men (36.8%) expressed support for the opinion that modern senior's ageing body is physically attractive. Men (41.4%) more often than women (31.2%) said that modern senior citizen's ageing body is far from being attractive. Hypothesis assuming that women more often than men expressed negative perception of senior citizen's ageing body has not been confirmed. In this case, men were more critical than women. This is also in line with what was mentioned earlier – men more often than women identified the ageing body with something unattractive.

Ageing body in nowadays society

With the knowledge about the contemporary trends concerning person's appearance and focus on the body, the respondents were asked what they think about the social perception of senior citizens in terms of their corporality. Are they the victims of lookism? (Figure 5)

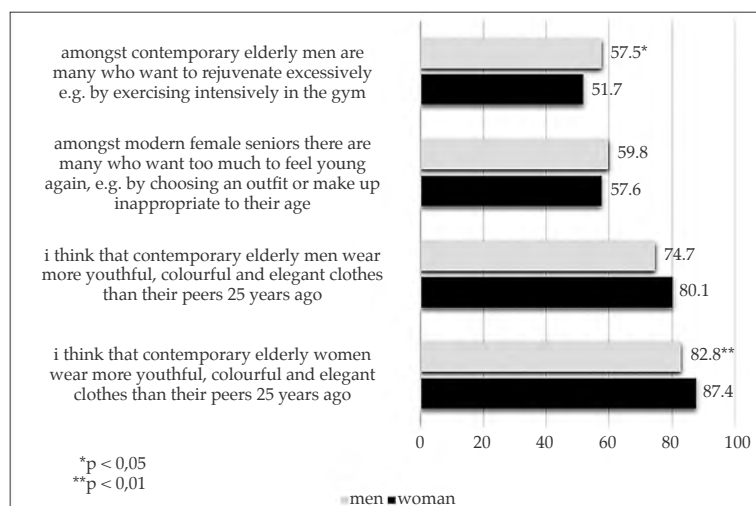
Figure 5.
Opinions about social perception of ageing body (%).



The data collected in Figure 5 indicates that men (59.8%) more often than women (49.7%) believe that modern female senior citizen might feel bad and might feel discriminated against on the grounds of their ageing body. Moreover, men (57.5%) almost 1.5 times as often as women (39.1%) said that also modern male senior citizens might feel bad and feel discriminated against on the grounds of their ageing body ($p < 0.05$). The statement that the appearance of a man's ageing body is less often the subject of critical remarks than a woman's ageing body was almost as often pointed out by women (57.6%) as by men (59.6%). It is safe to say that in the respondents' opinion the ageing body and its appearance might be the reason of discomfort felt by their peers. In the literature, one can read about similar observations of other researchers exploring this issue (Homan and Boyatzis 2009; Muhlbauer and Chrisler 2007, Kaminski and Hayslip 2006). Lookism of the ageing body is not a utopia after all. However, the hypothesis that women more often than men notice in their social environment discrimination on the grounds of appearance of the ageing body was not confirmed.

Figure 6.

Opinions about seniors' behaviour connected with their ageing body (%).

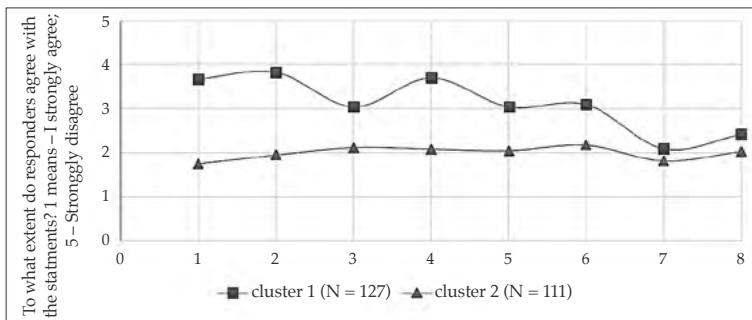


In terms of clothes, an important addition to the human body, women were also more positive than men (Figure 6). Female senior citizens more often than men notice that contemporary elderly women as well as elderly men wear better, more colourful and elegant clothes. On the other hand, men (57.5%) more often than women (51.7%) indicated that amongst contemporary elderly men there are many who want to rejuvenate excessively, e.g. by exercising intensively in the gym ($p < 0.05$). Such risky behaviours might backfire (e.g. heart attack, stroke). The statement that amongst modern female seniors there are many who want too much

to feel young again, e.g. by choosing an outfit or make-up inappropriate to their age was supported by almost as many female respondents as male ones. Namely, seniors believe that it does not make a female senior citizen more attractive.

The respondents' opinions shown in Figure 5 and 6 could be interpreted in the context of lookism to the greatest extent. Since the subject of our interest is discrimination on the grounds of appearance, it was relevant to ask the seniors directly about their attitudes to the probability of experiencing lookism by their peers. In order to get to know better whether the gender of respondents differentiates their opinions in this respect, a cluster analysis was carried out, taking into account the statements presented in Figures 5 and 6. Two clusters were generated (Figure 7). Significantly, gender was a variable differently represented in each cluster.

Figure 7.
Results of cluster analyses.



It seems that people from cluster 1 was definitely more positive about the statements they evaluated than people in cluster 2. People in cluster 1 were more likely to think that modern elderly woman/man is unlikely to feel discriminated against because of her/his body and does not feel social pressure to hide her/his age. The opposite opinion was expressed by people from cluster 2. Moreover, it was difficult for people from cluster 1 to state clearly that the appearance of a man's ageing body is less often a subject of criticism than the appearance of a woman's ageing body. For this group, it was also difficult to evaluate an opinion related with the excessive rejuvenation of seniors. Such dissonance in response was not experienced by the respondents from cluster 2, who rather confirmed the occurrence of this type of regularity. It is worth to mention that in cluster 1 the vast majority were women (70.9%), people aged 60-69 (55.1%) and 70-79 (33.2%) as well as respondents from U3A (51.2%). Cluster 1 was also made up in 58.3% by people who thought that modern seniors take care about their appearance, and 40.2% perceived an ageing human body as attractive. On the other hand, cluster 2 was represented by 55.0% of women and by 45.0% of men, though it seems that

Table 1.
Statistics for cluster analyses.

Evaluated statements	Between SS	df	Interior SS	df	F	p
1 – elderly women may feel discriminated on the grounds of their body	218,701	1	143,047	236	360,814	<0,001
2 – elderly men may feel discriminated on the grounds of their body	209,530	1	133,865	236	369,397	<0,001
3 – the ageing body of an elderly man is less often criticised than the body of the elderly woman	50,379	1	250,281	236	47,505	<0,001
4 – elderly women and men feel the pressure to hide their age	155,390	1	202,900	236	180,739	<0,001
5 – many elderly women want to excessively rejuvenate themselves	58,561	1	229,578	236	60,199	<0,001
6 – many elderly men want to excessively rejuvenate themselves	50,495	1	232,614	236	51,230	<0,001
7 – elderly women are dressing better than their peers 25 years ago	4,506	1	187,074	236	5,684	<0,001
8 – elderly men are dressing better than their peers 25 years ago	9,023	1	235,801	236	9,030	0,003

the male voice is of great importance here. In cluster 2, 53.2% of the respondents were aged 60-69, but there was also a large group of people aged 70-79 (39.6%). In this group, more than half of the subjects were residents in NH (53.2%) and 10% believed that modern seniors did not take care about their appearance. In cluster 2, more often than in cluster 1, there were people who believed that the body of a modern seniors is not physically attractive (37.8%). Thus, it could be said that cluster analysis, which is a kind of look at the analysed issues from a bird's eye view, confirms that the respondents' gender differentiates their perception of the ageing body and opinions on the possibility of lookism in their social environment.

Conclusion

Based on this study research, it might be said that, in the opinion of the respondents, lookism of an ageing body, which is discrimination on the grounds of appearance, is not a utopia. The analyses of the individual notions indicate that the respondents notice the risk of the worse treatment of elderly people only because

their body is different from the socially promoted model. The respondents pointed out that, in their opinion, their peers undertake various actions to adjust their body to the model of today's society, called contrarily by Anthony Giddens as the 'you-thing' society (Giddens 2009, 166). The beliefs of the interviewed women and men about the ageing body and current trends did differ, but a larger and rather different polarization of opinions had been expected. The hypothesis assuming more negative perception among women than men of the ageing body was not confirmed. It was also expected that women's opinion more often than men's would show that they noticed the possibility of existence of discrimination against the ageing body on the grounds of appearance. While women's views on the motives of senior citizens for taking care of their body confirmed this assumption, other questions did not reveal such a relationship.

In the patriarchal concepts, the appearance of the female body is highly important. Zbyszko Melosik put it very aptly when he said 'the male eye estimates a woman and her body and as a result men estimate and women look' (Melosik 2010, 21). Could we conclude – based on the study – that more positive opinions of women than men show that elderly women have re-evaluated their system of values and life wisdom hints them that appearance is not a crucial value? Perhaps the patriarchal definitions of femininity, in their opinion, apply to a lesser extent? Men, on the other hand, seem to confirm that the observations of the aforementioned Melosik are still valid and even in old age it is difficult for men to eliminate women's body estimation.

On the basis of this study research, someone might say that lookism seems not to be too common yet. In none of the questions, on the basis of which the existence of lookism could be deduced, did the frequency of support reach 90 or 100%. Usually it was more than a half of respondents, maximum of $\frac{3}{4}$. Perhaps the results obtained are the consequence of the fact that the modern generation of senior citizens is unique in many respects including their system of values and the peculiar attitude to different social issues. They are the witnesses of history, people shaped by various events, often difficult and painful. The generation of people who remember the Second World War is humble and their attitude to reality is not too demanding. They often accept reality as it is, even if it is not convenient for them. Perhaps the results obtained are also the consequence of the fact that modern senior citizens with every passing year have more time to experience their elderly age, in a world of tremendous, different possibilities (after the transformation of 1989 so transformation that followed the fall of the Berlin wall), but also in the world that is focused on youth and its attributes. It is possible that senior citizens have got used to the fact that they have taken care of themselves, even when they are old and it requires more effort.

The empirical data presented in this article are from a preliminary study. The issue of the ageing body is slowly being recognized in Polish science, but, according to my best knowledge, mainly qualitative researches are carried out in Polish

sociology of the body. My intention was to initially recognize the issue of the social perception of the ageing body using quantitative research to plan further, qualitative research. With the use of in-depth interviews, it is worth to ask senior citizens of different age, men and women, living in rural and urban areas, and with different levels of education how do they feel with their ageing body in nowadays society. Has their attitude towards own corporality been changing? It will be also interesting to find out what do the seniors think about the use of aesthetic medicine by their peers or their style of dressing. I also plan to carry out a comparative study among young and middle-aged people. This scientific activity will be undertaken in the near future.

References

- Błędowski, Piotr. 2012. «Starzenie się jako problem społeczny. Perspektywy demograficznego starzenia się ludności Polski do roku 2035». In *Aspekty medyczne, psychologiczne, socjologiczne i ekonomiczne starzenia się ludzi w Polsce*, edited by Małgorzata Mossakowska, Andrzej Więcek and Piotr Błędowski, 11-23. Poznań: Termedia Wydawnictwa Medyczne.
- Brooks, Abigail. 2004. «Under the Knife and Proud of It: An analysis of the normalization of cosmetic surgery». *Critical Sociology* 30 (2): 207-239. DOI: <https://doi.org/10.1163/156916304323072080>
- Chomiuk, Tomasz, and Paulina Bernatek. 2018. «Korzyści wynikające z aktywności fizycznej, czyi wpływ aktywności fizycznej na organizm oraz aktualne zalecenia». In *Medycyna stylu życia*, edited by Daniel Śliz and Aartur Mamcarz, 17-54. Warszawa: Wydawnictwo Lekarskie PZWL.
- Ferraro, Richard, Jennifer J. Muehlenkamp, Ashley Paintner, Kayla Wasson, Tracy Hager, and Fallon Hoverson. 2008. «Aging, Body Image, and Body Shape». *The Journal of General Psychology* 135 (4): 379-392. DOI: <https://doi.org/10.3200/GENP.135.4.379-392>
- Giddens, Anthony. 2009. *Europa w epoce globalnej*. Warszawa: Wydawnictwo Naukowe PWN.
- Goffman, Erving. 1961. *Asylums. Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*. New York: Anchor Books.
- GUS – Główny Urząd Statystyczny. 2018. Informacja o sytuacji osób starszych na podstawie badań Głównego Urzędu Statystycznego. Available in: <https://stat.gov.pl/obszary-tematyczne/osoby-starsze/osoby-starsze/informacja-o-sytuacji-osob-starszych-na-podstawie-badan-glownego-urzedu-statystycznego,1,2.html> [Accessed on March 13, 2019].
- Homan, Kristin, and Chris Boyatzis. 2009. «Body image in older adults: Links with religion and gender». *Journal of Adult Development* 16: 230-238. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10804-009-9069-8>
- Hurd Clarke, Laura. 2001. «Older Women's Bodies and the Self: The Construction of Identity in Later Life». *Canadian Review of Sociology and Anthropology* 38 (4): 441-464. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1755-618X.2001.tb00981>

- Hurd Clarke, Laura, Robin Repta, and Meridith Griffin. 2007. «Non-Surgical Cosmetic Procedures: Older Women's Perceptions and Experiences». *Journal of Women & Aging* 19 (3-4): 69-87. DOI: https://doi.org/10.1300/J074v19n03_06
- Kaminski, Patricia, and Bert Hayslip. 2006. «Gender differences in body esteem among older adults». *Journal of Women and Aging* 18 (3): 19-35. DOI: https://doi.org/10.1300/J074v18n03_03
- Katz, Stephen, and Jessica Gish. 2015. «Aging in the Biosocial Order: Repairing Time and Cosmetic Rejuvenation in a Medical Spa Clinic». *Sociological Quarterly* 56: 40-61. DOI: <https://doi.org/10.1111/tsq.12080>
- Kluczyńska, Urszula. 2008. «Redefiniowanie męskości. Kulturowo-społeczne konteksty starzenia się mężczyzn». In *Pomyślnie starzenie się w perspektywie nauk społecznych i humanistycznych*, edited by Jerzy T. Kowaleski, Piotr Szukalski, 76-88. Łódź: Wydawnictwo UŁ.
- Konieczna-Woźniak, Renata. 2012. «Rejuvenated old age – social and subjective implications». *Studia Edukacyjne* 21: 249-262.
- Kramkowska, Emilia. 2018. «The Aging Human Body as a Biological or Sociocultural Reality: A Study Based on the Writings of Select Christian Philosophers and Research on the Elderly». *Rocznik Teologii Katolickiej* 17 (2): 137-150. DOI: <https://doi.org/10.15290/rtk.2018.17.2.10>
- Lamb, Sue, Lee A. Jackson, Patricia B. Cassiday, and Doris J. Priest. 1993. «Body figure preferences of men and women: A comparison of two generations». *Sex Roles* 28 (5-6): 345-358. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00289890>
- Malinowska, Ewa, Krystyna Dzwonkowska-Godula, Emilia Garncarek, Julita Czernecka, Joanna Brzezińska. 2017. *Gender, Age and Gendered Age in Relation to Attitudes to One's Own Appearance and Health. Chosen Aspects*. Łódź: Wydawnictwo Uniwersytetu Łódzkiego.
- Mann, Tamara. 2014. «Old Cells, Aging Bodies, and New Money: Scientific Solutions to the Problem of Old Age in the United States, 1945-1955». *Journal of World History* 24 (4): 797-822. DOI: <https://doi.org/10.1353/jwh.2013.0110>
- Melosik, Zbyszko. 2010. *Tożsamość, ciało i władza w kulturze instant*. Kraków: Oficyna Wydawnicza «Impuls».
- Muhlbauer, Varda, and Joan Chrisler. 2007. *Women over 50: Psychological perspectives*. New York: Springer Science and Business Media.
- Nęcki, Zbigniew. 1996. *Atrakcyjność wzajemna*. Kraków: Wydawnictwo Profesjonalnej Szkoły Biznesu.
- Niewiedział, Dorota. 2014. «Już nie kobieta? Samoocena atrakcyjności ciała starzejących się wdów». *Dyskursy Młodych Andragogów* 15: 263-278.
- Panek, Paul, Bert Hayslip, and Jessica Pruett. 2014. «How Do You Know You're Old? Gender Differences in Cues Triggering the Experience of Personal Aging». *Educational Gerontology* 40: 157-171. DOI: <https://doi.org/10.1080/03601277.2013.802183>
- Pawłowski, Bogusław. 2009. «Biologia atrakcyjności człowieka jako przedmiot badań naukowych». In *Biologia atrakcyjności człowieka*, edited by Bogusław Pawłowski, 1-10. Warszawa: Wydawnictwo Uniwersytetu Warszawskiego.
- Pliner, Patricia, Shelly Chaiken, and Gordon Flett. 1990. «Gender differences in concern with body weight and physical appearance over the life span». *Personality and Social Psychology Bulletin* 16 (2): 263-273. DOI: <https://doi.org/10.1177/0146167290162007>
- Rhode, Deborah L. 2010. *The Beauty Bias: The injustice of appearance in life and law*. New York: Oxford University Press.

- Sontag, Susan. 1972. «The double standard of aging». *Saturday Review of the Society* 1 (1): 29-38.
- Sontag, Susan. 1979. «The double standard of aging». In *Psychology of women*, edited by Juanita Williams, 462-478. New York: Academic Press.
- Twigg, Julia. 2007. «Clothing, age and the body: a critical review». *Ageing & Society* 27: 285-305. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0144686X06005794>
- Twigg, Julia. 2013. *Fashion and Age. Dress, the Body and Later Life*. London: Bloomsbury Academic.
- Twigg Julia, and Shinobu Majima. 2014. «Consumption and the constitution of age: Expenditure patterns on clothing, hair and cosmetics among post-war 'baby boomers'». *Journal of Ageing Studies* 30: 23-32. DOI: [10.1016/j.jaging.2014.03.003](https://doi.org/10.1016/j.jaging.2014.03.003)
- Ward, Richard, and Caroline Holland. 2011. «If I look old, I will be treated old': hair and later-life image dilemmas». *Ageing & Society* 31: 288-307. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0144686X10000863>
- Woszczyk, Patrycja. 2009. «Ciało, kosmetyki, ubranie... Atrakcyjny wygląd w opiniach starszych kobiet». *Acta Universitatis Lodziensis, Folia Sociologica* 34: 185-204.

Emilia Kramkowska. Sociologist, PhD researcher in the Institute of Sociology, Department of Sociology of Knowledge and Education at University of Białystok (Poland); member of a research team in international and national projects concerning gerontological topics (domestic violence against older people, social activity and education of seniors); scientific interests focus on different problems in the fields of social gerontology and sociology of the body; author or co-author of more than 60 publications about sociological and gerontological issues.

E-mail: emilka.kramkowska@wp.pl

Article received on 19th of March and accepted for publication on 1st of July, 2019.

Estudos e Ensaaios

MARÉ DE MULHERES: REFLEXÕES SOBRE A JUSTIÇA PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NUMA FAVELA CARIOCA

Marisa Antunes Santiago*, Hebe Signorini Gonçalves**,
Cristiane Brandão Augusto***

Resumo

O presente trabalho objetiva refletir sobre estratégias de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, a partir de pesquisa realizada no Centro de Referência de Atenção à Mulher no Complexo de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro. Através da visão das/os profissionais que aí atuam, procuramos demonstrar o perfil das mulheres que procuram o serviço, as percepções sobre violência, as principais dificuldades quanto ao acesso à Justiça oficial e as metodologias alternativas ao sistema penal.

Palavras-chave: Violência doméstica e familiar, patriarcado, favela, centro de referência de atenção à mulher, políticas públicas.

Abstract

Maré de Mulheres: Reflections on Justice for Women in Violence Situations in a Carioca Favela

The present study aims to reflect on strategies for facing domestic and family violence against women, based on a research carried out at the Reference Center for Women's Care in the Maré complex of favelas in Rio de Janeiro. Through the vision of professionals who work there, we intend to demonstrate the profile of women who seek the service, the perceptions about violence, the main difficulties regarding access to official Justice and alternative methodologies to the Penal System.

Keywords: Domestic and family violence, patriarchy, *favela*, reference centers for women's care, public policies.

* I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-008, Brasil.

Endereço postal: Rua da Carioca, n.º 72, Centro, CEP 20050-008 Rio de Janeiro, Brasil.

Endereço eletrônico: marisinha.as@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5798-6585>

** Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, CEP 22290-902, Brasil.

Endereço postal: Av. Pasteur, 250 – Urca, CEP 22290-902/Rio de Janeiro, Brasil.

Endereço eletrônico: hebe@globo.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1688-9927>

*** Faculdade de Direito, Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos, Universidade Federal do Rio de Janeiro – FND/NEPP-DH/UFRJ/Brasil

Endereço postal: Anexo do CFCH, 3º. Andar, Avenida Pasteur, 250, CEP: 22290-240/Rio de Janeiro, Brasil.

Endereço eletrônico: pedipe@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7541-4617>

Resumen

«Maré de Mulheres»: reflexiones sobre la justicia para mujeres en situación de violencia en una *favela carioca*

El presente trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre estrategias de enfrentamiento a la violencia doméstica y familiar contra la mujer, a partir de una investigación realizada en el Centro de Referencia de Atención a la Mujer en el Complejo de Favelas da Maré, en Río de Janeiro. A través de la visión de las/os profesionales que allí actúan, procuramos demostrar el perfil de las mujeres que buscan el servicio, las percepciones sobre violencia, las principales dificultades en cuanto al acceso a la justicia oficial y las metodologías alternativas al sistema penal.

Palabras clave: Violencia doméstica y familiar, patriarcado, *favela*, centro de referencia de atención a la mujer, políticas públicas.

Introdução

Signatário de diferentes tratados e convenções internacionais que pretendem prevenir e enfrentar a violência contra a mulher – como a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) (1979), a Declaração de Viena (1993) e a Convenção de Belém do Pará (1994) –, o Estado brasileiro comprometeu-se a criar estratégias e ações para combater a violência contra as mulheres. Apesar dessa violência não ser um fenômeno recente, foi apenas em 1993, a partir da II Conferência de Direitos Humanos, que estas ações passaram a ser consideradas uma grave violação aos direitos humanos. Os direitos das mulheres e das meninas passaram a ser parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais e todas as formas de discriminação baseadas no sexo se tornaram alvos prioritários dos governos.

Em 1994, a Convenção de Belém do Pará definiu como violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, tanto na esfera pública como na esfera privada. A Lei Maria da Penha, Lei 11340/2006, promulgada com o fim de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, corrobora as diretrizes internacionais e acrescenta que a mulher pode também ser vítima em qualquer relação íntima de afeto, incluindo as homoafetivas, e que, além das formas citadas, pode sofrer violência patrimonial e moral.

As raízes da violência contra a mulher podem ser explicadas pelo patriarcado, ideologia segundo a qual o homem tem autoridade absoluta sobre todos os seus subordinados, sejam eles membros da família (esposa, filhos), empregados ou membros da comunidade; detendo o poder de decisão, o homem impõe costumes, desejos e vontades. Nas relações de casal, o patriarcado institui assimetrias de poder, subordinando a mulher ao controle androcêntrico, tendo sobre ela poder e autoridade quase irrestrito. Segundo Reguant, o patriarcado é uma forma de organização política, econômica, religiosa e social baseada na autoridade e comando

do homem, que se apropriou da sexualidade e reprodução das mulheres numa ordem simbólica onde mitos e religião o perpetuam como única estrutura possível (Reguant 2007, s/n).

Observamos ao longo dos últimos 30 anos a desnaturalização das agressões, a emergência da problematização por parte das lutas feministas e das instâncias internacionais (ONU) e – mais recentemente – a criminalização e punição destas formas de violências (Soares 1999). Tentando responder às demandas sociais e legais, uma das políticas públicas adotadas pelo Estado brasileiro foi a implementação de Centros de Referência de Atenção à Mulher (CRAM) (Marques e Augusto 2019). Os CRAM visam promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar. Entre suas principais ações encontra-se: o atendimento psicossocial; o aconselhamento e acompanhamento jurídico; as atividades de prevenção; a qualificação de profissionais; a articulação da rede de atendimento local. Em 2018, segundo dados então divulgados pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), havia 238 CRAM no Brasil, sendo 35 no Estado do Rio de Janeiro, dos quais 5 na capital.¹

Nossa pesquisa foi realizada em um CRAM que tem como diferencial ser, atualmente, um dos muitos projetos de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Inicialmente um projeto-piloto de prevenção e atenção à violência intrafamiliar contra a mulher, foi implantado em 2000 em consequência de um convênio entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e a organização não governamental Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA), com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), a fim de «contribuir para a prevenção e diminuição da violência intrafamiliar cometida contra as mulheres e articular a criação de uma rede de solidariedade e apoio entre serviços que atendem mulheres dentro e fora da Maré».² A Vila do João foi eleita como sede do projeto pois, embora o local dispusesse de uma rede de serviços e de equipamentos sociais, nenhuma das instituições atuava especificamente na área da violência de gênero, apesar de o Censo Maré mostrar que «esta comunidade é a que sofreu o maior número de estupros, e do elevado grau de violência contra a mulher» (Silva 2002). Em 2010, ano da publicação do último censo nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou que moravam na localidade mais de 130 mil pessoas, 51% das quais seriam mulheres (IBGE 2010).

Em 2004, atendendo a uma demanda da SPM e da SEDH, ambas do governo federal, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ (CFCH/UFRJ) incor-

¹ Esses dados se encontravam disponíveis na página da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres até o início de 2019, em <https://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php?uf=TD>. Acesso em 12.8.2018. Todavia, a *webpage* foi retirada do ar.

² Disponível em: <<http://cepia.org.br/wp-content/uploads/2017/11/encartemare.pdf>>. Acesso em 20.9.2019.

pora este serviço na sua rede de ações.³ Durante os primeiros anos de funcionamento como projeto de extensão da UFRJ, este CRAM contou com financiamento da SPM e do UNIFEM. Porém, desde 2019, apenas a UFRJ garante sua sustentabilidade, investindo recursos repassados pelo governo federal.

À época de nossa pesquisa (entre os anos de 2010 e 2015), o CRAM oferecia atendimento psicológico, social e jurídico, além de oficinas e cursos de formação e capacitação das mulheres atendidas. Uma equipe interdisciplinar recepcionava, acompanhava e encaminhava as usuárias segundo suas necessidades, com o objetivo de auxiliá-las a se reconhecerem enquanto sujeitos de direitos. O atendimento era feito por demanda espontânea ou por encaminhamento de alguma outra instituição.

As favelas no Rio de Janeiro são historicamente vistas como espaços marcados pela violência, pela desordem e pela ausência de serviços básicos. Essa percepção constitui elemento central da segregação territorial: de um lado, situam-se os bairros pobres, percebidos como lugares onde proliferam a criminalidade, os vícios e a marginalidade; de outro, o restante da população, que se sente ameaçada e amedrontada pelos que estão do «lado oposto» (Wacquant 2005). As ações governamentais desenvolvidas nessas áreas são mediadas por esse olhar estereotipado, preponderantemente ligadas à segurança pública, justificadas pelo discurso do combate à criminalidade e às drogas ilícitas, e quase nunca destinadas a prestar políticas sociais aos moradores.

Na Vila do João, a presença do comércio de drogas e os constantes conflitos entre grupos rivais e contra policiais fazem parte do cotidiano das mulheres que frequentam o serviço analisado. A distância física visível entre o CRAM e uma grande «boca de fumo»⁴ que funciona durante todo o dia é de cerca de 100 metros. Porém, os limites invisíveis, que impedem a livre circulação das mulheres, também afetam a prática profissional. Essas fronteiras internas se instituem pelo controle da Maré por fações rivais (Varella *et al.* 2002) e fazem com que moradoras das outras 15 comunidades que compõem este Complexo, ou mesmo mulheres que moram em outros bairros, não cheguem ao serviço. Considerando que as favelas cariocas estão na base de um sistema hierárquico marcado por desigualdades, preconceitos e violências, a inserção de um CRAM nessa realidade suscita a formação de vínculos entre realidades socialmente apartadas e reconstrói relações tanto entre a equipe e as usuárias quanto no interior da própria equipe. Essa inserção também gera estratégias de atuação diferenciadas que levam em conta as particularidades do território.

Assim, tendo como parâmetro de análise este centro de referência localizado em uma favela carioca: 1. refletiremos sobre o acesso das mulheres à justiça; 2. mostraremos, na visão das/os profissionais que ali atuam, quem são as mulheres

³ Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/crmm/index.html>>.

⁴ Ponto de venda de drogas ilícitas.

que procuram o serviço; e 3. destacaremos as principais formas de enfrentamento da violência contra a mulher nesse território.

1. Nosso percurso

Primeiramente, esclarecemos que a escolha desse serviço como campo de pesquisa se deu pelo facto de as autoras estarem inseridas nele enquanto profissionais que atuavam diretamente no atendimento às mulheres e como professoras da UFRJ, supervisoras da equipe interdisciplinar. Tal inserção nos aproximou das questões aqui discutidas e nos proporcionou um amplo material de análise.

A fim de atingir os objetivos propostos, nossa pesquisa entrevistou as/os profissionais que atuavam no CRAM, de forma a auxiliar no entendimento de como a violência doméstica e familiar contra a mulher⁵ é vivida, enfrentada e ressignificada, quando emerge em contextos violentos. No período de janeiro a junho de 2012, foram enviados por email⁶ questionários⁷ às/aos profissionais das diferentes áreas que integram a instituição – psicologia, serviço social e direito – e que ali trabalhassem há pelo menos um ano. Foi obtido um total de 13 respostas ao questionário, que representam todas as disciplinas que atuavam no serviço.⁸ Realizamos uma investigação qualitativa centrada na Análise do Discurso. Como afirma Iñiguez, discurso é «um conjunto de práticas linguísticas que mantêm e promovem certas relações sociais» e a Análise do Discurso seria, então, a forma de «estudar como estas práticas atuam no presente mantendo e promovendo estas relações: trazer à tona o poder da linguagem como uma prática constitutiva e reguladora» (Iñiguez 2003, 99).

⁵ Vamos referir-nos a esta forma de violência, sofrida por uma mulher e cometida por seu (ex-) companheiro, como *violência doméstica e familiar contra a mulher*, seguindo o que está posto na Lei 11340/2006, ainda que existam outras formas de denominá-la.

⁶ A pesquisa de doutorado, da qual faz parte o material aqui analisado, foi realizada na Universidad de Málaga – Espanha. Por este motivo, e a fim de facilitar o contato com as/os profissionais entrevistadas/os, optamos por enviar os questionários por email. Tal fato não nos trouxe nenhum problema do ponto de vista metodológico, visto que as/os entrevistadas/os conheciam pessoalmente a pesquisadora principal e todas as dúvidas e questionamentos foram resolvidos de modo a não prejudicar a análise dos dados.

⁷ O questionário original e todo material de análise integram a pesquisa de doutorado de Marisa Antunes Santiago, orientada por F. Manuel Montalbán Peregrín e Hebe Signorini Gonçalves, intitulada «Una marea de historias: releer la violencia de género en una favela carioca», apresentada na Universidad de Málaga – Espanha. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10630/9838>>.

⁸ Das diferentes áreas de atuação, obtivemos respostas de seis psicólogas/os, cinco assistentes sociais e duas/dois advogadas/os. Destas/es, quatro tinham mestrado, um/a tinha especialização na área da Psicologia Jurídica e oito eram graduadas/os. A maioria delas/es era formada há mais de três anos e trabalhava há pouco tempo na área de gênero. As idades das/dos entrevistadas/os variavam de 24 a 57 anos, sendo que a maioria estava na faixa de 24-34 anos (10 profissionais).

2. Nossos achados

Preliminarmente, chamamos a atenção para o facto de que, das/os 13 profissionais que responderam ao questionário, apenas 2 eram do sexo masculino.⁹ A feminização das políticas de gênero e de enfrentamento à violência contra a mulher não é recente. Nos anos 1970/1980, os feminismos¹⁰ organizaram os chamados Grupos de Reflexão ou de Autoconsciência, que se tornaram lugares privilegiados onde as mulheres podiam se reunir e compartilhar histórias, medos e anseios (Adrião e Quadros 2010). Herança desses primeiros passos, as políticas de igualdade e equidade de gênero brasileiras foram assim também construídas. Outro fator relevante é que duas das principais disciplinas que atuam no serviço – Psicologia e Serviço Social – são majoritariamente compostas por mulheres e historicamente consideradas «guetos femininos» (Bruschini 2007, 566). A incorporação de homens em espaços exclusivamente voltados ao público feminino, como os CRAM, é até hoje um tema delicado e seus modos de participação são ainda questionados nestes espaços.

Aqui há que ser feita uma importante crítica à Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, sobretudo no que diz respeito aos vínculos das/os profissionais que trabalham nas instituições integrantes, a maioria deles prestando serviço com base em contratos temporários, nem sempre renovados. Esse quadro gera fragilidade, instabilidade e descontinuidade nos serviços, com grave prejuízo à atenção oferecida: no momento em que foram realizadas as entrevistas, cerca de 76% das/os profissionais possuíam contratos temporários e esta é uma marca da política nacional. Pougy afirma que «a rotatividade dos profissionais e das equipes técnicas que não têm vínculo trabalhista com o serviço que visa potencializar a cidadania feminina é contraditória e inaceitável, porque viola direitos e atinge as suas numerosas integrantes» (Pougy 2012, 4). Assim como a autora, algumas técnicas chamam a atenção para a fragilidade dos vínculos: «Um obstáculo que inibe um desenvolvimento maior do trabalho desenvolvido no CRAM ainda é a não formação da equipe técnica» (T1¹¹). Vale ressaltar, como aponta outra entrevistada, que, em sendo um serviço que integra a universidade pública, ainda que na forma de projeto de extensão, para garantir a efetividade e qualidade do atendimento oferecido, se faz necessário a ampliação do quadro de profissionais concursados da UFRJ, evitando assim a rotatividade e a precariedade de vínculos

⁹ Por este motivo, ao longo do trabalho iremos nos referir às pessoas entrevistadas sempre no feminino, visto que a grande maioria de nossas entrevistadas eram mulheres.

¹⁰ Feminismos no plural porque o entendemos como um movimento múltiplo, com diversas e diferentes reivindicações e propostas, apesar de surgir com frequência «como sendo uma simples entidade relacionada com igualdade» (Nogueira 2012, 44).

¹¹ Para preservar o anonimato, as citações de quem respondeu ao questionário estão identificadas de T1 a T13. O T corresponde a Técnica/o, seguido do número atribuído a cada um/a dos/as 13 profissionais que responderam ao questionário.

profissionais: «A solução para o CRAM se chama concurso público, para que lá só trabalhem servidores públicos» (T9).

Contudo, apesar do déficit profissional, há investimento em formação e capacitação. Um bom exemplo dessa preocupação em formar profissionais capazes de integrar as políticas públicas de gênero foi a criação, em 2013, de uma residência multiprofissional em Políticas de Gênero e Direitos Humanos,¹² com treinamento em serviço, onde a experimentação de metodologias está dirigida à ampliação da cidadania feminina.

2.1. Maré, um território de muitas violências

O facto de estar localizado dentro de uma das maiores favelas do Rio de Janeiro, o Complexo da Maré, traz limites e possibilidades ao cotidiano do serviço. A principal barreira, citada por todas as técnicas, é a violência urbana local, com constantes confrontos entre narcotraficantes e a polícia. As consequências para o serviço são inúmeras, dentre as quais as entrevistadas destacam os fechamentos e interrupções dos atendimentos durante os tiroteios e a «incerteza do dia seguinte»: «Ultimamente, com as frequentes operações da polícia na Maré, saímos em um dia e não sabemos se poderemos voltar no outro para trabalhar» (T13).

Além de impactar o funcionamento da instituição, a violência na favela traz às técnicas sentimentos de medo, tensão e vulnerabilidade. Em contrapartida, elas afirmam que estar na Maré é uma forma de se aproximar da população local, facilitando o acesso das moradoras ao serviço. Quatro técnicas apontam a localização do CRAM como uma vantagem, ainda que o torne suscetível à violência urbana: «A localização é uma possibilidade para os moradores, mas também se torna uma barreira para quem não habita aquela comunidade e tem medo de frequentar um bairro» (T5).

O problema da violência urbana no território afeta também as mulheres que o frequentam (Santiago *et al.* 2015) e traz consigo a necessidade das/os profissionais se adaptarem e reinventarem estratégias de intervenção, como se verá adiante.

2.2. Múltiplas mulheres

As mulheres que procuram o CRAM são definidas de formas muito diferentes pelas entrevistadas. Cinco profissionais apontam a dificuldade de traçar um perfil único para as usuárias do serviço, vistas como mulheres com histórias próprias e demandas variadas, de universalização impossível, singulares. A despeito

¹² Consultar <<https://siga.ufrj.br/sira/temas/zire/frameConsultas.jsp?mainPage=/repositorio-curriculo/B21A89C9-92A4-F79A-2795-804B345F9BCD.html>>.

disso, duas profissionais apresentam uma descrição «quantitativa» para defini-las: «As mulheres são não brancas,¹³ pobres, possuem baixa escolaridade, com empregos rotativos e precários. Muitas são mães. Pouquíssimas são casadas, boa parte vive em união estável. A idade avançada é outra marca» (T9).

Outra forma de retratá-las é através de descritores negativos e/ou positivos: desamparo, sofrimento, fragilidade, pobreza, baixa autoestima são algumas palavras usadas pelas profissionais para se referir às usuárias. Apenas uma técnica usa o descritor *coragem* para defini-las. Além da disparidade entre características negativas e positivas, no entanto, algumas técnicas afirmam que essas mulheres estão em busca de seus direitos e melhores condições de vida: «Em geral, mulheres com histórias de sofrimento e pobreza, mas que buscam caminhos de luta e sobrevivência» (T7).

Como essa resposta aponta, as demandas das mulheres que buscam o serviço são variadas e nem sempre a violência doméstica e familiar é o principal problema anunciado, apesar de esta ser a especificidade do serviço. Em geral, outras demandas emergem em primeiro plano, como as solicitações de orientação jurídica (divórcio, pensão, guarda dos filhos) e psicossocial (acesso a benefícios sociais, problemas de relacionamento e/ou com os filhos, depressão, ansiedade). A violência contra a mulher é um problema que custa a aparecer, segundo a maioria das técnicas:

Na maioria das vezes, a situação de violência não aparece num primeiro momento. Muitas vezes a situação de violência, embora cause sofrimento, nem é percebida pela usuária como tal, particularmente quando não há agressão física envolvida. (T2)

Como lembra Alberdi, «a violência contra as mulheres sempre existiu. Novo é vê-la como violência e deixar de aceitá-la» (Alberdi 2005, 11). A autora mostra aqui a diferença entre viver uma situação de maltrato e ter consciência de ser maltratada. Cinco técnicas identificam essa dificuldade e duas delas apontam para uma «fala não consciente» da mulher, pois a identificação da violência no relacionamento seria feita pelas profissionais e não por elas. As agressões físicas extremas são, geralmente, as que se consideram violência, como afirma uma das profissionais: «Muitas também não se reconhecem em situação de violência quando são «apenas» xingadas ou ofendidas» (T12).

O anúncio de que uma mulher está sendo vítima de violência doméstica e familiar pode se dar de muitas maneiras. Ainda que pareça sutil, há uma diferença substantiva entre dizer-lhe que ela está casada com um homem que a maltrata e, portanto, é vítima de violência, e dizer que, apesar de o marido agredi-la, ela tem direito a uma vida livre de violência. Cabe às/aos profissionais se perguntar se é

¹³ O marcador étnico-racial, imbricado com gênero e classe social, merece destaque, especialmente nos estudos de Saffioti e Almeida (1995), Gonzalez (2008) e hooks (2015).

sua tarefa afirmar que as mulheres são vítimas ou se devem explicar o que, teoricamente, se entende por violência, que existe uma lei que pretende coibir e erradicar o problema e deixá-la concluir que está em uma situação de violação de direito e que pode tentar sair dela caso assim o deseje. Uma das profissionais entrevistadas pontua o cuidado necessário para não induzir a decisão da mulher, acabando assim por submetê-la a outra forma de violência – a institucional:

No entanto, é mais usual que a usuária reclame de sua relação conjugal sem identificar nisso uma situação violenta no que tange às relações de gênero. Por vezes um dos técnicos durante o atendimento nomeia essa queixa como violência doméstica, o que pode ser potente no sentido de dar significado e forma à questão, mas que pode ser prematuro ou perigoso. O perigo está em negar a autonomia da usuária e induzi-la a tomar decisões baseados em seu próprio esquema de valores. (T5)

Para não precipitar a identificação de situações de violência, as técnicas se valem de alguns critérios e instrumentos. As entrevistadas apontaram como principal ferramenta o oferecimento de uma escuta qualificada, sensível e atenta, capaz de identificar sinais de violência nas entrelinhas dos discursos. Esse critério está relacionado a outro, igualmente relevante, que é o referencial teórico que oferece suporte a essa identificação. Além desses critérios, que podemos chamar de teórico-subjetivos, os sinais físicos e as expressões corporais também são anunciados como signos capazes de detectar a violência:

A atenção à fala da usuária certamente é a forma mais eficaz para identificar a situação de violência. Estar atenta e sensível a toda história sem minimizar seu depoimento, ainda que muitas vezes confuso, descontínuo ou repetitivo. (T11)

Para identificar a violência de gênero, uso como referência a definição de violência contra a mulher, presente na Lei 11.340/06 e nos tipos de violência que ela traz. (T10)
Tem umas que chegam machucadas porque acabaram de ser agredidas e desejam orientação; outras não falam inicialmente e no decorrer dos atendimentos resolvem falar. (T6)

Entre os fatores que levam as mulheres a viver uma relação abusiva e violenta, as entrevistadas destacam: as desigualdades nas relações de gênero, a dependência financeira e a banalização/naturalização da violência. Outras motivações citadas são o medo, a baixa autoestima e as pressões culturais e religiosas.

Acredito que dentre os que se destacam claro, a desigualdade vivenciada nas relações sociais, seja de classe, de gênero, de raça/etnia. Isto possibilita a naturalização de construções sociais e, nesta trajetória, a naturalização da violência. É natural ser considerada frágil, menos importante, é natural ser agredida, não ter um relacionamento que me faça bem... (T11)

Tem um fator cultural de desigualdade nas relações de gênero que é importante. Dependência financeira, emocional e medo não podem ser desconsiderados. (T2)

O conjunto de fatores que leva as mulheres a viver e permanecer em relações violentas pode ser compreendido a partir da Teoria da Interseccionalidade (Crenshaw 1993), que mostra como diferentes formas de opressão se inter-relacionam configurando situações específicas de desigualdade. Para Nogueira,

os modelos clássicos de compreensão dos fenômenos de opressão dentro da sociedade, como os mais comuns, baseados no sexo/gênero, na raça/etnicidade, na classe, na religião, na nacionalidade, na orientação sexual ou na deficiência não agem de forma independente uns dos outros. (Nogueira 2012, 62)

Esses fatores, aliados àqueles identificados anteriormente pelas nossas entrevistadas, contribuem para a emergência da violência doméstica e familiar contra as mulheres da Maré. Como se verá adiante, não é absolutamente desprezível o facto de elas habitarem um território violento.

Para as profissionais, as mulheres seguem casadas com o agressor principalmente pelos filhos, por dependerem economicamente de seus companheiros e porque, apesar da violência, gostam deles e acreditam que eles podem mudar. O medo e a naturalização da violência também são citados para explicar a permanência nos relacionamentos violentos:

O mito do amor romântico associado à cultura patriarcal, ainda muito marcantes na nossa sociedade, contribui fortemente para que as mulheres se mantenham em relações afetivas e amorosas bastante contraditórias e violentas. Por outro lado, a cultura do cuidado e de proteção da prole aliada às condições econômico-financeiras também operam de modo a reforçar a sujeição feminina a uma relação violenta. (T1)

2.3. *O que se pode fazer nesse território?*

A escuta qualificada, já nomeada pelas entrevistadas, se repete nas respostas sobre as estratégias usadas para auxiliar no processo de enfrentamento à violência. O caminho apontado pelas técnicas é ouvir as mulheres para identificar demandas e construir com elas estratégias coletivas, ou seja, investir em modos de enfrentamento elaborados em conjunto por usuárias e profissionais. As entrevistadas recusam formas de «colonização», e imposição de «certo e errado», valorizando um fazer conjunto, processo que possibilita reconhecer e valorizar os saberes das mulheres:

As estratégias são construídas junto às usuárias a partir de uma escuta atenta para as questões de gênero e as intervenções que provoquem a desnaturalização de relações que constroem e mantêm hierarquia e opressão. (T5)

Ouvir. A principal estratégia é ouvir. Entender a racionalidade delas e como, diante das possibilidades delas, podemos ajudar. E se podemos ajudar. (T9)

As técnicas afirmam que o CRAM é visto pelas mulheres como lugar de enfrentamento da violência doméstica, seja através dos atendimentos individuais, seja através dos cursos e oficinas ofertados. Neste espaço, o respeito à mulher e às suas decisões deve prevalecer, apoiando e acolhendo sempre que necessário. Para as entrevistadas, estes são também espaços privilegiados para informar e orientar, problematizando a violência e os modos cristalizados de performar o gênero. Em situações extremas, onde existe risco iminente de morte, as profissionais não descartam como estratégia o encaminhamento às Casas-abrigo – último recurso recomendado.

A informação dos dispositivos de ajuda é essencial. Obviamente, alguns casos pedem uma estratégia mais diretiva, em particular quando as mulheres estão em risco iminente. (T2)

Acho ser fundamental estar aberta para perceber pequenos gestos de autonomização da usuária e fazê-los reverberar, [...] mostrando interesse e fazendo questões que esmiúcem e aprimorem a percepção da usuária de que ela é capaz de tomar pra si a responsabilidade de seu próprio destino. (T5)

2.4. *Justiça na favela*

O Registro de Ocorrência (RO) é um passo importante para que as mulheres em situação de violência acessem as medidas protetivas de urgência (MPU) oferecidas pela Lei Maria da Penha (LMP) e deem prosseguimento ao processo de punição do agressor. Entretanto, muitas mulheres se recusam a utilizá-lo. Para as entrevistadas, os afetos envolvidos nas relações são um dos principais obstáculos para a recusa do RO. De maneira geral, as mulheres não querem registrar a ocorrência para não prejudicar o companheiro, muitas vezes pai de seus filhos e provedor da família, além do facto de muitos terem ligação com o tráfico de drogas na favela, o que poderia lhes causar ainda mais problemas.

A questão afetiva pesa muito nesse momento, pois as mulheres acreditam que o companheiro vai mudar; que ele vai melhorar em algum momento. Temem que ele seja preso por causa da violência. (T10)

Muitas vezes com receio de «marcar» o pai dos filhos e filhas... de «sujar» o nome e de se expor diante da família e grupos sociais... outras vezes de se colocar em situação de confronto com um agressor supostamente ligado a grupos organizados... (T1)

Nesses casos, a prisão é desconsiderada, pois o que querem é o fim da violência, sem criminalizar a conduta do companheiro e sem, necessariamente, precisar se separar dele. Antes da LMP, as mulheres que buscavam as delegacias para resolver seus problemas domésticos o faziam porque queriam dar um «susto» no marido mas, logo a seguir, desistiam do registro (Muniz 1996). Com a promulgação da lei, essa prática fica vedada, sendo permitida a renúncia à representação apenas perante o juiz, em audiência.

Muniz chama a atenção para o descompasso entre as expectativas das mulheres e as respostas jurídicas possíveis e, a partir de sua pesquisa, prévia à LMP, afirma que, «mesmo em alguns casos que diziam respeito à prática objetiva de ilícitos penais, podia-se notar que a demanda das reclamantes não requeria o processamento efetivo da lei» (Muniz 1996). Também nossas entrevistadas identificaram esses descompassos:

As possibilidades que a justiça oferece ainda estão muito longe das expectativas que as mulheres querem para as suas vidas. O direito penal aparece, de facto, como último recurso. Compartilhar em uma delegacia o facto, mover um processo e contar com a possibilidade de prisão do agressor que é também companheiro, muitas vezes pai, é algo muito complexo de equacionar. (T11)

Outro fator que pode explicar a recusa ao RO é o descrédito na Justiça e na Polícia. Historicamente, as ações do Estado nos territórios de favela estiveram ligadas ao ordenamento urbano e ao enfrentamento da criminalidade. As favelas são consideradas «áreas de risco» a serem acessadas com cuidado pelos que não moram nesses territórios, inclusive os oficiais de justiça. Essa é uma reclamação recorrente das usuárias do serviço, que em muitos casos inviabiliza o acesso às MPU (Santiago e Gonçalves 2013). Como afirmam as técnicas:

Em geral as mulheres vêm ao serviço muito desamparadas. Algumas dizem expressamente não acreditar na justiça em virtude de já terem denunciado o agressor e disso não ter resolvido nada. Algumas reclamam do atendimento que tiveram nas delegacias, por ocasião das denúncias. (T2)

Aliado ao afeto que sentem pelo companheiro e à descrença nos meios legais, surge, no território em que está localizado o CRAM, uma forma alternativa de fazer «justiça», que ao mesmo tempo limita e determina ações e comportamentos: a presença do tráfico de drogas. As técnicas anunciam que muitas mulheres não recorrem aos meios formais por medo de represálias do narcotráfico, caso a polícia

chegue a entrar na Maré convocada por elas, ou porque seus companheiros têm algum envolvimento com os grupos armados que controlam as favelas cariocas. Por outro lado, os mesmos que são temidos se apresentam como garantidores da interrupção da violência doméstica quando as mulheres os procuram com esta finalidade. Eles «desenrolam»¹⁴ os problemas privados, com base em um de seus mandamentos, que afirma estar proibido bater ou violentar «mulheres honestas» dentro dos limites físicos da favela (Santiago e Gonçalves 2013). Quando as instituições legais falham e não dão conta de resolver problemas individuais e privados, a mediação do narcotráfico se apresenta como alternativa para as moradoras deste território:¹⁵

Algumas contam também com estratégias mais drásticas, quanto denunciarem seus companheiros aos meninos do tráfico, pedindo proteção. (T2)

Algumas mulheres pedem ajuda ao tráfico, na expectativa de que, com o «corretivo», o companheiro pare de agredi-la. (T10)

2.5. *Vítima ou (e) Emancipada?*

Apesar de toda dificuldade encontrada no enfrentamento à violência doméstica e familiar em contextos de violência urbana, a maioria das profissionais entrevistadas consegue identificar o fortalecimento das mulheres que frequentam com regularidade a instituição. Apenas três entrevistadas afirmam que os resultados são sutis e pouco expressivos. Uma nova forma de se colocar na relação com o companheiro aparece como um dos principais resultados observados. Também encontramos a separação como forma de superação da violência. As entrevistadas afirmam, além disso, que muitas mulheres voltaram a trabalhar e a estudar; passaram a conhecer seus direitos; têm sua autoestima aumentada:

Os resultados mais expressivos são tanto sutis (nova forma de se colocar frente ao companheiro), quanto mais concretos (começar a trabalhar, sair de casa, tomar decisões a respeito da própria vida). (T3)

¹⁴ «Desenrolar», na gíria da favela, diz respeito a uma forma de negociação entre diferentes agentes sociais, funciona como um mecanismo de fazer justiça. São negociações entre os moradores e os donos do tráfico para resolver conflitos e desentendimentos ou pedir algum favor (Santiago e Gonçalves 2013).

¹⁵ Vale ressaltar que, apesar de reconhecerem o «desenrolar» como umas das ferramentas utilizadas pelas mulheres no enfrentamento da violência neste território, as técnicas não a legitimam e não aconselham as mulheres a se valerem dela. Em geral, quando se deparam com esta possibilidade no discurso das usuárias do serviço, tentam mostrar que essa não é a melhor opção, mesmo que todas as outras também pareçam ineficazes.

Em um ano e meio no CRAM pude presenciar algumas mudanças nas falas das usuárias, mas são poucos os casos em que elas conseguem romper com a violência. Cada mulher é única e tem uma história de vida dentro de um contexto único, o qual deve ser considerado. Já atendi casos de mulheres que conseguiram romper com a situação de violência e se separaram, mas também temos casos de mulheres que continuam casadas e afirmam que hoje não sofrem mais violência. (T13)

Observamos, pela análise do material coletado, que o que marca a atuação profissional neste serviço é uma intervenção que contribui à autonomia e à emancipação femininas. O cuidado necessário e constante é que essa atuação não reforce e reafirme o lugar de vítima das mulheres que procuram o serviço, pois, na tentativa de auxiliá-las a superar a delicada condição em que se encontram, as profissionais poderiam aprisioná-las na condição de vítimas, incapazes de construir formas possíveis e particulares de enfrentamento.

3. Considerações finais

A solução do problema da(s) violência(s) pode ser tão complexa quanto a própria definição do conceito. Não há soluções rápidas e fáceis e sua simplificação pode provocar seu aumento. A pluralidade da violência exige que seu enfrentamento seja igualmente plural, considerando as particularidades de suas manifestações, suas diferentes dinâmicas, o contexto social, político, cultural e econômico em que ocorre.

Quando se trata do enfrentamento a violência doméstica e familiar que emerge em um contexto social onde outras formas de violência se apresentam, torna-se ainda mais delicado. Nesses territórios, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres se organizam segundo lógicas locais de efetividade mais imediata, ainda que eticamente questionável, diferente da oficial que dificilmente se aplica aos moradores de favelas.

Na Maré, como se viu, encontramos a forte presença do tráfico de drogas, que oferece estratégia também violenta: o «desenrolô». Nessas «áreas de risco», acessar respostas jurídicas e legais oficiais pode se converter em mais um problema para as mulheres, que nem sempre têm a seu alcance as respostas formais, visto que, essas áreas constituem territórios dificilmente adentrados pelos agentes da lei, sobretudo quando se trata de assegurar direitos das minorias.

Nas favelas, em que a violência estrutura e organiza as relações sociais, a vulnerabilidade das mulheres moradoras reside nas constantes violações de seus direitos, tanto por seus companheiros, como pelo Estado, ou pelos traficantes de drogas que dominam essas regiões. É fundamental que se reconheça que elas se encontram em uma situação particular de vulnerabilidade, produto de um conjunto de desigualdades associadas, e se não houver uma compreensão integral

do cenário em que se encontram não se chegará muito longe do ponto de vista da redução das violências e das desigualdades.

Para completar, vimos que o objetivo da mulher que sofre violência é o fim das agressões, sem que para isso seja necessário o fim da relação ou a imposição de sanção penal a seu companheiro. Há aí um descompasso entre os desejos da mulher e as estratégias criminais disponíveis, descompasso que ainda clama por um equacionamento: de um lado a criminalização e a punição do agressor, e do outro o desejo de que seu marido/companheiro/pai de seus filhos/amor de sua vida pare de agredi-la.

Nesse contexto, não é de se estranhar que o Centro de Referência surja como a melhor alternativa. O diferencial está no respeito, apoio e valorização que encontraram nesse serviço público, permitindo que se apropriem dele como uma extensão de suas casas. Dentro do leque de opções – legais e ilegais – que se encontram à disposição, o Centro é a que melhor atende a suas expectativas, principalmente por estar próximo a suas realidades e entender as dificuldades impostas pelo território.

Diante desse cenário, as profissionais que trabalham no Centro de Referência precisam criar formas alternativas, sugerindo a necessidade de instituir novos caminhos, capazes de atender à multiplicidade de demandas das mulheres em situação de violência, sem colocá-las em risco ainda maior e sem ratificar o acesso a medidas ilegais. É necessário respeitar suas escolhas, mas também construir conhecimentos compartilhados, através de rodas de conversa horizontais, cursos e oficinas de capacitação, sensibilização e formação, a fim de se perceber que outras formas de se relacionar existem e que uma vida livre de violência é possível através de uma construção coletiva.

A partir da análise aqui empreendida, destacamos, portanto, a importância da implementação de Centros de Referência para Mulheres também nas favelas, territórios marcados por outras formas de violência, a fim de que mulheres de diferentes classes sociais possam participar de espaços de sociabilidade que permitam a consolidação da cidadania feminina, incluindo estratégias de superação da violência doméstica e familiar, bem como metodologias para romper com a submissão e opressão androcêntricas, para o fortalecimento da autoestima e para a autonomia e independência financeira.

Aliado a isto, se faz necessário um amplo e efetivo investimento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência, por meio dos governos federais, estaduais e municipais, na formação de quadros técnicos multidisciplinares, permanentes e qualificados, capazes de oferecer um atendimento respeitoso e de qualidade à mulher. Esses serviços devem reconhecer a multiplicidade de mulheres e as muitas histórias que as constituem, oferecendo uma escuta qualificada e atenta, respeitando o tempo e as escolhas de cada uma. A intervenção emancipadora – que deve ser o horizonte dessas instituições – requer fugir do olhar vitimizante e investir nas estratégias locais.

Fortalecer, ampliar e qualificar a rede de serviços especializados já existente é mais um passo em direção ao fim da violência contra a mulher e um passo fora da lógica meramente punitivista. Seguindo essas diretrizes, acreditamos que as políticas públicas de enfrentamento à violência podem evitar a revitimização das mulheres, a violência institucional, a dependência da solução exclusivamente criminal, viabilizando vínculos de associação, de redes, de micropolíticas alternativas, enfim, de transformações coletivas e profundas.

Referências bibliográficas

- Adrião, Karla Galvão, e Marion Teodósio de Quadros. 2010. «Feminismo e Homens: Reflexões sobre Participação, Pesquisa e Militância». Seminário Internacional *Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 23-26 de agosto. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278106044_ARQUIVO_artigomarionekarlaFG9.pdf
- Alberdi, Inés. 2005. «Cómo reconocer y cómo erradicar la violencia contra las mujeres». In *Violencia: Tolerancia cero. Programa de prevención de la Obra Social «la Caixa»*, organizado por Inés Alberdi e Luis Rojas Marcos, 10-88. Barcelona: Fundación «la Caixa».
- Bruschini, Maria Cristina Aranha. 2007. «Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos». *Cadernos de Pesquisa*, 37 (132): 537-572. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>
- Crenshaw, Kimberle. 1993. «Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color». *Stanford Law Review* 43 (6): 1241-1299. DOI: <https://doi.org/10.2307/1229039>
- Gonzalez, Lelia. 2018. «Mulher Negra». In *Guerreiras de Natureza: Mulher negra, religiosidades e ambiente*, organizado por Elisa Larkin Nascimento. São Paulo: Selo Negro.
- hooks, bell. 2015. «Mulheres negras: moldando a teoria feminista». *Revista Brasileira de Ciência Política*, 16: 193-210. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. *XII Censo Demográfico*. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>
- Iñiguez, Lupicinio. 2003. *Análisis del discurso. Manual para las ciencias sociales*. Barcelona: Editorial UOC.
- Marques, Maria Celeste, e Cristiane Brandão Augusto. 2019. «Entre fuxicos e bailados: um olhar jurídico sobre políticas públicas de gênero, enfrentamento à violência e acesso à justiça a partir da residência multidisciplinar em atenção integral às mulheres na favela da Maré». In *Políticas públicas en defensa de la inclusión, la diversidad y el género*, coordenado por Raquel Guzmán Ordaz e María Concepción Gorjón Barranco, 790-804. Salamanca: Universidad de Salamanca. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=732231>
- Muniz, Jaqueline. 1996. «Os direitos dos outros e os outros direitos: um estudo sobre a negociação de conflitos nas DEAMs/RJ». In *Violência e Política no Rio de Janeiro*, organizado por Luiz Eduardo Soares, 125-164. Rio de Janeiro: Relume Dumaré/ISER.
- Nogueira, Conceição. 2012. «O gênero na Psicologia Social e as teorias feministas: dois caminhos entrecruzados». In *Gênero, Psicologia, História*, organizado por Francisco Teixeira Portugal e Ana Maria Jacó-Vilela, 43-68. Faperj/Nau.

- Pougy, Lilia Guimarães. 2012. «Referências teóricas necessárias à intervenção com mulheres que sofrem violência». *Revista da EMERJ*, 15(57) (Edição Especial): 155-172. Disponível em: http://www.emerj.rj.gov.br/revistaemerj_online/edicoes/revista57/revista57_155.pdf
- Reguant, Dolors. 2007. *Explicación abreviada del Patriarcado*. Disponível em <https://patagonialibertaria.files.wordpress.com/2014/12/sintesis-patriarcado-es.pdf>
- Santiago, Marisa Antunes, e Hebe Signorini Gonçalves. 2013. «Universalidade possível ou reducionismo excludente? Entre a Lei Maria da Penha e o Desenrolo». Seminário Internacional *Fazendo Gênero 10 – Desafios atuais do Feminismo*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 16-20 de setembro. Disponível em http://www.fg2013.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373237800_ARQUIVO_Universalidadepossiveloureduccionismoexcludente-SantiagoGoncalves,2013.pdf
- Saffioti, Heleieth I. B, e Suely Souza de Almeida. 1995. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Santiago, Marisa Antunes, Hebe Signorini Gonçalves, e Manuel Montalbán Peregrín. 2015. «Entre a Lei Maria da Penha e o desenrolo: alternativas possíveis». In *Psicologia, Tecnologia e Sociedade: controvérsias metodológicas e conceituais para uma análise das práticas de subjetivação*, organizado por Arthur Arruda Leal Ferreira *et al.*, 195-216. Rio de Janeiro: Nau.
- Silva, Eliana Souza. 2002. «Censo Maré 2000: uma experiência de coleta e geração de informações socioculturais e econômicas numa favela da cidade do Rio de Janeiro». *Trabalho e Sociedade*, 2 (3): 15-20.
- Soares, Bárbara Musumeci. 1999. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Varella, Drauzio, Ivaldo Bertazzo, e Paola Berenstein Jacques. 2002. *Maré, vida na favela*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Wacquant, Lôic. 2005. *Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan.

Marisa Antunes Santiago. Psicóloga; Mestre e Doutora em Investigación e Intervención Social y Comunitária pela Universidad de Málaga; Especialista em Políticas de Gênero e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Psicóloga no I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ).
Endereço eletrônico: marisinha.as@gmail.com

Hebe Signorini Gonçalves. Psicóloga; Mestre e Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); Professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Graduação e Pós-Graduação) (UFRJ).
Endereço eletrônico: hebe@globo.com

Cristiane Brandão Augusto. Pós-Doutora em Estudos de Gênero pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM); Doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC); Professora da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação do

Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/NEPP-DH/UFRJ).

Endereço eletrônico: pedipe@gmail.com

Artigo recebido a 12 de março e aceite para publicação em 21 de setembro de 2019.

Estudos e Ensaaios

NECROPOLÍTICA, POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSECCIONALES Y CIUDADANÍA TRANS*

Claudia Lazcano Vázquez* Maria Juracy Filgueiras Toneli**,
João Manuel de Oliveira***

Resumen

En el artículo se argumenta la necesidad de considerar la perspectiva interseccional en la formulación e implementación de las políticas sociales que, en Brasil, pretenden garantizar la ciudadanía a las personas trans*. Para ello, se analizan las crecientes cifras de asesinatos de personas trans* en el país, y la LGBTfobia estructural y negligencia del Estado para su enfrentamiento, a partir de los conceptos de necropolítica de Achille Mbembe y de necrobiopoder de Berenice Bento. Posteriormente, se recurre a la noción de *hyphenation* (unir con guión), como recurso teórico y metodológico para la articulación de saberes entre el campo de las políticas públicas y la interseccionalidad, estrategia que pretende generar espacios favorables para el ejercicio de la trans-ciudadanía.

Palabras claves: Necropolíticas, políticas públicas, interseccionalidad, trans-ciudadanía.

Resumo

Necropolítica, políticas públicas interseccionais e cidadania trans*

No artigo se argumenta a necessidade de considerar a perspectiva interseccional na formulação e implementação das políticas sociais que, no Brasil, buscam garantir a cidadania.

* Programa de Posgraduación Interdisciplinar en Ciencias Humanas (PPGICH), Centro de Filosofía y Ciencias Humanas (CFH), Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil.

Dirección postal: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Campus Universitário – Trindade, CEP 88.040-970 – Florianópolis, Santa Catarina – Brasil.

Correo electrónico: claudiapsicocuba@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6805-7984>

** Departamento de Psicología, Centro de Filosofía y Ciencias Humanas (CFH), Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil.

Dirección postal: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Campus Universitário – Trindade, CEP 88.040-970 – Florianópolis, Santa Catarina – Brasil.

Correo electrónico: juracy.toneli@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9311-5020>

*** Departamento de Psicología, Centro de Filosofía y Ciencias Humanas (CFH), Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil/Centro de Investigación e Intervención Social del ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa.

Dirección postal: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Campus Universitário – Trindade, CEP 88.040-970 – Florianópolis, Santa Catarina – Brasil.

Correo electrónico: joao.m.oliveira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2793-2946>

nia às pessoas trans*. Para isto, analisam-se as ascendentes cifras de assassinatos de pessoas trans* no país, e a LGBTfobia estrutural e a negligência do Estado para seu enfrentamento, a partir dos conceitos de necropolítica de Achille Mbembe e de necrobiopoder de Berenice Bento. Posteriormente, se recorre à noção de *hyphenation* (hifenização) como recurso teórico-metodológico para a articulação de saberes entre o campo das políticas públicas e a interseccionalidade, estratégia que visa gerar espaços favoráveis para a trans-cidadania.

Palavras-chave: Necropolíticas, políticas públicas, interseccionalidade, trans-cidadania.

Abstract

Necropolitics, intersectional public policies and trans* citizenship

The article argues the need to consider the intersectional perspective in the formulation and implementation of social policies that, in Brazil, seek to guarantee citizenship to trans* people. For this, the ascending figures of assassinations of trans* people in the country and the structural LGBTphobia and negligence of the state for their confrontation are analyzed, based on the necropolitic concepts of Achille Mbembe and the necrobiopower of Berenice Bento. Subsequently, the notion of hyphenation is used, as a theoretical and methodological resource for the articulation of knowledge between the field of public policies and intersectionality, a strategy that seeks to generate spaces favorable to trans-citizenship.

Keywords: Necropolitic, public policies, intersectionality, trans-citizenship.

Introducción

Organizaciones sociales en defensa de los derechos LGBT, como la Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) y la organización no gubernamental europea Transgender Europe (TGEU 2017), revelan que Brasil es el país líder en el ranking mundial de asesinatos de personas trans*, reportándose en su territorio el 41% de estos hechos a nivel internacional (Benevides y Nogueira 2019).

De acuerdo con las informaciones recopiladas por estas y otras organizaciones, en la última década, el año 2017 fue registrado como el de mayor cantidad de asesinatos, registrándose un total de 179 casos. De acuerdo con esa cifra, en ese año en Brasil, fue asesinada una persona trans* cada 48 horas, siendo el 94% de los casos de mujeres trans y travestis (Benevides y Nogueira 2019).

Entre las problematizaciones más frecuentes que esos datos suscitan, la ANTRA resalta no sólo las relativas al grado de violencia a que están expuestas las personas trans*, sino el tratamiento discriminatorio que reciben inclusive después de muertas. En ese sentido, Benevides y Nogueira (2019) analizan, por ejemplo, que, aunque los registros del año 2018 parezcan mostrar una disminución de los asesinatos en Brasil, siendo reportadas un total de 163 muertes (158 mujeres trans y travestis, 4 hombres trans y 1 persona no binaria). En ese mismo año se constató también el aumento de la invisibilidad de sus muertes, reportándose un aumento del 30% en la subnotificación de los casos a través de los medios de comunicación.

Esta situación es denunciada por las autoras como un ocultamiento/invisibilidad de la muerte trans*, que además compromete el seguimiento y registro de esas muertes, ya que organizaciones como la ANTRA y la TGEU utilizan dichos reportes como su fuente principal. El propio interés de estas organizaciones por contabilizar, producir y divulgar información sobre la muerte de las personas trans* responde a la ausencia de estimativas oficiales y los mecanismos de invisibilización e transfóbicos que caracterizan su registro por esta vía, pues por regla general las víctimas son registradas con su nombre civil y el sexo de nacimiento.

De acuerdo con el perfil de las víctimas realizado por la ANTRA (Benevides 2018; Benevides y Nogueira 2019) y el Núcleo de Derechos Humanos y Ciudadanía LGBT (Souza 2015) sobre las personas trans* asesinadas, es posible constatar información relevante sobre ellas como sujetos interseccionales. Estos estudios, además de ilustrar la prevalencia de los asesinatos en travestis y mujeres trans, muestran que, de las muertes registradas en 2018, el 82% fue de personas negras y mestizas (pardas, según la clasificación de la ANTRA), con un aumento del 54% de los homicidios de mujeres negras frente a un decrecimiento de un 9,8% en las blancas. Dichos informes evidencian que el 60,5% de las víctimas tenía entre 17 y 29 años, con una edad promedio de muerte de 26,4 años; lo que refleja una caída de 1,3 años con relación al 2017 y revela que mientras más jóvenes, más susceptibles a la violencia y la muerte.

Los reportes revelan también que el 65% de las personas asesinadas eran trabajadoras sexuales y el 60% de los hechos ocurrió en las calles, seguido de un 7% en moteles y otro 7% en la residencia de las víctimas; aumentando la violencia durante el período nocturno y la madrugada. En el 83% de las muertes se tuvo reportes de crueldad, tortura y «espectacularización» del suplicio de las víctimas, indicando el ritual social de «castigo» que acompaña esos asesinatos. Ya con relación a las tentativas de homicidios registradas, se estima que el 45% de las ocurridas en el 2018 fueron motivadas por la transfobia, seguido de un 24% por un desacuerdo comercial, y un 10% por motivos políticos – registro inédito recopilado en ese año, vinculado al período electoral (Benevides 2018; Benevides y Nogueira 2019).

Los registros muestran igualmente que cerca del 72% de las personas trans* no concluyó la enseñanza media y el 56% no terminó la enseñanza fundamental, mientras que apenas un 0,02% está en la universidad. También permiten constatar que son las travestis y transexuales negras y mestizas las que poseen menor escolaridad, menor acceso al mercado formal de trabajo y a las políticas públicas. También muestran que la edad promedio en que son expulsadas de sus casas es de 13 años, que el 90% de las mujeres trans* utiliza la prostitución como fuente de empleo, y que el 85,7% de los hombres trans* ha pensado en el suicidio, o intentó cometerlo (Souza 2015; Benevides y Nogueira 2019).

Aun en medio de la situación descrita, los asesinatos de personas trans* son admitidos apenas como homicidios, y en pocas ocasiones como crímenes de odio

o feminicidios. De acuerdo con la Ley 13.104 de 2015 – que alteró el código penal criminalizando el Femicidio en Brasil –, tal tipificación se aplica sólo cuando la víctima es portadora de un registro oficial donde consta que es del «sexo femenino». La noción de mujer con que la política opera, asentada en criterios cisnormativos (Vergueiro 2015), acaba desplazando la muerte de las mujeres trans y las travestis del lugar de asesinatos por cuestiones de género, aun cuando implican tramas y acciones sistemáticas e intencionales dirigidas a la eliminación de las personas trans*, basado en cuyos argumentos, Bento (2017) los cataloga como trans-femicidios.

Ya en el caso de la Ley Maria da Penha,¹ Benevides y Nogueira (2019) problematizan el hecho de que, hasta la actualidad, apenas seis estados brasileños la apliquen acogiendo también las travestis y transexuales (Acre, Pará, Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro y São Paulo), y lo hagan aún de forma incipiente dada la falta de preparación de las instancias especializadas de atendimento a la mujer para asumir y procesar los casos de violencia contra personas trans*. Las autoras consideran que la imposibilidad de encuadrar la transfobia como motivo presunto en los Registros del delito, así como la ausencia de datos oficiales sobre los asesinatos, constituye una negligencia del Estado y confirma la transfobia institucional y la falta de reconocimiento trans-ciudadano. Lo que es reforzado por otras informaciones, como la que en apenas el 9% de los casos se apresaron a los sospechosos.

Los datos presentados, además de ilustrar la diversidad de situaciones que aumentan el riesgo de asesinato de las personas trans*, muestran un contexto social y político de inoperancia, caracterizado por la emergencia de formas de gobernabilidad que emplean mecanismos dirigidos al cuidado de la vida, donde solo algunas de estas vidas, «dignas de luto», poseen valor y merecen protección, mientras que otras conforman apenas el espacio de los seres abyectos, de «aquellos que no son «sujetos» pero que forman el exterior constitutivo del campo de los sujetos» (Butler 2002, 19). Se trata de espacios de abyección que, según analiza la autora, designan zonas inhabitables de la vida social que sin embargo están densamente pobladas. Frente a la necesidad de su problematización, de los rituales y mecanismos empleados para la «eliminación» de esas poblaciones cuyas vidas no son preservadas por el Estado de derecho, dialogamos con la noción de necropolítica de Achille Mbembe (2011) y de necrobiopoder de Berenice Bento (2018), inten-

1 La Ley n.º 11.340/2006, conocida como Ley Maria da Penha, entró en vigor en 2006. Esta ley procura combatir todas las formas de violencia doméstica contra la mujer (por razones de género). La normativa garantiza, además, la protección de las víctimas (y sus dependientes) a través de medidas protectoras. Todos los crímenes que se encuadren dentro de esta ley son procesados por los Juzgados Especializados de Violencia Doméstica contra la Mujer, creados a partir de dicha legislación.

tando generar campos de visibilidad en torno a las fuerzas que pautan esas «zonas de inhabitabilidad» e «ininteligibilidad» (Butler 2002).

Entender determinadas formas de conducir las políticas de Estado en Brasil como formas del necrobiopoder nos permite, además de problematizar la relación Estado-Ciudadanía, realizar un análisis orientado a la emergencia de nuevas formas de sumisión y de dominación, a la cual son expuestas las personas trans* dentro del *locus* postcolonial. Este concepto es definido por Elisabeth Falomir (2011, 13) en la introducción al texto de Mbembe, como «un lugar en el que un poder difuso y no siempre exclusivamente estatal, inserta la "economía de la muerte" en sus relaciones de producción y poder».

Al operar con las nociones de necropolítica y necrobiopoder, resulta posible tensionar las estrategias de legitimación de la muerte trans*, visibilizando cómo en el contexto brasileño ocurre a través de su deslegitimación. En este sentido, deslegitimar esas muertes traduce algo más que «dejar de lado» o «no dar importancia». Entendemos que «no hacer nada» es una forma de hacer, y que «deslegitimar» implica una forma de desresponsabilización del Estado ante la preservación de ciertas vidas, lo que lo coloca como co-responsable de esas muertes.

Tomando como punto de partida estos presupuestos, dialogamos posteriormente con propuestas alternativas en el campo de las políticas públicas a partir de la incorporación de la perspectiva interseccional. La propuesta busca afianzar los mecanismos de los Estados nación para garantizar derechos ciudadanos, y crear un marco de reconocimiento de las disidencias sexuales y de género. Consideramos la lógica analítica emprendida como una estrategia política y de problematización teórico-metodológica que lleva a pensar las políticas públicas interseccionales como forma de enfrentamiento y resistencia a las necropolíticas. Es una alternativa que consideramos pertinente – si bien no es la única – para garantizar el derecho a la vida y ejercicio ciudadano de las personas trans*.

Necropolítica, necrobiopolítica y trans* existencias en Brasil

De acuerdo con Mbembe (2011, 20), «la soberanía consiste en ejercer un control sobre la mortalidad y definir la vida como el despliegue y la manifestación del poder», de modo que su expresión última «reside ampliamente en el poder y la capacidad de decidir quién puede vivir y quién debe morir» (2011, 19). En ese escenario, el autor, a través del concepto de necropolítica, realiza una relectura de la noción de biopoder de Foucault en el contexto postcolonial, y delimita el tipo de política que hace «el trabajo de la muerte en la producción de un mundo en que se acaba con el límite de la muerte» (Mbembe 2012, 136). El concepto resulta así una herramienta valiosa para explicar los regímenes de distribución desigual de la muerte a que están sometidas las personas trans*.

Para su argumentación, Mbembe dialoga con los conceptos de estado de excepción y estado de sitio,² afirmando que, en ciertas situaciones, «el poder (que no es necesariamente un poder estatal) hace referencia continua e invoca la excepción, la urgencia y una noción «ficticia» del enemigo» (Mbembe 2011, 21), además de trabajar para producir esas mismas condiciones. La necropolítica va a describir así tres dimensiones en estrecha relación. La primera, aquellos contextos en los cuales lo que pudiera entenderse como estado de excepción se vuelve normal o, por lo menos, deja de ser excepción. La segunda, aquellas figuras de la soberanía cuyo proyecto principal gira en torno a la instrumentalización de la existencia humana y de la destrucción material de los cuerpos y poblaciones juzgadas como desechables. En tercer lugar, aquellas figuras de la soberanía, en las que el poder o el gobierno apelan constantemente a la emergencia y a una noción ficticia o fantasmática del enemigo (Mbembe 2011, 2012).

Como parte de las necropolíticas, se accionan tecnologías y rituales de eliminación del otro «abyecto» que van cambiando a lo largo de la historia, y poseen un importante recorte de clase, género, raza, entre otros. Las tecnologías que se ponen en acción y los mecanismos empleados en la actualidad – aun con puntos en común – también son dependientes de la «categoría de personas» de que se trate (indígenas, negros, pobres, trans*); así como de los espacios sociales en que la muerte se gestiona (aldeas, cárceles, favelas, calles, espacios de prostitución); y inclusive del contexto particular y geopolítico del que se trate.

Si bien en algunos países la homosexualidad, la transexualidad o cualquier otra forma de disidencia sexual y de género es aún criminalizadas, en otros, como Brasil, no serlo no impide que aparezcan mecanismos que legitimen la eliminación física de estas personas, a través de la deslegitimación del valor de sus vidas. Al respecto de lo cual Butler (2015) ayuda a pensar cuando alerta sobre la paradoja de la protección ciudadana en los Estados nación y afirma la imposibilidad de presumir de la universalidad del valor de la vida. De modo que, aun cuando reconocer la precariedad constitutiva de la vida – dada por la dependencia de las redes y condiciones sociales – constituya la justificativa para ofrecer protección y cuidado, su reconocimiento, y con él la percepción de la fragilidad de la vida humana, es un privilegio exclusivo de aquellas poblaciones consideradas dignas del luto. Así, para que una vida sea considerada digna de cuidado y de protección, debe primero ser encuadrada como tal, adquiriendo, posteriormente, el estatus de vida vivible (Butler 2015).

Relativo a esa idea de protección ciudadana, se identifica aún otra paradoja, que cuestiona la posibilidad de designar el Estado nación como lugar de protección. Dependiendo del Estado nación para la protección contra la violencia significa cambiar una violencia potencial por otra, ya que, a través de herramientas

² Al referir estos términos, el autor cita a Carl Schmitt en «La dictadura», Alianza Editorial, 1995, y «El concepto de lo político», Alianza Editorial, 2009.

de acción y control como las políticas públicas, se legitima también la desigual distribución del luto (Butler 2015). Las políticas sociales emergen así como un importante campo de lucha. Su desmantelamiento, así como la precarización de su funcionamiento, contribuye negativamente a los fines de la promoción de la trans-ciudadanía. Al mismo tiempo, todo ello instituye el campo de las políticas públicas como un espacio de disputa por la inteligibilidad social y contra las condiciones de precariedad políticamente inducidas.

La trans-ciudadanía, dependiente de ese ámbito de disputa de derechos, es un término que proviene de las teorizaciones sobre ciudadanía sexual, traduciendo las posibilidades y obstáculos que tienen las personas trans* de habitar la esfera pública – tradicionalmente cisnormativa y heterosexualizada –, además de favorecer la reflexión crítica sobre los efectos de determinadas legislaciones sobre las personas trans* (Jesús 2014; Bento 2014; Vergueiro 2015). Desde esta perspectiva, trans-ciudadanía implica formas de participación contrahegemónicas y derecho a decidir sobre sí. Esas formas de participación deben, simultáneamente, reconocer la dependencia de las personas trans* de los vínculos sociales (como todos los seres humanos y en su especificidad); al tiempo que deben descorrerlas de la posición de objeto de los intereses y decisiones de los «otros» (personas, disciplinas). En ese sentido, resulta importante reflexionar sobre las restricciones conceptuales y políticas de algunos de los instrumentos de garantía de derechos, como las políticas públicas, que, al promover formas de participación limitadas, preestablecidas y jerarquizadas, acaban instaurando (o reforzando) una matriz de privilegios en vez de combatirla.

A través de estas problematizaciones, aflora igualmente la necesidad de pensar una noción de población no homogénea, pues mientras algunas vidas son preservadas, otras son sometidas a lógicas de «extinción» y no de cuidado. Lo cual ofrece pistas para pensar en la interseccionalidad como una perspectiva necesaria para la comprensión y enfrentamiento a las necropolíticas. Operar analíticamente con la ella permite explicar las formas en que la violencia puede ser ejercida en la época neoliberal, contexto en el cual, con frecuencia, son desmanteladas las políticas de promoción-protección de ciertas vidas que aun estando dentro de las llamadas «sociedades del bienestar», ocupan apenas sus márgenes. Esta situación lleva a Falomir (2011, 15) a pensar la necropolítica «como una suerte de contrabiopoder, ligado al concepto de necrocapitalismo» 2011, 15).

No obstante, Berenice Bento (2018), al observar la expresión simultánea y concomitante de las estrategias de distribución de la vida y la muerte en contextos como Brasil, apela al uso del término necrobiopoder para interpretar un conjunto de técnicas de gobernabilidad caracterizadas por el uso simultáneo de recursos de promoción de la vida y de la muerte. Dichas técnicas se asocian al uso de atributos que: (1) califican y (2) distribuyen los cuerpos en jerarquías, de acuerdo con la posibilidad o no de su reconocimiento como humanos. De esa forma, la autora denuncia la unificación de las políticas de cuidado de la vida y los actos continuos

del Estado contra las poblaciones que deben desaparecer; favoreciendo la problematización de los modos en que se entrelazan nociones como violencia y derechos.

A partir de lo expuesto, las trans-necropolíticas en el contexto brasileño pueden ser pensadas como formas del necrobiopoder, al tratarse de un Estado nación donde, aun cuando existen políticas públicas que pretenden garantizar derechos y accesos «universales» a sus ciudadanos/as, bajo ciertas condiciones de formulación, implementación y/o conceptuales, se convierten en precursoras de condiciones precarias. Las cuales hacen referencia, de acuerdo con Butler (2015), al conjunto de condiciones que se distinguen por ser políticamente inducidas, y refuerzan la vulnerabilidad de las personas trans* al reproducir un «estado de derechos» selectivo, demarcado por encuadramientos normativos que, como parte de un mismo proceso, delimitan vidas vivibles y desechables.

La noción de necrobiopolítica configura así un espacio para entender la biopolítica y la necropolítica como operaciones concomitantes, que apuntan a los efectos de la ley sobre determinados sujetos y grupos. Como parte de ese marco interpretativo, un análisis propositivo y minucioso de algunas de las políticas públicas dirigidas a la garantía de los derechos de las personas trans* permite visualizar su constitución como mecanismos tropológicos (Butler 2001).

Un ejemplo de lo anterior en el campo de la salud puede ser la política que norma el Proceso Transexualizador en el Sistema Único de Salud (SUS/Brasil), aunque no es el único posible. Las condiciones precarias de su instauración y funcionamiento, las concepciones en que se fundamenta (de sujeto, de derechos, de cuidado, de asistencia específica trans* en salud y otros), junto a los (c)istemas³ médicos en que se basa, acaban reproduciendo la vulnerabilidad por medio de los mismos mecanismos a través de los que busca mitigar sus efectos (Arán, Murta y Lionço 2009; Teixeira 2017; Deotti 2018; Lazcano 2019). Dichas condiciones contribuyen a reforzar las situaciones de vulnerabilidad y desprotección a través de la propia política, y en espacios institucionales como hospitales y ambulatorios, impidiendo el amplio acceso de las personas trans* a una asistencia que responda a sus demandas (más amplias que el motivo concreto de la una consulta). Finalmente, la falta de asistencia médica adecuada en la práctica de procedimientos de modificación corporal, de conjunto con las complicaciones derivadas del VIH y la exposición a la violencia letal, emergen como ejes determinantes de la expectativa de vida de las personas trans*, que ronda los 30-35 años (Antunes 2010).

Dicho análisis permite visualizar la manera en que la negligencia estructural emerge como una forma de gestión de la muerte social, que precede e induce a la

³ Utilizamos esa grafía, como lo hace Vergueiro (2015), como un recurso del lenguaje escrito para visibilizar y confrontar los sistemas binarios que reproducen la cisgeneridad como normatividad. De esta forma, se constituyen como (c)istemas, aquellos sistemas cis-centrados, por medio de los cuales el género no es pensado también como transgénero, contribuyendo para su patologización y/o criminalización (Oliveira 2018).

física. En ese contexto analítico, es cuestionable el carácter de «fachada» (Bento 2017) de ciertas políticas públicas, una de las estrategias de que se vale el necrobiopoder para operar en el campo trans*.

Al respecto, Bento (2017) analiza los complejos vínculos históricos entre políticas públicas, Estado y derechos sexuales en Brasil, caracterizados por un deficiente vínculo-compromiso de los aparatos estatales con los movimientos LGBT, y por la existencia de un aparato normativo de efectos simbólicos, cuyas leyes no alteran sustancialmente el orden discriminatorio. Esta situación lleva a la autora a considerar que el *pinkwashing*⁴ brasileño «es hecho con las letras de la ley» (Bento 2017, 53), y fundamenta por qué el proceso de precarización de las existencias trans* se mantiene prácticamente invariable antes y después de la creación de políticas públicas.

En ese proceso de legitimación de la muerte trans* a través de su deslegitimación, emerge la invisibilización de la muerte de las personas trans* como otra de las estrategias del necrobiopoder. Ella se verifica en el hecho de que sean ignorados reiteradamente los resultados de investigaciones, las denuncias realizadas por instituciones en defensa de los derechos LGBT y sus propuestas para un tratamiento prioritario. Por el contrario, se prohíbe la discusión de género y sexualidad a través de los currículos escolares, y no se promueven las campañas de educación y prevención contra la violencia. En el caso de las Comisarías de la Mujer, no se estandariza la atención ni se tipifican como feminicidios las muertes de las travestis y mujeres trans, tampoco se garantiza en el registro de las ocurrencias el uso del nombre social, la demarcación de la identidad de género de las víctimas, ni la motivación para esos crímenes, de manera que el ocultamiento de las trans* existencias persiste incluso después de sus muertes. Como consecuencia, se refuerza la dificultad para ofrecer datos que reflejen la proporción que representan esas muertes del total de la población trans*, en vista de que no existe información al respecto en el país, más allá de los estimados realizados por organizaciones como la ANTRA y el Observatorio de la Violencia del Instituto Brasileiro Trans de Educación (Benevides y Nogueira 2019).

Entender la situación descrita como un mecanismo necropolítico permite reflexionar sobre la «aparente» contradicción que emerge de la inoperancia del Estado ante el enfrentamiento a esa situación. En el sentido descrito, la contra-

⁴ Del inglés *pink* (rosado) y *washing* (lavado), puede ser leído como lavado rosa o pintar de rosa. El término ha sido acuñado para establecer críticas a la política israelita que pretende publicitarse como símbolo de modernidad y democracia, un país comprometido con los ideales de libertad para todos, incluidas personas gay y lesbianas. No obstante, como ha sido denunciado por los círculos activistas LGBT, el *pinkwashing* israelí resulta un método que reitera los términos de la ocupación israelita a Palestina y tiene diversos efectos: niega la opresión homofóbica a los LGBT israelitas, recluta personas LGBT de otros países creando un estado de opinión favorable que funciona como excusa para su política agresiva «con fines civilizatorios» contra Palestina, y diluye la solidaridad con esta causa.

dicción es apenas aparente, pues se trata justamente del efecto de las lógicas necropolíticas.

Como parte de los mecanismos empleados, se recurre también a la culpabilización del propio sujeto trans*, cuando se les responsabiliza – y revictimiza – por su muerte, alegándose estar asociadas a lo que consideran sus (malas) decisiones en la vida. Ese argumento se usa con frecuencia por parte de los órganos estatales, como «justificación» de las muertes y de la violencia ejercida sobre esos cuerpos en medio de un proceso simultáneo de desresponsabilización del Estado. Los medios de comunicación refuerzan este efecto al hacer «asociaciones incoherentes y ficticias con el uso de drogas u otras actividades ilegales, en escritos llenos de prejuicios e ignorancia, que refuerzan y perpetúan los estigmas contra las personas trans» (Benevides y Nogueira 2019, 12), contribuyendo además a su cosificación.

Como parte de las trans-necropolíticas, es posible constatar aún la existencia del mecanismo descrito por Mbembe como «dinámica de la fragmentación territorial» (2011, 47), que se concreta en una estrategia de segregación. Las informaciones sistematizadas por la ANTRA muestran cómo la violencia (estructural, psicológica, física) y la LGBTfobia institucional a que son expuestas las personas trans* en instituciones de salud, educación y otras se revierten en una imposibilidad de circulación/movilidad espacial, de apropiación de la ciudad y sus instalaciones/instituciones. La estrategia de segregación descrita, al tiempo que afirma la prostitución, la calle (aquella donde la prostitución es «permitida») y la noche como «sus espacios», las instituye simultáneamente como ámbitos para la subsistencia, lugar de trabajo, y de muerte. Una vez más, los significantes «vida» y «muerte» se entrelazan como si una no existiera sin la otra.

De esta forma, la «muerte trans*» es raramente un hecho natural, ella emerge como una situación social y una entidad particular, un significante que alcanza los cuerpos trans* y les revictimiza, generando un temor que atraviesa sus existencias y está presente cotidianamente en sus vidas. Una entidad que cobra vida propia y aflora en sus relatos de vida bajo la racionalidad que estipula que, para ellas: «no hay vida sin peligro de muerte». La muerte trans* se presenta así como una resultante de las prácticas de violencia material y simbólica que atraviesan las estructuras socioculturales y económicas, alcanzando los cuerpos que encarnan la transgresión.

En ese contexto, la femineidad del cuerpo con pene, la masculinidad del cuerpo con vagina, o la «ambigüedad» en cualquiera de sus formas, es leída como «aberración», recurriendo a un proceso de producción de sentidos que atribuye las personas trans* el significado de «enemigo» de la moral, de las «buenas costumbres», del «ciudadano/a de bien» y de la familia tradicional como institución; lo que legitima su exterminio como una forma de higienización social marcada por la cisnormatividad, que ratifica la ininteligibilidad de esos cuerpos abyectos. No obstante, esa forma de higienización social asociada a las trans-necropolíticas, como afirman las informaciones sistematizadas sobre las personas trans* asesinadas, se

fundamenta en argumentos discriminatorios diversos, mostrando que son las particulares intersecciones entre pobreza, género, edad, ocupación, lugares de movilidad, e inclusive filiación política, las que generan los mayores niveles de vulnerabilidad y se transforman en condiciones de existencia potencialmente letales.

Este análisis, además de problematizar las estrategias necrobiopolíticas en el contexto brasileño, refleja las particularidades de la relación entre Estado y trans-ciudadanía, y muestra la condición de vulnerabilidad políticamente inducida a que son sometidas las personas trans*. Una vulnerabilidad que se articula a diversas situaciones de exclusión social, relacionadas a la LGBTfobia que permea las estructuras y mecanismos de gobernabilidad, de denuncia y enfrentamiento a la discriminación, así como a las insuficiencias de las políticas públicas o su ausencia.

Surge, en este sentido, la necesidad de situar en diálogo el campo de las políticas públicas y la perspectiva interseccional como recurso para pensar sobre los sujetos excluidos y las condiciones que refuerzan su vulnerabilización. Una demanda que emerge también de los escasos lazos construidos entre ambos campos, pues como afirman Platero (2012a, 2012b) y Bustelo (2009), la tendencia ha sido a crear políticas públicas «monofocales» al aislar los organizadores sociales (Platero 2012a). Con lo cual denuncian cómo las fuentes constitutivas de la desigualdad que se relacionan no sólo al género, las clases sociales, razas/etnias, nacionalidades, orientaciones sexuales, sino también al propio Estado y los contextos neoliberales han sido desconsideradas en sus interconexiones.

Políticas públicas y Perspectiva Interseccional en diálogo

El encuentro de saberes entre políticas públicas e interseccionalidad aflora así como una demanda teórico-metodológica y ética, frente a la cual recurrimos a la *hyphenation* (Oliveira 2014a) como recurso para su articulación. El término deriva de la palabra inglesa *hyphen* (guion) y sugiere la posibilidad de «unir con guión», o sea, producir formas híbridas de conocimiento a través de un modo de pensamiento en coalición que atienda a la complejidad de las cuestiones traídas al diálogo (Oliveira 2014a). Al proponer una relación de *hyphenation* entre el campo de las políticas públicas y la perspectiva interseccional, intentamos reformular las bases para el abordaje del enmarañado de formas de opresión que enfrentan las personas trans*, y confrontar las insuficiencias de las políticas sociales para promover su ejercicio ciudadano. Vale la pena destacar que, mientras la interseccionalidad se relaciona más con identificaciones y posiciones sociales que se articulan para producir sistemas particulares de opresión y privilegio, la *hyphenation* implica articulaciones al nivel de las teorías o cuerpos de conocimiento (Oliveira 2014a).

Entendemos la interseccionalidad como un enmarañado de formas de opresión que, además de contribuir a desestabilizar la «apariencia monolítica» de las

identidades trans* en el contexto de las propias políticas, permite entender la forma en que se cargan y movilizan los ejes de diferenciación y las relaciones de poder, y en que se delimitan las posiciones de privilegio y subordinación. Esta perspectiva supone una forma de resistencia a la anatomía del detalle, y a las estrategias que insisten apenas en «sumar» las formas de discriminación que enfrenta una persona (Platero 2012a).

La perspectiva interseccional se instituye, así, como una herramienta —teórica y metodológica— que ayuda a interrogar la política pública y visibilizar las racionalidades que sostienen su formulación e implementación. Este ejercicio reflexivo-crítico supone que se cuestione por qué determinadas políticas no han traído los cambios esperados y convoca al análisis no sólo de las políticas, sino también de los contextos en que se crean y aplican, problematizando otras instancias y relaciones en que la discriminación se produce y reproduce. Supone la elucidación de cuáles son las poblaciones que dichas políticas pretenden acoger, cuáles los derechos que les garantizan y cómo lo hacen. Implica atender al mismo tiempo quiénes son los sujetos que acaban corporificando esos derechos, quiénes los que administran e implementan las políticas, y cómo lo hacen, focalizando los efectos (individuales y sociales) que induce en las personas a las que va dirigida. Supone así desentrañar las matrices de opresión-privilegio que sustentan las propias políticas, desafiando las ideas hegemónicas y universalizantes de género, raza, clase, así como de sujeto trans* u otras. Además de reivindicar lo plural, esos saberes híbridos favorecen la problematización del ámbito de la administración de la ley (su aplicación y gestión), como un lugar de reproducción del sexismo, el racismo, la transfobia; y como *locus* de las estrategias neoliberales de gobierno que llevan a la (des)implementación de las políticas públicas, a través de mecanismos económicos, políticos y sociales.

Retornando el ejemplo de la política que establece el Proceso Transexualizador en el SUS, puede apreciarse cómo, en ausencia del diálogo con la perspectiva interseccional, la política contribuye a homogeneizar y obstruir los accesos. El proceso de homogenización induce a la simplificación (1) de las trans* existencias, a partir de la (re)producción de una «verdad», vía diagnóstico, construida por los saberes-poderes disciplinares biomédicos; (2) de las formas de asistencia pautadas, al desconsiderar que no todas estas personas se interesan por los mismos procedimientos de transformación corporal, ni colocan la meta en la cirugía de transgenitalización; y (3) de la multiplicidad de demandas que las personas usuarias llevan al encuentro con esos servicios.

Flavia Texeira (2017), al analizar minuciosamente la normativa, muestra que al universalizarse la idea de «corrección de la ambigüedad», los procedimientos autorizados funcionan obstruyendo el acceso para algunas personas, e impidiendo que otros procedimientos y cuerpos sean autorizados y acogidos por la política. Como consecuencia, para las personas no binarias, la política no ofrece cobertura de asistencia, al invisibilizarlas en el contexto de los protocolos autorizados, los

mecanismos de acceso establecidos, y a partir de las lógicas de cuidado emprendidas (Lazcano 2019).

De esta forma, la incapacidad para pensar las transexualidades como un espacio identitario y político habitado por una inmensa diversidad de personas (racializadas, empobrecidas, vulnerabilizadas por diversas situaciones y con demandas múltiples) convierte la política en un espacio prescriptivo, de normalización y no de reconocimiento de la diferencia como una forma de garantía de la trans-ciudadanía. La relación de *hyphenation* permite entender (y resignificar) también que un vínculo que emerge en complicidad con varias formas de opresión otorga privilegios y no derechos.

En ese contexto, las políticas públicas interseccionales, además de constituirse como una propuesta de «campo de fuga» (Oliveira 2014b, 74) de la representación hegemónica del «sujeto de las márgenes» que las políticas públicas por la igualdad tradicionalmente representan, actúan a favor de un enfoque centrado políticamente en revertir la inoperancia estructural y gubernamental a través de acciones enfocadas en el enfrentamiento de las fuentes de la desigualdad. La relación de *hyphenation* entre políticas públicas y perspectiva interseccional resulta, de este modo, en una alianza política que, además de contribuir a la generación de espacios alternativos de representación fuera de los flujos hegemónicos, permite problematizar el campo de los Derechos y su relación con el Estado.

Consideraciones finales

La reflexión realizada muestra cómo las lógicas políticas, sociales y económicas a través de la que se opera la gestión de la vida y la muerte se articulan frecuentemente y actúan de manera simultánea. En ese sentido, los conceptos de necropolítica y necrobiopoder, de Achille Mbembe y Berenice Bento, respectivamente, permiten identificar los efectos desiguales y discriminatorios de la ley, fundamentalmente cuando desconsideran las particulares formas de opresión y/o privilegios que cargan los cuerpos trans*.

Es de esta forma que, en el caso de Brasil, las trans-necrobiopolíticas se distinguen por operar a través de un conjunto de estrategias caracterizadas por un proceso de transfobia institucional y de indiferencia gubernamental frente a la muerte de las personas trans* que actúa afirmando, justamente, su legitimación por parte del Estado. Frente a esa realidad, apostamos por una repolitización de las políticas trans* y recurrimos a la *hyphenation*, como un modo de pensamiento en coalición, que coloca en diálogo la perspectiva interseccional con el ámbito de las políticas públicas para repensar la relación entre Estado, Derechos y Trans-Ciudadanía.

Centramos en un campo de discusión que visibiliza cómo actúan el poder y los sistemas de significación y control (transfóbicos, racistas, homofóbicos, coloniales) a través de las propias políticas creadas para proteger las personas trans*

de sus efectos resulta favorable a los fines de problematizar las diversas intersecciones constitutivas del proceso de precarización de las trans* existencias. Dicha discusión potencializa el enfrentamiento de la condición precaria que se traduce en violencia letal contra las personas trans* e induce al cuestionamiento de los complejos contextos actuales de desigual distribución de bienes, servicios, posibilidades de acceso y participación, donde la democracia resulta cada vez más abstracta y impalpable.

Referencias bibliográficas

- Antunes, Pedro. 2010. *Travestis Envelhecem?* Disertación de Maestría, Pontificia Universidade Católica, São Paulo.
- Arán, Marcia, Daniela Murta y Tatiana Lionço. 2009. «Transexualidade e saúde pública no Brasil». *Ciencia & Saúde Coletiva* 14 (4): 1141-1149. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>
- Benevides, Bruna. 2018. *Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017*. Brasília: ANTRA. Disponible en: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf> [Consultado en 15 de marzo de 2018].
- Benevides, Bruna y Sayonara Nogueira. 2019. *Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Brasil: ANTRA-IBTE. Disponible en: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf> [Consultado en 5 de marzo de 2019].
- Bento, Berenice. 2014. «Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal». *Contemporânea* 4 (1): 165-182. Disponible en: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/197/101> [Consultado en 18 de mayo de 2018].
- Bento, Berenice. 2017. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: Editora da UFBA, 2017.
- Bento, Berenice. 2018. «Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?». *Cadernos Pagu* 53, e185305. Epub June 11. DOI: <http://doi.org/10.1590/18094449201800530005>
- Bustelo, Maria. 2009. «Spain: Intersectionality faces the strong gender norm». *International Feminist Journal of Politics* 11 (4): 530-546. DOI: <https://doi.org/10.1080/14616740903237491>
- Butler, Judith. 2001. *Mecanismos psíquicos del poder. Teorías sobre la sujeción*. Valencia: Cátedra Universitat de València.
- Butler, Judith. 2002. *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del «sexo»*. Buenos Aires: Paidós.
- Butler, Judith. 2015. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Deotti, Fernanda. 2018. *(Des)caminhos em busca de cuidado: uma análise da rede de assistência à saúde para pessoas transexuais e travestis em Juiz de Fora/MG*. Tesis de Doctorado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.
- Falomir, Elisabeth. 2011. «Introducción». In *Necropolítica*, de Achile Mbembe, 9-16. Santa Cruz de Tenerife: Editorial Melusina.
- Jesus, Jacqueline G. de. 2014. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia.

- Lazcano, Claudia. 2019. *Humanizando, acolhendo, (trans)formando: Produção de sentidos em torno da assistência transespecífica em saúde*. Tesis de Doctorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Mbembe, Achille. 2011. *Necropolítica*. Santa Cruz de Tenerife: Melusina.
- Mbembe, Achille. 2012. «Necropolítica, una revisión crítica». In *Estética y violencia: Necropolítica, militarización y vidas lloradas*, organizado por H. Chávez, 130-139. México: UNAM/MUAC.
- Oliveira, João M. de. 2014a. «Hyphenations: The Other Lives of Feminist and Queer Concepts». *Lambda Nordica* 19 (1): 38-59. Disponible en: <http://www.lambdanordica.org/index.php/lambdanordica/article/view/405> [Consultado en 8 de junio de 2018].
- Oliveira, João M. de. 2014b. «A necropolítica e as sombras na teoria feminista». *ex aequo* 29: 69-82. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2014.29.05>
- Oliveira, João M. de. 2018. «Trans-ações de gênero, operando contra o sistema». *ex aequo* 38: 9-16. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.38.01>
- Platero, Raquel L. 2012a. *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada*. Barcelona: Bellaterra.
- Platero, Raquel L. 2012b. «¿Son las políticas de igualdad de género permeables a los debates sobre la interseccionalidad? Una reflexión a partir del caso español». *Reforma y Democracia*, 52. Disponible en: <http://old.clad.org/portal/publicaciones-del-clad/revista-clad-reforma-democracia/articulos/052-febrero-2012/Platero.pdf> [Consultado en 15 de marzo de 2019].
- Souza, Érica. 2015. *Entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans*. Relatório do projeto Transexualidades e Saúde Pública no Brasil. Minas Gerais: NUH/DAA-UFMG. Disponible en: <http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf> [Consultado en 22 de marzo de 2018].
- Teixeira, Flávia. 2017. «(Des)engano: Revisando as portarias do Processo Transexualizador no SUS». In *Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsitos*, organizado por A. Uziel y F. Guilhon, 315-354. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- TGEU. 2017. *Transgender Europe's Trans Murder Monitoring (TMM)*. Disponible en: https://transrespect.org/wp-content/uploads/2017/11/TvT_TMM_TDoR2017_Infographics_EN.png [Consultado en 23 de marzo de 2018].
- Vergueiro, Viviane. 2015. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Disertación de Maestría, Universidade Federal da Bahia, Salvador da Bahia.

Claudia Lazcano Vázquez. Investigadora en posdoctorado en el Programa de Posgraduación Interdisciplinar en Ciencias Humanas de la Universidad Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC), Florianópolis, Brasil. Doctora en Psicología por la UFSC (Brasil) y Máster en Estudios de Género por la Universidad de La Habana (Cuba). Investigadora en el área de los estudios de género y feministas, con énfasis en políticas públicas, procesos de subjetivación y salud.
Correo electrónico: claudiapsicocuba@gmail.com

Maria Juracy Filgueiras Toneli. Profesora del Programa de Posgraduación en Psicología, Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil. Investigadora en el área de la Psicología Social, con énfasis en los temas de género y feminis-

mos, masculinidades, salud sexual y reproductiva, diversidad y derechos sexuales, violencia de género, travestilidades.

Correo electrónico: juracy.toneli@gmail.com

João Manuel de Oliveira. Profesor Visitante Asociado en la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil. Trabaja en el campo de Estudios de Género, Estudios Críticos de Sexualidad, Teoría Feminista y Teoría Queer. Doctor en Psicología Social. Investigador del Centro de Investigación e Intervención Social del Instituto Universitario de Lisboa, Portugal.

Correo electrónico: joao.m.oliveira@gmail.com

Artigo recebido em 13 de abril e aceite para publicação em 29 de outubro de 2019.

Recensões

***Violências de Género*, coordenado por Sofia Neves e Dália Costa. Lisboa: CIEG/ISCSP-UL. Coleção Estudos de Género, 2017, 337 pp.**

Elza Pais

Deputada/Presidente da Subcomissão da Igualdade e não Discriminação.
Investigadora do CICS.Nova – Centro de Investigação em Ciências Sociais
(FCSH/UNL).

A obra *Violências de Género*, coordenada por Sofia Neves e Dália Costa, reúne um conjunto de artigos de autoras e autores diversos de referência nas áreas da violência de género e não discriminação centrais para um maior aprofundamento da temática nas suas diversas dimensões.

Reconhecem todos e todas, sem exceção, a natureza estrutural da violência de género, enraizada em culturas de subjugação e relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens, que têm definido as relações de subordinação e dependência afetiva e económica, e têm-se constituído como obstáculos à autonomia das mulheres e à liberdade da pessoa humana. Como diz Anália Torres (p. xvii) «o que alimenta a violência e as desigualdades de género são as desigualdades de poder entre homens e mulheres, histórica e socialmente situadas, isto é, assumindo configurações diferenciadas em sociedades e temporalidades distintas. Estas desigualdades persistem nas nossas sociedades em formas mais abertas ou mais subtis. A violência sobre as mulheres constitui um caso limite dessas desigualdades e assimetrias de poder».

Independentemente das formas de manifestação dessa violência, estamos sempre perante «uma das mais graves violações dos Direitos Humanos, sendo que a violência de género constitui um obstáculo à paz, à democracia e à Igualdade na Europa e no Mundo» (Conselho da Europa).

O livro *Violências de Género* lança pistas para novas compreensões e abordagens do fenómeno e futuras estratégias de prevenção e intervenção. Organiza-se em torno de 12 textos de 19 especialistas nacionais, desde abordagens conceptuais e teóricas no campo da igualdade e dos direitos humanos, até fortes componentes de movimentos cívicos e ativista, feministas, LGBTI, e ainda uma componente

política e de compromisso para com a mudança social. Tem por base a ideia de que o *género* é uma componente central de análise do fenómeno; que as intervenções junto de agressores e vítimas devem pressupor sempre um enfoque de género; e ainda, o enfoque na educação com ferramenta, por excelência, da igualdade de género, através da qual se previne e combate este tipo de violência e esta grave violação dos direitos humanos das mulheres e meninas.

O lançamento do livro ocorreu por ocasião das comemorações do 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que logo no seu 1º artº defende que «todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos», no pressuposto de que a dignidade da pessoa humana e a igualdade de direitos entre homens e mulheres são fundamentais para que se alcance a Liberdade, a Justiça e a Paz no mundo, e que os Direitos Humanos são universais e inalienáveis e devem ser indissociáveis e interdependentes, e encarados na sua totalidade em relação uns com os outros.

Logo nos dois primeiros capítulos, Dália Costa e Isabel Dias, referem como as novas abordagens do tema se foram afirmando e impondo na dimensão política e social, que opera uma rutura com as abordagens da psicologia diferencial dos sexos, com o determinismo biológico subjacente às ciências sociais e com a compreensão individual como uma rutura da sua integridade física, moral e sexual. O conceito de «género» retirou a questão da diferença entre sexos, como diz Lígia Amâncio (p. 25 *in* Isabel Dias), «retirando-a do domínio biológico, e orientava a análise para as condições históricas e sociais de produção das crenças e dos saberes sobre os sexos e de legitimação das divisões sociais baseadas no sexo». Desmantelar o binário e entender que há uma grande heterogeneidade das vítimas e das suas experiências tem sido um percurso analítico incontornável, constituindo o modelo feminista uma das abordagens centrais e um património teórico e político sólido, ao considerar o género e a sua relação com o poder.

As teorias feministas não são, como refere Isabel Dias, hostis aos homens «o seu grande objetivo não é expulsar os homens do sistema social, mas trazer as mulheres para dentro desse mesmo sistema permitindo-lhes ocupar esses seus lugares». As teorias feministas, como refere ainda Cristina P. Vieira, numa primeira fase focaram-se no género, mas mais recentemente começam a olhar para a interseccionalidade entre o género e outros sistemas de opressão, afirmando cada vez mais um potencial de mudança social.

O livro *Violências de Género* faz também a contextualização dos principais instrumentos internacionais que Portugal subscreveu e aos quais está vinculado, onde o «princípio da Igualdade entre homens e mulheres» tem marcado a agenda das Nações Unidas, e da União Europeia, desde a sua constituição, e as questões das mulheres têm assumido relevância central desde a Década das Nações Unidas sobre as Mulheres (1976-1985), que arrancou em 1975 com o Ano Internacional da Mulher, a que se seguiram as quatro Conferências Mundiais «Igualdade, Desenvolvimento e Paz», no México, a Conferência de Copenhaga, em 1980, a Confe-

rência Mundial sobre as Mulheres, em Nairobi, e a IV Conferência Mundial, em Pequim, em 1995, de onde resultaram as doze áreas críticas da Plataforma de Ação de Pequim, que afirmam de forma inquestionável a violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos das mulheres. A componente dos Direitos das Mulheres como Direitos Humanos é reforçada na Conferência sobre Direitos Humanos, em 1993, em Viena, como constituindo «uma parte inalienável, integral e indivisível dos Direitos Humanos universais».

A *Convenção para a Eliminação de todo o tipo de Discriminações contra as Mulheres* – CEDAW, 1979 – apelidada de Carta dos Direitos das Mulheres, constitui um instrumento pioneiro, através da qual os países assumem o compromisso de integrar o princípio da igualdade entre homens e mulheres para a eliminação de todo e qualquer tipo de discriminações de género.

Em 2014, entra em vigor a *Convenção de Istambul*, como instrumento fundamental de promoção e proteção dos Direitos Humanos, tem força vinculativa, linguagem inclusiva e assenta numa perspetiva de género e de promoção dos Direitos Humanos, obrigando os Estados a respeitá-la e cumpri-la para se prevenir e combater todo o tipo de violências contra as mulheres, incluindo a violência doméstica. Tal como é referido nos artigos de Helena Grangeia, «assédio persistente, perseguição e *stalking*», e de Olga Magano, «mulheres ciganas, desigualdade de género e discriminações na sociedade portuguesa», foram estas duas das áreas que já mereceram por parte da Assembleia da República aprovação de nova legislação no sentido de se harmonizar o nosso ordenamento jurídico com as recomendações da Convenção de Istambul.

Mas, apesar de, com diz Teresa Beleza, «a crença excessiva na capacidade reguladora do Direito é tão incorreta como a convicção da irrelevância da instância jurídica» (p. 53, *in* Dália Costa), é fundamental esta pressão política para os governos promoverem a igualdade e alterarem as leis e para que os Direitos Humanos das Mulheres sejam defendidos não apenas por mulheres, mas reivindicados como valor humano.

Importa ainda referir um conjunto de artigos demonstrativos de Intervenções recentes como: centro de crise para «violência sexual», de Alberta Silva *et al.* (cap. 4), «violência de género nas relações íntimas entre pessoas do mesmo sexo» e os espaços de atendimento para vítimas LGBTI, de Carla Moleiro e Nuno Pinto (cap. 9), «intervenções com agressores em Portugal: características e caminhos da intervenção com agressores conjugais» e casas de abrigo para homens, de Dalila Cerejo (cap. 11), bem como o relevante papel das ONG nestes processos estratégicos de intervenção. Importa trabalhar os estereótipos de género que colocam desde cedo o masculino e o feminino numa lógica hierarquizada, que se mune de instrumentos de subordinação de género, onde a violência de género é uma das expressões mais dramáticas.

Na área LGBTI é sublinhada a assunção política do dossier e um conjunto de Leis humanistas que daí decorreram, bem como a integração, em 2017, desta

dimensão no conceito «violência doméstica», nos artigos de Carla Moleiro e Nuno Pinto (cap. 9), bem como a aposta feita na autodeterminação género (Trans) «violência transfóbica: aproximações críticas e horizontes de resistência», no artigo de Liliana Rodrigues *et al.* (cap. 10) para combater o sofrimento humano e permitir a cada uma e uma «ser quem efetivamente é». Nestes capítulos demonstra-se que, apesar de homens e mulheres viverem com pessoas do mesmo sexo, a sua orientação sexual e as suas expressões de género podem ser usadas como legitimação para a violência. Os estudos dizem ainda que as questões de desigualdade estão presentes em relações de intimidade do mesmo sexo, uma vez que os comportamentos traduzem a forma como as pessoas desempenham os seus papéis de género em termos individuais, familiares e sociais. (...) «(...) homens gay, mulheres lésbicas, e pessoas bissexuais não são alheias a esta aprendizagem e, portanto, não são isentas de trazer essas dinâmicas para as relações de intimidade com pessoas do mesmo sexo» (p. 240, cap. 9), pelo que urge formação para intervenção junto das pessoas e profissionais da área.

Relativamente à transfobia, esta «tem sido defendida como forma de discriminação, violência, ódio/rejeição contra pessoas *trans* ou contra quem rompe com as normas de género» (p. 261, cap. 10). Considera-se, neste enquadramento, importante a apropriação do termo transfobia para visibilizar as identidades *trans* e estimular a visão de uma perspetiva crítica dos direitos humanos para a despatologização das identidades *trans* e para ganhar sentido o valor ético da diversidade de género. As mudanças legislativas têm sido centrais, mas o combate também se faz no domínio das mentalidades, havendo aqui um longo caminho ainda a percorrer.

Numa perspetiva mais preventiva e lançada como desafios para novas e estratégicas intervenções na atualidade, temos o artigo «sexualidade e género: educar para o social plural», de Cristina P. Vieira (cap. 12), colocando o enfoque na necessidade de uma educação no sentido Plural porque enfraquece mentalidades hegemónicas e dominadoras com uma só verdade e um só sentido. Relativamente às novas tecnologias, Teresa Castro e António Osório (cap. 7), no capítulo «É uma situação complicada. Perspetivas de raparigas sobre interações mediadas pela tecnologia», condicionantes dos processos educativos, referem que «as crianças habitam um mundo de significados criado por ela próprias (...) no qual a atuação social das crianças é estruturada através de um sistema que não é familiar aos adultos» (p. 208, cap. 7), questão central para se definirem melhor as formas de comunicação com as crianças e os jovens.

No capítulo sobre «Violência de Género nos *Media*», Carla Cerqueira e Sílvia Gomes (cap. 8), salientam a complexidade cada vez maior das relações de poder e a necessidade de se pensar o sexismo e a sua exploração através de um olhar triangular – produção, conteúdo e receção.

Deste conjunto de artigos resulta que a Prevenção é o caminho, e só através dela se «permite a facilitação de um mecanismo de libertação intelectual em rela-

ção à dominação, que permitirá a promoção de direitos humanos e da Igualdade na sua plenitude» (p. 334, cap. 12).

Para finalizar, importa salientar a importância dos modelos pedagógicos e educativos nos processos de prevenção da violência de género e na construção de novas feminilidades e de novas masculinidades, que permitirão a facilitação de mecanismos de libertação intelectual em relação à dominação e a promoção, na sua plenitude, dos Direitos Humanos e da Igualdade.

Recensões

Ecoss de Freire e o Pensamento Feminista: Diálogos e Esclarecimentos, coordenado por Eunice Macedo. Porto: IPFP, CRPF e CIIE-FPCEUP, 2017, 239 pp.

Alexandra Carvalho
Instituto Paulo Freire de Portugal & CIIE-FPCEUP, Portugal

Nas Primeiras Palavras inaugura-se um *tempo* em que ecoarão vozes, que se encontram neste livro, a partir de diferentes contextos disciplinares, políticos e socioculturais, da Argentina, Brasil, Canadá, Espanha, México e Portugal. Este entretecer emerge de outros encontros em que algumas autoras participaram na Universidade Estadual Paulista, em Marília, no Brasil, cruzando olhares sobre género e direitos humanos. Foi a partir do *movimento* dessa diversidade de mulheres que este livro emergiu como ação, que prolonga esse *movimento* em múltiplos espaços, tempos, com forças e intenções congregadoras. Pode dizer-se, com Freire, que a leitura do mundo precedeu a leitura e a escrita das palavras desta obra – ação em busca de mesclas entre pensamentos feministas e freiriano.

É ao encarar este livro como ação situada num *tempo*, desenvolvendo-se nas esferas do quotidiano de cada uma das pessoas que o escrevem, que retomo Daniel Stern. À luz da proposta deste autor, a leitura revela-o como *evento dinâmico*, gerado a partir de muitos outros *eventos* promovidos e vividos por cada uma das autoras e demais pessoas envolvidas na sua produção enquanto objeto. Importa referir que Stern fala de *formas dinâmicas* ou *formas de vitalidade*¹ para designar *eventos dinâmicos* que constituem a ação humana e, portanto, esta obra. Se, para o autor, uma das primazias das *formas de vitalidade* reside no facto de serem comunicáveis, partilhá-

¹ «São eventos que se desdobram com o tempo, que têm uma força aparentemente dentro deles ou por trás deles, que estão a ir para algum lugar – esses eventos, e que parecem ser movidos por algum objetivo. O importante é que o evento parece consistir nalgum tipo de movimento, e leva tempo, e também ocorre em algum tipo de espaço, mesmo que seja espaço mental.» (Stern 2010, 88). Constituem-se, assim, por cinco elementos: movimento, força, espaço, intenção e tempo.

veis e até contagiosas, considera-se original e contagiante a coerência simbólica comunicada na estética da capa deste livro, a qual tem autoria partilhada: as mãos da escultora das bonecas tridimensionais, o olhar do fotógrafo que as perspetiva e um segundo olhar, também bidimensional, da designer que projeta o objeto tridimensional livro, num cruzamento subjetivo que se estende ao seu interior.

Tendo acompanhado a construção da obra e lendo-a – a partir da introdução que precede as suas três partes – recebi como que um convite intencional para experienciar a diversidade de olhares, lançando o meu próprio olhar às tensões epistemológicas em presença, nos momentos em que argumento e contra-argumento dialogam, procurando um constructo sólido. Assim, o que se torna mais apelativo é o jogo entre afirmação e contraditório que dá corpo a uma dialgia freiriana.

Neste quadro epistemológico, na minha leitura, identifico os cinco elementos das *formas de vitalidade* na Introdução de Sofia Marques da Silva, que alerta para a necessária reflexão acerca do facto de a Ciência, produzindo conhecimento que é «legitimado, filtrado e vigiado», constituir em si uma linguagem que contribui para a «reprodução de visões de mundo dominantes e imperativas e para o silenciamento de outras falas e propostas» (Silva 2017, 13). Ao desenhar a questão «Porque regressamos a determinados/as autores/as?», e em diálogo com os textos que compõem o livro, a autora reconhece que, se realizada numa «saúdável negociação de sentidos teóricos e metodológicos», a interpretação crítica de questões sociais e educacionais, com Freire, pode contribuir para «processos de descolonização teórica e metodológica» (Silva cit. in Silva 2017, 13). Num vaivém reflexivo entre educadora e investigadora, afirma que a valorização da experiência nas Ciências Sociais e Humanas e da Educação reclama alterações quer de paradigma quer de método. Desafia-nos a pensar a investigação como prática inserida num campo de forças invisíveis, com uma linguagem e cultura dominantes. No debate da não neutralidade da Ciência, por referência a autores como Sandra Harding, Pierre Bourdieu, Ana Altamirano e Edward Soja, assume que «produzimos conhecimento situado», nesse sentido, num quadro de injustiça, «o pensamento de Paulo Freire, tem sido silenciado» (Altamirano, 2016 cit. in Silva 2017, 18). Entendo, pois, com Stern, que o *espaço* e o *tempo* em que se constrói o conhecimento não é isento de *forças* e *intenções* visíveis e/ou latentes.

Interpelada por um texto introdutório recheado de praxis, segui para uma primeira parte repleta de releituras e escritas que não silenciam a tensão entre os pensamentos feministas e freireano, como *formas de vitalidade*, que espelham *espaços* e *tempos* particulares com *forças* e *intenções* que corporizam «tradições emancipatórias da voz» (Arnot, 2007 cit. in Macedo 2017, 47). Não só não a silenciam como parecem procurar de forma rizomática, portanto numa *dinâmica* de horizontalidade, redescobrir sentidos em Freire plenos de atualidade.

Nas palavras destas autoras feministas que leram, reescreveram e recriaram, a partir da sua própria voz, descubro formas *outras* de experiência, afirmação e

interpretação da história, leituras e expectativas de mundo em *movimento*. Identifico uma arqueologia do pensamento feminista, na sua pluralidade de vozes, «num vaivém entre reconhecimento e repúdio» (Macedo 2017, 23) pelo trabalho de Freire. Dão particular conta disto, os textos de Macedo e de Moreira e Brabo pela explicitação dos diálogos entre Freire e feministas do seu *tempo*. Tendo em conta críticas pelo uso de linguagem sexista na Pedagogia do Oprimido, torna-se clara a mudança discursiva de Freire na introdução, a partir da Pedagogia da Esperança, duma linguagem *amiga de género*. As «relações entre a linguagem e as questões da invisibilidade e opressão das mulheres» (Moreira e Brabo 2017, 59) são apresentadas pelas autoras, quer como crítica a Freire quer como sinal de convergência entre *tradições emancipatórias*, que se reconhece no contributo deste para desocultar a relação entre linguagem e poder. A linguagem é discutida por Moreira e Brabo, à luz de Freire, como constitutiva das e dos sujeitos e duma transformação social humanizante, que requer envolvimento das pessoas nos *movimentos* feministas independentemente do género.

Ainda nesta parte encontro pontes entre textos que parecem revelar um movimento intencional de busca de sentidos na organização do livro, apesar de ser uma coletânea. Exemplo disso é o argumento, iniciado por Macedo, que complexifica o conceito de *voz*, na sua *diversidade* e *heterogeneidade*, constituindo a voz uma dinâmica entre cultura, linguagem, modos de fazer e saberes experienciais. Estas dimensões de voz permitem explorar o texto de Ribeiro, Mariano e Ferro desconstruindo a hegemonia de vozes na educação que a instrumentalizam como controlo ideológico para a manutenção do poder e de privilégios dos grupos dominantes. Argumentam, assim, que os movimentos sociais representam um espaço formativo fértil para a educação emancipatória.

Se na primeira parte a experiência do vivido surge, num dos textos, a partir do Brasil, a segunda parte dá *espaço* a diferentes movimentos, ecos e tempos numa narrativa reflexiva e epistémica, que reconhece experiência e teoria como elementos de aprendizagem, partindo de práticas em Portugal, México e Espanha. Num diálogo praxiológico, no contexto socioeducativo português, Laura Fonseca, convoca a sua biografia para «vaguear» entre experiência e teoria, como fonte de conhecimento e aprendizagem, fazendo a proposta de uma periodização de «mudanças, debates e vagas educacionais» (Fonseca 2017, 113). Evidencia-se a conscientização «como estratégia política de educação cultural localmente situada» (*ibidem*), numa dinâmica que anuncia, a conscientização no segundo texto, em que «o corpo atesta a materialidade humana no mundo, tanto no tempo histórico como no espaço geográfico» (Silva, Jaeger e Oliveira 2017, 137). As autoras, enunciando elementos das *formas de vitalidade* de Stern (2010), assumem a ousadia dos corpos das mulheres «como lugar de resistência e transposição de fronteiras» no desporto. Cruzando pensamentos feministas e freiriano, denunciam-se desigualdades e anuncia-se o protagonismo das mulheres no reescrever da cultura desportiva.

O evento conscientizador é convocado também por Julia Chávez Carapia que problematiza círculos de cultura com mulheres no México, evidenciando como a Pedagogia do Oprimido propõe categorias de análise – domesticação, dominação, objeto/sujeito – que ao adquirirem novas interpretações, enriquecem a perspectiva de gênero e os feminismos. Podemos identificar a passagem da dominação ao empoderamento também num estudo fílmico, proposto por María José Chisvert-Tarazona e Pilar Cambroner-García, que argumenta em favor de uma educação popular feminista que priorize reflexão, diálogo e ação.

Na terceira parte relaciona-se a pedagogia da sexualidade centrada na pedagogia da pergunta, à maneira freiriana, com possibilidades de empoderamento das mulheres face a situações-limite de opressão que são discutidas nos textos que encerram a obra. Gabriela Ramos parte da preocupação com a governação dos corpos genderizados na escola para argumentar em favor de uma pedagogia libertária que permita uma participação cidadã que reconfigure o enquadramento legal argentino que apresenta. Assim, como outras autoras deste livro, faz recurso à Pedagogia da Esperança para uma pedagogia da sexualidade centrada na voz das e dos educandos e na responsabilidade ética, política e profissional das e dos educadores, como anuncia Freire. Na mesma linha Nilma Renildes discute a tensão oprimida-opressora, alegando com Freire, que o sonho das mulheres não deve assentar nesta inversão de papéis, apesar do crescendo de violência contra as mulheres no Brasil. Monica Riutort e Sandra Rupnarain refletem nas práticas de um serviço de apoio a mulheres vítimas de violência assumindo a atualidade da praxis freiriana para sustentar a abordagem ao trabalho com estas «sobreviventes», num quadro de equidade e justiça social.

Finalizo este *movimento* de releitura e reescrita certa de que não recriei a riqueza de pontos de partida, de vista, de fuga e de contrapontos e a *força e intenção* que ecoam nas palavras das mulheres que assumem a autoria desta obra. Retomo Freire, pois se escrever

é tão re-criar, tão re-dizer o antes dizendo-se no tempo de nossa ação quanto ler seriamente exige de quem o faz, repensar o pensado, re-escrever o escrito e ler também o que antes de ter virado o escrito do autor ou da autora foi uma certa leitura sua. (Freire 1994)

A narrativa libertadora construída no diálogo praxiológico entre feminismos e Freire convida-nos a ecoar uma multiplicidade de diálogos potenciais, já que «dialogar torna-se absolutamente essencial para mover as coisas para diante, (...) avançar é mudar para um espaço onde se ouça a nossa própria autenticidade» (Stern 2010, 88-89). A intersubjetividade acontece no ato da leitura e da reescrita de textos e do mundo. Constitui a força com intencionalidade necessária ao *movimento* na diversidade em direção à justiça social.

Referências

- Freire, Paulo.1994. *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- Stern, Daniel. 2010. «The issue of vitality». *Nordic Journal of Music Therapy* 19 (2): 88-102.
DOI:10.1080/08098131.2010.497634

Recensões

Arquitectas: Modos de (R)Existir. Reflexões a partir de um ciclo de conversas, editado por Patrícia Santos Pedrosa, Joana Pestana Lages e Lia Antunes. Lisboa: Mulheres na Arquitectura, 2018, 100 pp.

Isabella Noronha Rusconi
Arquiteta e urbanista, Mestranda em Planeamento
Regional e Urbano, Universidade de Aveiro

O livro «Arquitectas: Modos de (R)Existir. Reflexões a partir de um ciclo de conversas» resulta do registo das discussões ocorridas entre setembro de 2017 e março de 2018, no Teatro São Luiz, Lisboa, organizadas pela Associação Mulheres na Arquitectura (MA)², com o apoio da Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitectos (OA-SRS), da Comissão para a Cidadania e Igualdade de género (CIG) e da Presidência da República Portuguesa. Os encontros abordaram as possibilidades e dificuldades em contexto profissional através de quatro áreas temáticas: «Do Projecto e da Obra», «Da Investigação e do Ensino», «Da Prática em Expansão» e «Da Política», sempre sob a perspectiva desta dupla condição: ser mulher e ser arquiteta. Editado pela MA sob a coordenação de Patrícia Santos Pedrosa, Joana Pestana Lages e Lia Antunes, a publicação tem como objetivo dar visibilidade às mulheres arquitetas em Portugal, trazendo a perspectiva de género para a discussão nas múltiplas arenas que implicam as práticas do saber e fazer arquitetura, cidade e território.

No contexto da quarta onda do movimento feminista, caracterizado pela capacidade de articulação via redes sociais, interseccionalidade e, finalmente, mobilização através de coletivos feministas (Perez, 2019), a MA, enquanto coletivo, assume a vanguarda na reivindicação de espaços de visibilidade, levanta a questão das assimetrias de género em todas as arenas relacionadas à profissão e expõe a condição das mulheres dentro da arquitetura em Portugal.

² A Associação Mulheres na Arquitectura foi criada em 2017 e «visa a reflexão e a acção no âmbito da equidade de género nas várias práticas implicadas no fazer arquitectura, cidade e território.» Para mais informação: <https://www.facebook.com/mulheresnaarquitectura/>

Em uma compilação de treze textos, arquitetas partilham experiências sobre a prática da profissão. Quem são, o que fazem, como vivem e como percebem os desafios de ser mulher, na arquitetura, em Portugal. O livro é dividido em duas partes, a primeira, «Das Conversas», traz nove textos escritos por convidadas. A segunda parte, «Ao Redor das Conversas», traz quatro textos de arquitetas que participaram do ciclo desde a organização e/ou acompanhamento. As trajetórias são diversas e heterogêneas, como as visões sobre as dificuldades profissionais e discriminações enfrentadas no contexto da prática em Portugal.

No primeiro contributo do livro, «Sapatos, bolinhas e coincidências arquitectónicas», Célia Gomes convida a iniciar o percurso calçando os sapatos bicudos e meias de bolinhas da arquiteta holandesa Liesbeth van der Pol. A autora reconhece e questiona, com delicadeza, a subjetividade da necessidade de Liesbeth, afirmar-se mulher antes de arquiteta, através da imagem de capa do livro com a publicação de sua obra. Os sapatos de Liesbeth transformam-se nos sapatos de cada arquiteta à medida em que transitamos entre as reflexões a partir das conversas e ao redor delas. Desde a sutil ironia com um jogo entre as palavras «coincidência» e «mérito», nos é revelada a gritante desigualdade nas atribuições dos prêmios de arquitetura e, enquanto nos perguntamos por onde andam as mulheres arquitetas, é inevitável recordar a injustiça contra Denise Scott Brown.

No segundo texto, «Marcas individuais» de Cláudia Costa Santos, vê-se o conceito de mérito perder aspas ao vincular-se ao poder da educação, enquanto as entrelinhas, paradoxalmente, nos trazem a compreensão da necessidade de sustentar escolhas pessoais enfrentando estrategicamente o patriarcado.

«Onde é que elas estão?» Pergunta Filipa Roseta no terceiro texto, e nos leva aos sapatos da mulher mãe e filha, mulher cuidadora, e aos impactos que o desempenho deste papel têm na vida profissional. A resposta se insinua no horizonte em forma de medidas compensatórias³ como quotas e programas de reintegração profissional.

Em um virar de página, no quarto texto, «C de conjuntura, A de alterada. Subjacente, o género entre outras condições», de Inês Moreira, a questão de género é dissolvida entre outras subjetividades. O discurso do mérito casado com o poder da educação reincide, sustentado pelo argumento da culturalidade marcada pelo contexto. Contra a possível institucionalização de práticas compensatórias, contrapõe-se o reconhecimento pessoal de condição de privilégio «cultural, étnico, económico e simbólico».

No quinto texto, «Um testemunho de vida - mulher, arquitecta, investigadora» de Luz Pereira Valente, percebemo-nos tropeçar em contradições porque «fomos educadas como um homem», ao mesmo tempo que os problemas de

³ A autora desta resenha prefere utilizar o termo medidas compensatórias à discriminação positiva, termo commumente usado em Portugal.

género nunca nos afetaram «devido à educação que tivemos na infância». Ser mulher, afinal, talvez não seja «sempre tão natural como respirar.»

Patrícia Santos Pedrosa coloca, de forma pragmática no sexto texto do livro, «A luta por uma história feminista da arquitectura enquanto direito das mulheres», o direito à visibilidade das mulheres arquitetas como ferramenta de garantia da sua existência e afirma que através da visibilização destas mulheres, sobretudo no ensino de arquitectura, se possibilitará o questionamento da prática e a «alteração da sua estrutura patriarcal, classista, racista e capacitista». Patrícia oferece exemplos de projectos de visibilização das mulheres arquitetas e sublinha a necessidade de ações institucionais transversais, enfatizando, por fim, a urgência da realização de um inquérito alargado da profissão para balizar com precisão a condição das mulheres arquitetas em Portugal.

Paula Melâneo, no sétimo contributo, «Alguns comentários», analisa as assimetrias de projeção e visibilidade das arquitetas portuguesas e apresenta os resultados do estudo feito pelo *Jornal dos Arquitectos* em 2016 (edição J-A #253), enquanto editora, na seleção por género na participação e na curadoria das principais exposições internacionais de arquitectura. «Os números falam por si».

Rita Ochôa com o oitavo texto, «Ser mulher, na arquitectura e na academia. Tópicos para debate», fundamenta as assimetrias de género no ambiente académico. Apesar de já haver equilíbrio numérico dentro das instituições, a representação de mulheres em cargos de gestão contínua manifestamente reduzida, condição que se acentua à medida em que se ascende hierarquicamente. Enfatiza ainda a questão do assédio nas praxes e relações de poder e expõe que a presença de mulheres docentes é mais evidente em matérias teóricas, enquanto os homens ocupam o espaço central da docência de projeto. Traz-nos os resultados de um estudo comparado sobre padrões de género (Sales e Ochoa, 2015) e conclui, alinhando com Pedrosa, sobre o papel que as instituições de ensino superior têm para a desconstrução dos automatismos e a responsabilidade de contrariar as invisibilidades através da promoção do debate e de políticas de igualdade.

No nono e último texto da primeira parte do livro, «Das Conversas», Rosa T. Sheng e Annelise Pitts apresentam a evolução do projeto «Equity by Design», que se originou em 2011 com o projeto «The Missing 32%», questionando o fato das mulheres serem aproximadamente 50% dos licenciados em arquitectura mas apenas ocuparem entre 15% e 18% de cargos de chefia e membros da *American Institute of Architects* (AIA). Três inquéritos nacionais sobre a Equidade na Arquitectura realizados (2014, 2016 e 2018) nos Estados Unidos mostram a necessidade de aliar a teoria aos resultados em concreto e insinua caminhos para colmatar o desequilíbrio de género e promover a equidade na prática da profissão que transcendem a mera discussão ao estruturar uma estratégia concebida em três pontos: i) desenvolver conhecimento fundamentado por investigações e pesquisas; ii) incentivar o debate informado e iii) promover propostas de ação.

Na última parte do livro, «Ao redor das conversas», Lia Gil Antunes com o texto «Um relato (feminista) da arquitectura» aborda o feminismo como movimento político e social e ressalta a importância da aquisição da consciência histórica, que inclui interseccionalidades, do que é ser mulher como ponto de partida para a construção de novos paradigmas e novas relações de poder. Expõe a educação na desigualdade, estruturada pelos «ismos» que compõem o sistema do patriarcado e aponta as assimetrias vividas no percurso académico. Reivindica, por fim, a necessidade de questionar a prática e reescrever a história a partir de «resistências individuais e colectivas» em busca da equidade na arquitetura.

Luísa Paiva, com «Espaços do Feminino», introduz a profissão estruturada como prática masculina e articula o papel da mulher como cuidadora com os desafios relacionados à sua inserção na profissão e observa, como se comprova por outros contributos deste livro, que apesar de muitas arquitetas não terem consciência dos obstáculos que enfrentam por ser mulher na profissão, o esforço necessário para desconstruir as barreiras e estereótipos que impedem a equidade na prática da arquitetura.

Patrícia Robalo Ribeiro com «Notas da assistência em discurso direto» isola, através de sua percepção, questões relevantes aportadas no ciclo de conversas em quatro temas: 1) Especificidade e ruptura de género; 2) Desigualdade e equidade; 3) Trabalho e visibilidade e 4) Questionar a arquitetura.

Sofia Castelo fecha «Ao redor das conversas», ao trazer o sentido do «Género em arquitectura paisagista: prática e investigação» e aporta ao debate importante questão relacionada à justiça social, que compreende a integração da perspectiva das mulheres no desenho urbano, no construir cidades e espaço público, vinculado ao direito e necessidade de participação da vida pública logo política.

O contraste entre a percepção das experiências pessoais e evidências é explícito em todas as narrativas. Tanto os relatos como os números nos mostram que o percurso pela equidade de género na arquitetura em Portugal recém se inicia. A Associação Mulheres na Arquitectura através do ciclo de conversas registado no livro «Arquitectas; modo(s) de (r)existir» abre com coragem e destreza este espaço de visibilidade e resistência. Espaço de arena discursiva e dialógica para a construção de novas práticas, de novos territórios inclusivos e da ressignificação histórica das mulheres arquitetas em Portugal. O tema está longe de esgotar-se.

Referência bibliográfica

Perez, Olivia; Ricoldi, Arlene. 2018. *A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos*. Available from: https://www.researchgate.net/publication/332639884_A_quarta_onda_do_feminismo [accessed Oct 06 2019].

Recensões

Women's ILO: Transnational networks, global labour standards and gender equity, 1919 to Present, edited by Eileen Boris, Dorothea Hoehtker and Susan Zimmerman. ILO and BRILL, 2018, 412 pp.

Albertina Jordão
IHC/FCSH da Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Women's ILO: Transnational networks, global labour standards and gender equity, 1919 to Present vem enriquecer o acervo bibliográfico numa área ainda muito pouco desbravada acerca das mulheres nas relações internacionais, em particular nas organizações internacionais.

Com mais de 400 páginas, *Women's ILO* é a mais recente e robusta publicação sobre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o trabalho das mulheres desde o estudo de Carol R. Lubin e Anne Winslow (1990), agora através do olhar de iminentes investigadoras de várias partes do globo. Ao longo de 14 capítulos são tratadas temáticas tão diversas quanto a luta pela igualdade salarial em Itália, os esforços dos sindicatos no Gana para organizar as mulheres trabalhadoras do meio rural, a representação (ou marginalização) das mulheres na OIT, o movimento sindical internacional e a (in)efetividade da convenção (Nº 100) sobre igualdade de remuneração, a relação da OIT com outras estruturas do sistema das Nações Unidas ou a migração laboral feminina e as normas internacionais do trabalho, entre outras.

Esta coletânea de textos é o resultado de um projeto do departamento de investigação do *Bureau* Internacional do Trabalho (BIT) coordenado pela historiadora Dorothea Hoehtker, constituindo mais um contributo para conhecer o papel da OIT na promoção dos direitos das mulheres no trabalho.

No ano em que a OIT celebra o seu centenário (1919-2019), o livro que o *BIT* e a Editora Brill publicaram, não podia ser mais oportuno.

A OIT lançou a nível mundial um amplo debate sobre o futuro do trabalho e foram lançadas setes iniciativas, em torno das quais a Organização decidiu assinalar o seu centésimo aniversário e preparar-se para o futuro. Uma das sete iniciativas é relativa às mulheres no trabalho e foi tratada no relatório do diretor-geral da OIT para a Conferência Internacional do Trabalho de 2018, no qual conclui que «a realidade inegável é que as desvantagens que as mulheres continuam a enfrentar no trabalho, apesar dos progressos reais que foram registados, inclusivamente através da OIT, constituem talvez a maior e mais flagrante violação da justiça social.»

A viagem no tempo que nos propõem as autoras é pontuada por diferentes períodos cronológicos, geografias e problemáticas. Essa diversidade é bem ilustrada pela organização em duas partes: uma primeira dedicada ao papel das

redes internacionais constituídas por associações de mulheres, incluindo comissões de mulheres nos sindicatos e a sua ação de influência, designadamente junto das funcionárias da Organização e dos membros das delegações tripartidas que, anualmente, participam na conferência internacional do trabalho. A segunda parte reúne textos que abordam o papel da OIT de regulador internacional, através da produção de normas. Podemos encontrar textos que apresentam uma Organização que nos primeiros anos aprovou normas que distinguiram as mulheres como uma «categoria específica de trabalhadores» de que são exemplo as convenções sobre a proteção da maternidade e do trabalho noturno das mulheres até à adoção de normas «sensíveis à dimensão do género - normas cujas disposições, pela sua natureza, tomam em consideração as necessidades das mulheres e dos homens - embora não mencionem explicitamente homens e mulheres, como, por exemplo, as convenções⁴ sobre trabalhadores com responsabilidades familiares, de 1981 (Nº 156), trabalhadores a tempo parcial, de 1994 (Nº 175), trabalhadores no domicílio, de 1996 (Nº 177)»⁵ e trabalho digno para as trabalhadoras e trabalhadores do serviço doméstico, de 2011 (Nº 189).

Women's ILO utiliza a linearidade da cronologia para desocultar o legado das «outras fundadoras da OIT» e demonstrar que houve, não uma, mas sim, duas conferências em Washington em 1919. O Congresso Internacional das Mulheres Trabalhadoras e a primeira Conferência Internacional do Trabalho e que o internacionalismo das mulheres trabalhadoras se institucionalizava à volta da primeira Organização tripartida criada no pós-guerra. Entre as duas guerras foi crescente o surgimento de organizações de mulheres, em particular de origem sindical, que faziam pressão junto da OIT, vendo aí uma oportunidade para influenciar a atividade normativa e, assim, melhorar as condições de vida e de trabalho das mulheres, mas também dos homens. A Organização que sobreviveu à segunda guerra mundial, a primeira agência especializada do sistema das Nações Unidas parece ter disputado, na segunda metade da década de 1940 e 1950, o mandato dos direitos económicos das mulheres com a Comissão do Estatuto das Mulheres⁶, revelando uma convivência entre tensões com as novas estruturas saídas da criação, em 1946, da Organização das Nações Unidas. E acentuado a diferença entre uma organização intergovernamental e uma de governação tripartida. A chegada de novos Estados-membros à OIT, com as independências, « a descolonização começou a transformar o mundo nos anos 50»⁷ revela outras dificuldades da afirma-

⁴ As designações das convenções correspondem à designação oficial quando ratificadas por Portugal.

⁵ ABC dos direitos das mulheres trabalhadoras e igualdade de género, 2.ª edição, OIT, 2007, disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms_665542.pdf

⁶ Conhecida por CSW – *Commission on the Status of Women*

⁷ Se queres a Paz, cultiva a Justiça. Uma história fotográfica da Organização Internacional do Trabalho 1019-2019, BIT.

ção das mulheres na Organização. Vêm-se preteridas na composição dos órgãos e estruturas em favor do critério regional ou até linguístico. De acordo com o artigo relativo à representação das mulheres na OIT, desde a criação até meados da década de 1970, quer no conselho de administração quer no *Bureau* a representação de mulheres não era considerada uma prioridade. E apenas a partir de 1976, o *BIT* passou a apresentar a informação do pessoal desagregada por sexo.

A igualdade salarial é objeto de dois artigos que confirmam a importância deste princípio e direito fundamental para alcançar a igualdade entre homens e mulheres no trabalho. Inscrito na constituição da OIT (Tratado de Versalhes, 1919), objeto da convenção (Nº 100) adotada em 1951, não deixou mais de merecer a atenção dos sindicatos e passou a fazer parte de uma reivindicação mais geral de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento. A matéria da desigualdade salarial na OIT forçou o desenvolvimento de estudos, de aperfeiçoamento estatístico e de conceitos para, há boa maneira internacional, permitir a comparabilidade dos dados.

O primeiro artigo da segunda parte do livro *Women's ILO: Transnational networks, global labour standards and gender equity, 1919 to Present* vem questionar a universalidade das normas adotadas de 1919 a 1947 ao colocar a questão nortel-sul, trabalho nativo e trabalho livremente escolhido. A maternidade na regulação laboral, a nova ordem da migração laboral em que cada vez mais mulheres passam de prestadoras de trabalho não pago na sua família para cuidadoras e trabalhadoras pagas. O papel das mulheres nas migrações mundiais e os desafios demográficos em diferentes latitudes vem dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho que é realizado na esfera doméstica, maioritariamente por mulheres para outras mulheres (e suas famílias). O atual padrão de migração feminina não é inédito, pois existem registos de movimentos migratórios desde o século XIX, na Europa e no império russo, primeiro dos meios rurais para os centros urbanos e depois entre países, para o serviço doméstico e depois para a indústria. O que o artigo que integra esta coletânea enfatiza, como nova questão que é suscitada pela migração laboral feminina, é de que modo a migração afeta as crianças que ficam para trás e o desenvolvimento económico enfraquece os laços familiares. Os efeitos negativos nas crianças da migração das mães parece ter merecido menor atenção até porque a OIT tem, em geral, interpretado os direitos das crianças através das «lentes do trabalho infantil», desenvolvendo medidas relativas à idade mínima de admissão ao emprego, condições de trabalho, bem como prevenção e eliminação do tráfico e da pornografia infantil.

O último artigo da coletânea vem trazer para o campo do mundo do trabalho a questão da indústria da gestação de substituição. A autora vem levantar questões que se colocam no domínio legal e ético onde parece existir mais discussão sobre o tema. Contudo a questão que coloca é se a gestação de substituição comercial deve ser considerada como um trabalho e por consequência os potenciais direitos das gestantes de substituição enquanto trabalhadoras. Quais os obstáculos à regu-

lação desta indústria e a esta nova forma de gerar rendimento. Os elementos que são trazidos para a reflexão reportam aos Estados Unidos da América (Califórnia) e à Índia que, até 2015, foram os destinos mais significativos e lucrativos para o comércio transnacional da gestação de substituição. Esta prática é interpelada à luz da mercantilização do «trabalho» específico às mulheres facilitado pela lógica da mais recente globalização capitalista.

Por fim, uma nota muito positiva para as editoras/coordenadoras desta publicação, Eileen Boris, Dorothea Hoehtker e Susan Zimmermann que redigiram uma introdução necessária e que serve de guia para as páginas seguintes. Este livro não é um conjunto de textos reunidos numa única edição, as suas editoras tiveram o cuidado de os relacionar conferindo coerência a uma diversidade temática e disciplinar, desde a sociologia, antropologia, história, estudos feministas, ciência política ao direito. Um olhar de fora e «distanciado» para uma Organização que no início do segundo século de existência se olha ao espelho para projetar o futuro.

Uma lista anotada das organizações e abreviaturas citadas ao longo do livro valorizam a edição e ajudam a compreender a relação de uma organização centenária com estruturas sindicais, associações profissionais e de classe, associações de mulheres e com as instituições do sistema das Nações Unidas.

Recensões

Nuevos horizontes en la literatura latina de Estados Unidos: Transnacionalismos, resistencias queer y sus manifestaciones en la web, editado por Macarena García-Avello. Palma: Edicions Universitat de les Illes Balears, 2018, 196 pp.

Andrea Fernández-García
University of Oviedo, Spain

García-Avello's *Nuevos horizontes en la literatura latina de Estados Unidos* (2018) concentrates on a lesser-known generation of US Latina writers who advance an epistemology built upon three intertwined aspects that are rarely discussed together: transnationalism, queer resistance, and the digital era. This line of thought is unveiled through a close reading of novels, poems, blog entries, tweets, and other online texts by Achy Obejas, Felicia Luna Lemus, Sonia Rivera-Valdés, Maya Chinchilla, Daisy Hernández, and Gabby Rivera. The book offers a thorough and original analysis of this corpus, which covers the period 2001-2015. In this sense, it showcases a link between transnationalism and queer identities in the context of the digital era, pointing towards a new direction in the field of US Latina literature. The term «Latinx» coined within internet queer groups, is

smartly chosen to designate the texts framed within this new literary trend, as it destabilizes both national and gender boundaries. Thus, García-Avello's monograph represents a timely study that makes a worthy contribution to the last decade's interest in the conflation of transnationalism and queer identities in the network society and in an academic revisiting of long-established paradigms in the area of US Latina literature.

The book presents a coherent structure that makes it easy for readers to understand and follow the arguments presented. In this regard, it is neatly structured into three parts, each corresponding to one of the three aspects underlying the term «Latinx»: the creation of a transnational space, the subversion of a binary gender system, and the role played by the internet and Web 2.0. This organization contributes to foregrounding the new epistemology that the writers put forward and, even though each of its pillars is discussed in a separate chapter, the book brilliantly captures how the three enter into a dialogue with each other in the selected texts.

The first chapter, «Las arenas movedizas de lo transnacional,» concentrates on the transnational spaces depicted in the literary works under discussion. As the book makes explicit, this is an aspect that has been widely discussed in US Latina literary criticism. However, chapter 1 brings changes in the existing paradigm by paying attention to the ongoing, unresolvable dialectics between multiple national and cultural signifiers. Thus, rather than advocating for a synthesis as the expected outcome of those negotiations, the first part of the book places emphasis on the impossibility of any sort of resolution: «No existe una demarcación clara entre las fronteras, sino una superposición de tiempos y espacios que generan ambigüedad y tensiones que en ninguna de las obras llega a resolverse o a culminar en alguna clase de síntesis» (p. 63). In order to prove this thesis, chapter 1 devotes a substantial section to engaging with the classical and most recent theories of diaspora, showing the extent to which they can account for the transnational practices depicted in the texts. Issues such as interlatinidades, transnational politics, and strategic feminist subjectivities are also discussed at length here. In fact, some of these aspects are also central to validate the theses advanced in chapters 2 and 3. For this reason, the first part of the book is significantly longer than the other two and at times a bit too theoretical. Despite this slight imbalance, chapter 1 magnificently tackles complex issues that contribute to reading transnational literary spaces differently from prior cultural approaches.

The second chapter, «Espacios de resistencia *queer*,» connects with feminist and queer scholarship to analyze how the queer characters portrayed in the texts problematize heteropatriarchy, but are unable to totally break with dominant gender discourses. Thus, chapter 2 departs radically from simplistic approaches that equate queer identities with a total rupture of the binary gender system. This is not to imply that an acknowledgement of subversion is inexistent in this part of the book. As a matter of fact, García-Avello's study provides brilliant insights on

the characters' transgressive praxis, which encompasses the formation of Latinx coalitions, gender disidentifications, and queer sexual practices. Even if this praxis destabilizes heteropatriarchy, the stress is laid on its inability to transcend it. In this regard, the notion of potentiality is elaborated on to theorize queer resistance as an ongoing and never-ending process: «Las representaciones *latinx* se disponen como potencialidades que tienden hacia un futuro que se escapa de las manos, promoviendo así una visión de la resistencia como potencialidad, es decir, como algo que no se define por la consecución de un objetivo concreto, sino que se entiende como un proceso incesante y continuo que en ningún momento llega a finalizarse» (p. 121). All this contributes to offering a groundbreaking reading of queer identities in US Latina literature, broadening the scope of analysis in the field.

The last chapter, «*Latinx en la Web 2.0,*» deals with how the digital media shapes the authors' works, focusing on how writing, politics, and activism are re-defined in a capitalist and globalized context. It starts by tracing the genealogy of the term «Latinx» critically engaging with arguments in favor and against its use. One of the chapter's greatest virtues is its illuminating reflection on how the internet has eased the formation of transnational forms of activism that go beyond traditional politics. The writers under analysis are in fact presented as actors in this borderless politics. To illustrate this point, chapter 3 includes a smart analysis of some of the authors' online works, which range from their own websites to tweets, emphasizing interaction with the users as one of the aspects that sets literary texts and online writing apart. In addition, there is an insightful consideration of the transformative power of these online global debates, putting forward, once again, a view of resistance as «algo que nunca puede ser alcanzado, ya que necesita de una continua reiteración subversiva de las practicas discursivas» (p.173).

On the whole, *Nuevos horizontes en la literatura de Estados Unidos* is a well-written and exceedingly well-researched study that reads US Latina literature through a different lens. By evidencing an interrelation between transnationalism, queer resistance, and the internet, the book redefines the US Latina literary tradition, opening up new avenues for further research in this domain.

Recensões

***Gender – Diversity – Intersectionality (New) Perspectives in Adult Education*, edited by Martina Endepohls-Ulpe and Joanna Ostrouch-Kamińska. Munster: Waxmann, 2019, 214 pp.**

Lidia Bieliniś,
Faculty of Social Sciences, University of Warmia and Mazury
in Olsztyn, Poland

The book entitled *Gender–Diversity–Intersectionality (New) Perspectives in Adult Education* edited by Martina Endepohls-Ulpe and Joanna Ostrouch-Kamińska is a set of chapters presented as a wider discourse of socio-pedagogical matters analysed in the context of gender and adult education. It consists of four parts that represent different aspects of the field.

The first part of the book begins with a reflection *The ‘learned disadvantage’: Unraveling women’s explanations about their greater responsibilities in doing household chores in Portuguese heterosexual couples with children* presented by Cristina C. Vieira, Lina Coelho, and Silvia Portugal. The authors passed a remark on the crucial role that non-formal and formal education play in empowering boys and girls to be free of gender prejudices. After conducting interviews with Portuguese families, they noticed that economic recession affected reconciliation of family-work life principles and that women automatically started handling the unpaid household chores that were previously provided by commercial services. The issue of the fair distribution of family responsibilities is one of the greatest challenges of contemporary education. The authors sensibly noticed that mentalities do not change coincidentally with pieces of legislation, hence I hope this text will be recognised by educators (including academic ones) in order to enhance the dissemination of gender knowledge.

The second chapter in that part was prepared by Melanie Pohl and entitled *The impact of emotionalization in different text types on women and men in German (young) adults*. The text sought to analyse differences in the perception of emotions between women and men considering different text types and its scientific value should be emphasised due to the fact of great influence emotions have on both: men and women’s everyday life. However, I feel obliged to point out that author’s suggestion to deliver knowledge of methods used to elicit emotions through text materials at universities and other adult learning institutions seems to be far too late. I would suggest that it should definitely go together with school education as media coverage is a concern of children and adolescents, not only young adults.

Then, there is the chapter written by Monika Grochalska entitled *Social representations of intimate relationships in female narratives as the effect of social learning* that sought to reconstruct the experiences of women from the viewpoint of their practical discourses and the discourses co-occurring in the public sphere. As a

result of data analysis, she distinguished five dichotomous dimensions of intimate representations that resounded in the discursive practice of women. The text is overwhelmingly relevant for adults interested in sociology of education, psychology, social work, and pedagogy. It puts a new complexion on the view of intimacy and should be considered as a part of universities curricula. It is also remarkably significant to continue research analysis and explore men perspective of intimate relationships due to the fact of social expectations of them to be tough, non-emotional, and also to be principal earner.

Contrarily, Joanna Ostrouch-Kamińska's chapter entitled *Male project of self-destruction and adult learning of authenticity. Challenge for contemporary men* sheds light on risks related to male gender roles and stereotypes. The author found strong arguments supporting the thesis that the Western culture promotes a male-dominant vision of the world, in which men behaviours that are not attributed as masculine-connoted may stimulate exclusions in the peer group of a boy, and lead to self-destruction. Formal education supports these stereotypes and inhibits the processes of men emancipation. Thus, as the author noticed, the role in changing the current picture is reserved for the informal education. Not without a reason it is said that the only neglected group currently are young, healthy men. The rest of the society is in attendance of non-formal educational institutions. Men are also the victims of domestic violence and emotional abuse, which seems to be a noteworthy topic of further men's studies.

The second part of the book begins with the paper written by Marialisa Rizzo entitled *Feminine educational paths in three generations with Apulian origin in Milan*. The author observed that informal educational experiences of feminine interlocutors provide them the paths of their lives to follow and develop their identities in terms of maintaining traditional patterns of behaviour that were given to them as a consequence of a place their ancestry were born in. The author was interested in understanding the intergenerational differences and experiences of women who have a migration background. I assume she will also be concerned with analysis of Tonino Cantelmi who introduced a typology of generations. According to him, inhabitants of Western countries may be divided into: Baby Boomers, X, Y, and Z Generations. The first three of them may correspond with interviewed grandmothers, mothers, and daughters.

The second chapter here is *The gender dimension in assessing migrant women's non-formal and informal learning and skills* written by Rita Bencivenga. The text sought to gain better understanding about the training background and personal beliefs of volunteers assessing the migrant women's learning and skills, and the presence of biases in their approach. According to collected data, the volunteers seemed to try satisfying, primarily, the needs related to finding the employment, gender or origin issues, then, were excluded or not visible to anyone. Moreover, the author found out the lack of collaboration between organisations that might have supported the process of cultural assimilation. I believe that the current pic-

ture may be explained as a result of national politics climate, which is a crucial factor in developing policies for migrants.

The objective of the study of Claudia M. Quaiser-Pohl, Mirko Saunders, Josephine N. Arasa, Priscilla W. Kariuki, and Michaela Heinecke-Mueller, *The role of gender and culture for the development of human resources in Kenya* was to report results of a pilot research of a cross-cultural project based on testing the cultural equivalence of two Scales: Five-Factor Model of Personality as well as indigenous concept of personality (SAPI-Project). The research team was interested in measuring gender roles and identities, and the work-life balance among Kenyan and German citizens. The chapter included a comprehensive introduction to the topic of Kenyan culture and internal differences as well as references to some statistical data related to gender and division of responsibilities undertaken by men and women there. Overall, at this stage researchers argued that SAPI scale seemed to fit the personality structure of both cultures. The article is an example of well-conducted psychological research, having regard to both: cross-culture and gender analysis.

In the chapter entitled *Gender-related occupational stereotypes, job-related goals, interests and educational and family preconditions of young women and men in apprenticeships in a technological field*, Martina Endepohls-Ulpe and Victor Garnier were interested in young women's motivation to choose an apprenticeship in a traditional male-stereotyped professions. The findings clearly indicated that, unlike their male peers, the female participants were not conformed to established gender stereotypes. Results also showed that women's male relatives influenced them greatly in choosing their interests in STEM. Nevertheless, the authors highlighted risks that come from social expectations about women's interests and job-related choices that are generally in opposition to their self-concept, which is a good remark in regard to enhancing their passion and goals.

In the next chapter entitled *Canada's Indian Residential Schools, intersectionality, and decolonizing adult education* Cindy Hanson presented a deeper understanding of the intergenerational impact of Indian Residential Schools as well as of the official nonindigenous efforts to compensate acts of abuse experienced by Indigenous population. The author focused on how Independent Assessment Process model works from the gender perspective. This paper is an exemplification of an unmissable reading and allows recognising the problem of colonialism process in Canada as well as reflecting on gender issues, which seemed to be omitted in the IAP model. Moreover, employing a critical approach to intersectionality allowed the author to reveal oppressions affected by socio-political systems against people who, at a starting point, were on the unprivileged position.

In their chapter entitled *Improving the socio-economic integration of Roma women through adult education*, Mariya Ivanova and Aneta Dimitrova provided results of the analysis of educational status of Roma women in Bulgaria. Despite ample legal regulations aimed at protecting women's rights in Bulgaria as well as pro-

grams strengthening the potential of Roma families and their education, the problem of integrating Roma women into the Bulgarian society has not been resolved. I assumed that further research analysis might be helpful in understanding the described state of things. It is due to the fact the authors do not employ a normalised nomenclature concerning research methods used, and once they declare conducting 'direct personal interviews' while in the following they refer to the same procedure as 'in-depth interviews'. Hence, I would suggest to reflect on the methodological aspects of research and continue explorations that seems to be remarkably interesting.

The third part of the book consists of two chapters. The first one was prepared by Elisabeth Hofmann and Rachel Besson whose text was entitled *Complexing gender in a context of multiple layer hierarchies. A case study from training French nursery professionals on gender*. The authors reported reflections revealed during the process of conducting gender training for nursery professionals. The relevantly chosen action research methodology aimed to improve personal and institutional efficiency. Also the provided theoretical framework (transformative learning) introduced by J. Mezirow, in which one of the core notions is the disorienting dilemma, was accurately chosen for adult learning considerations. I believe, workshops provided by the authors could deliver totally new information for participants, and activate disorienting dilemma. As the authors stated, at first gender inequalities were treated by participants as an irrelevant issue. The study enabled to see not only gender inequalities but also other forms of domination that, unfortunately, intersected with gender issues.

The second chapter here written by Susanne Kreitz-Sandberg is entitled *Gender inclusion 2.0: Working with norm-critical perspectives for adult educators*. The paper sought to understand how gender inclusion could be a part of teachers training for educators. The author presented a complete description of Nordic folk-high-schools and teacher education programme there. The educational ethnography enabled her to collect triangulated data derived from: observations, document analysis, and interviews with directors of studies. The findings showed that questions related to gender and equity in the teacher education programme were built around four topics. Naturally, it would be also interesting to report adult students perspective who, indeed, are the receivers of courses syllabi content, however, the author mentioned this issue as a limitation of a study thereby assuring the reader that further investigations will be done in the future.

Then, there is the fourth part of the book and it begins with the chapter written by Alexis K. Johnson under the heading *Co-curation, re-framing cultural spaces from an outsider lens*. The author aimed to take a closer look on curated narratives within museum settings. The co-curation process with homeless young people ('outsiders') brought into the focus the probable missing stories of gender and diversity that were not considered as important to be told. This text is a wonderful exemplification of how social, human and art spheres intertwine to unleash

stories that were silent so far. The co-creation of museum spaces reminds the Theatre of the Oppressed, in the process of which the audience members can take over the performance and play it in their own way. The collective actions (in both approaches) may allow accomplishing a change that was unreachable so far.

Darlene E. Clover and Kathy Sanford wrote the second chapter, entitled *The feminist museum hack: A cultural pedagogy of seeing the unseen*. The authors pointed out museum practices content are not neutral. Their objective was to unearth the unseen packaged practices of transferring patriarchal content in museums. To achieve this, they employed an intentional practice called by them The Feminist Museum Hack. Their aim was to draw attention under issues like: sexism, classism, colonialism, and racism. The text is a very good exemplification of a well-developed strategy for adult education. Employment of the Hack tool may also support the process of linking art to formal learning of social science university students.

Gender is an issue having a strong impact on the educational system, and in particular on the formal, non-formal, and informal adult education. Hence, reflecting on it with different factors, such as: class, religion, origins, socio-economic status, and other diversity issues broadens the perspective in the field. The international insight given by the authors in the book allowed reconsidering these issues in regard to dynamically changeable societal developments.